

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA**

NILO SILVA PEREIRA NETTO

**MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A DIVISÃO SÓCIO-SEXUAL DO
TRABALHO DAS OPERADORAS DE *CHECKOUT***

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CURITIBA
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NILO SILVA PEREIRA NETTO

**MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: A DIVISÃO SÓCIO-SEXUAL DO
TRABALHO DAS OPERADORAS DE *CHECKOUT***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologia. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Dra. Nanci Stancki da Luz

**CURITIBA
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 322

Mundialização do Capital: a divisão sócio-sexual do trabalho das operadoras de

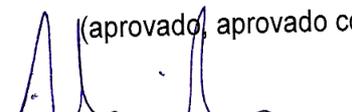
Checkout

por

Nilo Silva Pereira Netto

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas -----
do dia **21 de setembro de 2010** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE
EM TECNOLOGIA, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, Programa de Pós-Graduação
em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi argüido pela
Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca
Examinadora considerou o trabalho aprovado -----
-----.

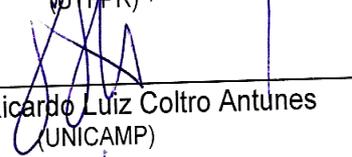
(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado)



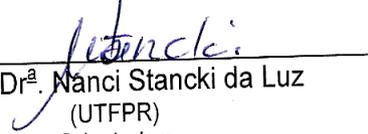
Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho
(UTFPR)



Prof.ª Dr.ª Claudia Maria França Mazzei
Nogueira
(UFSC)



Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes
(UNICAMP)



Prof.ª Dr.ª Nanci Stancki da Luz
(UTFPR)
Orientadora

Visto da coordenação:



Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho
Coordenador do PPGTE

*Para todas as mulheres da classe
trabalhadora que lutam por um novo
horizonte. Sem subordinação. Sem classes.
Sem medo. Sem limites para os sonhos.*

AGRADECIMENTOS

As linhas que seguem representam parte de um caminhar que resiste, persiste e insiste. Acompanhando cada qual à sua forma, pessoas foram e são fundamentais. Resta-me fraternalmente reconhecer e nesse momento agradecer:

Ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) pela acolhida. Por ser responsável pela rica convergência de idéias e pontos de vista que me fizeram ampliar os horizontes da experiência acadêmica de forma ímpar. *Vida longa e próspera ao programa.*

À professora Nanci Stancki da Luz por aceitar comigo o desafio de construção desse trabalho. Por compreender todas as adversidades que a concomitância de atividades no mundo do trabalho e na academia acarreta. Por não deixar de apontar as fragilidades e realizar as críticas necessárias para o avanço da pesquisa. Por nunca ter desacreditado no meu compromisso e especialmente por não ter poupado esforços para me lançar a frente, sempre adiante, sempre positivamente.

Ao professor Domingos Leite Lima Filho pelo seu papel fundamental na minha acolhida desde a primeira berlinda no programa. Compartilhar os momentos com sua personalidade, cheia de calma e vitalidade crítica desde os primeiros momentos até o último foi motivo de muita satisfação.

À professora Claudia Mazzei Nogueira por aceitar construir coletivamente esse trabalho participando dos momentos avaliativos com indicações enriquecedoras e precisas. Ao professor Ricardo Coltro Antunes por aceitar da mesma forma contribuir criticamente com a pesquisa. Seu aporte extrapola os limites dessas linhas que caminham rumo a novos horizontes graças às vossas reflexões em décadas de estudos críticos do trabalho e da sociabilidade capitalista.

Aos entrevistados nessa pesquisa que aceitaram comprometidamente participar de nosso trabalho. Que doaram parte de seu cotidiano, entregando sem reserva seus conhecimentos, cooperando profundamente com o andamento de nossas tarefas.

Ao Grupo de Estudos em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET) por possibilitar mais um espaço de imensa capacidade reflexiva e aprofundamento teórico. Das adversidades encontradas na continuidade do grupo ficam na memória os bons momentos de partilha e o desejo de uma potencialização ainda maior do grupo.

Aos estimados colegas de programa por dividirem as longas conversas, os entusiasmados debates, as duras discordâncias, as árduas angústias e ao mesmo tempo as temperadas risadas.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná pela recepção fraterna em diversas disciplinas. A contribuição fornecida pelas mesmas alterou de forma profunda meu percurso durante a pós-graduação com menção especial à contribuição das professoras Noela Invernizzi, Monica Ribeiro da Silva e Lígia Regina Klein. Aos colegas deste programa, refiro-me com o mesmo carinho. Em particular lembro que em mais esse momento de minha vida tive ao meu lado um companheiro especial, Renato Pizzatto Vivan, com quem divido a luta anos a fio.

À minha guerreira família, uma referência a nossa história, cada vez mais recheada de frutos nascidos de nossos esforços coletivos. Barbara Lony da Silva, minha guerreira maior e matriarca, minha certeza de que existe com quem contar, minha referência, meu porto seguro. À memória de meu pai, Decio José Pereira, que descansa em paz. Se pudesse me ver agora teria a certeza de que tudo que aprendemos juntos, nas vitórias e incontáveis derrotas da luta pela sua vida, tem me feito incansável na luta por outra sociedade.

À Thays Teixeira de Oliveira minha especial companheira de luta e o amor de toda minha vida. São tantos os momentos divididos. Toda gratidão por sua compreensão. Com nossos corações unidos: venceremos.

À caríssima companheira Caroline Bahniuk meu especial agradecimento. No momento mais doloroso de minha vida, seu belo gesto de solidariedade foi responsável pela minha entrada no programa. Jamais esquecerei.

À companheirada do Espaço Marx de Curitiba por acreditarem que não há prática revolucionária sem teoria revolucionária. Espaço fundamental na formação de militantes políticos onde iniciei os estudos da obra marxiana.

Aos meus diretores e diretoras das escolas onde leciono por todo incentivo e compreensão de minhas necessidades nesse momento de dedicação maior em outro projeto que não a vida da comunidade escolar. Aos meus estimados colegas de trabalho, também fica um agradecimento especial pelo entendimento e respeito dispensado a mim. Por toda solidariedade nos momentos de confusão e infinito acúmulo de tarefas.

RESUMO

NETTO, Nilo Silva Pereira. Mundialização do capital: a divisão sócio-sexual do trabalho das operadoras de checkout. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

O presente estudo pesquisou o trabalho das operadoras de *checkout* em uma corporação multinacional. Valeu-se de tal objeto por considerar que no trabalho dessas operadoras estão sintetizadas múltiplas determinantes que permitiram realizar o movimento metodológico que transita entre o particular e o universal na busca pela compreensão radical dos fenômenos e da realidade social contemporânea. A problemática questionou que implicações o contexto da mundialização do capital pode imprimir nessa forma de trabalho. Para responder ao problema, lançou-se mão do materialismo histórico e dialético enquanto método de análise, assim como de distintas ferramentas de pesquisa. Dessas últimas são destaque as entrevistas com entidades sindicais do âmbito local e nacional que guardam relações orgânicas com essas trabalhadoras e também as observações sistemáticas realizadas em diversas lojas e *supercenters* da corporação. O arcabouço teórico que referencia a reflexão aqui apresentada buscou discutir à luz do materialismo histórico e dialético a configuração da sociabilidade capitalista atual, considerando as especificidades do trabalho feminino nesse contexto. Também enfatizou o caminho de grandes corporações dos países centrais aos periféricos, do qual destacou-se o movimento das empresas do ramo supermercadista, onde o caso da estadunidense Wal-Mart é episódio emblemático. A pesquisa demonstrou e concluiu que tanto o trabalho de forma geral, quanto o trabalho das operadoras de *checkout* sofrem implicações, alterações, transformações e metamorfoses em acordo com o andar do desenvolvimento social capitalista. No contexto atual dessa organização social e modo de produção, o trabalho se encontra em situação amplamente desfavorável em relação ao capital, o que pode ser observado para o caso das operadoras de *checkout*, que se inserem no mundo do trabalho desde jovens em uma ocupação precarizada pela relação salarial, assim como intensificada nos seus ritmos e processos pelo acúmulo de funções – favorecido pelos artefatos tecnológicos.

Palavras-chave: Mundialização do capital. Divisão sexual do trabalho. Trabalho feminino. Operação de *checkout*.

ABSTRACT

NETTO, Nilo Silva Pereira. The mundialization of the capital: sexual division of labor of the checkout operators. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

The present study examines the work of the female checkout operators in a multinational corporation. This object was used for considering that in the work of these operators are synthesized multiple determinations who had allowed to carry through the methodological movement that transits between the particular and the universal seeking the radical understanding of the phenomenon and the contemporary social reality. The problematic questioned what implications the context of the mundialization of the capital can print in this form of work. To answer it, the historical and dialectical materialism was chosen while analysis method, as well as distinct tools of research, for example the interviews with local and national syndical entities who keeps organic relations with these workers. The systematic observations in diverse stores and supercenters of the corporation were another example of research tools. Through the light of the historical and dialectical materialism were analyzed the configuration of the current capitalist sociability, considering the specificities of the feminine work force in this context. Also emphasized the way of great corporations of the central countries to the peripherals ones, where the movement of the supermarket companies was distinguished. In this case the Wal-Mart corporation is an emblematic episode. The research demonstrated and concluded that as much in the general form of work, as in the work of the checkout operators suffers implications, alterations, transformations and metamorphoses in agreement with the capitalist social development. In the current context of this social organization and manner of production, the work finds in widely unfavorable situation in relation to the capital, that can be observed in the case of checkout operators who are inserted in the world of labor since young in an precariousness occupation by the wage relationship, as well as intensified in rhythms and processes through the accumulation of functions - favored by the technological devices.

Keywords: The mundialization of the capital. Sexual division of labor. Feminine work force. Checkout operation.

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
CNTT	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio
CONTRACS	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FED	Federal Reserve
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEC	Sindicato dos Comerciários de Florianópolis
SIEMERC	Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios em Mercados, Minimercados, Supermercados e Hipermercados de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral Paranaense
SINDICOM	Sindicato dos empregados no comércio de Curitiba e Região Metropolitana
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fluxos internacionais de Investimento Direto Externo.....	94
Tabela 2 - A concentração mundial de capital.....	96
Tabela 3 - Maiores empresas transnacionais.....	97
Tabela 4 - 40 maiores empresas estadunidenses.....	111
Tabela 5 - Distribuição dos checkouts segundo sexo e loja observada.....	142
Tabela 6 - Evolução salarial comparada em reais.....	163
Tabela 7 - Remuneração média em dezembro em reais.....	164
Tabela 8 - Remuneração média dezembro por sexo.....	165
Tabela 9 - Remuneração dezembro, por sexo e ocupação.....	164
Tabela 10 - Demonstrativo por Período Brasil.....	178
Tabela 11 - Ocupações que mais admitiram em Curitiba.....	180
Tabela 12 - Ocupações que mais desligaram em Curitiba.....	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Convenções da OIT – temas e centralidade.....	117
--	-----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cartaz de seleção	146
Fotografia 2 – Cartaz de seleção.....	146
Fotografia 3 – Painel de checkout.....	149

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA	18
1.2 OBJETIVO GERAL	18
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
1.4.1 Sobre o método materialismo histórico dialético	20
1.4.2 Sobre a categoria trabalho, a divisão sexual do trabalho e a alienação	26
1.4.3 Sobre a classificação da pesquisa e suas ferramentas de campo	33
1.5 CAPÍTULOS	35
CAPÍTULO 2 - MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO FEMININO	37
1 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA	38
1.1 A GLOBALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA IDEOLÓGICA	38
1.2 CRÍTICA À GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA	41
1.3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E TRANSIÇÃO À MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	45
1.4 O CAPITAL MUNDIALIZADO	49
2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO FEMININO	57
2.1 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E O TRABALHO FEMININO	57
2.2 CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO FEMININO	70
2.3 O TRABALHO NO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS: UM ESPAÇO PREDOMINANTEMENTE FEMININO?	89
CAPÍTULO 3 - MACRO ORGANIZAÇÃO DO CAPITAL	92
1 A MACRO ORGANIZAÇÃO DO CAPITAL: CARACTERÍSTICAS GERAIS	93
1.1 GRUPOS TRANSNACIONAIS: ORGANIZAÇÃO E PODERIO	93
1.2 CAPITAL TRANSNACIONAL FORA DE CASA: CONSEQUÊNCIAS PARA O TRABALHO	103
2 MOVIMENTO DE MUNDIALIZAÇÃO DOS HIPERMERCADOS	109
2.1 O EMBLEMÁTICO CASO DA EMPRESA WAL-MART	113
2.2 TRABALHADORAS E TRABALHADORES EM GERAL DA EMPRESA WAL MART: CONDIÇÕES E RESISTÊNCIAS	116
2.2.1 Resultados do Relatório	118
2.2.2. Resistência no campo do trabalho	127
CAPÍTULO 4 - MUNDIALIZAÇÃO DOS HIPERMERCADOS E AS TRABALHADORAS DE CHECKOUT. O CAMPO DE PESQUISA COM A PALAVRA	130
1 AS OPERADORAS DE CHECKOUT EM HIPERMERCADOS. O CASO DE UMA TRANSNACIONAL ESTADUNIDENSE NO BRASIL	131
1.1 APRESENTANDO A PESQUISA: CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO.....	131
1.2 AS OBSERVAÇÕES	134
1.2.1 As lojas	134
1.2.2 O roteiro das observações	136
1.2.2.1 Norma regulamentadora da ergonomia no trabalho das operadoras	137
1.3 RESULTADOS DAS OBSERVAÇÕES	141
1.3.1 A divisão sexual do trabalho	141
1.3.2 A circulação nas lojas	143
1.3.3 O trabalho das operadoras de caixa	145
1.4 AS ENTREVISTAS	153
1.4.1 As lideranças sindicais	153

1.4.2 O roteiro das entrevistas	157
1.4.2.1 Dados do entrevistado e da entidade sindical	158
1.4.2.2 Sobre o trabalho das operadoras de checkout	158
1.4.2.3 Sobre a questão sindical	158
1.4.2.4 O contexto da mundialização do capital	159
1.5 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	159
1.5.1 Divisão sexual do trabalho	159
1.5.2 A questão salarial	162
1.5.3 A intensificação do trabalho	167
1.5.4 A rotatividade	176
1.5.5 A relação das operadoras com a tecnologia	182
1.5.6 A recepção da NR17	184
1.5.7. A questão sindical	186
1.5.8. As mudanças a partir da chegada das multinacionais	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	204

INTRODUÇÃO

O presente texto está inserido no conjunto de possibilidades de investigação no interior de um campo de pesquisa ampliado, que busca conjecturar acerca das interações entre o trabalho e a tecnologia. Notadamente aborda o trabalho feminino num contexto amplo e complexo, que envolve uma efervescência de transformações societárias, econômicas, tecnológicas, políticas e culturais.

Nesse espectro, buscamos nos valer, assim como inserir a presente pesquisa no campo dos estudos sobre o mundo do trabalho e suas metamorfoses, onde convergem e se comunicam trabalhos multidisciplinares preocupados em apontar as múltiplas determinações do trabalho na contemporaneidade.

Inserir-se por seu turno, num esforço teórico de âmbito mais geral, que pretende aprofundar o conhecimento acerca da morfologia do trabalho e da classe trabalhadora no capitalismo hodierno, tomando no plano metodológico tais categorias como centrais.

Nas últimas décadas temos visto a literatura nesse campo se defrontar entre aqueles e aquelas que vociferam o fim do trabalho, ou a perda da centralidade do trabalho, e os que afirmam sua permanência nos marcos da sociedade de classes.

É o caso em que o pensamento contemporâneo passa a anunciar em diversas vias – por meio de diversos autores e autoras – o questionamento do trabalho e consequentemente o papel da classe trabalhadora na atualidade social (ANTUNES, 2006; TUMOLO, 1998). “De forma diferenciada, e sob argumentos variados e até distintos, esses autores questionam a centralidade do trabalho como fato social e como categoria sociológica de análise e, por decorrência, a classe trabalhadora como classe fundamental” (TUMOLO, 1998).

Segundo Mauro Luis Iasi (2006) um traço dos mais marcantes do pensamento corrente, tem sido colocar em dúvida a possibilidade de as classes sociais se converterem nas bases reais para a formação de uma identidade e ação coletiva¹.

Contextualiza o autor afirmando que vivemos um longo século XX profundamente marcado por um fenômeno desconcertante para o pensamento revolucionário: o amoldamento da classe trabalhadora em relação à ordem do capital.

¹ Para Iasi essa indagação orientou toda uma geração de pensadoras e pensadores, desde Hanna Arendt (2000) e Jürgen Habermas (1990 e 1983), passando por Daherendorf (1982) e Bell (1977), até Claus Offe (1987) e Andre Gorz (1987).

No interior deste período, mais precisamente nos anos oitenta e noventa, a temática do trabalho ganhou impulso.

Iasi situa dois fatores combinados para produzir este efeito no reino das formulações acadêmicas e teóricas, assim como no universo da formulação política. Seriam por um lado, o profundo processo de reestruturação que o capital empreendeu entre os anos de 1980 e 1990 que mudou a face da atividade produtiva e imediatamente no outro lado, o desmonte da URSS e o conseqüente fim do chamado “socialismo real” no Leste europeu acompanhado pelo recuo da socialdemocracia da Europa Ocidental. Tais fatos acabaram por criar aparentemente uma feição de comprovação empírica incontestável às teses que questionavam a centralidade do trabalho e das classes.

Segundo essas concepções críticas à sociedade de classes, a nova conformação do capital teria levado à falência da tese marxiana sobre a relação entre o “desenvolvimento das forças produtivas materiais e a formação do proletariado como classe social, uma vez que as novas tecnologias produziram, por um lado, uma diminuição do número de trabalhadores, e, por outro” (IASI, 2007, p. 01) uma modificação qualitativa na própria determinação da Lei do Valor. Nesse novo contexto a valorização do valor se daria por meios que se distanciam da atividade produtiva levando ao fenômeno chamado por alguns de “financeirização, por outros de explosão do setor de serviços, ou ainda, nas teses sobre o advento de sociedade comunicacional ou em rede” (IASI, 2007, p. 02).

Para Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009) a tese do fim da centralidade do trabalho defendeu que o trabalho vivo nas sociedades capitalistas avançadas teria sido relegado a um plano residual como fonte de sociabilidade e criação de valor. E nessa trilha a classe trabalhadora tenderia a ser superada pelos novos estratos sociais oriundos das atividades comunicativas e pelo avanço tecnocientífico.

Essa discussão, segundo Claus Germer (2008) nada mais é que o capítulo mais recente da luta ideológica, na qual se enfrentam as duas classes fundamentais. Conforme Paulo Sérgio Tumolo (1998) a cisão social em classes distintas e o estabelecimento da luta entre essas e seus interesses antagônicos, dá-se em todos os âmbitos, inclusive no campo teórico.

Nesse debate, traz-nos Germer (2008) que o problema do dito desaparecimento do proletariado na contemporaneidade, é uma questão ideológica em seu sentido expressivo clássico “isto é, de uma teoria destinada a encobrir a realidade ao invés de

revelá-la” (GERMER, 2008, p. 03). Para o autor a intelectualidade burguesa conseguiu, pelo menos em parte, realizar a proeza de tornar o proletariado invisível sem que essa condição houvesse materialmente desaparecido². Dessa forma, opõe a esta visão o nosso recente caso.

No Brasil, no exato momento em que estamos discutindo este ‘problema’, o censo demográfico de 2000 acabou de revelar que o proletariado industrial e comercial compreendia quase 52% da população empregada, e a classe dos trabalhadores assalariados como um todo abrangia mais de 70% da população. A burguesia, ou seja, os proprietários dos meios de produção, segundo o mesmo censo, não passava de 2,9%, mas ninguém, que se saiba, coloca em dúvida a ‘centralidade’ da burguesia. Assim, o que merece discussão é o fato de que se procure contestar a legitimidade das pretensões políticas do proletariado, por representar supostamente ‘apenas’ 25% ou 30% da população, ao mesmo tempo que não se faz a menor referência à flagrante ilegitimidade do domínio ditatorial exercido no capitalismo, sobre toda a população, por uma classe – a burguesia – que em lugar algum chega aos 5% da população (GERMER, 2008, p. 04).

Para Antunes (2006), ao passo que essa articulação opera no plano gnosiológico uma desconstrução ontológica do trabalho, ocorre paralelamente, no espaço em que o autor adjetiva como mundo real, a conversão deste, em uma das questões mais explosivas da contemporaneidade.

Ao problematizar as teses que propugnam o fim do trabalho, concebe a forma contemporânea do trabalho como expressão do trabalho social “que é mais complexificado, heterogenizado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos” (ANTUNES, 2006, p. 159). Antunes indica que “em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, dos trabalhadores hifenizados” (ANTUNES, 2006, p. 160) e que esses se encontram em ampla expansão no mundo produtivo e de serviços. E como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias ele necessita “além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecno-científico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido” (ANTUNES, 2006, p. 160).

2 Forma típica também descrita por Tristão (2009) e outros: como classe dominante, a burguesia tenta mistificar e justificar a realidade social do modo de produção capitalista, impedindo o acesso dos trabalhadores ao conhecimento, ou, o que é mais grave – tendo o domínio das bases materiais, econômicas, e logo das ideologias e conhecimentos produzidos sobre essas bases – acaba por criar teorias e métodos que distorcem a realidade.

Ao adentrar e compor forças junto aos autores anteriormente citados, Helena Hirata (1998) traz ao embate no campo teórico-político a dimensão sexuada das relações de trabalho. A autora critica a indagação ao trabalho, quando a sua forma assalariada é questionada pela realidade atual do emprego. Endereça então, sua argumentação aos questionamentos: primeiramente, afirma ser fruto de uma confusão entre diminuição de emprego e diminuição de trabalho; em segundo, consequência de uma concepção extremamente restritiva de trabalho que exclui como exemplo, toda a produção doméstica e em terceiro lugar, ela parte de um ponto de vista eurocentrista, que não leva em conta a divisão internacional do trabalho, a qual concentra cada vez mais, nos países ditos em vias de desenvolvimento, as atividades justamente intensivas de trabalho³ (HIRATA, 1998, p. 22).

Hirata assevera a impossibilidade de afirmações sobre a atividade real de trabalho levando em consideração a regressão do emprego assalariado. O primeiro, na visão da autora, continua a ocupar posição determinante na sociedade.

Dado fundamental no impulso de nosso estudo versa justamente sobre a questão da mulher trabalhadora na sociedade capitalista. As pesquisas atuais que levam em consideração a dimensão sexuada do trabalho vêm afirmando que atualmente, vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino. Paradoxalmente, essa inserção feminina no universo laborativo vem acompanhada pela precarização e desregulamentação, pela desigualdade de direitos e salarial em relação à força de trabalho masculina (ANTUNES, 2005, MAZZEI NOGUEIRA, 2004).

Nessa pesquisa temos compreendido, corroborando com Antunes e Braga (2009) que menos que uma descompensação da lei do valor, na economia política capitalista, há uma crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, tanto nas atividades industriais mais informatizadas quanto nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações.

No sentido da publicação dos autores sobre o setor dos serviços, busca-se nessa pesquisa, mesmo que de forma embrionária, uma compreensão da condição proletária no comércio, das características da estrutura sócio-ocupacional desse setor econômico, seu controle e gestão do trabalho, suas formas de obtenção do consentimento à

3 Afirmam Antunes e Braga (2009) ponto fulcral nessa discussão. Destacam que, atualmente, após a entrada dos gigantescos batalhões de trabalhadores da China e da Índia no jogo do capitalismo globalizado, sem falar na Rússia e na América Latina, fica impossível correr o risco de se prever o declínio estrutural do trabalho vivo como fonte de riqueza material.

exploração econômica, da produção ou não de identidades coletivas, assim como de desigualdades sexuais.

Para esse intento, optamos pelo estudo de uma categoria profissional no setor do comércio, notadamente inserido nas relações capitalistas mundializadas, nas quais empresas transnacionais exploram o trabalho em todo o mundo: é o caso das operadoras de *checkout* em hipermercados de característica multinacional.

Operadoras de *checkout* são trabalhadoras que atuam, em princípio, junto às máquinas registradoras da saída de mercadorias em super e hipermercados. No Brasil, são comumente aludidas como “caixas” de supermercado.

Temos encerrada nessa categoria profissional uma série de determinações contidas na sociedade capitalista hodierna e por isso o aprofundamento no estudo dessas trabalhadoras pode nos permitir ao exercício da reflexão acadêmica e seu trânsito do particular ao universal.

Essa pesquisa também se caracteriza como uma refutação às teorizações fenomenológicas do fim do trabalho e apresenta se não uma atividade laboral no plano do trabalho concreto e vivo, extremamente simplificada, produtora ainda, de valor, ou seja, inserida na trama do trabalho não-pago.

Nela o trabalho complexo, cognitivo, tecnocientífico está, sem dúvidas presente. Manifestado e incorporado na própria maquinaria tecnológica, mas que, segundo a possibilidade economicamente mais viável ainda não prescindiu⁴ do trabalho manual das operadoras dos caixas registradores. É a própria realização da imbricação entre o trabalho material e imaterial, na qual a produção, a circulação e os serviços concretizam sua sintonia com a dinâmica da exploração lucrativa do trabalho.

No plano do trabalho abstrato e produtivo, engorda-se o numeral do assalariamento e especialmente da classe não proprietária. Onde nesta última engloba-se também o marcante exército industrial de reserva. Da mesma forma, a participação dessas trabalhadoras da cadeia produtiva coletiva, atravessa sua atividade em termos do trabalho produtivo, produtor de mais-valia.

⁴ Embora o capital ainda empregue formas pretéritas de exploração do trabalho, cabe ressaltar que estas só são formas de valorização do capital enquanto o valor da força de trabalho for mais atrativo aos “ganhos do capital” do que a automação do processo produtivo, ou seja, é uma “questão do cálculo” do capitalista (TRISTÃO *et al.*, 2009, p.79).

A presente pesquisa atende ao interesse que atravessou nossas histórias pessoais durante os últimos períodos, qual seja, o de aprofundar os estudos do trabalho feminino sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético.

Cumpra nesse sentido, não um papel de ansiedade pessoal no sentido estrito, ao contrário, o de atender a uma expectativa relacionada ao nosso posicionamento diante da realidade segundo uma concepção política e científica indissociadas.

Também se propõe ao exercício de, demonstrar a possibilidade dessa metodologia dotar de densidade reflexiva e aprofundar a composição dos atuais estudos da tecnologia, do trabalho e trabalho feminino, da sociedade contemporânea e outras temáticas envolvidas em nosso programa de pesquisas.

Nesse sentido, reflete criticamente sobre os aspectos sociais e tecnológicos atuais, buscando ampliação das formas de compreensão dos mesmos no sentido da transformação social e não outro.

1.1 PROBLEMA

Quais as implicações da mundialização do capital e das mudanças tecnológicas para o trabalho das operadoras de checkout numa empresa multinacional instalada no Brasil?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar as implicações da mundialização do capital e das mudanças tecnológicas para o trabalho das operadoras de checkout numa empresa multinacional instalada no Brasil.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.3.1 Analisar o contexto da chamada mundialização do capital, seu fundamento material, seu construto ideológico, suas conseqüências tecnológicas e para o mundo do trabalho.

1.3.2 Investigar as tendências do trabalho feminino nesse contexto, localização, condições de trabalho, relação com a tecnologia e organização.

1.3.3 Indicar as conseqüências da mundialização do ramo dos hipermercados.

1.3.4 Verificar as implicações da mundialização do ramo dos hipermercados sobre o trabalho das operadoras de *checkout*, considerando sua especificidade laboral na região de Curitiba.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.4.1 Sobre o método materialismo histórico dialético

O panorama teórico-metodológico que orienta essa pesquisa é o materialismo histórico dialético, ou marxismo. Este se caracteriza fundamentalmente como o movimento do pensamento, o caminho compreensivo da realidade histórica determinada em questão e sua relação com o intérprete, por sua vez, situado num ponto de vista de classe.

Tem-se nessa perspectiva, que a compreensão da realidade estudada requer algo além da simples superficialidade, já que esta se encontra revestida por uma construção histórica dada e uma coleção de idéias dominantes para justificá-la. Para a concepção marxista seria ironicamente supérfluo empreender um estudo ou uma reflexão sobre um fato, se a aparência dos fenômenos e sua essência fossem coincidentes imediatos. György Lukács afirma que para progredir destes fatos, deve-se “penetrar no seu condicionamento histórico como tal e abandonar o ponto de vista segundo o qual eles são dados como imediatos: há que submetê-los a um tratamento histórico e dialético” (LUKÁCS, 1974, p. 22).

O marxismo é a tradição sociológica que vai se opor diretamente às concepções positivistas de ciência e sociedade⁵. Esta corrente foi fundamental ao levantar o problema do condicionamento sócio-histórico do pensamento e a desmascarar ideologias de classe inculcadas por trás dos discursos pretensamente neutros e objetivos dos economistas clássicos e outros cientistas sociais. Tal concepção afirmará claramente uma relação epistemológica entre a ciência marxista e o ponto de vista de classe do proletariado, portanto uma visão de mundo transformadora.

György Lukács representa importante contribuição ao campo em sua obra *História e Consciência de Classe* (1923). Nesta todo o conhecimento da sociedade estará

⁵ Não estamos com esta afirmação desconsiderando o historicismo alemão relatado por Michel Löwy (1997). Trata-se apenas de buscar enfatizar a concepção que nos parece mais importante, mesmo sendo esta herdeira de alguns aspectos do historicismo, conforme afirma também Michael Löwy (1985). Nessa ocasião o autor reconhece a incorporação de algumas contribuições historicistas no método marxiano. Reconhece também, como mérito do historicismo o fato de ter avançado pela primeira vez a compreensão da historicidade dos fenômenos e, em um segundo momento, a historicidade do próprio conhecimento social.

intimamente conectado à consciência de classe de uma camada social determinada: os limites do conhecimento decorrem da situação objetiva de classe (LÖWY, 1997).

Na sociedade capitalista, apenas as duas classes fundamentais podem desenvolver uma perspectiva global geral, pois são capazes de compreender a estrutura de conjunto da sociedade e nesse sentido, a burguesia é dilacerada em sua consciência de classe por dois interesses contraditórios: por um lado o de conhecer claramente os fatos econômicos particulares e por outro, o de ocultar cuidadosamente a totalidade dialética da sociedade capitalista. A consciência de classe burguesa deve obscurecer-se necessariamente ao surgirem problemas que sua solução remeta para a transformação do capitalismo e essa cegueira do pensamento burguês se faz, portanto, necessária, pois se trata exatamente de seu ponto de vista burguês, abrir mão disso, seria renunciar voluntariamente à sua dominação histórica.

Para Lukács o marxismo enquanto forma de conhecimento da sociedade está ligado necessariamente à consciência de uma classe social, a seu ponto de vista e é apenas do ponto de vista do proletariado – a partir de sua consciência de classe – que o momento da totalidade social se torna visível.

Löwy (1997) reconhece na contribuição de Lukács que o ponto de vista de classe do proletariado representa um nível cognitivo mais elevado. Para o proletariado, pois, o conhecimento objetivo de sua situação de classe é uma necessidade vital.

Constrói então Löwy (1997), o modelo de objetividade das ciências sociais segundo o seguinte quadro. A possibilidade objetiva de conhecimento da totalidade real está relacionada à posição do observador, esta por sua vez é relacionada ao ponto de vista de classe – ponto em que se opõe essencialmente ao legado do positivismo –, que quanto mais essencial, mais ampliará o horizonte de visualização. Refere-se ao ponto de vista do proletariado, corroborando com a percepção de Lukács que destacamos acima, sendo os demais pontos referentes a outras classes. Este observador possuirá livre flutuação entre os pontos de vista, mas seu horizonte de conhecimento depende sempre da posição que se encontra no momento. Por fim, este ponto de vista, oferece apenas a possibilidade objetiva do conhecimento, que será condicionada por outras determinações, como por exemplo: outras pertinências sociais não-classistas, a autonomia própria da ciência, o saber acumulado que sirva de ponto de partida e mesmo a sensibilidade individual do conhecedor.

Partindo dessas questões, passamos nesse momento a apontar alguns pressupostos dessa concepção. Marx e Engels (2004) travam em Ideologia Alemã um embate entre as cosmovisões idealista e materialista. Nessa obra, desenvolvem pressupostos importantes de sua concepção materialista. Segundo os autores, em contraposição a visão idealista “o pressuposto que se parte não são arbitrários nem dogmas. São bases reais. Indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas que eles já encontraram elaboradas quanto aquelas que são o resultado de sua própria ação” (MARX, ENGELS, 2004, p. 45).

Nessa concepção o primeiro ato de toda história humana é a existência de seres humanos vivos, pois a primeira atitude histórica dos indivíduos não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de sobrevivência. Segundo os autores,

A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende sobretudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve, porém, considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma forma determinada de atividade dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto como com o que produzem como o modo como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção (MARX, ENGELS, 2004, p. 45).

Para os autores, o fato é que no percurso do conhecer, é fundamental considerar que indivíduos determinados, como produtores, atuam de uma maneira também determinada, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas e dessa forma, é conseqüentemente necessário que, em cada caso, a observação empírica ponha em relevo – de modo empírico e sem qualquer especulação ou mistificação – o nexo existente entre a estrutura social e política e a produção.

Esses indivíduos desenvolvem suas atividades com limitações, pressupostos e condições materiais, estes fazem “a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas [...] com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2004, p. 15).

Marx e Engels consideram a respeito das idéias e representações, e aqui podemos considerar também as ciências, que estas são produzidas pelo ser humano, mas

seres “reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas” (MARX, ENGELS, 2004, p. 51). Tais pressupostos também nos trazem à breve consideração sobre os discursos, na medida em que nos utilizaremos de entrevistas durante nossa pesquisa. É preciso tomar a condição filosófica apontada pelos autores, segundo a qual

Ao contrario do que sucede na filosofia Alemã, que desce do céu para a terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, dito de outro modo, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, nem do que são nas palavras, no pensamento, imaginação e representação dos outros para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se, sim, dos homens em sua atividade real e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital. E mesmo as formulações nebulosas de cérebro dos homens são sublimações necessárias no seu processo de vida material que se pode constatar empiricamente e que se encontram sobre bases materiais. Desse modo, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem historia nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir de sua realidade, também o seu pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, ENGELS, 2004, p. 51).

E nesse sentido, é que justifica-se a apresentação nessa pesquisa de todo um contexto amplo, que indica as formas organização do presente modo de produção, que posteriormente parte à coleta dos discursos e representações. Dessa forma, o movimento do pensamento ou a trajetória de nossa reflexão pode se dar nos termos do método materialista histórico e dialético, no qual teremos um ponto de partida bem claro, qual seja, das relações sociais de produção.

Marx (1996) indicará como método aquele que inicia pelo real e pelo concreto, que são condição prévia e efetiva, dessa forma teríamos uma visão caótica do todo e através do ato de traçar determinações mais precisas, “através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples” (MARX, 1996, p. 218) e a partir deste momento seria necessário retornar, caminhar no sentido contrário até se chegar finalmente de novo no ponto de partida, que não seria mais a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e relações numerosas.

Essa totalidade, segundo Lukács (1974), não é dada de maneira alguma diretamente no pensamento. Afirma Marx que “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (MARX, 1996, p. 218) e

É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento (MARX, 1996, p. 219).

E nesse momento, é que Lukács (1974) aponta terem caído os idealistas na ilusão que consiste em confundir esse processo de reprodução da realidade como processo de edificação da própria realidade.

Para Marx (*apud* LUKÁCS, 1974) é importante conceber que são as relações de produção de cada sociedade que formam um todo, e este é ponto de partida metodológico e a chave do conhecimento histórico das relações sociais, sendo a totalidade concreta, portanto, a categoria fundamental da realidade.

Acerca da categoria totalidade, Leandro Konder (2006) esclarece que para a dialética marxista o conhecimento é totalizante e a atividade humana em geral, um processo de totalização de genericidade, que não alcança etapa definitiva ou acabada.

Trata-se do estabelecimento de uma visão de conjunto sempre provisória, que não se pretende esgotar a realidade a que se refere. Essa última é sempre mais rica que o conhecimento que se tem dela. A esse respeito, esclarece-nos Karel Kosik (2002) afirmando que a “dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro total da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades” (KOSIK, 2002, p. 44).

Entretanto, afirma Konder, que não é pelo fato de que há sempre algo que escape às nossas sínteses, que devemos dispensar dos esforços para elaboração das mesmas. “A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de totalidade” (KONDER, 2006, p. 37).

Também cabe ressaltar que na visão Kosik (2002) a totalidade não é o somatório de partes, ou de todos os fatos e sim uma realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou a partir do qual um fato qualquer pode vir a ser compreendido.

Nessa trajetória, para reconhecer as totalidades em que a realidade está efetivamente articulada, o pensamento dialético se dispõe ao esforço de identificar gradualmente contradições⁶ e mediações específicas que constituem o tecido de cada totalidade, que fornecem vida a cada uma delas (KONDER, 2002).

A dialética vai refletir o todo sem negar as partes, assim como seu contrário. Pensa tanto contradições entre as partes como união e coincidências entre as mesmas.

Nesse contexto, para que realizemos o movimento correto do pensamento segundo a trajetória dialética que diante do concreto sensorial, parte para uma coleção de abstrações simples até que se constitui em concreto pensado (GERMER, 2003) e por isso totalidade concreta, é também necessário considerar a categoria mediação.

Esse movimento não é outro, senão o avanço do mundo das aparências para a compreensão da essência dos fenômenos, ou em outras palavras, é a destruição da pseudoconcreticidade (KOSIK, 2002) que aparentam os fatos à primeira vista. Konder (2002) indica que as operações de síntese devem analisar não somente a dimensão imediata dos objetos, como também e, sobretudo a dimensão mediata deles. Nessa dimensão, dada a partir da intenção de aprofundamento do conhecimento da realidade, deve-se investir para além da percepção imediata e constituir através de novas abstrações, mediações e contradições que permitam avançar a um ponto mais elevado de compreensão.

Para fins de nosso estudo acerca das operadoras de *checkout* em empresas de característica multinacional, foi necessário recorrer a totalidades mais abrangentes, considerando o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, assim como as contradições postas ao trabalho feminino. Nesse contexto, aprofundamos as especificidades dessa atividade laboral nas mediações que apresenta com o todo estruturado concreto.

⁶ As conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias. Em tais unidades, a contradição é essencial: não é um mero defeito do raciocínio. Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar (KONDER, 2002, p. 49).

1.4.2 Sobre a categoria trabalho, a divisão sexual do trabalho e a alienação

Partindo do debate que recorremos anteriormente acerca da centralidade da categoria trabalho na compreensão histórica, contraditória e totalizante da contemporaneidade, vimos necessidade de ressaltar nossa compreensão acerca dessa categoria, visto que na atualidade ela pode ser compreendida como um termo altamente polissêmico (FRIGOTTO, 2008).

Estamos compreendendo o trabalho, nos termos de Lukács, enquanto categoria fundante do ser social. Conforme Marx (2003) é necessário considerar-se o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada primeiramente, pois este ao produzir valores de uso, não mudará sua natureza geral por beneficiar o capitalista ou estar sob seu controle. Nesse sentido, o trabalho na perspectiva marxiana, é antes de mais nada um processo onde participam o ser humano e a natureza, em que o humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.

Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2003, p. 221-212).

Entretanto para Marx, o processo de trabalho, quando acontece como consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos inseridos na dinâmica desse modo de produção, no qual ao capitalista pouco importa o conteúdo físico dos

produtos do trabalho ou mesmo do processo dele, o que vale essencialmente é a quantidade de valor excedente encerrado em cada mercadoria produzida⁷.

Nesse contexto, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence o seu trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O processo de trabalho, assim como o produto do mesmo são separados da atividade própria do trabalhador, pertence a outrem, notadamente à outra classe social, e essa se configura na contradição fundamental da sociedade capitalista.

Significa dizer que na sociabilidade capitalista, o trabalho enquanto relação humana com a natureza, produtor de coisa útil, valor de uso, portanto trabalho concreto, é subsumido à forma capitalista de trabalho, produtora de valor ou valor de troca, mais ainda de mais-valia⁸.

⁷ A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em uma imensa acumulação de mercadorias, e esta última, considerada isoladamente é a forma elementar dessa riqueza. Antes de mais nada, mercadoria é objeto externo, que pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas, tendo estas origem no estômago ou na fantasia. Nela, encerram-se dois fatores fundamentais, relacionados ao seu teor valorativo, são eles: valor-de-uso e valor. Valor-de-uso é ligado à utilidade, ao aspecto qualitativo de determinada mercadoria, é conteúdo material da riqueza e apenas se realiza com o consumo. O valor, ao expressar-se no momento da permuta, é nomeado valor-de-troca, por sua vez revela-se, inicialmente na relação quantitativa entre valores-de-uso diferentes, na proporção em que se trocam. Difere-se da primeira forma de valor na quantidade, não contendo sequer um átomo de valor-de-uso. Por serem as mercadorias, frutos do trabalho humano, nas duas dimensões valorativas que adquirem, estarão contemplados duas formas desse trabalho, a forma concreta e a forma abstrata. A forma concreta é onde se observa o caráter útil de seus produtos, onde as características individuais de cada trabalho e produto dele se diferenciam. Se prescindirmos do valor-de-uso de uma mercadoria, de seus elementos materiais, seu caráter útil e conseqüentemente das formas de trabalho concreto, reduziremos todas, a uma única espécie de trabalho, o abstrato, massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio da força humana. Os produtos passam então a representar apenas força de trabalho humana gasta em sua produção, armazenando-o e como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores. Estes, são calculados por meio da quantidade da substância criadora de valor nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, mede-se pelo tempo de sua duração e o tempo de trabalho, por frações de tempo. No entanto, tais quantidades são reveladas socialmente, portanto o que determina essa grandeza de valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de algum valor-de-uso. São também características das mercadorias no interior do modo de produção capitalista a sua elaboração com respeito ao fim da permuta, e esta, insere-se fundamentalmente no âmbito desse modo de produzir na expectativa da reprodução ampliada do capital (MARX, 2003).

⁸ O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. O trabalho inserido nesse processo visará além de produzir um valor-de-uso que possua valor-de-troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria, buscará produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor do conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, ou, a soma dos valores dos meios de produção e da força de trabalho. Mais ainda, além de valor-de-uso e valor, objetiva fundamentalmente valor excedente, a mais-valia. É valor criado durante uma jornada trabalho à exceção do valor correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário para pagar a quantidade relativa aquela jornada da reprodução da força de trabalho empregada. É trabalho não pago, não revertido ao trabalhador e apropriado pelo capitalista empregador. O valor da força de trabalho e o valor que ela cria, são de duas

Paulo Sergio Tumolo (1998) contribui com essa leitura, buscando avançar com radicalidade na inclusão da categorização fundamental sobre o trabalho produtivo. Para o autor, faz-se necessário concordar com a fundamentação Antunes⁹ segundo o qual o capitalismo é uma sociedade produtora de mercadorias e que, por isso, o trabalho concreto está subsumido pelo trabalho abstrato. Para Tumolo, é ainda forçoso reconhecer que esse modo de produção é essencialmente uma sociedade produtora de mais-valia e, por esta razão, o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor), que, por sua vez, está subsumido pelo trabalho produtivo (mais-valia)¹⁰. E nesse sentido o autor confirma na presente sociedade, o papel central da classe trabalhadora não só na criação de valores de troca, mas fundamentalmente como produtora de mais-valia, de capital.

Ressalta Tumolo que a produção de mais-valia (capital) é a razão última desse modo de produção, e por isso o trabalho produtivo determina tanto o trabalho abstrato como o trabalho concreto. Trabalho produtivo é, segundo o autor, a categoria analítica fundamental. Completa afirmando que a crítica mais radical que se pode fazer ao capitalismo é a que toma o trabalho produtivo como categoria básica¹¹.

Ainda nos valeremos na constituição da categoria de trabalho ou trabalhador produtivo, da noção apresentada por Marx do trabalhador coletivo. Para o autor, a conceituação dessa forma de trabalho e seu executor amplia-se em virtude do caráter cooperativo do processo de trabalho. Apresenta-nos: “para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho, basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias” (MARX, 2003, p. 577)¹².

magnitudes distintas, são respectivamente trabalho necessário e trabalho excedente. Desse conceito surgem as distinções de mais-valia absoluta, extraordinária e relativa (MARX, 2003).

⁹ Refere-se à obra “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho” lançada em 1995.

¹⁰ Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção (MARX, 2003, p. 721).

¹¹ Tumolo se baseia para esse artigo nas discussões de Rubin, que diferencia o trabalho produtivo do ponto de vista do capital. Este é empregado diretamente pelo capital e que se converte diretamente em capital, ou seja, trabalho que produz mais-valia, trabalho que produz capital, não importando qual a forma da mercadoria produzida.

¹² A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital [...]. O conceito de trabalho produtivo não

Essa compreensão se faz fundamental para entendermos nosso objeto de estudo – as operadoras de *checkout* – no campo geral de trabalho produtivo. Elas estão em parte, inseridas na cadeia coletiva de produção, gerando lucratividade às empresas multinacionais, que se apropriam do trabalho excedente realizado no interior de sua jornada por muitas vezes prolongada ao limite máximo.

Também é fulcral atentarmos para a forma do trabalho das operadoras que o fato de não ser uma atividade que materializa em si um produto físico, materialmente palpável, pode vir a trazer confusões acerca de sua classificação.

Nesse caso, esclarece-nos Harry Braverman (1981) que podemos ter dificuldades ao se pretender classificar estritamente o trabalho na sociedade capitalista com base em sua forma determinada. Informa o autor que para o capitalismo o que importa não é determinada forma de trabalho, mas sua forma social¹³, sua capacidade de produzir, como trabalho assalariado, um lucro para o capitalista, sejam em bens ou serviços.

Os serviços, por sua vez, constituem grande parcela na divisão social do trabalho por toda a era capitalista, mas não constituíram uma parte produtiva ou lucrativa senão recentemente (BRAVERMAN, 1981).

Para Ellen Lucy Tristão (2007) os serviços são uma forma de trabalho humano que normalmente não cria valores de uso que se materializam em um objeto, mas são úteis apenas como atividade, ou seja, sua utilidade cessa de existir quando o trabalho termina. Segundo a autora, as atividades de serviços cumprem diferentes funções no modo de produção capitalista como, por exemplo, o papel realizar ou auxiliar na realização da mais-valia, ou seja, na venda do produto. Essas atividades – que vão do comércio às atividades de publicidade, criação de marcas e produtos que facilitem a venda – são de grande importância para a produção capitalista.

compreende apenas uma relação entre atividade e feito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador instrumento direto de criar mais-valia (MARX, 2003, p. 578).

¹³ Na história do capitalismo, a tendência é no sentido da erradicação de distinções entre as variadas formas de trabalho. Sobretudo, na era do capitalismo monopolista, faz pouco sentido basear qualquer teoria econômica em qualquer variedade privilegiada especialmente de processo de trabalho. À medida que essas formas variadas caem sob os auspícios do capital e se tornam parte do domínio de investimento lucrativo, entram para o capitalista no reino do trabalho geral ou abstrato, trabalho que amplia o capital (BRAVERMAN, 1981, p. 308).

Citando Marx, a autora indica que os serviços não são em geral, mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade. Nas palavras do autor, o resultado do trabalho em serviços não apresenta como efeito, mercadorias que existem separadamente do produtor como livros, quadros, ou outros. Nesse caso, o produto do trabalho não é separável do ato de produção (TRISTÃO, 2007).

Marx não toma a definição de trabalho produtivo e improdutivo em função do seu conteúdo material. Para o autor, esse hábito deriva de uma concepção fetichista peculiar do modo de produção capitalista e deriva da essência do mesmo (MARX, 1985).

Segundo Tristão (2007), o marxismo vai compreender a mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca – como simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social de mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea. Concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro, sendo possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio. E esse nos parece o exato caso das operadoras de *checkout*.

Para nós é ainda fundamental retomar a perspectiva apontada por Hirata (1998), citada anteriormente, acerca da dimensão sexuada do trabalho. Essa perspectiva exposta pela autora nos serve nesse momento como exemplo da postura metodológica que procuramos adotar, no sentido de empenhar-se em uma análise dialético-materialista, que em acordo com Gaudêncio Frigotto (2008) deve procurar não se afastar dos fundamentos dessa teoria, assim como buscar saturar as categorias e conceitos no movimento mais universal do sistema do capital e na especificidade de diferentes formações histórico-sociais.

Significa posicionar-se em contrariedade ao abandono das categorias do materialismo histórico e buscar a citada saturação conceitual em relação à dimensão sexuada do trabalho, na convergência de reflexões de autoras como a mencionada anteriormente, Helena Hirata, e outras como Denièle Kergoat.

Seu arcabouço teórico parte de uma reflexão profundamente crítica e subversiva no campo dos estudos do trabalho, que aprofunda a consideração da divisão sexual do

trabalho¹⁴, assim como das relações sociais de sexo, num esforço de “pensar o conjunto do social de maneira particular, porém não fragmentada” (KERGOAT, 1997, p. 33).

A reflexão das autoras possui profunda referência no marxismo, o que, segundo as mesmas é uma das diferenciações mais fortes entre o feminismo francês – do qual elas são parte – e o feminismo anglo-saxão, em particular o americano (HIRATA, KERGOAT, 1994). Essa referência realizada de forma crítica avançou de forma definitiva – mesmo não tendo se tornado hegemônica – no entendimento da complexidade da sociedade de classes.

O impacto dessas teorizações se deu no fato de que na tradição acadêmica as classes sociais sempre terem sido tratadas como se a dimensão sexuada não implicasse nenhuma heterogeneidade na sua composição, e tais teorias afirmaram serem, as relações de classe e as relações de sexo, relações estruturantes e fundamentais da sociedade, em oposição a outras, que são contingentes.

Num esforço descrito por Kergoat (1987) como a construção de novos instrumentos ou conceitos, ou ainda melhor, na reapropriação original de antigos, para dar conta da compreensão da essência mesma das relações sociais em seu dinamismo, retomando para isso, conceitos marxistas fundamentais, desenvolvem as autoras a articulação das relações de classe e as sociais de sexo, apontando que a dinâmica de uma esfera possui efeito sobre a outra. Essas relações – de classe e de sexo – segundo as autoras organizam a totalidade das práticas sociais, em qualquer lugar que estejam se exercendo. Em outros termos “não é só em casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado” (p. 96)¹⁵.

Trata-se segundo Kergoat (1997) de tomar as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho como duas formas indissociáveis componentes de um sistema que constitui um marco teórico de conjunto, que aparece enquanto uma aquisição do feminismo, oriundo da emergência das categorias de sexo como categorias sociais, que

¹⁴ Utilizar-nos-emos das expressões divisão sexual do trabalho e divisão sócio-sexual do trabalho enquanto conceitos equivalentes. A prevalência do segundo termo no campo título desse trabalho possui o intuito de diálogo imediato com o leitor e leitora, no sentido de comunicar pontualmente a dimensão social atribuída à categoria sexo, na contraposição da leitura biologicista da mesma.

¹⁵ Exemplo dessa questão, Mauro Luis Iasi (2007) desenvolve ao refletir acerca do trabalho doméstico, em consonância com a lei do valor. Afirma o autor ser o trabalho doméstico um processo de trabalho que não gera mais-valia, não valoriza valor, portanto é trabalho improdutivo. Descreve-o como um serviço que produz parte do valor da força de trabalho, aquele referente à sua manutenção e reposição diária, gerando valor novo, ainda que não seja mais-valor. Dessa forma desnuda em parte a exploração dessa forma de trabalho, exercida majoritariamente por mulheres.

vieram a demonstrar os arquétipos de homens e mulheres não como produtos de um destino biológico e sim, antes de tudo, como construções sociais com uma base material.

Kergoat (2003) aponta que homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho¹⁶ é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valorização social. Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e o princípio de hierarquização – um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2003). Estas são caracterizadas pelas seguintes dimensões:

- 1) As diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica;
- 2) Esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- 3) Estas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação.

Dessa forma, a categorização levantada pelas autoras traz-nos como perspectiva de observação não apenas a possibilidade de percepção da divisão de atividades sociais

¹⁶ Para um possível aprofundamento no debate acerca da utilização das categorias ou terminologia: gênero, sexo e patriarcado, ver Scott (1995), Gates (1985), Viana (2006a, 2006b), Kergoat (1989, 1996, 2003), Saffioti (1992, 2004).

entre homens e mulheres. Assim deixaríamos que o imediato se tornasse o próprio conhecimento, deixando de abordar nosso objeto de pesquisa em sua dimensão histórica mediatizada numa totalidade de relações.

É também consideração metodológica fundamental, aquela apontada por Marx nos Manuscritos de Paris, comentada por István Mészáros (2006) em Teoria da Alienação em Marx¹⁷, na qual temos o que chamamos de condição de alienação.

Segundo Mészáros, a alienação da humanidade em sentido fundamental significa a perda do controle, a corporificação deste em uma força externa que confronta os indivíduos com um poder hostil e potencialmente destrutivo.

Nos Manuscritos de 1844, indica Marx ao analisar a alienação, quatro aspectos principais: a) alienação dos seres humanos em relação à natureza, b) em relação à sua própria atividade produtiva, seu trabalho, c) em relação à sua espécie, humana e d) em relação de uns com os outros humanos. Para Marx, esses eventos não são fatalidades da natureza – como são representados de fato, os antagonismos estruturais do capitalismo, a fim de deixá-los permanecer – mas uma forma de auto-alienação, em outras palavras, trata-se de um resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para transcender a auto-alienação do trabalho.

Tendo essa perspectiva de fundo, arriscamos afirmar que a condição de alienação se faz mais profunda para o pólo da mulher trabalhadora, essa separada ora do processo, ora do produto de seu trabalho, assim como dividida por um fosso entre o seu ser e o ser genérico humano.

1.4.3 Sobre a classificação da pesquisa e suas ferramentas de campo

Segundo Herivelto Moreira (2006) o processo de pesquisa é uma interação dialética contínua. É análise, crítica, reiteração, reanálise e assim por diante. Nesse sentido, nossa pesquisa se classifica como explicativa – segundo Gil (1994) – pois possui como preocupação central identificar fatores que determinam ou que contribuem

¹⁷ István Mészáros em sua obra A teoria da alienação em Marx (2006) aponta inicialmente para sua tese de que há falsa oposição entre o velho e o novo Karl Marx, pois segundo o autor, o centro estruturante do sistema marxiano *in statu nascendi*, está posto na obra Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, no qual tal núcleo se expressa na transcendência da auto-alienação do trabalho ou *aufhebung*.

para ocorrência dos fenômenos, explicando as razões dos acontecimentos, aprofundando o conhecimento da realidade. É também de tipo qualitativa, pois explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos quantitativamente.

Nosso objeto específico de pesquisa é o trabalho das operadoras de *checkout* em hipermercados de característica multinacional. Na composição dos dados para a compreensão desse objeto, lançamos mão de duas ordens de ferramentas de pesquisa, quais sejam as observações e entrevistas com atores sociais desse contexto.

Optamos então, pela observação sistemática, na qual – segundo Moreira (2006) – o observador não se envolve diretamente com os participantes dos estudos, tomando uma posição à margem dos eventos sociais. Durante as observações, os comportamentos investigados incluem o que as pessoas fazem e dizem sem que sejam interrompidas. Descreveremos mais detidamente a realização das observações no Capítulo 4.

Quanto às entrevistas, selecionamos a forma semi-estruturada, individual e em grupos, pois pensamos que uma entrevista aberta, sem direcionamento poderia nos causar insegurança e fugir de nossos objetivos mais centrais.

A semi-estrutura seguiu uma guia de entrevista que incluía os temas a serem discutidos. Possuindo certo controle da conversação assim como certa liberdade para a resposta do entrevistado e possíveis retornos para esclarecimentos, conforme Moreira (2006). A seleção dos participantes foi intencional, tendo a amostra sido selecionada levando-se em consideração pessoas que podiam efetivamente contribuir para o estudo.

Segundo Moreira (2006) a lógica da amostra intencional e o seu poder esta na seleção de casos ricos em informações para o estudo em profundidade. Esses casos são aqueles com os quais o pesquisador pode aprender muito sobre as questões essenciais para os propósitos da pesquisa. Descreveremos mais detidamente a realização das entrevistas no Capítulo 4.

1.5 CAPÍTULOS

Consideramos para fins desse estudo o primeiro capítulo como o introdutório. Apresentamos a temática geral e específica nessa parte do texto, assim como a problematização e os objetivos de nossa pesquisa. Nesse mesmo capítulo, desenvolvemos uma discussão acerca do método de análise da realidade, notadamente o materialismo histórico dialético. Nesse caminho, apresentamos que na perspectiva dessa metodologia, existe um ponto de vista importante para a realização das reflexões e este está ligado à situação de classe do observador. Também indicamos os pressupostos do materialismo, e as categorias constitutivas desse método – historicidade, totalidade, contradição e mediação. Outro ponto que abordamos nesse capítulo foi o desenvolvimento do trabalho enquanto fundante da sociabilidade humana e categoria fundamental de análise, buscando as classificações do trabalho concreto, abstrato e produtivo, que geram valor de uso, valor e mais-valia. Nesse ponto também trouxemos a discussão do trabalho no setor dos serviços, onde se localiza mais propriamente nosso objeto de estudos. Por fim, anunciamos rapidamente as ferramentas de pesquisa selecionadas para coleta de dados qualitativos, as quais aprofundaremos concretamente no Capítulo 4, que descreve a experiência na pesquisa de campo.

No segundo capítulo, analisamos o contexto da chamada mundialização do capital. Avaliamos seus antecedentes históricos e sua organização atual, assentada sob a égide do capital financeiro. Também discutimos com as teorias da chamada globalização, que utilizam esse termo de forma finalista e apologética, sem dotá-lo da historicidade necessária e preconizada pelo materialismo dialético. Num segundo momento do capítulo, discutimos a partir da eclosão do modo de produção capitalista, a organização do trabalho, considerando nesse bojo a situação do trabalho feminino nesse devir histórico, buscando explicitar suas atuais tendências. E por fim, expusemos um quadro atual do trabalho feminino no setor de comércio e serviços.

No terceiro capítulo, demonstramos a macro organização do capitalismo contemporâneo, o movimento das empresas na constituição de monopólios, a capacidade de poderio político-econômico das mesmas e alguma resistência no campo do trabalho. Dessa organização destacamos ao nosso campo de pesquisa, a mundialização dos hipermercados, traçando seu caminho na direção dos países periféricos. Nesse destaque elencamos como caso emblemático para nossa realidade a

empresa Wal-Mart que se instalou no Brasil nos anos noventa e tem crescido exponencialmente nos últimos anos. Trabalhamos com um relatório elaborado pelo campo do trabalho – sindical – no qual podemos visualizar um quadro geral bem desenhado dos atos da empresa em nosso território.

No quarto capítulo, recortamos ao nosso objeto, as trabalhadoras em operação de *checkout* de uma empresa estadunidense instalada em Curitiba e por todo o Brasil. Nesse capítulo trazemos os dados da pesquisa de campo realizada por meio de observações sistemáticas à lojas de diversas bandeiras pertencentes a empresa, assim como de entrevistas semi-estruturadas com lideranças do movimento sindical no sentido de compreender com essas ferramentas de pesquisa, as implicações da mundialização do capital para o trabalho dessas operadoras.

Por fim, realizamos nossas considerações finais acerca dessa pesquisa. Nesse item resgatamos brevemente os principais resultados e reflexões que emergiam a partir do campo de pesquisa e concluímos indicando novas possibilidades de pesquisa acerca desse mesmo objeto.

CAPÍTULO 2

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO FEMININO

O presente capítulo tem por objetivo demonstrar a fundamentação geral do presente estudo. Valendo-se da perspectiva teórico-metodológica discutida no item anterior, busca-se aqui analisar o contexto da chamada mundialização do capital ou globalização. Nessa concepção, refletir acerca desse fenômeno significa indicar seu fundamento material, suas conseqüências tecnológicas e para o mundo do trabalho, e dessa forma, desmistificar sua apologia discursiva e ideológica.

Adiante, discutiremos a partir da eclosão do modo de produção capitalista, a organização do trabalho, considerando nesse bojo a situação do trabalho feminino nesse devir histórico. É intento especificar seu movimento na esfera da globalização, ou do capitalismo mundializado, buscando nele explicitar as atuais tendências do trabalho feminino.

Ao investigarmos o trabalho feminino nesse contexto – onde se localiza e em quais condições, de trabalho, de relação com a tecnologia, de qualificação, de organização e consciência de classe – apostaremos por fim, numa exposição do quadro atual do trabalho feminino no setor de comércio e serviços, o que já nos encaminhará à especificidade de nosso objeto.

1 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

“Globalização é um termo que nós, americanos, inventamos para dissimular nossa política de avanço econômico em outros países e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos do capital”

John Kanneth Galbraith

Busca-se aqui analisar o contexto da chamada mundialização do capital ou globalização. Nessa concepção, refletir acerca desse fenômeno significa indicar seu fundamento material, suas conseqüências tecnológicas e para o mundo do trabalho, e dessa forma, desmistificar sua apologia discursiva e ideológica.

1.1 A GLOBALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA IDEOLÓGICA

O tema que buscaremos apreender no decorrer desse trecho se convencionou – segundo determinada perspectiva – chamar de mundialização do capital. Essa terminologia tem sido empregada na descrição e apreensão da materialidade do processo civilizatório capitalista hodierno, por vezes em contrapartida ao termo ideológico e apologético globalização. Este último amplamente utilizado e difundido, é tomado no interior de nosso estudo, segundo certa caracterização, mais pendente à primeira terminologia citada.

O termo globalização, sem sombra de dúvidas, já habita o vocabulário comum de considerável parcela da população. Caso estejamos errados, ao menos sua repetição vem sendo praticada em grandes meios de comunicação, desde os últimos anos do século passado.

Usualmente, a questão da globalização é discutida pela mídia dominante da ordem estabelecida com uma típica autocomplacência. É simplesmente proclamado que o glorioso “mercado mundial” pode fornecer as respostas permanentes para nossos problemas globais fundamentais tanto no plano econômico como no político (MÉSZÁROS, 2007, p. 331).

A temática também adentrou, além de grandes espaços de veiculação midiática, aos espaços acadêmicos, assim como em movimentos sociais e organizações de trabalhadores e trabalhadoras. Em cada um desses contextos, o termo carregou-se de significações diversas. E por isso tratamos de discutir rapidamente nesse ponto, qual concepção nos situamos. Segundo François Chesnais (1996) essas expressões não são neutras, mas sim, cheias de conotações e por isso utilizadas de forma consciente para manipular o imaginário social e pesar em debates políticos. Afirma o autor, que o adjetivo global surgiu no começo dos anos oitenta, nas grandes escolas americanas de administração e logo se fez conhecer pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa. Em pouquíssimo tempo havia se fixado como componente do discurso político neoliberal.

Estamos a falar segundo Domingos Leite Lima Filho (2004) de determinado grupo de intelectuais da globalização, caracterizados pelo autor como entusiastas da mesma. Por meio destes, a globalização passa a ser apresentada em uma versão otimista, apologética, conforme um imperativo econômico e tecnológico com força e inexorabilidade. De maneira geral, evidencia-se tal fenômeno pela elevação do movimento de capital fictício e pelo aumento da taxa de intercâmbio mundial.

Afirma o autor que, para esse grupo, esse movimento possui tendência mundial e tem provocado o deslocamento da importância dos estados e das economias nacionais rumo a uma nova ordem econômica e cultural global, o que parece representar algo essencialmente novo, uma ruptura com a ordem social anterior. Essas interpretações

consideram a globalização como um fenômeno resultante das intensas transformações científicas e tecnológicas ocorridas no último quarto de século que têm capacidade de impulsionar a produtividade e o intercâmbio econômico e cultural mundiais em níveis sem precedentes. Estes ingredientes, aliados ao esmaecimento da polarização decorrente do fim da Guerra Fria, e em uma situação de liberdade ao fluxo internacional de capitais e de desregulamentação dos mercados de bens e serviços, teriam, segundo tais interpretações, forças potenciais para a construção de uma nova ordem social, uma sociedade “pós-industrial”, que representaria uma ruptura com o capitalismo industrial da era moderna. Ademais, seria um caminho inexorável e último, passando a idéia do capitalismo global como história final da humanidade, situando-se nesse campo as teses finalistas como, por exemplo, as formulações de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”. Nessa linha também se encontram as teses da chamada “agenda pós-moderna” (LIMA FILHO, 2004, p. 22).

Na concepção de Edmilson Costa (2008) a intelectualidade apologética da globalização apresenta-a na forma de uma nova ideologia do grande capital, que serve

por sua vez, como instrumento especial de consolidação de sua hegemonia mundial. Segundo o autor, nenhum sistema econômico e político seria capaz de se sustentar sem um corpo de idéias que o justifique social e politicamente.

Na trilha deste autor, a síntese ideológica da globalização está dada nos fundamentos do neoliberalismo, quais sejam: 1) O mercado como instrumento regulador da vida social; 2) A iniciativa privada como operadora do sistema; 3) O estado mínimo enquanto apenas um instrumento de garantia de propriedade e dos contratos; 4) Mercado regulador do comércio, oferta e procura de trabalho, saúde, educação e lazer; 5) Mercado como instrumento mítico, impessoal e apolítico, que teria a capacidade de apaziguar os conflitos de interesses.

Os fundamentos supracitados, segundo o autor, funcionam como gerenciadores ideológicos nos planos político, econômico, social, cultural da atual fase do capitalismo. Para István Mészáros (2007) aderir a concepção da eficiência do mercado, seria supostamente apaziguar-se na crença de que este, uma vez plenamente globalizado, suprimiria os antagonismos arraigados e as desigualdades em última instância explosivas da ordem estabelecida do capital.

Tais posições, que

simplesmente aderem a idéia panfletária de “Globalização” [...], não apreendem o movimento do real e suas contradições nas últimas décadas. Para estas posições a dita Globalização é o resultado natural do desenvolvimento da humanidade e, uma vez atingida, torna-se inevitável, diante dela restar-nos-ia apenas inserir-nos, adaptar-nos. Seria esse o “fim da história”. Essas posições [estão amplamente] marcadas pela ideologia da classe dominante (TRISTÃO *et al.*, 2009, p. 67).

É o que Chesnais (1996) aponta como adaptação necessária, bradada por essa intelectualidade, que reafirma a globalização como um processo benéfico e necessário. Segundo o autor, os relatórios oficiais admitem alguns poucos inconvenientes, acompanhados de vantagens que ainda não conseguem definir. Entretanto, a palavra de ordem gira no entorno da necessidade da sociedade se adaptar às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer idéia de controle ou canalização desse novo processo. Em outros termos, essa “necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado” (CHESNAIS, *op. cit.*, p.25).

De fato, por detrás do véu terminológico, semântico ou equivalente, há um debate mais profundo, de orientação político-acadêmica, que versa especificamente sobre a forma de compreensão da realidade, assim como sobre as possibilidades de transformá-la.

Para Mészáros (2007) a questão fulcral a qual devemos nos deparar mais cedo ou mais tarde, não é globalização ou não-globalização, mas sim quais alternativas concernentes ao desenvolvimento e crescimento globais integradores podem ser buscados de um modo historicamente sustentável. Concordamos com as reflexões do autor, todavia nesse momento precisaremos tratar de apontar em que visão do fenômeno da globalização estamos sustentados, por sua vez, na contrapartida da concepção entusiasta e apologética supracitada.

1.2 CRÍTICA À GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

Do outro lado¹⁸ da percepção pseudoconcreta da globalização como fenômeno da benfeitoria ocorrida no mundo social nas últimas décadas, está uma forma diferenciada de percebê-la. Nesta forma, a qual nos situamos, segundo a classificação de Lima Filho (2004), situam-se as análises críticas da globalização. Tais reflexões

consideram a globalização um processo ocorrente nos marcos do capitalismo. O fenômeno expressaria a interrupção do ciclo anunciado ao término da Segunda Guerra Mundial e representaria o início de um novo ciclo de reprodução e acumulação do capital, agora sob a dominância de sua forma financeira. Neste sentido, representaria mudanças com continuidade histórica, mas não ruptura com a ordem social capitalista (LIMA FILHO, 2004, p. 22).

Na concepção de Costa (2008), tomar a globalização nesse entendimento significa concebê-la como um fenômeno do nosso tempo, uma singularidade do capitalismo contemporâneo.

Diferentemente do anunciado pelos entusiastas, “no mundo globalizado não somente permaneceram o capitalismo e sua essência, mas também são acentuadas duas

¹⁸ É de nosso conhecimento a existência de uma série de outras classificações para a intelectualidade que procura refletir sobre o fenômeno da globalização, entre os quais, inclusive temos exemplos entre os autores aqui utilizados. Optamos por uma abordagem mais sintética, no intuito de ressaltar por meio desta dicotomia as posições que mais nos interessam para nosso objeto de estudo.

características fundamentais de concentração de renda e riqueza e de exclusão social” (LIMA FILHO, op. cit., p. 24).

Para Lima Filho (op. cit.), as evidências históricas parecem desautorizar o entusiasmo dos citados acima. O Banco Mundial (BM), por exemplo, uma das grandes entidades promotoras do discurso de apologia à globalização, acaba por reconhecer o acirramento da exclusão social em nível global, propondo inclusive algumas estratégias de alívio da pobreza em um mundo caracterizado pela desigualdade. Em seu Informe sobre o Desenvolvimento Mundial (2000) assistimos a esse reconhecimento, nos termos que seguem.

Nosso mundo se caracteriza por uma grande pobreza em meio à abundância. De um total de 6 bilhões de habitantes, 2,8 bilhões – quase a metade – vivem com menos de 2 dólares diários, e 1,2 bilhões – uma quinta parte – com menos de 1 dólar ao dia. Nos países ricos, as crianças que não chegam a completar cinco anos de vida são menos de um em cada 100, enquanto que nos países mais pobres uma quinta parte das crianças não alcança essa idade. Além disso, enquanto que nos países ricos menos de 5% de todas as crianças sofre desnutrição, nas nações pobres esta proporção é de até 50% (BANCO MUNDIAL, 2000, apud LIMA FILHO, op. cit., p. 23).

Na associação entre a dita globalização e o neoliberalismo, Costa (op. cit.) considera que ao realizarmos um balanço dos últimos vinte e cinco anos destes, veremos que poderão ser considerados um

desastre para a humanidade, tanto em termos econômicos, sociais, políticos, quanto ecológicos. Em todos os países em que foi implantado, ocorreu a concentração de renda e aumento da pobreza; o mundo de tornou mais instável e as crises econômicas, sociais, e políticas mais constantes, os trabalhadores perderam direitos e garantias conquistadas há séculos, precarizou-se o trabalho e reduziram-se os salários. Só o grande capital, e os especuladores em especial, podem comemorar o advento do neoliberalismo (COSTA, op. cit., p. 15).

Para François Chesnais (2005), um balanço da liberalização e da desregulamentação dos movimentos de capitais, do comércio, dos investimentos diretos e ainda, das privatizações, pode ser focado segundo duas maneiras.

Primeiro, a partir das promessas feitas pelos apologistas do neoliberalismo em matéria de crescimento, de emprego e de bem-estar. Nesse caso, medido pelas performances macroeconômicas e pelos indicadores de desenvolvimento mundiais, o balanço da liberalização é desfavorável se não desastroso. Mas podemos também sustentar que o objetivo do neoliberalismo, cuja expressão foi a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, era

recolocar o poder e a riqueza tão plenamente quanto possível nas mãos da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra sua capacidade de ação. Entendido dessa maneira, o neoliberalismo, é forçoso constatar, atingiu plenamente seus objetivos, pois ocorreu um grande salto na concentração de riqueza (p. 57).

Pochmann (2001), afirma que no inverso da propaganda oficial, podemos observar que a globalização não tem produzido um mundo mais homogêneo, com socialização da riqueza, do trabalho ou do poder. Segundo o autor “nas duas últimas décadas do século XX, tem ocorrido um reforço considerável no movimento mais geral de concentração da pobreza, do desemprego e dos postos de trabalho mais simples e mal remunerados nos países pobres” (apud LIMA FILHO, p. 24). José Paulo Netto (2008) confirma-nos ser esta também uma realidade posta desde o início do presente século.

Os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global, sendo que aqueles do hemisfério sul, com 58% dos habitantes da terra, não chegam a 5% renda total. Considerado, porém, a população mundial em seu conjunto, os números do apartheid global se estampam com maior clareza: os 20% mais pobres dispõem apenas de 0,5% do rendimento mundial, enquanto os mais ricos dispõem de 79%. Basta para isso pensar que um único banco de investimento, o Goldman Sachs, divide anualmente o seu lucro de US\$ 2,5 bilhões de dólares entre 161 pessoas, enquanto um país africano, como a Tanzânia, com um PIB de apenas US\$ 2,2 bilhões, tem de sustentar 25 milhões de habitantes. A concentração [de riqueza] chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial – cerca de 2,8 bilhões de pessoas (NETTO, apud, COSTA, 2008, p. 68).

Mészáros (2007) assevera que “a globalização capitalista tal como a vivemos decididamente não está funcionando e não pode funcionar para a esmagadora maioria da humanidade” (p. 332). Para o autor, mesmo que esta favoreça as forças econômicas e políticas dominantes, irá com isso, intensificar e acentuar as contradições existentes.

É a expressão do apontamento de Marx (2003) onde o autor assinala como tendência de uma “acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital” (p. 749). Nesse espectro,

a acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital (idem).

No entanto, concordamos com Lima Filho (op. cit.) quando o autor afirma a impossibilidade de nos atermos unicamente à constatação dos efeitos da globalização, muito embora essa tarefa seja fundamental. Mas continuar na busca pela apreensão da lógica do processo nos trará a atenção “para as determinações que fazem da globalização um processo necessário e funcional às necessidades orgânicas do capital em seu presente estágio histórico” (p. 24).

1.3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E TRANSIÇÃO À MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Buscar a lógica do processo de globalização é então, ultrapassar a pseudoconcreticidade discursiva dos entusiastas e apologistas, na busca do fundamento essencial do fenômeno. Sendo assim, não alcançaríamos esse aspecto, caso o considerássemos imediatamente como a realidade harmônica, pronta e acabada. Não haveria porque avançar se não identificássemos a globalização no devir de um processo histórico que, nem de longe, eliminou as contradições que configuram a essência do sistema capitalista.

Faz-se fundamental então, adotar a perspectiva empregada pelo materialismo histórico e dialético, que considera o fenômeno da globalização, em sua natureza mesma ligada profundamente à dinâmica do processo de reprodução ampliada do capital, em seus momentos de retração recessiva e expansão, na busca pela recomposição das taxas de lucro. Dessa forma, portanto, investigá-la seria “pesquisar a totalidade concreta” (LIMA FILHO, op. cit., p. 18).

Explicitar a essência do fenômeno globalização e situar-se na contrapartida do discurso hegemônico acerca dela, assinala para a “importância de se produzir uma análise da globalização que a situe historicamente”. Dessa forma, seria possível “construir uma reflexão sobre a globalização como objeto histórico que situe sua emergência no contexto do desenvolvimento histórico das relações sociais capitalistas internacionais e de seu atual estágio” (LIMA FILHO, op.cit., p. 19).

O esforço metodológico é descrito pelo autor nos termos de se considerar a interrelação entre os aspectos de realidade e representação, atentando para os diversos planos – como tecnológico, político, cultural, econômico e social – em que o fenômeno

aparece, sem incorrer na funcionalidade de isolá-los, mas justamente o oposto, que se leve em conta a dinâmica de sua coesão.

De acordo com o autor, a história do capitalismo evidencia que os períodos de crise, reestruturação e reorganização são muito mais típicos que os poucos momentos de expansão. Entretanto, pondera Octavio Ianni (2003, p. 53) que “a despeito das oscilações cíclicas, suas crises e contradições, ele se generaliza e se recria como um modo de produção material e espiritual de âmbito global”. No bojo desse movimento contraditório do capital é que identificamos a ascensão do capitalismo à esfera global.

Lima Filho (op. cit.) traz-nos importante contribuição ao elencar os antecedentes históricos da globalização, caracterizado por Chesnais (1996, p. 24) como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu, compreendida do período posterior à Segunda Guerra Mundial até aproximadamente os anos setenta. Foi a chamada era ou idade de ouro do capitalismo (HOBSBAWM, 1995), aonde vimos altas taxas anuais de crescimento econômico e enorme expansão do comércio mundial.

O período é também caracterizado pela predominância das teses econômicas de John Maynard Keynes, que prescreviam a intervenção do estado na economia e no provimento de políticas de compromisso social. Também aludido frequentemente como modelo de Estado de Bem Estar Social ou *Welfare State*, esse modelo de governo procurou a ampliação de serviços públicos de saúde, educação, habitação, assim como garantiu conquistas à classe trabalhadora acerca de direitos trabalhistas e previdenciários (LIMA FILHO, op. cit.)¹⁹.

Segundo o autor, a economia mundial estaria baseada no sistema de paridades cambiais semi-fixas e seria adotado o padrão ouro-dólar – estipulado a partir do acordo de *Bretton Woods* – havendo rigoroso controle dos movimentos de capital dos países.

¹⁹ Segundo Geraldo Augusto Pinto (2007, p. 49) o Estado de bem-estar social trata de uma forma governamental na qual a iniciativa pública, por meio dos aparelhos estatais, é concebida como pilar fundamental não apenas nas áreas de saúde, educação e segurança, mas também em relação às políticas previdenciárias, de emprego e de renda da classe trabalhadora. No mercado, o Estado assume o papel de agente essencial na condução do desenvolvimento econômico, seja através de intervenções reguladoras nas políticas comerciais, financeiras e industriais, seja constituindo empresas em pontos estratégicos das cadeias produtivas. No Brasil, embora com diversas particularidades com relação às experiências dos países capitalistas centrais, denominou-se esse estilo de política estatal como sendo desenvolvimentista, tendo vigorado, grosso modo, no período entre a década de 30 e 80.

Tal organização contava com o regime de acumulação fordista-keynesiano²⁰, que possui sua origem mesma na recomposição do núcleo orgânico das grandes potências capitalistas ao fim da Segunda Guerra Mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA).

Para o autor, “essa associação define uma forma particular de desenvolvimento capitalista, o regime de acumulação fordista-keynesiano” (p. 26) onde os altos investimentos em capital fixo configuram-se como geradores potenciais de aumentos da produtividade e do consumo em massa. Mas a realização deste dependeu da implementação de políticas estatais aliadas ao desenvolvimento de instituições sociais, assim como do encorajamento de normas e hábitos comportamentais apropriados, ou seja, todo um modo de regulação da vida social.

Uma noção fundamental trazida pelo autor, é que nesse período, o trabalho ocupa relações menos desfavoráveis em relação ao capital, conquistando via políticas sociais e da organização sindical corporativa de massa, avanços em relação à suas reivindicações imediatas. Pondera o autor afirmando que

Longe de ser uma dádiva do capital, esta fase de expansão expressaria a necessidade da economia capitalista, que, para manter sua hegemonia no plano econômico, promovia um alargamento da base de consumo e, no plano político, empreendia um controle negociado sobre as demandas dos movimentos sociais e sindicais e um ataque à expansão e ao fortalecimento do bloco pró-soviético (LIMA FILHO, op. cit., p. 26).

No entanto, sempre na trilha do autor, do ponto de vista da manutenção do sistema e sob a ótica da realização do processo de produção de mercadorias e da valorização e concentração do capital, o início dos anos setenta observou a erosão acelerada do modelo econômico vigente em uma profunda crise enfrentada pelo capital.

Alguns elementos econômicos e políticos de grande impacto podem ser destacados desse período de crise, estes mesclam manifestações concretas de declínio em períodos crise e saídas iniciais para ela, próprias de momentos de recomposição do capital. São eles:

²⁰ Essa forma de alusão relaciona o modo regulador da economia com o padrão de organização da produção industrial, nesse momento adepto do sistema de produção em massa conhecido como fordista. Este foi desenvolvido por Henry Ford, implantado por volta de 1913 com a utilização da linha de montagem em série, imortalizada no cinema na obra *Modern Times* (1936) de Charles Chaplin. Voltaremos aos paradigmas organizacionais de produção adiante.

1) A queda da taxa de crescimento dos países industrializados e o descontrole inflacionário, que ocasionou uma fragilidade no sistema de cambio fixo, levando ao colapso o acordo de *Bretton Woods* (LIMA FILHO, op. cit.). O fim desse pacto ficou marcado, segundo Costa (op. cit.) quando os EUA decidiram em 1971 suspender a conversão do dólar em relação ao ouro. A partir desse momento, os países passaram a adotar taxas de câmbio flutuantes.

2) A crise do *Welfare State* e a contestação dos postulados keynesianos, cujo processo transformou o monetarismo e o neoliberalismo em políticas de Estado, sendo seguidos por praticamente todos os países capitalistas.

3) A política de aumento das taxas de juros por parte do FED – *Federal Reserve*²¹ – no final da década de setenta, somada à política monetarista dos governos Ronald Reagan e Margaret Thatcher²², direcionaram os esforços econômicos no sentido da estabilidade monetária, em detrimento do crescimento do produto e do emprego – característicos do *Welfare State*. Essa política fortaleceu o dólar e o transformou em moeda de reserva internacional.

4) A política de desregulamentação e de liberalização dos mercados e o fim das restrições ao movimento de capitais proporcionou ao pólo financeiro uma nova dinâmica. Agentes econômicos como fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguros e corretoras em geral entraram agressivamente no mercado conquistando parcelas expressivas de um negócio que tradicionalmente pertencia aos bancos (COSTA, op. cit.).

5) A alta no preço do petróleo em dois momentos, primeiramente em 1973 e depois em 1979. Fatos que segundo Augusto Pinto (op. cit.) desequilibraram gravemente o plano macroeconômico da maioria dos países.

6) No campo da produção, o caminho para a recomposição das taxas de lucro ficou a cargo de um reordenamento da organização produtiva, onde se inseriu um sem número de tecnologias informacionais e microeletrônicas, substituindo mais e mais trabalhadores, além de se lançar mão das terceirizações, a partir de onde se configurou “uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global” (ANTUNES,

²¹ Banco Central Estadunidense.

²² Ronald Wilson Reagan, quadragésimo presidente dos EUA, governou entre 1981 e 1989, quando foi sucedido por George Herbert Walker Bush. Margaret Hilda Thatcher, primeira ministra britânica entre 1979 e 1990. Ambos conhecidos mundialmente pela implementação de políticas liberalizantes.

2007) , tendo na ampliação do desemprego crônico uma importante manifestação da realidade do trabalho no período que se inaugura.

O capitalismo em crise entra em “longa e profunda depressão” (ANDERSON, 1995) o que lhe impulsiona, conforme esboçado acima, a escalada e domínio do capital financeiro. A crise nessa fase representa propriamente o esgotamento do regime de acumulação fordista-keynesiano e a posterior emergência do regime de acumulação flexível.

Conforme Ricardo Antunes (2005), temos em fato, que “a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital” (p. 31). Segundo Nozaki (2004), tal organização acumulativa é apontada como sendo originária do fenômeno da crise de superprodução, que por sua vez, gerou como resposta, a busca abrupta pela superação da queda tendencial da taxa de lucro.

A transição do modelo keynesiano para o novo ciclo de acumulação sob a dominância do capital financeiro originou também uma profunda redefinição no papel dos Estados Nacionais que se encontravam sem condições de manter os benefícios que concediam. Esse contexto de esgotamento do modelo econômico pós-guerra fez impulsionar o ressurgimento do ideário liberal que impelia um modelo de Estado diferente do corrente naquele momento.

a mudança da forma dominante do processo de reprodução, valorização e concentração do capital, fez-se acompanhar da redefinição da ação estatal no plano político-social. Observou-se, então, a transição da concepção de um Estado forte em políticas sociais e redistributivas para um novo modelo de Estado, privatista e desregulamentador (LIMA FILHO, op. cit., p. 71).

É o fenômeno da ascensão do neoliberalismo, que segundo Anderson (1995), nasce na região da Europa e América do Norte como uma “reação teórica e política veemente contra do Estado intervencionista e de bem-estar” (p. 09). Na trilha do autor, a apologia neoliberal se trata de um ataque apaixonado contra toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, é a ode ao estado mínimo.

Embora Edmundo Dias (1997) e Lima Filho (op. cit.) nos apontem a perspectiva de que o Estado intervencionista de Bem Estar Social, constituído historicamente como um grande pacto social entre capital e trabalho, onde através de políticas compensatórias se buscava apreender a fidelidade das massas, fortalecendo as lutas

corporativistas, ao invés de promover a própria socialização da política – o que tornou o pacto em si, despolitizante – incorporando-se o conjunto da classe trabalhadora, objetivamente e subjetivamente à ordem do capital. Preocupavam-se os orientadores do discurso e política neoliberais, igualmente em enfraquecer o poder dos sindicatos de trabalhadores organizados fortemente naquele contexto.

Segundo os apologistas liberais, estes últimos haviam corroído as bases da acumulação capitalista através de suas pressões reivindicativas sobre salários e sobre o aumento dos gastos sociais pelo Estado. Afirma então Anderson (op. cit.), a paradoxal manutenção neoliberal de “um Estado forte [...] em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (p. 11).

Este processo no Brasil, segundo Oliveira (1995) é inaugurado desde a ditadura militar, que inicia o processo de dilapidação do Estado, prosseguindo sem interrupções no mandato seguinte, de José Sarney. Anderson (op. cit.) inclui o Brasil neste leque desde Collor, mas com mais propriedade a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002.

Nesse contexto histórico de queda do chamado socialismo real, da ascensão da hegemonia monopolar dos EUA, de estabelecimento da política econômica e social de corte neoliberal em âmbito mundial há novamente um desequilíbrio na correlação de forças sociais em favor do capital. Restando ao trabalho a situação amplamente desfavorável em sua relação com o capital (LIMA FILHO, op. cit.).

Nos próximos momentos discutiremos a atual forma de organização da acumulação do capital em sua fase mundializada, sem perder de vista sua materialidade, movimento e antecedentes históricos. É mais propriamente, o contexto econômico, político e social no qual se insere nosso objeto de estudo.

1.4 O CAPITAL MUNDIALIZADO

O novo período de acumulação que se inaugura a partir do contexto acima aludido é caracterizado por algumas especificidades, como o crescimento da centralização e acumulação de capitais, a migração e o trânsito do capital captado na produção de excedente para o campo das finanças, a consolidação de grandes monopólios industriais transnacionais, assim como a entrada em larga escala de novos agentes financeiros que comporão essa esfera concomitantemente aos amplos capitais bancários. Não que haja algo de essencialmente novo, ao contrário, esta configuração “expressa tão somente [...] o velho capitalismo e suas seculares contradições” (LIMA FILHO, 2004, p. 19), porém em constante desenvolvimento, possuindo características próprias em consonância com o desenvolvimento atual das forças produtivas.

Segundo Giovanni Alves (2001), o sociólogo Octavio Ianni em sua obra *Teorias da Globalização* (1996) aponta para a chamada globalização como sendo o próprio desenvolvimento ampliado do capitalismo moderno (p. 161). Ao caracterizar o capitalismo nessa obra, indica o autor a partir de bases materiais e categorias marxistas²³ que o mesmo

configura-se como um modo de produção que nasce, desenvolve-se e generaliza-se, atravessando as crises, realizando-se por ciclos de curta, média e longa durações, e transformando-se continuamente. É um todo complexo, desigual, contraditório e dinâmico, uma totalidade aberta ou propriamente histórica. Está sempre em movimento, no sentido de que transforma e expande, entra em crise e retoma sua expansão, de maneira errática mas progressiva, com frequência inexorável (Ianni, 1996, apud. ALVES, 2001, p. 163).

Na mesma trilha, segundo Lima Filho (op. cit.), o desenvolvimento capitalista em sua fase nomeada de imperialismo vem se impondo enquanto tendência histórica de expansão da economia capitalista mundial. Nesse contexto a concentração e centralização de capitais, os monopólios de grandes corporações, assim como o alto capital monetário e a circulação de capital financeiro seriam características marcantes.

Na leitura de Vladimir Ilitch Lênin (2008) em sua conhecida obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, o mesmo [o imperialismo] surgiu como desenvolvimento e

²³ O autor realiza sua reflexão a partir do referencial teórico materialista histórico e dialético. Utiliza-se de categorias próprias dessa perspectiva como modo de produção, relações de produção, forças produtivas, reprodução ampliada do capital, alienação, concentração e centralização do capital (ALVES, 2001).

continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Entretanto, esclarece o autor, o ápice dessa fase só se concretizou quando determinado grau de desenvolvimento dessas características de seu modo de ser passaram a transformar-se em sua antítese. Vejamos esse destaque mais detidamente nas palavras do autor.

O que há de fundamental nesse processo do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrario da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio (...). Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições e conflitos de interesses particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior (...). O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo (p. 89).

Lênin, na continuidade de suas reflexões, desenvolve uma definição de imperialismo em cinco traços fundamentais, quais sejam: 1) A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica mundial. 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira. 3) A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande. 4) A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si. 5) O termo da partilha territorial do mundo entre as potenciais capitalistas mais importantes. Para o autor, o

imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais (p. 90).

Lima Filho (op. cit.) descreve a anteriormente aludida globalização enquanto o prolongamento da etapa imperialista e não como um capitalismo de novo tipo como afirmam alguns de seus entusiastas. Para o autor nessa fase estão mantidas e exacerbadas as características descritas por Lênin, onde o capital financeiro assume

posição de dominância em relação às outras formas de capital. Segundo o autor, essa etapa capitalista se manifesta conforme a concentração e centralização de capitais industriais originam os monopólios e as grandes corporações.

Estão em marcha nesse momento histórico, “os processos de concentração do capital, o que implica na contínua reinversão dos ganhos no mesmo ou em outros empreendimentos” (ALVES, 2001, p. 165).

A concentração do capital é descrita por Karl Marx (2003) como um processo de geração e aumento da riqueza que funciona como capital, igualada à acumulação deste, assim como apresenta aumento do número de capitalistas, livremente e gradualmente concorrentes.

A centralização por sua vez, “completa a tarefa da acumulação” (MARX, 2003, p. 730). É identificada pelo autor como a centralização dos capitais preexistentes em poucas mãos, ocorrendo apenas entre a riqueza já existente na forma de capital social. “O que implica na contínua absorção de outros capitais, próximos e distantes, pelo mais ativo, dinâmico ou inovador” (ALVES, op. cit., idem).

Alimentando-se desse processo, num segundo momento – em acordo com Lima Filho (op. cit.) – temos a ocorrência da “concentração e centralização do capital monetário [valor na forma de equivalente geral, dinheiro], dando origem ao capital financeiro” e logo após o crescimento da “importância da circulação do capital financeiro em relação à circulação de mercadorias” (p. 56).

Na caracterização de François Chesnais (2005), o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo. Nela, o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais, submetendo toda a produção e reprodução vital a sua dinâmica sociometabólica. Conta para isso, com as

as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem sucedida (CHENAIS, op. cit., p. 35).

Entretanto, destaca o autor, antes que o capital financeiro pudesse desempenhar esse protagonismo econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos liberassem o movimento dos capitais, assim como desregulassem seus sistemas financeiros (CHENAIS, op. cit., p. 36). Exemplos dessa configuração

societal foram discutidos anteriormente quando caracterizamos em seis pontos os elementos econômicos e políticos da crise do capitalismo pós-guerra e emergência do capitalismo financeiro, tais como a ruína do acordo de *Bretton Woods*, a política monetarista Thatcher e Reagan, a entrada dos institutos financeiros na exploração da economia especulativa e outros.

Complementa Chesnais (op. cit.) ressaltando a necessidade de que tais governos recorressem a políticas que favorecessem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas, permitindo a migração desses capitais para sua valorização no âmbito fictício, orientação acumulativa de mundialização do capital que será alastrada no ciclo econômico consolidado a partir da citada crise.

A esse respeito, reiteram Tristão (2009) *et al*:

Distinta das fases pretéritas, a mundialização do capital se caracteriza, predominantemente, por assumir a forma de produção e reprodução do capital em escala eminentemente mundial, orquestrada cada vez mais pela forma mais absurda e fetichizada do capital, o capital portador de juros. Essa forma mais fetichizada do capital assume na apropriação de riqueza abstrata a forma absurda de capital que se valoriza sem sair da “esfera financeira” (D–D’), sem a mediação da produção de mercadorias (D–M–D’). Nesse sentido, a desregulamentação das “finanças”, como também de quaisquer leis que se imponham a determinar e controlar as relações sociais, o crescimento da dívida pública, o surgimento de “novos atores financeiros”, como os fundos mútuos, fundos de pensão e companhias de seguros, e a indústria bélica tornam-se os principais elementos para “sustentar” a “acumulação financeira” (TRISTÃO *et al*, 2009, p. 66).

A especulação financeira é característica fundamental da acumulação capitalista em sua fase atual. Alguns autores e autoras, percebendo alterações na organização societal, especialmente na acumulativa, apressaram-se em denunciar e anunciar com ela o próprio fim do trabalho como fonte criadora do valor.

Lima Filho (op. cit.) esclarece reafirmando a inexistência de uma ruptura essencial da dinamicidade do capitalismo, não havendo nessa característica qualquer ineditismo. Pelo contrário, explica o autor que a fórmula marxiana da valorização do capital na esfera fictícia – supracitada – não apenas apresenta a lógica dos investimentos capitalistas individuais em determinadas conjunturas, como também assinala um padrão recorrente do capitalismo histórico. Nessa perspectiva, destaca que os períodos de expansão material são seguidos de uma expansão financeira. São fases e faces do processo expansionista do comércio da produção mundializada. Dessa forma, a fase material seria o antecedente histórico da atual fase.

O aspecto central desse padrão [de acumulação] é a alternância de épocas de expansão material (fases D-M de acumulação do capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases M-D'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, D-D'). Juntas, essas duas épocas ou fases constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (ARRIGHI, 1996, *apud* LIMA FILHO, *op. cit.*, p. 33).

A imbricação apresentada por essas duas esferas se dá nos termos de Chesnais, segundo a seguinte sentença, onde o autor bem exemplifica a não ruptura com a expansão material no âmbito produtivo.

O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. Assumiu, no começo, ou a forma de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parte dos lucros cedida enquanto juros ao capital de empréstimo) ou a forma de salários e rendas agrícolas que foram depois objeto de punções mediante impostos ou que sofreram a forma moderna de usura dos “créditos de consumo” ou, finalmente, de quarenta anos para cá, a forma dos salários adiados depositados em fundos privados de pensão cuja natureza vai se modificando assim que penetram a esfera financeira e se tornam massas, buscando a máxima rentabilidade. (CHESNAIS, 1995, *apud* TRISTÃO *et al.*, *op. cit.*, p. 78).

Conecta-se essa fundamental referência com a perspectiva do autor quando da explicação da mundialização do capital. Em outros termos, Costa (2008) define o momento afirmando que com a chamada globalização, o sistema que vinha seguindo uma determinada trajetória de acumulação, aproximou-se de seu “limite de reprodução enquanto potencialidade material, tendo em vista que se o capitalismo desenvolvesse plenamente seu potencial produtivo, haveria uma crise global de superprodução” (p. 21).

Essa contradição explica o fenômeno da financeirização da riqueza, que se apresenta atualmente como o contraponto funcional da incapacidade do sistema desenvolver suas forças produtivas. Ou seja, os capitais excedentes, impedidos de se reproduzirem na esfera produtiva, buscam agora uma fuga para a frente na órbita das finanças (COSTA, *op. cit.*, p. 22).

Nesse contexto, conforme vínhamos descrevendo, a situação do trabalho frente ao capital fez-se cada vez mais desfavorável, e tem ainda acumulado derrotas no âmbito das políticas sociais e trabalhistas, deterioradas com o avanço do neoliberalismo e da acumulação predominantemente financeira e mundializada. Mesmo que ainda nutrida pela esfera produtiva a produção encontra-se subordinada ao capital fictício²⁴.

Nas duas perspectivas, mesmo naquela em que aparentemente o trabalho estaria em situação menos desfavorável, as circunstâncias para o mesmo são agravantes, pois a saída política para a crise da acumulação fordista-keynesiana recaiu com firmeza sob os ombros da classe trabalhadora mundial, destituindo-a e culpabilizando-a ideologicamente pela ruptura com o modelo de acúmulos promovidos pelo pacto social vigorado no pós-guerra. Dessa forma, a despeito da esfera escolhida pelos capitalistas para a arquitetura de seus lucros, na atualidade a luta de classes vem empurrando ao trabalho as maiores perdas, assim como a responsabilidade da criação de mais valor, a ser realizado onde bem entenderem os primeiros.

Por fim, outra característica do capitalismo histórico corrente é a sua forma de organização industrial e tecnológica, tanto no que concerne ao contexto em que se estabelecem mundialmente as empresas, quanto no que diz respeito às tendências de organização do trabalho.

Sobre o primeiro tema supracitado, a organização empresarial de nível macro, nesse momento podemos afirmar apoiados em Chesnais (2005) que a forma de organização capitalista mais facilmente identificável permanece sendo a dos grupos industriais transnacionais, ou sociedades anônimas transnacionais. Estes possuem por encargo gerir no âmbito mundial toda a “produção de bens e serviços, captar o valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados” (CHESNAIS, *op. cit.*, p. 35). Discutiremos mais detidamente essa forma organizacional no próximo capítulo, onde também apresentaremos nosso objeto em detalhes.

²⁴ Veremos nessa pesquisa um exemplo agigantado de valorização na esfera produtiva, de exploração de trabalho, criação de valor e reinversão de parte deste último para a ampliação da acumulação e centralização de capitais na mesma esfera. Dessa forma, um exercício interessante, mas que poderá ficar para um momento porvindouro é a possível comparação dos números da circulação na esfera produtiva – e que envolva essa pesquisa – e a esfera fictícia geral.

No que diz respeito à organização do trabalho, faremos no momento ulterior a exposição das principais tendências, onde buscaremos enfatizar brevemente a situação do trabalho feminino, inserido nesse contexto histórico de profundas transformações para o mundo do trabalho. No âmbito da organização do trabalho, adentram de forma mais específica as conseqüências diretas aos sujeitos que vivem de seu próprio trabalho, derivadas do contexto desfavorável que – também – buscamos qualificar nas páginas localizadas acima.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO FEMININO

“Hoje em dia, tudo parece levar no seu seio a própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano provocam a fome e o esgotamento do trabalhador [...]. Esse antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, de um lado, e a miséria e a decadência, de outro, este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais da nossa época é um fato palpável, esmagador e incontrovertível”.

Karl Marx.

Para o presente trecho, iniciaremos com breve digressão histórica acerca da organização do trabalho na emergência do capitalismo, buscando apreender seu movimento de desenvolvimento da força produtiva do trabalho e suas contradições fundamentais. Desembocaremos ao final com a situação particular do trabalho feminino, objeto mais próximo de nossas reflexões nessa pesquisa.

2.1 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E O TRABALHO FEMININO

Mantendo a compreensão desenvolvida por Marx no decorrer de sua obra, retomamos a perspectiva de que o trabalho no interior da organização capitalista de produção e reprodução societal adquire contornos específicos, consideravelmente recentes.

Como visto anteriormente, nesse modo de produção, o trabalho concreto, produtor de coisa útil, para o próprio consumo ou para troca, encontra-se subordinado, subsumido ao trabalho abstrato, modalidade de trabalho social em geral que por sua vez, é submisso ao trabalho produtivo, produtor, por seu turno, de mais-valia. Não é demais lembrar que a produção e realização dessa última, são princípios fundamentais desse modo de produção. Ou, nos dizeres de Marx, “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2003, p. 721).

Segundo Marx (2003), o ponto de partida da produção capitalista, historicamente, situa-se quando um mesmo capital ocupa um número considerável de

força de trabalho, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade, sob o comando de um mesmo capitalista.

A transcorrência dessa forma de organização ao atual epicentro da economia capitalista, situado nos monopólios e no capital financeiro, deu-se, numa dimensão sem precedentes, assim como as transformações das formas de trabalho ocorreram sem ferir o coração do capitalismo, a produção de mais-valia.

A análise de Marx em *O Capital* (2003) percorre diversos períodos da organização do trabalho industrial fornecendo uma leitura de conjunto profunda e fulcral para a compreensão desse modo de produção. No movimento produtivo da cooperação simples ao desenvolvimento da maquinaria ou grande indústria, passando pela manufatura, Marx descreve entre outras características, a perda gradual do controle do trabalho pelo seu executor, a intensificação da divisão do trabalho, assim como a enorme desqualificação deste. A queda nos salários e a cabal subordinação do trabalho ao capital são também pontos marcantes desse movimento.

A entrada da máquina no processo produtivo é exemplo de importância central e adquire maior expressão a partir da necessidade intrínseca do sistema em aumentar a produtividade e controlar o processo de trabalho. É especialmente inserida na produção como meio para produzir mais-valia²⁵ de forma geral e é responsável pela possibilidade da extração da mais-valia relativa.

Com o advento da maquinaria as ferramentas saem das mãos do trabalhador e encontram-se objetivadas na máquina. Há um aprofundamento da desqualificação do trabalho, pois a ferramenta sai das mãos operárias, assim como a habilidade de construir ferramentas vai sucumbindo.

A revolução do período foi a máquina-ferramenta que desenvolve a máquina a vapor como força motriz. O operariado então se converte definitivamente em apêndice

²⁵ Cabe aqui uma importante observação. Segundo a concepção marxista, o processo de desenvolvimento das forças produtivas e o avanço da inserção das tecnologias no processo produtivo vem a ocorrer em profunda relação com o modo de produção corrente. Segundo Marx (2003), quando o capital emprega o uso da maquinaria, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem[-se] por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. E por mais que tenha em seu cerne a potencialidade de alívio do trabalho humano, a maquinaria é meio para produzir mais-valia (p. 427), sendo essa sua essência mesma. Em nossa percepção, essa forma de visualizar a tecnologia não deve ser em momento algum retirada de palco. O que não elide, obviamente, as possibilidades de contraditórias no desenvolvimento tecnológico. No entanto, devemos ter claro, que a tendência primeira, é a que vem se impondo hegemonicamente na sociedade contemporânea.

da máquina enquanto a aplicação consciente da ciência adentra gradativamente no processo produtivo.

A emergência de um grande contingente de trabalhadores desocupados passa a ser notado, sendo composto pela força de trabalho desempregada pelas novas instalações que dispensavam seus esforços, assim como pelo crescimento populacional operário. Esse contingente de desempregados será nomeado por Marx (2003) enquanto um exército industrial de reserva²⁶, ou superpopulação relativa, cuja existência será característica fundamental do novo período, impactando sobre múltiplas dimensões da dinâmica social, especialmente no decréscimo dos salários. A presença de um amplo contingente de força de trabalho disponível para exploração do capital empurra a correlação de forças entre capital e trabalho em desfavor dos trabalhadores, que terão na possibilidade da substituição sumária da sua força de trabalho – por outra mais barata, por exemplo – um ponto de enfraquecimento de suas reivindicações, e sua consequente submissão aos ditames do capital, do qual vemos a emergência da força de trabalho feminina enquanto composição orgânica desse exército de reserva.

A maquinaria apaga qualquer barreira orgânica do trabalhador, aglutinando ferramentas além da capacidade humana, apagando inclusive, as barreiras do dia, dado seu funcionamento quase que ininterrupto. A máquina é quem impõe objetivamente o ritmo de trabalho, ocasionando uma grande intensificação do trabalho, onde se dá a subsunção real do trabalho ao capital²⁷.

Há uma desqualificação crescente da força de trabalho, assim como a exigência da força muscular no trabalho passa diminuir drasticamente, e a apropriação das forças de trabalho suplementares pelo capital, leia-se o trabalho de mulheres e crianças, passa a ser observada como crescente.

²⁶ O incremento da maquinaria, a acumulação de capital, e a geração de uma superpopulação operária vão constituir o exército industrial de reserva. Esse é caracterizado por Marx (2003) em três formas, quais sejam: 1) Superpopulação flutuante: constituída pela constante absorção e repulsa de trabalhadores. 2) Superpopulação latente: que seria a força de trabalho expelida pela mecanização da agricultura. 3) Superpopulação intermitente: constituída pelo trabalho precarizado, temporário. 4) Pauperismo ou lumpem proletariado.

²⁷ Do momento imediatamente anterior ao desenvolvimento da maquinaria ou grande indústria, Marx (2003) descreve a divisão manufatureira do trabalho. Esta, caracterizada como uma coleção de diferentes forças de trabalho vendidas a um mesmo proprietário, em que cada uma possuía uma função parcial em relação à produção da mercadoria. Existia uma divisão do trabalho com bases subjetivas, a partir das habilidades do trabalhador. Nessa fase, indica o autor que a subsunção do trabalho ao capital é ainda formal, pois – mesmo em tendência ascendente – é escasso controle do processo e ritmo de trabalho.

Segundo Joan Scott (1994) a mulher trabalhadora existia anteriormente ao advento do capitalismo industrial, ocupando-se como “fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e nos campos da Europa e da América” (p. 445). Mas é no século XIX, após a Revolução Industrial, quando se verifica significativo aumento da presença feminina no trabalho produtivo. Para Torres (2006) a legitimação do trabalho de mulheres passou a ser percebida pela sociedade a partir do momento que estas foram inseridas nas indústrias e começaram a reivindicar o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras assalariadas.

Aponta-nos Augusto Pinto (2007) que no início desse século, as mulheres e crianças cumpriam jornadas que variavam de oito a catorze horas de trabalho diário e recebendo salários miseráveis. Segundo o autor, as condições de trabalho nas fábricas desse período eram péssimas: galpões escuros, sujos e mal ventilados, cheios de máquinas ruidosas e inteiramente desprotegidos, onde se encontravam homens, mulheres e crianças, trabalhando em pé o tempo todo.

Aponta-nos Marx (2003) que o advento da maquinaria e da entrada da força de trabalho suplementar no âmbito fabril impacta duplamente para diminuição dos salários. Primeiro por toda desqualificação do trabalho vivo promovida pela máquina e depois, pelo fato de o salário deixar de ser relativo ao valor de reprodução de toda uma família, visto que seus membros encontravam-se individualmente na produção, recebiam salários individuais²⁸. Mas o fato é que muitos operários ficaram, então, desempregados e o salário que passou a sustentar a sobrevivência de muitas famílias acabou por ser o salário individual feminino, não se retornando ao salário familiar.

Friedrich Engels (2008) ao descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra no século XIX indica “a progressiva eliminação do homem adulto da fábrica

²⁸ A esse respeito, Tumolo (2003) destaca que o uso do trabalho feminino e infantil resultou, primeiramente, numa redução do valor da força de trabalho uma vez que o valor desta mercadoria corresponde ao *quantum* de trabalho socialmente necessário para produzir a vida da família do trabalhador. Se apenas um membro da família, o homem, por exemplo, vende sua força de trabalho, o valor da massa de meios de subsistência recai sobre apenas uma unidade de mercadoria a ser vendida. Se a mulher e os filhos passam também a ser vendedores da força de trabalho, o seu valor divide-se por várias unidades, reduzindo assim o valor unitário. É preciso considerar que, quando vários membros da família se tornam vendedores da força de trabalho, o seu valor absoluto tende a aumentar, pois agora essa família precisará consumir uma quantidade maior de meios de subsistência – por exemplo, transporte para ir ao local de trabalho, que antes era desnecessário para a mulher e os filhos –, mas essa massa maior de valor agora é dividida pelos membros trabalhadores da família, cujo efeito é a diminuição do valor relativo, ou melhor, do valor (individual) da força de trabalho (TUMOLO, 2003, p. 164).

mediante o emprego das máquinas” (p. 179). A supressão da força de trabalho masculina deu-se na medida em que havia a introdução de máquinas substituindo o trabalho braçal e muscular e no lugar deles, empregava-se a força de trabalho feminina e infantil²⁹. O percentual delas acabava naquela época, por vezes, ultrapassando a porcentagem de homens nas fábricas.

Ainda na trilha do autor, as deletérias condições de trabalho dessas operárias e crianças não traziam apenas uma entrada dessas para o mundo do trabalho, mas também adoecimentos de diversas ordens, assédio, deformações, acidentes e mortalidade infantil. Engels (2008) também descreve a resistência operária, que reivindicava redução da jornada de trabalho, restrições ao trabalho infantil e outras questões.

Maria Valéria Junho Pena (1981) examina a experiência da industrialização brasileira, abordando especificamente a questão do trabalho feminino nesse contexto³⁰. Nesse processo, aponta a autora, consubstanciaram-se alguns movimentos importantes do trabalho da mulher nas fábricas. Em primeiro lugar, sua incorporação maciça seguida de seu redirecionamento para atividades ligadas ao lar. Em segundo, um movimento de sua utilização nos ramos industriais produtores de bens de consumo não duráveis, ou seja, nos ramos que perderiam dinamismo com a nova *rationale* do desenvolvimento após os anos cinquenta. Em terceiro lugar, sua concentração nas atividades classificadas como desqualificadas e pior remuneradas na hierarquia da fabril.

²⁹ Mas o trabalho propriamente dito é realizado por mulheres e crianças – fato negado pelos industriais: no último, publicaram densas estatísticas tentando provar que as máquinas não substituem os homens – afirmava Friedrich Engels (ENGELS, *op. cit.*, p. 180).

³⁰ A leitura de Pena (1981) é amplamente fundamentada na perspectiva marxista. Embora durante seu texto a autora realize severas críticas a autores dessa corrente de pensamento, utiliza-se do arcabouço categorial marxista para abordar seu objeto. O centro de suas críticas a alguns pensadores marxistas é na incapacidade dos mesmos em relacionar satisfatoriamente o universo do trabalho produtivo com o doméstico, não alcançando nesse caso, explicações que pudessem esclarecer o processo de subordinação feminina nesses contextos. Ao abordar em termos gerais a incorporação feminina ao universo fabril moderno, indica que um fator responsável por isso foi o processo de trabalho, que ao ser comandado pela maquinaria, dispensando o uso da força muscular tornou a mão de obra feminina adequada ao âmbito da produção social. Por outro lado, a organização desse novo processo produtivo de trabalho, desqualificou o conjunto dos trabalhadores, reduzindo suas tarefas a um mesmo nível. Aponta também que um importante fator seria a utilização do sexo como um mecanismo de estímulo a competição entre trabalhadores de forma que permitisse ao capital intensificar o nível de exploração geral da classe trabalhadora. Em outros termos, as trabalhadoras teriam sido utilizadas tanto para romper a resistência dos trabalhadores do período manufatureiro a sua desqualificação quanto para a derrubada nos níveis salariais. Qualquer grupo poderia ser introduzido para quebrar a capacidade de resistência dos trabalhadores, mas segundo sua leitura, concretamente, a adição das mulheres vem cumprindo esta melancólica finalidade (PENA, 1981, p. 65).

Pena (1981) lembra que o estímulo do estado a uma política de imigração contribuiu nesses movimentos para a formação de uma classe operária de composição masculinizada. E no mesmo contexto, em grande medida respondendo a pressões da classe trabalhadora, emerge uma legislação trabalhista que não apenas disciplinou as relações entre capital e trabalho, domesticando a atuação do operariado, como também por meio de medidas supostamente protetoras do trabalho feminino, defendeu o espaço masculino na produção e a mulher enquanto trabalhadora reserva.

Antes então, de abordarmos esse movimento indicado por Pena (1981), faz-se fundamental retomar sua discussão geral e de fundo acerca do trabalho feminino no capitalismo, para posteriormente retomarmos o caso específico brasileiro.

Ressalta a autora que uma forma importante pela qual o exército industrial se constitui, refere-se às categorias que são consideradas não dependentes exclusivas de seus próprios salários para cobrir seus custos de reprodução como as mulheres em famílias trabalhadoras. No caso delas, tanto podem ser pagos salários abaixo de seu custo de reprodução, quanto constituem uma categoria flexível de trabalhadoras que entram e saem do mundo do trabalho sem deixar rastro em virtude de seu papel de dependência. “Em última análise, o trabalho feminino desempenha funções de natureza idêntica ao do exército de reserva, rebaixando o nível geral de salários e sendo ciclicamente absorvido” (PENA, 1981, p. 68). Pena remete essa discussão para a organização da família e a posição ocupada nela pela mulher. Sem a conexão entre a organização familiar e o processo produtivo, ficaria extremamente dificultosa a compreensão da particularidade da mulher como assalariada, seu salário mais barato, sua desqualificação e sua relação com o exército industrial de reserva.

Para a autora, a tradição marxista desprezou a criação de valores de uso na reprodução e manutenção da força de trabalho no interior da família, assim como o fato de que nesse âmbito estão organizados os recursos procriativos da mulher e que tanto o trabalho doméstico, quanto sua fertilidade consistem em mecanismos de operação de reprodução da força de trabalho e das relações sociais e, portanto, do processo de acumulação capitalista. Articula dessa argumentação, a situação em que – conforme Marx (2003) – um momento inescapável da produção da mercadoria força de trabalho é a produção de nervos, músculos, ossos e cérebros e, portanto, a força de trabalho para ser trocada necessita de um agente, um trabalhador, um ser humano produzido por uma

mulher, ou seja, sua força de trabalho é cotidianamente resposta pelo trabalho doméstico executado por uma mulher.

Aqui, insere a autora, a compreensão do patriarcalismo como de fundamental importância. Segundo Pena (1981) o capitalismo não o gerou, entretanto o utiliza e reforça, incorporando-o como parte de sua própria dinâmica³¹. Entende o patriarcalismo como as relações sociais de reprodução, organizadas na família e que designam à mulher o trabalho reprodutivo³². Assim, o trabalho doméstico é considerado como atividade basicamente reprodutiva, na qual trabalhadores e herdeiros sobrevivem rotineiramente. Em acordo com a autora, o trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina. É socialmente útil ao capital, mas executado numa esfera em que as relações econômicas estão descaracterizadas imediatamente. O salto da mulher desse âmbito ao âmbito produtivo, valer-se-á no confronto desigual entre capital e trabalho, das características desse contexto na desvalorização da força de trabalho feminina, na sua qualificação desconsiderada e na primazia de sua atividade enquanto trabalhadora doméstica e não assalariada, condição por vezes legitimada pelas próprias mulheres.

Nesse sentido, resgata a autora, que seria impertinente utilizar um tom de acusação as categorias marxistas ou mesmo de capital, no sentido de que essas sejam cegas ao sexo. A esse nível de abstração, a divisão sexual do trabalho como qualquer outro elemento qualitativo não seriam pertencentes à análise. “Não são homens, mulheres, negros ou imigrantes, pessoas que vivem e respiram que entram nesse processo da valorização. Quando tratado a esse nível de abstração o trabalho participa como capital variável, a rigor, uma forma do capital” (PENA, 1981, p. 77). Entretanto, evoca a autora, no ambiente onde se organiza o processo de trabalho, tem-se o *locus* da valorização. Nesse ambiente são trabalhadores e trabalhadoras concretos que se confrontam com o capital. E nesse embate, o capitalismo não é cego ao sexo, pelo contrário, como se viu anteriormente.

³¹ O contrato de casamento que é o mesmo para todos os grupos sociais (independentemente de propriedade) assegura a dependência da mulher em relação ao homem. O estado controla a participação feminina no mundo do trabalho coletivo, em nome dos interesses da família, reforça a divisão sexual do trabalho e reafirma o papel doméstico da mulher (PENA, 1981, p. 71).

³² Nesse contexto, para a autora, a reprodução não contém apenas um elemento biológico, este elemento de resto está sacramentado na instituição da maternidade. O trabalho reprodutivo supõe a reprodução em bases geracionais (a regulamentação da sexualidade, controle da fertilidade e o cuidado à criança) e em base rotineira (o trabalho doméstico). A família, assim, não apenas reproduz relações sociais de produção quanto também relações de reprodução, não apenas uma sociedade dividida em classes, mas também uma sociedade dividida em gêneros (PENA, 1981, p. 72).

O capital não ignorou a cor no século passado e pode perfeitamente enxergar que existe dominação e subordinação entre os sexos. Desenvolvendo-se dentro de padrões de hierarquia sexual, ele os reforçou e continua reforçando. A subordinação feminina serve bem ao capital. Mulheres servem ao capital não somente através de sua força de trabalho trocada abaixo de seu valor e sob forma barata. Elas permitem, através de seu trabalho doméstico, que uma massa de trabalhadores/as continuem chegando diariamente às fábricas, usinas, escritórios, lojas e armazéns. Elas também reproduzem uma nova geração de trabalhadores e, através desse trabalho ainda criam possibilidade de mais apropriação de riquezas para os donos do capital (PENA, 1981, p. 82).

Dito isso, podemos retomar as reflexões de Pena (1981) sobre a industrialização brasileira e o trabalho feminino. Explica a autora que em acordo com os quadros de uma sociedade exportadora na qual se formou a sociedade urbano-industrial brasileira, a força de trabalho da mulher foi utilizada e constitui-se como um elemento substantivo na organização social e na acumulação de riquezas, não apenas do ponto de vista da exploração de trabalho doméstico e da reprodução geracional e cotidiana da força de trabalho como também na sua participação direta no processo produtivo.

O movimento encontrado pela pesquisadora nos primeiros momentos da industrialização no Brasil – meados do século XIX – indica a ascendência da utilização da força de trabalho feminina, com posterior decadência à medida que o processo de industrialização avançou. O quadro pode ser visualizado na fundação das primeiras fábricas têxteis, em que a categoria de emprego “operária” apareceu para as mulheres de baixos extratos sociais.

A intensa utilização da mão-de-obra feminina pelas fábricas de tecido produziu-se em um contexto onde a mão-de-obra predominante era escrava, mas quando o tráfico escravo era cada vez mais restrito, em outras palavras, uma situação que pode ser caracterizada como escassez de mão-de-obra (PENA, 1981, p. 91).

Nessa situação, aos problemas de escassez empregou-se uma política de migração da força de trabalho e assim a participação feminina decaiu acentuadamente diante da masculina em algumas das atividades fabris.

No interior da sociedade agrária exportadora brasileira desse tempo, essas atividades industriais subsistiam e eram núcleos de absorção de trabalho feminino, que somente a partir do desenvolvimento destas visualizou-se sua paulatina masculinização³³.

Embora se pudessem encontrar trabalhadoras em diversos dos ramos industriais, a dos vestuários era o maior destaque nesse sentido, que, assim como outros ramos que mais recrutavam o trabalho feminino, guardavam relação com a produção que anteriormente era realizada nos quadros domésticos sob a responsabilidade das mulheres³⁴.

A autora destaca que desde esse movimento de desenvolvimento da industrialização observou-se a diferenciação salarial para crianças e mulheres, recrutadas em orfanatos e em grupos de desempregados em situação de miserabilidade. Constatou-se a diferenciação nas atividades no interior das produções, em que para as mulheres brasileiras eram designadas as atividades de menor nível de conhecimento, mais simples, mas não menos intensas e exigentes de redobrada atenção, exaustivas, monótonas, incluindo jornadas de trabalho de catorze horas em seis dias por semana em situação de controle do trabalho semelhante a colônias penais³⁵.

Segundo Pena (1981) a implantação do capitalismo no Brasil não passou pela etapa manufatureira e por tudo que essa fase implicou em termos do controle sobre o processo de trabalho. A instalação das unidades industriais brasileiras foi realizada no padrão da grande indústria e a introdução de mulheres como trabalhadoras da indústria não pode, assim, ser entendida como uma forma de quebra da resistência dos trabalhadores à sua desqualificação. A utilização da força de trabalho feminina correspondia a única alternativa naquela conjuntura de escassez de força de trabalho,

³³ Salvaguarda a autora embora tenha sido observado nesse período um declínio da presença feminina nas atividades fabris, sua utilização na prestação de serviços pessoais de toda ordem permaneceu.

³⁴ Segundo a autora, em 1920, por exemplo, na fiação e tecelagem, na industrialização de cigarros, charutos e fumos, na de camisas e roupas brancas, na malharia, na produção fabril de redes, chapéus, chocolates, mais da metade da mão-de-obra era feminina. Essa participação era notavelmente mais baixa na construção civil, de material de transporte, na metalurgia e na cerâmica.

³⁵ Homens, mulheres e crianças passavam longas horas de trabalho extenuante em fábricas insalubres e frequentemente inseguras, em troca de magros salários. Mulheres trabalhavam em atividades das mais exaustivas e menos atraentes por salários ainda mais baixos que os pagos aos homens (PENA, 1981, p. 111).

sendo as mulheres introduzidas nessa ordem na condição clássica de exército industrial de reserva.

Nesse contexto, reitera a autora, que o industrialismo brasileiro utilizou da divisão sexual do trabalho na classe operária, que encontra situação desigual na família patriarcal sacramentada, para justificar o tratamento do trabalho feminino como complementar. Complementar ou não – continua – o fato observado é de mulheres sujeitas a jornadas frequentemente maiores que a dos homens e auferidos salários bastante menores.

Segundo a autora, mesmo que não se possa afirmar a utilização da força de trabalho feminina como neutralizante da resistência dos trabalhadores contra sua desqualificação, a organização da gestão do trabalho nesse momento influenciaria poderosamente na evolução do salário de toda classe trabalhadora, estabelecendo padrão estruturalmente baixo nos salários brasileiros.

Por outro lado, Augusto Pinto (2007) revela que no âmbito mundial, desde o advento da maquinaria a luta pelo controle do trabalho passou a ser travada e observada mais fortemente entre agentes administradores (os próprios capitalistas, ou trabalhadores contratados para esse fim) e executores da produção (os trabalhadores e trabalhadoras, sem mais).

Nesse ínterim, a evolução das técnicas de produção – em sua maior parte uma apropriação do conhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras – combinada com o desenvolvimento da ciência aplicada aos processos de produção possibilitou o enorme avanço da mecanização das atividades laborais. O desenvolvimento tecnológico gerou novas demandas sobre a organização dos espaços de interação e as ações dos agentes de trabalho, tanto na produção quanto na administração.

Na medida em que estas se constituíam em estruturas organizacionais cada vez mais expostas a análise experimental, as complexas e especializadas funções que aglomeravam mostravam-se ainda mais passíveis de serem objeto de aprimoramento técnico, dentro de campos de estudo definidos, possibilitando, a partir de então, sua crescente “racionalização” (AUGUSTO PINTO, 2007, p. 25).

Ao final do século XIX, destaca-se como importante escola de organização e controle racionalizado do trabalho o Taylorismo, sistematização de controle científico do trabalho organizada por Frederick Taylor que visava, sobretudo, controlar o ritmo do

trabalho – ou retirar o controle do ritmo das mãos dos executores do mesmo – e intensificar sua realização, em outras palavras, pretendia sacramentar a noção de subsunção real do trabalho ao capital.

As técnicas de observação de Taylor, a experimentação e o treinamento dos trabalhadores aprofundaram o controle sobre os laboriosos, fragmentando ainda mais as tarefas com vistas a eliminar movimentos supérfluos, desqualificando-as ainda mais, tornando a especialização em determinada tarefa o próprio distanciamento, a própria alienação do agente do trabalho em relação a seu processo de execução e especialmente ao seu produto.

O nível de simplificação [impedia] qualquer abstração conceitual sobre o trabalho e isto, vale dizer, é uma finalidade do sistema. As qualidades individuais de cada trabalhador, suas competências profissionais e educacionais, suas habilidades pessoais, toda sua experiência, sua criatividade etc., sua própria “iniciativa”, como diria Taylor, são praticamente dispensáveis no sistema taylorista/fordista³⁶ (AUGUSTO PINTO, 2007, p. 46).

Em acordo com Paulo Sérgio Tumolo (2003), o controle sobre o processo de trabalho foi elemento determinante de materialização da subsunção do trabalho ao capital. Afirma o autor que o auge dessa formatação é alcançado durante a vigência do taylorismo/fordismo e indica que o controle e a racionalização do processo de trabalho passam a demandar também um controle da vida do trabalhador de forma geral³⁷. Sua leitura apresenta que a busca do domínio sobre esta última era uma espécie de extensão do domínio sobre o controle da produção. Tratava-se, assim, de uma subsunção real do trabalho, mas também de uma subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital.

Segundo Pena (1981) a organização racional das atividades industriais e o disciplinamento da classe trabalhadora constituíram-se em preocupações centrais da classe capitalista brasileira desde seus primórdios. Era um momento de revolução nas condições técnicas de produção e introdução de novos princípios de gerência e organização do processo de trabalho.

A partir da organização do estado nos anos trinta – afirma a autora – o disciplinamento da classe trabalhadora passa a ser exercido pelo mesmo, seja em novos

³⁶ Henry Ford toma como base conceitual e prática as experiências de Taylor e institui a linha de montagem em série, na sua fábrica de automóveis na cidade de Detroit em 1913, o que se expande rapidamente pelo setor da indústria automobilística. Essa formatação é aludida como fordismo.

³⁷ Tumolo (2003) referencia-se no texto Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci (1984).

ordenamentos quanto ao capital, seja pela legislação trabalhista. O controle operário pela classe capitalista emergia da fábrica. Observou-se o interesse dessa última em transcender os muros das oficinas e influir em outras dimensões da vida operária como nos hábitos, impulsos, vícios e notadamente na composição de famílias monogâmicas. O cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras precisava ser mantido sob vigilância e os métodos fordistas/tayloristas vinham nesse sentido, atuando não apenas no controle e submissão dos trabalhadores as rotinas cronometradas dentro do espaço fabril, mas também na expansão de um disciplinamento que permearia a totalidade das experiências dos agentes (PENA, 1981).

O controle da sexualidade e a disciplina contra os excessos são exemplos de destaque na ordem a qual a classe trabalhadora deveria se adequar, para que dessa forma, não comprometessem o ritmo produtivo determinado pelo maquinário e gerência do trabalho. “A monogamia emergia, assim, como a forma de organização familiar mais adequada às características de racionalização desse novo industrialismo” (PENA, 1981, p. 128).

No seio desse modelo familiar é onde deveriam ser repostas as energias vitais despendidas no trabalho fabril e as virtudes domésticas adquirem esse significado, além daquele reprodutor dos novos trabalhadores. Essa nova valorização do espaço doméstico pela sociedade industrial implicava, para a mulher, a revitalização de seu papel enquanto esposa e enquanto mãe. Sua recondução ao lar, não significava, entretanto, abandono de atividades que aumentassem o rendimento familiar, ela continuava ligada ao sistema fabril compondo exército de reserva – frequentemente empregado e desempregado – ou, ainda, participando em redes de prestação de serviços pessoais (PENA, 1981).

A realocação das atividades da mulher na esfera privada, no sentido de prover o trabalho reprodutivo constitui em parte substantiva dos métodos de racionalização da produção. Esse movimento não possuía como justificativa apenas a geração de força de trabalho, mas principalmente para cuidar dos produtos de sua reprodução (PENA, 1981).

Pena (1981) narra outra questão importante no tocante à qualificação para o trabalho requerida pela nova organização industrial. Sendo a qualificação também pertencente ao capital, esse estabelecerá um novo âmbito para o comando sobre a classe trabalhadora, as escolas técnicas. Segundo a autora, financiadas pelo empresariado ou

pelo estado, estas tratavam de impedir a propriedade do conhecimento pelos trabalhadores.

Essas escolas – ressalta – também auxiliaram na repulsa das mulheres trabalhadoras do sistema fabril. A legislação que disciplinava essa modalidade de ensino, em primeira linha informava possibilitar igualmente o ingresso de homens e mulheres nos cursos industriais. Mas por outro lado, restringia a participação das mesmas caso os estabelecimentos de ensino não fossem adequados a sua saúde, segundo uma concepção de sanidade que lhes seria própria. Quando elas eram admitidas em algum curso, a legislação não deixava de prescrever as trabalhadoras os ensinamentos sobre o desempenho nas tarefas domésticas. Dessa arquitetura do ensino, com restrições direcionadas às mulheres, restava a elas a ocupação em trabalhos classificados como não qualificados cuja execução prescindia treinamento. Prescreviam-se a elas as tarefas de leveza, menos rápidas e mais monótonas.

Na leitura de Pena (1981) o sexo consistia num atributo quase definitivo para o preenchimento de certas ocupações. As mulheres eram excluídas do treinamento industrial, concentrando-se no desempenho de tarefas de rotina e consideradas não qualificadas pela gerência administrativa.

A racionalização da produção industrial no Brasil na metade do século XX implicou, de varias formas, na criação de uma superpopulação relativa que assumisse os atributos de exército industrial de reserva. Expulsas paulatinamente das fábricas, as mulheres continuavam a trabalhar nos *ateliers* domésticos e prestando humilhantes serviços pessoais [...]. Da mesma maneira que sua incorporação ao trabalho fabril, também sua repulsão estava inscrita na lógica perversa da acumulação capitalista no Brasil (PENA, 1981, p. 131).

Vimos então, que o trabalho feminino apresenta distintas trajetórias no decorrer do desenvolvimento da organização capitalista, apresentando momentos de absorção e movimentos de repulsa de sua força de trabalho em acordo com as diferentes demandas produtivas. Num período acumulativo posterior ao referido nesse item, observaremos uma reabsorção da força de trabalho feminina, porém em condições muito parecidas com as que narramos aqui, que demonstrarão uma face do desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas capitalistas.

Todavia, antes de destacarmos esse movimento, faz-se necessário que retomemos a transição do modelo acumulativo e paradigma produtivo para que fundamentalmente possamos compreender as novas diferenciações na divisão sexual do trabalho contemporânea.

Retomando então a perspectiva global da linha de pensamento descritivo de Augusto Pinto (2007), veremos que nem tudo caminhava na linearidade e disciplina desejada pelas gerências capitalistas do taylorismo/fordismo. A organização do trabalho nesses moldes não foi aceita tão pacificamente pelas massas trabalhadoras, multiplicando-se gravemente as críticas e o absenteísmo no trabalho no âmbito dos países centrais.

No mesmo sentido, o padrão de acumulação embasado no fordismo/taylorismo, como vínhamos relatando anteriormente, ao final dos anos setenta entra em profunda crise de superprodução. A fabricação de mercadorias em massa – forma própria da organização taylorista/fordista – passa a enfrentar duros problemas de escoamento no interior de um processo de colapso econômico. Conforme Antunes (2005), “a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital” (ANTUNES, 2005, p. 31).

2.2 CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO FEMININO

A chamada crise do fordismo-keynesianismo pode ser considerada um marco histórico no contexto da sociedade capitalista. No intuito de sua auto-recomposição, o sóciometabolismo do capital passa a realizar alterações de forma, a exemplo das reformas políticas impostas dos grandes centros às periferias do sistema, da desregulamentação das operações monetárias e fuga de capitais para valorização na esfera financeira, assim como da promoção de um expressivo reordenamento no mundo do trabalho incitado a partir da massiva introdução de novas tecnologias na produção – processo aludido segundo a concepção adotada nesse estudo como reestruturação produtiva do capital. Essa nova ordem produtiva impõe grandes metamorfoses para o trabalho, o que acaba por imprimir novos traços à face da classe trabalhadora.

[Mas] Como essas metamorfoses realizam-se sob o controle das corporações transnacionais, (...) a ciência e a técnica do trabalho não se traduzem e não poderiam se traduzir em diretrizes ou realizações destinadas a reduzir ou eliminar desigualdades sociais (Ianni, 1995, apud ALVES, p. 171).

O caráter contraditório do metabolismo capitalista pode ser visualizado na medida em que o avanço tecnológico contrastou-se com o desemprego estrutural, com a miséria e precarização do trabalho. Essas “são algumas das conseqüências das formas contemporâneas de organização assumidas pelo capital, assim como a guerra e a destruição ambiental” (TRISTÃO *et al*, *op. cit.*, p.66).

O novo empreendimento se diferencia da primeira e da segunda revolução industrial, porque nasce “sem a possibilidade de desenvolver todo o potencial das forças produtivas e se viabilizar plenamente, em função das limitações estruturais do capitalismo nesta etapa histórica” (COSTA, *op. cit*, p. 21).

Em outras palavras, no momento em que o capitalismo tem as melhores condições potenciais para desenvolver suas forças produtivas, é exatamente neste momento em que está limitado por suas próprias contradições. As novas tecnologias e a reestruturação produtiva e gerencial encilharam o sistema num emaranhado de problemas, que se expressam mais claramente no fato de que cada unidade de trabalho vivo poupada representa uma dificuldade futura para a realização de mercadorias, com o agravante de que, enquanto na primeira e segunda revolução industrial buscou-se resolver o problema da demanda global, respectivamente, mediante a redução da jornada de trabalho e ampliação do setor de serviços, a globalização emerge no momento em que não há mais setores a ocupar, nem os capitalistas estão dispostos a reduzir a jornada de trabalho. Retoma-se assim, de maneira completa, a contradição original do sistema, que se expressa entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos seus resultados (COSTA, *op. cit*, p. 21).

Nos anos oitenta vimos mudanças mais acentuadas. Em uma década de crescente avanço da tecnologização industrial, onde a automação e a microeletrônica adentram ao espaço fabril “inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (ANTUNES, 2006, p. 23).

O taylorismo e o fordismo passaram a dividir espaço com outros processos produtivos, especialmente advindos da experiência japonesa – o toyotismo. Processos inovadores de trabalho emergem, e buscam adequar a produção aos fundamentos recentes do mercado e assim, formas como o cronômetro e a produção em série e de

massa vão sendo substituídas pela produção, acumulação e especialização, mais flexíveis (ANTUNES, 2006).

Destaca-se nesse contexto o impacto causado pelo modelo toyotista – toyotismo ou modelo japonês – sendo este um dos mais significativos³⁸ atualmente. Benjamin Coriat (1994)³⁹ aponta quatro fases que levaram ao advento desse modelo: 1) A introdução na indústria de automóveis daquele país da experiência no ramo têxtil dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas; 2) A necessidade da indústria controlar a crise financeira, aumentando a produção não aumentando o número de trabalhadores; 3) A importação de técnicas de gestão de supermercados norte-americanos; e 4) A expansão desse método para as empresas subcontratadas.

Antunes (2006) ainda enfatiza as derrotas empreendidas pela empresa ao combativo sindicalismo existente no Japão, que suscitaram o alastramento da subordinação dos trabalhadores ao universo empresarial.

Mas esse quadro de reordenamento do mundo trabalho guarda relações mais profundas com a totalidade do sistema de metabolismo social do capital. Conforme Antunes (2005), em fato, “a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro” (ANTUNES, 2005, p. 31). De onde se seguiu um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o

38 Adjetiva-se de tal forma pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, pela sua potencialidade de propagação – com maior ou menor hibridez – em escala mundial, pela sua agilidade e lucratividade na produção de mercadorias, e por fim, pelas enormes conseqüências que ele acarreta no interior do mundo do trabalho.

39 Benjamin Coriat e Alain Lipietz são dos principais expoentes nessa discussão, pertencentes à chamada escola de regulação. Segundo Thomas Gounet (1999) os autores afirmavam ser causa perdida aos trabalhadores o combate à implantação do que denominam pós-fordismo. Apregoavam em consonância com sua linha teórica, a escola de regulação, que esta última serviria para fazer de um modelo de acumulação um conjunto coerente. Em acordo com Gounet (*op. cit.*) nem tudo que se encontra nas obras desses autores deve ser rejeitado. “A parte descritiva da obra de Coriat sobre os métodos da Toyota, Pensar Pelo Averso, em particular, merece atenção” – afirma. Porém, cabe aqui destacar alguns elementos que constituem a concepção reformista desses autores, como: 1) propõem na aceitação e no encontro de um novo modelo de desenvolvimento, servido de outro regime de acumulação; 2) pregam a colaboração de classes; 3) chamam os trabalhadores à defender a posição concorrencial – da local à mundial – das empresas; 4) enfatizam a prosperidade nas regiões/países industrializadas; 5) propõem continuar uma luta que não ultrapasse o sistema capitalista; 6) afirmam, por fim, que basta reformar o capitalismo e extirpar seus excessos mais gritantes.

capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

No interior desse processo, cabe-nos incluir as importantes reflexões no campo da economia e sociologia do trabalho, que passam a considerar mais profundamente a dimensão da divisão sexual do trabalho nos processos mediadores do reordenamento do mundo do trabalho. Nesse contexto, são fundamentais as pesquisas indicam as interfaces sexuadas no mundo do trabalho. Esses estudos permitem-nos avançar “nas difíceis e absolutamente necessárias interações entre classe e gênero” (ANTUNES, 2005, p. 108).

Helena Hirata (2002) chama atenção para a impossibilidade de considerar de forma generalizada o estabelecimento de um novo paradigma de organização e desenvolvimento industrial a partir da introdução das novas tecnologias. Explica a autora que tais abordagens universalizantes usualmente são *gender blind*, portanto “fortemente questionáveis no momento em que a divisão sexual do trabalho é introduzida como uma dimensão essencial de análise” (HIRATA, 2002, p. 222).

No sentido referido a autora levanta importante questão: nesse movimento de crise, reordenamento do mundo do trabalho e reestruturação produtiva, em oposição à rigidez da legislação trabalhista desenvolve-se acentuadamente o emprego de um tipo de mão-de-obra, caracterizada como flexível. Nesse caso – afirma a autora – mão-de-obra flexível não significa outra coisa que não seja a fundamental utilização da “mão-de-obra feminina contratada em tempo parcial” (HIRATA, 2002, p. 228).

Hirata (2007) afirma que a chamada flexibilidade do emprego passou a ser obtida inicialmente pelo desenvolvimento do trabalho temporário, dos contratos por tempo determinado e da terceirização nos países desenvolvidos. Ao desenvolvimento dessa modalidade nos países do hemisfério sul, visualizou-se o crescimento do trabalho informal, que se ausenta da regulamentação das condições de trabalho e a rigidez do quadro legal. A flexibilidade⁴⁰, segundo Hirata, seria uma das principais dimensões buscadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais implementadas na empresa.

⁴⁰ O conceito de flexibilidade sempre apresentou múltiplas significações. Hoje é remetido mais imediatamente à questão da flexibilização das relações de trabalho e do tempo de trabalho, assim como à questão da mundialização da precarização social do trabalho, induzida na emergência dos novos modelos produtivos. Nesse conceito estão presentes as idéias de uma flexibilidade interna, ou qualitativa, ou funcional, que se expressa na polivalência operária no espaço fabril. Também está presente a idéia da flexibilidade numérica ou quantitativa, podendo variar a título de exemplo o volume ou a duração do emprego ou duração do tempo de trabalho. Esta igualmente presente a diversificação e a multiplicação dos espaços para o trabalho – domiciliar, a distância, teletrabalho, terceirizado – que concorrem para o

Nesse escopo, atenta a autora para o fato de que tal flexibilidade⁴¹ do trabalho é preconditionada pela divisão sexual do trabalho, restando às mulheres, o amplo recurso do trabalho flexível e do assalariamento diferenciado diante deles⁴².

No interior dessas metamorfoses no mundo do trabalho, em que a emergência da reabsorção da força de trabalho feminino passa a ser notada, uma questão central é evocada pela autora. Refere-se à justificação social imposta pelos mercados de trabalho em relação às modalidades de flexibilização da força de trabalho feminina – leia-se precarização. Esta acaba sendo relevada pela dimensão familiar em que ideologicamente se anuncia “a lógica do salário complementar, a preeminência da condição de mães de família sobre a condição de trabalhadoras” (HIRATA, 2002, p. 229)⁴³. É nesse sentido que se articulam as situações de opressão vivenciadas pela mulher trabalhadora na esfera reprodutiva e a grada exploração de sua força de trabalho no campo de produção.

A questão da complementaridade do salário feminino também remete a uma secundarização de sua força de trabalho. Laís Abramo (2007) discute esse assunto em

desenvolvimento da chamada produção flexível. São questões a serem consideradas, assim como a divisão sexual do trabalho – condição material fundamental para a realização da flexibilidade do trabalho – a serem consideradas em conjunto e de maneira integrada para a apreensão da flexibilidade – explica a autora.

⁴¹ A palavra “flexibilização” tem conotação ideológica, mascarando sob um termo neutro ou mesmo de conotação positiva (adaptabilidade, maleabilidade, repartição mais adequada) práticas de gestão da mão-de-obra em que flexibilidade e precariedade andam frequentemente juntas no âmbito do mercado de trabalho. A degradação importante das condições de trabalho, de salários e da proteção social seria, assim, disfarçada por um termo positivo – afirma Hirata.

⁴² Segundo Hirata, pode-se afirmar que a flexibilidade é sexuada. Indicam suas pesquisas que em termos da flexibilidade interna, essa concerne fundamentalmente à mão-de-obra masculina. Kergoat, cita a autora, refere-se à justaposição entre taylorismo (feminizado) e flexibilidade (masculinizado) ou à existência de duas formas de flexibilidade: formação qualificante e polivalência para homens e empregos atípicos para as mulheres. Dessa forma, obtém-se a flexibilidade externa, principalmente recorrendo-se à exploração da mão de obra feminina (empregos precários, trabalho de tempo parcial, flexibilidade de horários e outras características). Assim, afirma Hirata que a flexibilidade aumenta as desigualdades entre homens e mulheres quanto as condições de trabalho e emprego (p. 104). Obstáculos à flexibilização do trabalho oriundos das políticas sociais são apontados por Hirata (2007). Para a autora, a dimensão jurídica da flexibilidade é central e esta assentada especialmente na simplificação dos procedimentos de contratação e demissão. No Brasil, embora a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) regulamente o emprego formal, sua aplicação nem sempre é efetiva, e sobretudo, a amplitude da informalidade dos laços empregatícios no país sempre contribuiu para que a ocorrência da flexibilidade e da não-regulamentação fosse bem mais significativa que nos países europeus.

⁴³ Nogueira (2004) referenciada em Hirata, afirma o mesmo, ponderando que embora se saiba que hoje para algumas famílias, essa premissa não seja mais verdadeira, pois os valores complementares percebidos pelos assalariamentos femininos são frequentemente imprescindíveis para o equilíbrio do orçamento familiar.

termos do ideário da mulher como uma força de trabalho secundária. Abramo (2007) afirma que essa noção ideológica está contida tanto na teoria econômica como no imaginário empresarial e social em geral, assim como se encontra presente frequentemente no planejamento e na implementação de políticas públicas. Assevera a autora que essa concepção se estrutura no entorno da visão da família nuclear centrada no homem provedor e na mulher enquanto responsável pelas atividades na esfera privada⁴⁴.

Nessa expectativa, a inserção feminina no mundo do trabalho aparece em aspecto secundário no seu projeto de vida, como se possuísse um caráter extraordinário dada a impossibilidade do homem centro dos proventos por algum motivo especial ou mesmo por sua ausência. “Em consequência disso [...] a inserção da mulher no mercado de trabalho, também por definição, seria uma inserção ocupacional complementar, eventual, instável. Numa palavra, secundária” (ABRAMO, 2007, p. 29).

As pesquisas de Abramo (2007) ao apontarem as tendências do trabalho feminino na América Latina e refletirem sobre a citada concepção da secundarização, afirmam que se em algum momento essas imagens de complementaridade do trabalho feminino guardaram correspondência com a realidade, atualmente se encontram em fase de mudança acelerada. Tanto na concepção do masculino enquanto provedor primário, quanto na própria noção de complemento de renda, e ainda nos aspectos quantitativos da participação feminina e prolongamento de suas trajetórias profissionais, existem pesquisas demonstrando o contradito dessa concepção ideológica.

Nessa discussão, acrescentaríamos ainda a argumentação de que a atribuição à força de trabalho feminina da condição de complementaridade ou secundarização não poderia ter outro apelo se não o ideológico em sentido clássico. Daí sua utilização como recurso do capital na justificação de desigualdades de remuneração, acesso e permanência. Se o fundamento mais essencial do metabolismo capitalista se apresenta no contexto da mais-valia, não analisar as mediações do trabalho feminino nessa composição seria errôneo. No interior dessa dinâmica, parece-nos impossível ou pelo menos impreciso afirmar alguma secundarização de qualquer força de trabalho, que em termos gerais compõem um todo complexo como elementos da égide do trabalho

⁴⁴ Diversas instituições do chamado mercado de trabalho tipicamente instauradas no pós-guerra têm fundamento nesta idéia, algumas delas existentes até hoje, entre as quais estão o salário mínimo e alguns sistemas de pensão e planos de saúde – exemplifica a autora.

abstrato capitalista. Vimos anteriormente e continuaremos nos deparando com exemplos de absorção e exploração da força de trabalho feminina em distintas ocasiões, o que não nos parece ilustrar a recorrência do capital a um tipo de força de trabalho secundária.

Acrescentamos ainda a situação do trabalho reprodutivo, encargo hegemonicamente feminino, nos termos de uma jornada laboral adicional. Muito embora as exceções não estejam descartadas em absoluto, a grande maioria das transformações no mundo trabalho e as consequentes idas e vindas da força de trabalho feminino foram acompanhadas de uma marcante permanência do trabalho reprodutivo sob a responsabilidade da mulher.

Quando aludida em relação ao tempo trabalhado no espaço produtivo, as atividades da esfera reprodutiva são destacadas nos marcos de uma segunda ou dupla jornada de trabalho. Antunes (2005) indica que a mulher trabalhadora de forma geral realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de sua casa, ou dentro e fora de seu emprego.

E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos, filhas e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 2005, p. 109).

Acrescentando outros dados em nossa reflexão, Claudia Mazzei Nogueira (2004), auxilia na construção do quadro sobre o trabalho feminino – e masculino – nesse contexto de ascensão do neoliberalismo afirmando que em relação ao emprego masculino, houve estagnação ou mesmo regressão, e em relação ao emprego e trabalho feminino assalariado um crescimento acentuado.

Paradoxalmente, continua a autora, essa inserção se traduz majoritariamente em áreas onde predominam empregos precários como os trabalhos em tempo parcial, com maior intensificação, ou com jornadas mais prolongadas, com maior vulnerabilidade, com grande diferenciação salarial – em relação aos homens.

Se a participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-1970, a intensificação da inserção feminina foi o traço marcante nas duas últimas décadas. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregados precários, em que a exploração, em grande medida, encontra-se mais acentuada, como pudemos constatar nas pesquisas realizadas na Europa, na América Latina e no Brasil. Essa situação é um dos paradoxos, entre tantos outros, da mundialização do capital no mundo do trabalho. O impacto das políticas de flexibilização do trabalho, nos termos da reestruturação produtiva, tem-se mostrado como um grande risco para toda a classe trabalhadora, em especial para a mulher trabalhadora (NOGUEIRA, 2004, p. 87).

No sentido dos direitos trabalhistas, segundo Nogueira (2004), as trabalhadoras acabam sendo menos protegidas tanto por meio da legislação quanto das organizações sindicais⁴⁵. Citando Hirata, a autora ressalta um outro papel reservado à mulher trabalhadora, o de experimento onde elas são utilizadas pelo capital como instrumentos para dismantelar ainda mais as normas de emprego existentes, levando o conjunto da classe trabalhadora a uma precarização ainda maior.

Nogueira (2004) apresenta como conclusão que as recentes metamorfoses do mundo do trabalho – dentre as quais a sua feminização é fator fundamental – contribuem positivamente para o avanço no complexo processo de emancipação feminina, minimizando formas de dominação no espaço reprodutivo. Por outro lado, essas transformações apresentam a negatividade do agravamento das condições de precarização da mulher trabalhadora, consequência do processo capitalista de incorporação do trabalho feminino. Nessa incorporação as características femininas como a polivalência e a multiatividade, decorrentes das atividades na esfera privada, são marcas consonantes com as formas de exploração pelo capital. Importante expectativa levantada pela autora é de que o avanço na direção da emancipação feminina nesse contexto só pode ser parcial, pois o salto para esse processo em sua forma total só pode estar dado na perspectiva da emancipação humana, horizonte histórico situado para além da sociabilidade capitalista.

⁴⁵ Antunes (2005) segue nessa reflexão, constatando que muitas organizações sindicais excluem de seus espaços as mulheres trabalhadoras, os trabalhadores terceirizados e precarizados. E nesse sentido, arriscamos dizer, podem-se apresentar reflexos e implicações na consciência de classe desses segmentos. Segundo o autor, a classe trabalhadora contemporânea se compõe crescentemente dessas frações, sendo estas, parte importante da constituição do mundo do trabalho.

Outra questão importante para nosso estudo se refere às conseqüências das novas tecnologias e as novas organizações industriais para o trabalho em geral. Mas essa expectativa apenas alcançará as repercussões mais ampliadas no mundo do trabalho, caso tomemos a dimensão da divisão sexual do trabalho como ponto fundamental de análise (HIRATA, 2002).

Em consonância com suas pesquisas, a autora constata que as transformações nos paradigmas produtivo e gerencial não se fazem em uníssono e que, sobretudo, ao considerarmos a força de trabalho feminina ou as indústrias dos países subdesenvolvidos, verificaremos que “o taylorismo não acabou” (HIRATA, 2002, p. 230). O trabalho nos moldes desse padrão de acumulação supostamente pretérito permaneceu às mulheres mesmo depois de inaugurada a era da acumulação flexível.

Essa constatação parece fundamental para nossas reflexões, pois ainda manterá – de alguma forma – válida toda a discussão empreendida anteriormente sobre organização do trabalho padrão fordista/taylorista especialmente no que concerne ao trabalho feminino, relegado-as a tarefas classificadas como não qualificadas, ou as tarefas de leveza, menos rápidas e mais monótonas (PENA, 1981).

Completa Hirata (1998) que a idéia de que os novos modelos produtivos eliminam a monotonia dos trabalhos e a repetitividade das tarefas é apenas parcialmente verdadeira e conserva maiores prejuízos às mulheres. O que ocorre é que muitos dos postos desse tipo, ocupados por mulheres, são normalmente eliminados pela informatização e pela introdução da automação flexível. Por outro lado, os trabalhos repetitivos, monótonos, assim como a imposição temporal, reaparecem sob novas formas na atualidade, persistindo sob o domínio feminino. Assim, conclui-se que as perspectivas de requalificação do operariado para o trabalho demandam alterações prioritariamente aos homens.

Às mulheres, a relação com as novas tecnologias perpassa a questão da qualificação de forma diferenciada conforme veremos na discussão que Hirata (2002) empreende com as autoras Madelaine Guilbert e Daniele Kergoat⁴⁶.

⁴⁶ Hirata (2002) recorre às clássicas pesquisas de Madelaine Guilbert (1966) e Daniele Kergoat (1982), nas quais as autoras buscam uma interpretação acerca do movimento das operárias francesas do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e trazem elementos adicionais sobre essa questão. Guilbert pesquisou 129 empresas de metais, com um total de trabalhadores na produção de 14.601 mulheres e 15.871 homens e realiza precisas indicações sobre as relações entre as técnicas, os equipamentos e a divisão sexual do trabalho. Quanto a Kergoat, inicia a segunda parte de seu trabalho indicando que as análises de Guilbert relativas à situação de trabalho das operárias continuavam amplamente válidas mesmo 16 anos depois. Nesse sentido, Hirata afirma que “poderíamos dizer o mesmo sobre as observações de Guilbert relativas à

Para Guilbert a introdução da mão-de-obra feminina nas oficinas industriais foi consequência do desenvolvimento da maquinaria. Cita que o ramo têxtil saltou na frente na incorporação maciça de mulheres e crianças como operárias no final do século dezenove. Para a autora, a divisão do trabalho previamente existente na família e os custos relativamente baixos desses salários, explicam fundamentalmente a entrada das mulheres na indústria manufatureira, mas a tecnologia é também um dos fatores que está na origem dessa feminização, diminuindo a intensidade do esforço físico, ao simplificar o trabalho. O quadro que a pesquisa de Guilbert aponta, em suma, é que não se confiam máquinas complexas às mulheres.

Explicita que: 1) Existe um tipo de máquinas confiadas às mulheres: as tarefas femininas são predominantemente manuais, as masculinas consistem na fabricação de ferramentas, montagem e regulagem. 2) As qualidades requeridas são muito diferentes: a velocidade e a destreza maior das mulheres é razão de sua utilização em cadeias de montagem. Sua capacidade de executar trabalhos simples, minuciosos, monótonos e efetuá-los de maneira conscienciosa, são motivos de sua utilização nos trabalhos de controle. 3) A clivagem entre tarefas masculinas e femininas é nítida: por exemplo, descartam-se as mulheres do trabalho com os tornos automáticos, mas ao utilizar-se de tornos comuns, no qual são necessárias operações manuais, a mão-de-obra feminina reaparece com importância.

Para Daniele Kergoat, existe uma passagem obrigatória pela questão da qualificação na compreensão das mudanças tecnológicas contemporâneas e a divisão sexual e social do trabalho. Para a autora, o lugar atribuído ao ofício das operárias no processo de trabalho, não pode concedê-las, por definição, o reconhecimento enquanto qualificadas. Para a autora, a automação cria empregos não-qualificados, em geral feminilizados, tanto no terciário quanto no secundário e assim, acaba-se fazendo da não-qualificação uma espécie de qualificação tipicamente feminina.

Kergoat expõe então, alguns efeitos sociais da tecnologia em diversas ordens. Sobre o emprego, afirma que os femininos são mais afetados pela alta informatização do terciário, uma vez que esta atinge os postos de menor qualificação, *locus* da

intervenção de máquinas automatizadas no trabalho feminino” (HIRATA, 2002, p. 201). A autora observa que a introdução da automação suprime certo número de empregos femininos, acentua o caráter fragmentado das tarefas industriais femininas, reserva às mulheres os trabalhos destinados às lacunas da automação, elimina-as de postos de direção ou de supervisão das máquinas que as mudanças tecnológicas necessariamente multiplicam e, finalmente, aproxima a natureza do trabalho efetuado nas oficinas e nos escritórios (HIRATA, 2002).

economia onde as mulheres se encontram em grande número. Sobre a qualificação, segundo a autora, percebe-se um aumento da qualificação masculina e uma redução maciça da qualificação feminina. No terciário, exemplifica a autora, todas as novas ocupações não-qualificadas como: encarregada das comunicações, equipes de digitadoras, perfuradoras de cartões, entre outras, são destinadas para as mulheres, enquanto pelo contrário, os exercícios de prestígio ligados à informática são exercidos por homens. Tendo em vista essa percepção, conclui Hirata (2002), demonstrando que:

As novas tecnologias tendem a reforçar a marginalidade das mulheres e constituem um perigo principalmente para as mulheres não-qualificadas. Na realidade são os postos não-qualificados que desaparecem, e são também postos que implicam tarefas repetitivas que, com as mudanças tecnológicas, continuam disponíveis para as mulheres [...]. Da mesma maneira, na indústria alimentícia, o processo de modernização leva à eliminação do emprego de mulheres em várias atividades; nas indústrias de transformação da carne, a introdução de controladores programáveis substituiu 24 operárias qualificadas e semiquilificadas por um operador homem; na limpeza de camarões, uma máquina substituiu de uma vez 50 operárias, máquina colocada em ação e controlada por um operário [...]. Por outro lado, as mulheres permanecem praticamente ausentes dos postos técnicos e longe dos equipamentos caros e competitivos (HIRATA, 2002, p. 230).

Cecília Toledo (2005) nos fornece importantes contribuições ao refletir sobre o trabalho feminino nos termos da totalidade social capitalista. Argumenta a autora que a situação social das mulheres vem se caracterizando pela desigualdade e que ao fundo de qualquer um dos aspectos em que essa disparidade se manifesta se encontra o trabalho, condição de mediação social da mulher enquanto reprodutora de capital ou de força de trabalho.

Nessa perspectiva, resgata a autora que a qualificação da classe social encarregada sobremaneira do labor não se realiza predominantemente em acordo com os interesses da mesma e sim na consonância com os desmandos do metabolismo social capitalista. Assim, a absorção da força de trabalho em geral será determinada pelas necessidades conjunturais do capital em dado momento histórico. A utilização dessa força de trabalho, continua a autora, estará relacionada com a sua disponibilidade, quando o capital se aproveita, inclusive, das diferenciações internas no interior da classe trabalhadora na busca pela composição de suas taxas de lucro.

Toledo (2005) narra que a opressão feminina se relaciona com uma lógica mais fundamental que determina todas as demais no presente modo de produção, qual seja a necessidade de o capital se reproduzir continuamente. E dessa articulação é que a autora resgata o emprego das novas tecnologias enquanto imerso nas relações de reprodução ampliada do capital e não em outro sentido, como o alívio da exploração da classe trabalhadora, ou o abrandamento das diferenças sexuais. Segundo a autora, quanto mais são empregadas tecnologias no processo produtivo, mais se agrava o controle sobre os trabalhadores e trabalhadoras e nesse mecanismo, os setores mais discriminados – entre eles as mulheres – sofrem graus especiais de exploração de onde o capital intensifica a extração lucrativa.

Indica a autora, que mesmo nos momentos em que se preconizam adaptações tecnológicas para a operação feminina, o sentido das transformações vem apontado para um melhor aproveitamento da lucratividade via capital fixo, que seria operado por uma trabalhadora subvalorizada.

Algo ilustrativo dessa fundamentação ocorre ao norte do Brasil na chamada Zona Franca de Manaus – exemplifica a autora. Esse conglomerado industrial emprega mais de trinta por cento de mulheres no setor de produção e tem semelhança com as zonas francas industriais asiáticas e mexicanas. Como nessas outras zonas francas, na brasileira predominam atividades intensivas em mão de obra, extremamente desgastantes da acuidade visual e da motricidade. Empregam força de trabalho jovem, abundante, barata e não-qualificada⁴⁷.

Segundo a autora, a conformação da qualificação da mulher trabalhadora nesse modo de produção esta dada segundo os interesses da acumulação, guardando relação com a divisão sexual do trabalho, que se utiliza de dados histórico-culturais e os aprofunda no sentido da administração de sua reprodução ampliada que carrega, por sua vez, correlação com a possibilidade do movimento do emprego e desemprego da classe trabalhadora. Numa situação de pleno emprego, afirma a autora, as bases dessas mazelas estariam corroídas⁴⁸.

⁴⁷ No setor eletroeletrônico – privilegiado nessa zona industrial – a maioria da força de trabalho é feminina e realiza a montagem final dos produtos com partes produzidas em distintos países.

⁴⁸ Aqui encontramos consonância com a noção apresentada anteriormente por Pena (1981) da relação do trabalho feminino com os movimentos do exército industrial de reserva, que disponibiliza força de trabalho subvalorizada e que numa reflexão na amplitude da totalidade social, não realiza outra coisa, que não mais-valia em suas distintas manifestações. Nesse contexto, a permanência da sociabilização pelo

A leitura de David Harvey (2007) aponta para essa nova condição feminina no mundo do trabalho mundializado, marcadamente heterogêneo, especialmente se considerada a exploração global das divisões sexual e internacional do trabalho. Constata o autor que os efeitos são duplamente óbvios quando avaliamos a transformação de papel das mulheres na produção e no mercado do trabalho.

Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa, e ali explorar a força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável. O programa Maquiladora, que permite que administradores e a propriedade do capital norteamericano permaneçam ao norte da fronteira mexicana, enquanto se instalam as fábricas, que empregam principalmente mulheres jovens, ao sul da fronteira, é um exemplo particularmente dramático de uma prática que se tornou generalizada em muitos dos países menos desenvolvidos e recém industrializados (as Filipinas, a Coreia do Sul, o Brasil etc.). A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (HARVEY, 2007, p. 146).

A pesquisa de Naomi Klein (2004) aborda a questão do trabalho feminino nas zonas de processamento e exportação (ZPE) e corrobora com as leituras anteriores acerca das precárias condições a que essas trabalhadoras estão submetidas. Explica a autora que a noção de que a organização de zonas de processamento produtivo para exportação poderia ajudar as economias do terceiro mundo ganhou aceitação pela primeira vez em 1964. Na ocasião o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas adotou uma resolução endossando tais zonas como um meio de promover o comércio com as nações em desenvolvimento. Contudo, indica a autora, no início dos anos oitenta quando a Índia suspendeu os impostos por cinco anos para empresas que produzissem em suas zonas de subassalariamento, a indústria da zona de livre comércio ganhou força.

trabalho humano, diferenciado segundo os sexos, com distintas valorações, parece absolutamente adequada ao processo de acumulação capitalista.

Os dados advertidos por Klein (2004) acerca dos numerais⁴⁹ das zonas comerciais indicam que essa formatação organizacional da indústria nos países periféricos se apresenta como importante tendência da organização mundializada do capital. O impacto para o trabalho nas localizações pesquisadas por Klein (2002) ressalta o apelo à força de trabalho feminina na realização dos repetitivos e extenuantes trabalhos para as grandes marcas mundiais. Cita-nos a autora:

Independente de onde as zonas de processamento e exportação estejam localizadas, as histórias dos trabalhadores têm uma certa uniformidade mesmerizante: o dia de trabalho é longo - 14 horas no Sri Lanka, 12 horas na Indonésia, 16 no sul da China, 12 nas Filipinas. A grande maioria dos trabalhadores é composta de mulheres, sempre jovens, sempre trabalhando para contratados ou subcontratados da Coreia, de Taiwan ou de Hong Kong. Os contratados em geral atendem a pedidos de empresas sediadas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, no Japão, na Alemanha ou no Canadá. O gerenciamento tem estilo militar, os supervisores cometem abusos, os salários ficam abaixo do nível de subsistência e o trabalho exige pouca habilidade e é tedioso. Como modelo econômico, as zonas de processamento de exportação de hoje têm muito mais em comum com as franquias de fast-food do que com o desenvolvimento sustentável, tão afastadas são elas dos países que as hospedam. Esses bolsões de indústria pura ocultam-se por trás de uma capa de transitoriedade: os contratos vêm e vão quase sem aviso; os trabalhadores são predominantemente migrantes, distantes de casa e com pouca conexão com a cidade ou província onde as zonas estão localizadas; o próprio trabalho é de caráter precário, com frequência sem renovação de contrato (KLEIN, 2004, p. 230).

Klein (2004) relata em sua obra distintos casos de uma exploração extrema em níveis de intensidade, jornada e baixos salários. Não nos cabe nesse momento remontar todos eles, entretanto, por meio de sua pesquisa fica possível afirmar a ampla recorrência ao trabalho feminino nesse modelo de acumulação que articula a extração de mais-valia e a valorização em termos de capital fictício.

⁴⁹ Existem 22 zonas econômicas só nas Filipinas, empregando 459.000 pessoas - muito mais que os 23.000 funcionários da zona econômica em 1986, e mais que os 229.000 que já existiam em 1994. A maior economia desse tipo é a China, onde estimativas conservadoras apontam para 18 milhões de pessoas em 124 zonas de processamento de exportação. A Organização Internacional do Trabalho afirma que existem pelo menos 850 ZPEs no mundo, no total, mas esse número provavelmente está mais próximo de 1.000, espalhadas em setenta países e empregando aproximadamente 27 milhões de trabalhadores. A Organização Mundial do Comércio estima um valor entre US\$ 200 e US\$ 250 bilhões em fluxo de comércio nessas zonas. O número de fábricas instaladas nesses parques industriais também está se expandindo. Na verdade, as fábricas de livre comércio ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México - em espanhol, *maquiladoras* (de maquilar, "maquiar") - provavelmente são as únicas estruturas que proliferam com a mesma velocidade das lojas Wal-Mart: havia 789 maquiladoras em 1985. Em 1995, eram 2.747. Em 1997, 3.508 maquiladoras empregavam cerca de 900.000 trabalhadores.

Desse quadro mais generalizado do contexto da reestruturação produtiva do capital e do trabalho feminino passaremos brevemente por algumas situações regionais. Destacando de forma mais palpável do contexto brasileiro, Cristina Bruschini e outros (2008) baseados em estatísticas oficiais⁵⁰ destacam algumas das principais tendências do trabalho das brasileiras nas duas regiões mais populosas do país – sudeste e nordeste – que nos servem de referência para a conjuntura nacional.

[A] inserção laboral das brasileiras [é] marcada por progressos e atrasos: de um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que vem ocorrendo desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do emprego feminino; de um lado, a conquista de bons postos e o acesso a carreiras e profissões de prestígio por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. O perfil das trabalhadoras mostra que hoje elas são mais velhas, casadas e mães – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família –, mas, ao mesmo tempo, ainda permanecem responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos – o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais e uma sobrecarga para as novas trabalhadoras, sobretudo para mães de filhos pequenos (BRUSCHINI, RICOLDI, MERCADO, 2008, p. 16).

Apontam os autores para a intensidade e constância do crescimento da atividade laboral feminina no período pesquisado (1995-2005). Afirmam que indicadores como a população economicamente ativa⁵¹ demonstram o aumento considerável da participação feminina, assim como as taxas de atividade e percentuais femininos no interior do conjunto dos trabalhadores. “Em 2005, mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou trabalho e mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino”. Dados que exaltam a crescente feminização do mundo do trabalho.

⁵⁰ Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADS) do IBGE, anuário RAIS – relação anual de informações sociais do ministério do trabalho e emprego.

⁵¹ PEA – População Economicamente Ativa. Segundo classificação do IBGE o indicador inclui os ocupados e os desocupados. Os ocupados são aqueles que estão empregados, no trabalho formal ou informal, enquanto os desocupados são os que estão a procura de emprego no momento da pesquisa – explica o grupo de autores. Relatam ainda, que ao longo dos anos oitenta, a identificação do trabalho doméstico ficara oculta das estatísticas, encontrando categorização junto à inatividade. Realizado o trabalho de crítica às estatísticas oficiais, inadequadas no que concerne a demonstração da contribuição das mulheres à sociedade, mais recentemente, a partir da divulgação dos resultados em microdados, passou a ser possível mapear esse conjunto de atividades que consomem tempo e energia de quem as realiza, e que em fato, deveria ser considerado como trabalho não-remunerado, e não como inatividade (p. 19).

Nesse contexto – dentre particularidades dessa inserção laboral feminina discutidas anteriormente – relata o grupo de autores que um dos fatores que mais significativamente impactam na entrada das brasileiras no mercado de trabalho é a expansão de sua escolaridade. Segundo os autores a escolaridade das trabalhadoras é superior a dos trabalhadores, dado diferencial que também pode ser verificado na população em geral. A elevada escolaridade possui também impacto considerável no ingresso feminino no mercado, pois as taxas de atividade das trabalhadoras mais instruídas são muito mais elevadas que as taxas gerais de atividade.

A pesquisa dos autores aponta também para um importante dado. Afirma seu texto, que a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro se caracteriza, ao longo do tempo, pela precariedade, que atinge importante parcela das trabalhadoras. Entretanto, em contraste com as ocupações precárias, mulheres instruídas, além de continuar marcando presença em tradicionais guetos feminizados – citam magistério e enfermagem como exemplos – vêm ocupando áreas profissionais de prestígio como a medicina, a advocacia, a engenharia, esta última, tradicional reduto masculinizado. Para os autores, essa poderia ser considerada uma das faces do progresso alcançado pelas mulheres no que tange à sua participação no mercado de trabalho.

Hirata (2001) descreve esse fenômeno nos termos de uma bipolarização do trabalho assalariado feminino, em que uma parcela diminuta da força de trabalho feminino estaria alocada em funções qualitativamente superiores e num campo imediatamente oposto, repousaria um contingente maior. Assim retrata a autora:

A atividade feminina continua concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação. Contudo, a tendência a uma diversificação das funções mostra hoje um quadro de bipolarização: num extremo, profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente bons no conjunto da mão-de-obra feminina (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas, etc.), e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social. Essa bipolarização não surge apenas nos países europeus desenvolvidos, mas também em países semi-industrializados como o Brasil (HIRATA, 2001, p. 148).

Hirata (2001) relata que no extremo inferior da bipolarização do assalariamento feminino, assiste-se ao crescimento do trabalho precário, em tempo parcial e temporário, mal pagos e sem perspectiva de carreira⁵². Segundo suas pesquisas, o desenvolvimento do emprego em serviços é quem permanece estreitamente ligado ao movimento das crises econômicas e recessão que acabam por levar mulheres inativas anteriormente e sem qualificações reconhecidas a entrarem no mercado de trabalho.

No Brasil, entre novas configurações e recentes processos de transformação no cenário do trabalho feminino brasileiro, Bruschini (2008) e demais autores levam também em consideração as fundamentais persistências na caracterização desse tipo de força de trabalho. Vejamos.

No que se referem à ocupação, os dados sinalizam que persistem os conhecidos padrões diferenciados da inserção feminina e masculina em determinados setores ou grupos de atividades econômicas.

Os setores do mercado nos quais as trabalhadoras continuam encontrando maiores oportunidades de trabalho e emprego são, pela ordem, prestação de serviços, agropecuária, setor social, comércio de mercadorias e indústria. A força de trabalho masculina, por outro lado, manteve presença significativa, também pela ordem, na indústria, nos trabalhos ligados à agropecuária, no comércio de mercadorias e na prestação de serviços pequenos (BRUSCHINI, RICOLDI, MERCADO, 2008, p. 24).

Outro dado apresentado pelos autores marca bem a tendência à precarização das ocupações femininas. No ano de 2005, 33% da força de trabalho feminina no Brasil, ou nada menos que doze milhões de trabalhadoras estavam em precários nichos como trabalhadoras domésticas⁵³, em atividades não-remuneradas ou trabalho na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar.

A estrutura ocupacional apresenta tendências recorrentes nos últimos anos. No emprego formalizado, continua-se o padrão de ocupações das mulheres com elevada

⁵² Nesse texto a autora indica teorização de Kergoat sobre o antagonismo político potencial entre esses dois grupos de trabalhadoras assalariadas. Uma das questões controversas indicadas é o fato de que um dos grupos usa os serviços do outro para ascender na escala profissional e ter uma carreira.

⁵³ O emprego doméstico remunerado é o nicho ocupacional feminino por excelência, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres. Ele se manteve como importante fonte de ocupação, praticamente estável até 2005, absorvendo 17% da força de trabalho feminina no Brasil, 15% no nordeste e 19% no sudeste. A ocupação de trabalhadora doméstica ainda representa, nos dias de hoje, oportunidade de colocação para mais de 6 milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro (p. 26).

presença em setores tradicionais da indústria como as costureiras no ramo de confecções, “assim como nos serviços de cuidado pessoal, higiene, alimentação, como é o caso das cabeleireiras e especialistas em estética em geral, das faxineiras, arrumadeiras em domicílios e hotéis, lavadeiras, tintureiras e cozinheiras” (BRUSCHINI, RICOLDI, MERCADO, 2008, p. 28).

Persistem igualmente outros tradicionais guetos femininos, como enfermagem (89% da ocupação feminina), nutrição (93%), assistência social (91%), psicologia (89%) e magistério nos níveis pré-escolar (95%), fundamental (88%) e médio (74%). A presença feminina continua predominante ainda entre as secretárias (85%) e auxiliares de contabilidade e caixas (75%). (BRUSCHINI, RICOLDI, MERCADO, 2008, p. 28).

Quanto aos rendimentos, os brasileiros são reconhecidamente mal remunerados, afirmam. As brasileiras, como as mulheres de todo o mundo, ganham ainda menos que os homens. As remunerações mais baixas das mulheres comparando aos homens são confirmadas se considerados os setores econômicos, os grupos de horas trabalhadas, a posição na ocupação e os anos de estudo – citam os autores.

A evolução da distribuição do rendimento do trabalho dos brasileiros nos dez anos pesquisados é marcada pelo aumento da proporção de trabalhadores com menores rendimentos refletindo a expressiva queda dos ganhos advindos do trabalho. Como exemplo, podemos destacar do texto dos autores, o fato a que chamam atenção: em “2005, 36% das trabalhadoras no Brasil, 40% no nordeste e 32% no sudeste ganhavam menos de um salário mínimo” (BRUSCHINI, RICOLDI, MERCADO, 2008, p. 28).

O quadro exposto nas linhas anteriores alcança a nosso ver a caracterização do contexto ao qual estão inseridas trabalhadoras e trabalhadores numa conjuntura de capital mundializado. De modo essencial esse esforço crítico e descritivo esclareceu uma situação de ampla desvantagem da classe que vive do trabalho em relação ao capital.

Destacamos então em tempo, outras duas importantes situações que se consolidam no período histórico em questão. A primeira se relaciona a submissão pelo capital de toda vitalidade da classe trabalhadora. Esse ponto de vista é indicado por Tumolo (2003), o qual transcrevemos logo abaixo.

Domínio sobre praticamente todas as atividades humanas, sobre a produção social da vida e redução generalizada do preço da força de trabalho combinada com um imenso (e insolúvel) contingente supérfluo de trabalhadores, eis os ingredientes fundamentais para o controle do capital sobre a vida dos trabalhadores. A subsunção real do trabalho e a subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital transformam-se, na contemporaneidade, em subsunção real da vida dos trabalhadores ao capital. Mais do que isso, tendo em vista o controle do capital sobre toda a vida social, transformam-se em subsunção real da vida social ao capital. Dessa forma, o controle do processo de trabalho realiza-se por intermédio do controle da vida social, o primeiro subordinando-se ao segundo, de tal maneira que o capital tende a prescindir de um controle mais sistemático e hostil sobre os trabalhadores no âmbito dos processos de trabalho, dispensando, inclusive, os empregados que desempenham esse tipo de função, tendo em vista o autocontrole exercido pelos próprios trabalhadores. Tudo isso significa, portanto, o coroamento da articulação orgânica do “espaço do trabalho” e do “espaço fora do trabalho” num único e mesmo “espaço”, o *locus* do capital (TUMOLO, 2003, p. 174).

A perspectiva apresentada pelo autor nos parece precisa se considerarmos a consonância entre as proposições do autor e nossas reflexões para os fins desse estudo. A leitura de Tumolo (2003) parece-nos igualmente adequada para pensarmos no interior da universalidade proposta nas palavras do autor, a especificidade do trabalho feminino, que a nosso ver se encontra imerso nas mesmas relações, tanto no âmbito público quanto privado – quanto na sua atuação concomitante nas duas esferas. Nessa articulação, podemos extrair da visão indicada pelo autor, que a fusão dos espaços de trabalho e a submissão desse novo lugar, subsume do mesmo modo o trabalho feminino em qualquer de suas dimensões ao capital.

Dessa perspectiva e considerando-se o agravamento da situação de precariedade da mulher trabalhadora no atual mundo do trabalho, conforme discutimos no decorrer desse capítulo, podemos articular a discussão acerca da condição de alienação a que a humanidade esta submetida no capitalismo. Na visão de Marx (2005) o trabalho no capitalismo se encontra mutilado, alienado, controlado pelas relações sociais de produção e dessa forma, a apropriação da produção do gênero humano pelo indivíduo trabalhador se encontra igualmente mutilada. Tomando essa reflexão como fundamental, podemos afirmar que a condição de alienação da mulher trabalhadora se apresenta de forma ainda mais contundente. Considerando a gravidade da situação de precarização da vida das massas de força de trabalho feminino, podemos afirmar que a essas, seu distanciamento aos benefícios da produção histórica e genérica da humanidade parece ainda maior que para alguns homens.

2.3 O TRABALHO NO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS: UM ESPAÇO PREDOMINANTEMENTE FEMININO?

O âmbito do comércio é profundamente imbricado com todo setor produtivo industrial, ainda coração do capitalismo corrente, e é caracterizado pela “venda e revenda de mercadorias, sendo sua atividade determinada pela forma de disponibilização do produto no mercado, podendo ser varejista ou atacadista” (DIEESE, 2002, p. 05). Esse setor, “tem participação significativa no Produto Interno Bruto (PIB) – aproximadamente 8% - e ocupava 9 milhões de pessoas no Brasil, em 1999, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” (idem).

Do ponto de vista do trabalho, veremos adiante suas condições específicas no Brasil. Do ponto de vista do capital, o setor se apresenta com enorme heterogeneidade, abarcando das microempresas aos hipermercados de característica multinacional que representam no Brasil, um exemplo característico dos processos de concentração e centralização de capital⁵⁴.

Adentrando ao quadro que traça o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio no Brasil, recorreremos à pesquisa desenvolvida pela equipe técnica do DIEESE⁵⁵, por solicitação da Confederação Nacional de Trabalhadores em Comércio e Serviços da Central Única dos Trabalhadores (CONTRACS/CUT)⁵⁶, apresentada durante o Congresso da Entidade realizado em maio de 2002⁵⁷. Particularmente,

⁵⁴ Faz-se oportuno incluir uma observação. Braverman (1977) nos indica embasado em Marx que segundo a caracterização do trabalho no setor de serviços ou comercial, não se trata exatamente da produção de um bem configurado na forma de um objeto-mercadoria, e sim, dos próprios efeitos do trabalho transformarem-se em mercadoria. Mas ainda o que está centralmente em jogo na organização do trabalho na sociedade capitalista, não seria a forma determinada do trabalho, mas sim, sua forma social, sua capacidade de produzir, como trabalho assalariado um lucro ao capitalista, que o insere na reprodução ampliada do capital.

⁵⁵ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Instituição criada pelo movimento sindical brasileiro. Fundado em 1955 no intuito de desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras no país.

⁵⁶ Em 1993, durante o II Congresso do Departamento Nacional de comerciários da CUT, realizado de 27 a 29 de janeiro, em Vitória – ES, aprovou-se aglutinar o setor do comércio e serviços, transformando o então Departamento em Confederação, que passou a representar os trabalhadores no comércio e serviços. Nasce nesse momento a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (CONTRACS).

⁵⁷ A pesquisa se utiliza como base de dados indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) como a Pesquisa Anual do Comércio (PAC), as Contas Nacionais e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Assim como as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo convênio DIEESE/Seade e outras instituições parceiras (1998/2001). As regiões

interessam-nos os dados gerais que apontam para questões de precarização, flexibilidade e as devidas observações que consideram a divisão sexual do trabalho.

A investigação demonstra que mesmo crescendo a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos, os homens ainda são a maioria dos ocupados em todas as regiões metropolitanas pesquisadas e a mesma distribuição repete-se entre pessoas ocupadas no comércio.

A pesquisa revela certa homogeneidade na distribuição por sexo, dos trabalhadores entre as regiões. As maiores parcelas de mulheres ocupadas – sem considerar o setor de atividade – encontram-se no Distrito Federal e na região metropolitana de Salvador, em ambos os casos com pouco mais de 46%, em 2001. Em todas as regiões, porém, é maior o percentual de mulheres ocupadas no mercado de trabalho como um todo, do que no comércio. Na análise específica do trabalho no comércio,

Belo Horizonte e o Distrito Federal apresentam as menores participações femininas entre os ocupados do setor nos dois casos, com menos de 40%. Outras duas constatações são o maior percentual feminino no mercado metropolitano de Salvador e o crescimento da inserção feminina em Recife, que saltou de 39,8%, em 1998, para 42,7%, em 2001. Considerando-se que esta região foi a única a registrar, entre 1998 e 2001, expansão no emprego no comércio, esse crescimento pode ser atribuído, entre outros fatores, ao aumento da ocupação comerciária simultaneamente ao encolhimento da participação masculina (p. 14).

Quanto a situação desse grupo de homens e mulheres empregados no comércio, temos como principal forma de inserção a atividade assalariada em praticamente todas as seis regiões onde a PED é realizada. Cita-nos o estudo, que ao longo dos quatro anos avaliados ocorreram pequenas alterações na distribuição dos ocupados no setor, segundo sua forma de contratação.

Um exemplo foi o pequeno crescimento do assalariamento, bem como o ligeiro avanço do índice de registro em carteira. Entretanto, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta importante dado relativo. O estudo apontou um incremento na taxa de participação dos assalariados, entre os ocupados do comércio, em 6%, com a taxa de crescimento da assinatura da carteira de trabalho de apenas 2,6%, enquanto a contratação sem registro cresceu cerca de 15%. Nesse exemplo, a contratação não

metropolitanas pesquisadas são Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

formal foi, em termos relativos, muito mais expressiva do que a formal, sendo estas duas tendências que coexistem no setor.

A distribuição das diferentes formas de ocupação, nas diferentes regiões, apresentou pequenas alterações ao longo do período analisado. De maneira geral, houve redução – em torno de 23% - no percentual de trabalhadores familiares no comércio, muito provavelmente porque parte desses trabalhadores migrou para formas de contratação como assalariados, ou mesmo passou a trabalhar como autônomo. Além disso, essas mudanças também podem ter sofrido a influência do processo de reestruturação e concentração que tem ocorrido no comércio, sobretudo nas grandes redes de supermercados. A tendência, nessas redes, é trabalhar com empregados com contratação mais formalizada enquanto nas empresas menores, há mais possibilidades de utilizar mão-de-obra com vínculos mais tênues (p. 17).

A pesquisa avalia positivamente a melhora relativa no assalariamento e no índice de formalização, “diante do avanço da flexibilização das relações de trabalho, e da informalidade, que sempre caracterizou o comércio” (p. 17). Segundo a leitura apresentada pela pesquisa, “é no assalariamento que se encontra a maior formalização do trabalho, ou seja, o empregado com vínculo tem maiores garantias e melhores condições de trabalho” (p. 15).

O rendimento dos trabalhadores e trabalhadoras nesse setor não acompanhou essa melhora. Apresenta a pesquisa no conjunto das regiões, que tal movimento do assalariamento, acabou sendo “acompanhado pela queda de rendimentos em geral” (p. 21), sendo as novas contratações assalariadas realizadas “com salários, na média, inferiores aos que vinham sendo praticados” (idem) anteriormente.

CAPÍTULO 3

MACRO ORGANIZAÇÃO DO CAPITAL

Nesse capítulo trataremos de indicar as linhas gerais de organização do capital em sua fase mundializada. Buscaremos igualmente atentar para os impactos dessa organização em relação ao trabalho, suas fragilidades e resistências.

Num segundo momento, traremos como exemplo a empresa estadunidense Wal-Mart, uma das maiores redes hipermercadas do mundo, que se apresenta como um caso historicamente emblemático no Brasil, o que servirá de base para a compreensão de nosso campo de pesquisa, a ser discutido ulteriormente.

1 A MACRO ORGANIZAÇÃO DO CAPITAL: CARACTERÍSTICAS GERAIS

“O desafio básico do que se chama de globalização é na verdade outro nome para a posição dominante dos Estados Unidos”.

Henry Kissinger

Na perspectiva que vimos discutindo, a fase organizacional atual do metabolismo social ocorre nos termos do desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral.

Observamos que o capital que se valoriza na esfera financeira nasce na esfera da produção, assumindo logo no início a forma de lucros não reinvestidos na produção cuja natureza vai se modificando assim que penetram a esfera financeira buscando a máxima rentabilidade.

Também observamos que um dos pontos marcantes dessa organização é a concentração da produção e do capital, que levados a um grau tão elevado de desenvolvimento, criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica mundial.

Nesse período, este modo de produção atingiu plenamente seu amadurecimento e se transformou num sistema mundial completo. No período anterior, o capitalismo era completo apenas em relação a duas variáveis da órbita da circulação – o comércio mundial e a exportação de capitais. Entretanto, ao expandir a mundialização para as esferas produtiva e financeira, bem como para os outros setores da vida social, o sistema unificou globalmente o ciclo do capital (COSTA, 2008).

1.1 GRUPOS TRANSNACIONAIS: ORGANIZAÇÃO E PODERIO

Segundo Edmilson Costa (2008) a nova face do capital se completa com suas formas de macro-organização num intenso processo de concentração e centralização, expressos por um conjunto de fenômenos econômicos e políticos.

Tais fenômenos podem ser expressos em três frentes, quais sejam, a) a formação e/ou consolidação de blocos econômicos, que em termos históricos, significa a busca de uma nova partilha econômica do mundo por parte das nações capitalistas centrais, b) um processo de fusões e aquisições nos países centrais e por extensão nos países periféricos, movimento que expressa, do ponto de vista da propriedade, a remonopolização da burguesia, e c) esses dois movimentos estruturais têm como desdobramento uma redefinição geoeconômica do mundo, condensada no esforço dos Estados Unidos da América em se transformarem na única potência mundial.

Nessa fase aparecem as tendências de organização dos grupos industriais em empresas-rede. Surgem oligopólios mundiais de indústrias que delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e cooperação. Há aumento do grau de interpenetração entre capitais de diferentes nacionalidades (CHESNAIS, 1996).

Segundo Costa (2008) os movimentos de fusões e aquisições na economia mundial, buscam dotar as grandes corporações industriais e financeiras de condições estruturais capazes de enfrentar o processo de globalização numa posição mais favorável no mercado internacional.

Um fenômeno novo no processo de fusões e aquisições é o fato de que o instrumento vetor deste processo é o Investimento Direto Externo (IDE), por meio do qual as grandes corporações puderam realizar um atalho no processo natural de fusões, ao contrario do que ocorreu no passado. Com o IDE, as fusões e incorporações tornaram-se mais fáceis, mais rápidas e mais vantajosas, uma vez que as empresas adquiridas ou incorporadas já possuem tradição e experiência na produção e no mercado, o que tem a otimizar as sinergias para os negócios transnacionais. Esse processo inverte uma trajetória tradicional do IDE, que historicamente se dirigia muito mais para área produtiva do que para os movimentos de fusões ou aquisições empresariais. O que pode ser verificado na tabela a seguir (COSTA, 2008, p. 37).

Tabela 1
Fluxos internacionais de Investimento Direto Externo no exterior 1991-2000 e fusões e aquisições no mesmo período (em bilhões).

Ano	Investimento externo direto	Fusões e aquisições
1995	331,00	186,60
1996	384,90	227,00
1997	477,90	304,80
1998	692,50	531,60
1999	1075,00	766,00
2000	1270,80	1143,80

Fonte: World Investment Report, 2001, *apud* COSTA, 2008.

O fluxo ilustrado na tabela acima apresenta de forma enfática a importância desse movimento de acumulação e centralização nos últimos períodos da economia mundial. Esse fenômeno é parte de um novo processo na produção capitalista onde pela primeira vez na história, as corporações dos países centrais passaram a extrair o valor, de maneira generalizada, fora de suas fronteiras nacionais. Até este fato, os oligopólios capturavam a mais-valia dos países periféricos por meio do comércio mundial e da exportação de capitais (COSTA, 2008).

Para o autor, esse momento é crucial, pois se generalizou a produção internacionalizada com a criação de filiais das grandes corporações pelo mundo inteiro, visualizando o planeta numa esfera única de investimento, realização e acumulação de capital. Dessa forma, ao produzir internacionalmente, o grande capital passou a utilizar das melhores disponibilidades dos países: mão-de-obra e matérias primas, facilidades fiscais e de créditos, além da precarização do trabalho. Isso tudo, permitiu-lhes recuperar as taxas de lucro e reconfigurar o sistema produtivo mundial.

Apresenta Costa (2008), que a mundialização da produção é comandada pelas corporações transnacionais, cujas empresas somam 63 mil, com 690 mil filiais (World Investment Report – WIR, 2002). Essas estruturam o sistema produtivo a partir de padrões internacionais de planejamento, tecnologia, organização da produção, sistema de recursos humanos e normas administrativas. Configuram-se como destacamentos avançados dos interesses do grande capital no interior de cada país, especialmente na periferia, onde operam com extraordinárias vantagens.

Ainda na perspectiva do autor, temos que a maioria absoluta das empresas transnacionais do planeta é originária nos países centrais e nesse aspecto, será em direção a esses últimos que serão transferidas as partes mais expressivas da mais-valia gerada.

Indica em sua pesquisa, que dos 100 maiores capitais empresariais do mundo, somente três pertencem aos países da periferia do sistema. Segundo o World Investment Report (2002) as filiais estrangeiras dessas “empresas transnacionais concentram sua atividade principalmente na área de equipamentos eletrônicos e elétricos, automóveis, petróleo, produtos químicos e produtos farmacêuticos” (COSTA, 2008, p. 115).

Neste grupo, até 2001, havia apenas uma empresa da periferia capitalista, a Petróleos de Venezuela – PDVSA. Em 2002, aparecem listadas mais duas empresas

desse grupo de países: Whampoa de Hong Kong, e a Cemex, do México. Portanto, das 100 principais, apenas 3 pertencem aos países periféricos (COSTA, 2008).

A título de ilustração, podemos observar o caso da General Motors antes de sua mais recente crise. A empresa, sozinha, em 2002, tinha volume de negócios anual, maior que os negócios dos 48 países menos avançados do mundo. Vejamos na tabela abaixo o quadro da concentração mundial de capital nas décadas recentemente passadas.

Tabela 2
A concentração mundial de capital no final dos anos 1980 e nos anos 1990

Ramo	Ano	Concentração
Peças de vidro para automóveis	1998	Três empresas detêm 53% da produção mundial
Pneus	1998	Seis empresas detêm 85% da produção mundial
Processamento de dados	1987	Dez empresas detêm 100% da produção mundial
Material médico	1989	Cinco empresas detêm 90% da produção mundial
Café solúvel	1994	Duas empresas detêm 80% da produção mundial
Cereais	1994	Duas empresas detêm 75% do comércio mundial
Bananas	1994	Três empresas detêm 80% do mercado mundial
Tabaco	1994	Três empresas detêm 87% do comércio mundial
Banco de imagens	1994	Três empresas detêm 80% da produção mundial
Automóveis	1994	Dez empresas detêm 76% da produção mundial
Telecomunicações/equipamentos	1997	Quatro grupos detêm 70% das vendas mundiais
Aeronáutica civil	1998	Dois grupos detêm 95% da produção mundial
Microprocessadores	1997	Um grupo controla 60% do mercado mundial

Fonte: Toussaint, a partir de dados de Chesnais e Petrella, 2002, *apud* COSTA, 2008.

Os dados apresentados na tabela nos chamam atenção em sua totalidade. Alguns ramos notáveis por seu papel estratégico e potencial são maiores destaques a nosso ver. O caso das tecnologias, por exemplo, indicadas na tabela por meio dos ramos dos microprocessadores, telecomunicações e processamento de dados, são setores industriais centrais na atualidade produtiva do capital, e nota-se pelos dados apresentados que seu desenvolvimento organizou por fim uma maior centralização e concentração dos capitais produtivos nesse ramo. Essa concentração de capitais aponta para agigantadas concentrações de poder sob o domínio dessas empresas.

Para compor ainda melhor a imagem do peso das corporações transnacionais na economia mundial, Costa (2008) expõe dados do relatório da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), no qual se apresenta que o produto bruto associado à produção internacional e às vendas das filiais estrangeiras destas corporações aumentou mais rápido que o produto bruto mundial. Os números indicam que no início dos anos oitenta, as vendas destas empresas em todo o mundo somaram

três trilhões de dólares estadunidenses. No final dos anos noventa, eles atingiam catorze trilhões, representando quase o dobro de todas as exportações mundiais no período. “Esses dados demonstram o imenso poder econômico que as corporações possuem e provam que a produção mundial tem sua dinâmica centrada nos negócios realizados por estas empresas” (COSTA, 2008, p. 116).

A título de visualização numérica, vejamos na tabela abaixo uma adaptação à lista das 100 maiores empresas supracitadas, que elenca as 30 primeiras, indicando seu patrimônio externo, assim como seu volume de vendas.

Tabela 3
Maiores empresas transnacionais, por patrimônio externo (2000) em US\$ milhões

	Corporação	País	Indústria	Patrimônio		Vendas	
				Exterior	Total	Exterior	Total
1	Vodafone	UK	Telecomunicações	221.238	222.326	7.419	11.747
2	General Electric	EUA	Eletrônicos	159.188	437.006	49.528	129.853
3	ExxonMobil	EUA	Petróleo	101.728	149.000	143.044	206.083
4	Vivendi Universal	FRA	Diversificado	93.260	141.935	19.420	39.357
5	General Motors	EUA	Automobilística	75.150	303.100	48.233	184.632
6	Shell	UK	Petróleo	74.807	122.498	81.086	149.146
7	BP	UK	Petróleo	57.451	75.173	105.626	148.062
8	Toyota Motor	JPN	Automobilística	55.974	154.091	62.245	125.575
9	Telefônica	ESP	Telecomunicações	55.968	87.084	12.929	26.278
10	Fiat	ITA	Automobilística	52.803	95.755	35.854	53.554
11	IBM	EUA	Eletrônicos	43.139	88.349	51.180	88.396
12	Volkswagen	ALM	Automobilística	42.725	75.922	57.787	79.609
13	Texaco	EUA	Petróleo	42.576	77.621	65.016	117.095
14	Whampoa	CHI	Diversificado	41.881	56.610	2.840	7.311
15	Suez	FRA	Eletricidade	38.521	43.460	24.145	32.211
16	Daimler Chrysler	EUA	Automobilística	-	187.087	48.717	152.446
17	News Corporation	AUS	Mídia	36.108	39.279	12.777	14.151
18	Nestlé	SUI	Alimentícia	35.289	39.954	48.928	49.648
19	TotalFinaElf	FRA	Petróleo	33.119	81.700	82.534	105.828
20	Repsol YPF	ESP	Petróleo	31.944	487.763	15.891	42.563
21	BMW	ALM	Automobilística	31.184	45.910	26.147	34.639
22	Sony	JPN	Eletrônicos	30.214	68.129	42.768	63.664
23	E.On	ALM	Eletricidade	-	114.951	41.843	86.882
24	ABB	SUI	Maquinários	28.619	30.962	22.528	22.967
25	Phillips	HOL	Eletrônicos	27.885	35.885	33.308	34.870
26	Anglo American	UK	Mineração	26.000	30.616	18.100	20.570
27	DiaGeo	UK	Alimentícia	25.980	37.550	15.880	18.470
28	Wall Mart Stores	EUA	Varejo	25.742	78.130	32.100	191.329
29	Honda	JPN	Automobilística	25.576	46.146	41.909	57.454
30	Alcatel	FRA	Maquinários	24.461	39.524	25.269	29.487

Fonte: UNCTAD, 2001, adaptado de Costa (2008).

Da transcrição da tabela podemos visualizar que as corporações ligadas às tecnologias, ao ramo dos automóveis e à exploração de petróleo e derivados são gigantes constantes da produção mundial. As turbulências e acomodações das crises cíclicas do capital movimentam as peças nesse tabuleiro constantemente, desaparecendo com algumas, subindo e descendo com outras, mas os ramos produtivos centrais e mais lucrativos da atualidade do capital tendem a permanecer nesse transcurso.

Também é destaque nesse *ranking* para fins de nosso estudo, a única empresa varejista anunciada na tabela, a Wal-Mart Stores, de origem estadunidense, que conta com o patrimônio externo em mais de vinte e cinco milhões de dólares e vendas – no ano citado – de mais de trinta milhões.

Para Costa, o poder dessas corporações pode ser também verificado ao examinarmos o *ranking* das empresas em sua relação com o PIB de vários países do mundo. Exemplifiquemos: as sete maiores transnacionais possuem um volume de negócios anual de US\$ 961 bilhões, portanto, semelhante ao PIB da China, país mais populoso do mundo (COSTA, 2008, p. 116). Por dados como esses, afirma o autor, fica explicitada a dimensão econômica dessas corporações e o seu gigante potencial de influência nas políticas governamentais dos países de periferia no sentido de atender seus interesses.

Outro fato importante apontado pelo autor, é que essas empresas, por vezes, controlam não apenas seus ramos específicos de produção, mas também vários setores da economia mundial – dos ramos de produção propriamente ditos ao comércio mundial.

No que se refere ao comércio mundial, as transnacionais não só romperam as tradicionais teorias das vantagens comparativas, ao transformar o comércio intra-firma num elemento fundamental do comércio mundial, atualmente por volta de 40% do volume global, como controlam 70% do comércio mundial. O comércio intra-firma não obedece aos preços internacionais do mercado, posto que a relação entre matriz e filial é de inteira subordinação por parte da segunda (COSTA, 2008, p. 123).

Alerta-nos Edmilson Costa (2008) que as transnacionais também controlam quase que absolutamente a inovação tecnológica. Da pesquisa e desenvolvimento mundial tecnológico mundial, 95% são realizadas nos países da Organização de

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵⁸. Ressalta o autor, que essa concentração de inovações tecnológicas por parte das corporações transnacionais é fruto da privatização do conhecimento, que vem se consolidando desde o aparecimento dos monopólios no início do século anterior.

Além desses aspectos típicos de uma economia mundial sob o domínio do imperialismo, destaca o autor, novos fenômenos também estão emergindo na área dos serviços. Segundo sua leitura:

[O] setor passa por uma intensa transformação, tanto na relação capital-capital, quanto na relação capital-trabalho. Teoricamente, podemos dizer que os serviços em geral compõem um setor auxiliar da economia, onde poucos de seus segmentos têm a possibilidade de gerar valor. No entanto, este setor está buscando aceleradamente subverter o seu código genético, numa metamorfose em que, aliado umbilicalmente ao setor produtivo, tenha possibilidade de gerar valor, nem que para isso seja necessário aprisionar setores produtivos que dependem de seu conhecimento para desenvolver-se. Portanto, pode-se observar crescentemente uma interconexão entre o setor de serviços e o setor industrial, mediante parcerias convenientes que resultem em vantagens recíprocas, nas quais o produto é acompanhado de um serviço imprescindível (COSTA, 2008, p. 127).

Outra tendência da organização macro do capital nesse contexto que vimos apresentando é oferecida por Naomi Klein (2004) como a desindustrialização das grandes marcas. Esse processo é descrito pela autora como novo fundamento de gestão de marca de grandes empresas que vão desde a produção de tecnologias, passando pelas indústrias do vestuário, indo até os gigantes varejistas.

Indica a autora que esse processo envolve um duplo sentido. Por um lado se refere à gradual eliminação das fabricas próprias das indústrias das marcas, terceirizando a produção das mercadorias notadamente em países subdesenvolvidos, e por outro, na injeção de investimentos na composição imagética das logomarcas, colocando peso em pesquisa e propaganda corporativa.

Esta em voga nessa concepção uma perspectiva de que o custo da reprodução dos produtos – produção em escala maior – deve ter seu custo reduzido drasticamente, para que se possa constituir um espaço de conforto maior para o investimento

⁵⁸ A elite do grande capital mundial (COSTA, 2008, p. 124).

superlativo na concepção das marcas⁵⁹. Nas palavras da autora, o fundamento dessa nova concepção é exposto de forma mais direta. Vejamos.

Essa idéia nova tem feito mais do que nos trazer campanhas publicitárias modernas, superlojas eclesiásticas e *campi* corporativos utópicos. Ela está mudando a face do emprego global. Depois de estabelecer a "alma" de suas corporações, empresas de supermarcas estão se livrando de seus embaraçosos corpos, e nada parece mais embaraçoso, mais repugnantemente corpóreo, do que as fábricas que fazem seus produtos. O motivo para essa mudança é simples: construir uma supermarca é um projeto extraordinariamente dispendioso, que precisa de constante gerenciamento, vigilância e reabastecimento. Acima de tudo, as supermarcas precisam de muito espaço para imprimir seus logos. Para que uma empresa seja eficaz em custos, contudo, há uma quantidade finita de dinheiro que pode ser utilizada para cobrir todos esses gastos – material, fabricação, despesas gerais e gestão de marca – para que os preços de seus produtos no varejo não fiquem altos demais. Depois de patrocínios multimilionários terem sido assinados e *cool hunters* e especialistas em marketing receberem seus cheques, pode não haver tanto dinheiro sobrando. Assim, isso se torna, como sempre, uma questão de prioridades; mas essas prioridades estão mudando. Como explicou Hector Liang, ex-diretor do conselho da United Biscuits: "As máquinas se desgastam. Os carros enferrujam. As pessoas morrem. Mas o que permanece são as marcas." (KLEIN, 2004, p. 220).

Na leitura da autora, a gestão capitalista das supermarcas se caracteriza como o principal responsável pela recente degradação das condições de trabalho na produção, a partir do descarte das fábricas ligadas primariamente as corporações.

De acordo com essa concepção, as corporações não devem gastar seus recursos finitos em fábricas que ordenarão manutenção física, em máquinas que sofrerão corrosão ou funcionários que certamente padecerão. Em vez disso, elas devem

⁵⁹ Klein (2004) cita que muitas multinacionais de nome de marca querem transcender sua necessidade de se identificar com seus produtos físicos. Dessa forma, elas buscam construir profundos significados para suas marcas. O modo como capturam o espírito da individualidade, do atletismo, da vida selvagem ou da comunidade são bons exemplos vistos nas propagandas em que se exploram imagens de celebridades do mundo do cinema ou esporte. Para a autora, nesse contexto em que a pose vale mais que o objeto, os departamentos de marketing encarregados do gerenciamento de identidades de marca começaram a ver seu trabalho como algo que acontece não em conjunção com a produção da fábrica, mas em competição direta com ela. Cita a autora: "Produtos são feitos na fábrica", diz Walter Landor, presidente da agência de criação de marcas Landor, "mas marcas são feitas na mente." Peter Schweitzer, presidente de uma gigante da publicidade reitera essa idéia: "A diferença entre produtos e marcas é fundamental. Um produto é algo feito na fábrica; uma marca é algo comprado por um consumidor." Então continua Klein (2004): As agências de publicidade espertas abandonaram a idéia de que elas estão empenhadas em um produto feito por outra pessoa e passaram a pensar em si mesmas como fábricas de marca, produzindo o que é pensam ser de valor verdadeiro: o conceito, o estilo de vida, a atitude.

concentrar seus esforços em elementos utilizados para construir suas marcas: patrocínios, embalagem, expansão e publicidade (KLEIN, 2004).

E dessa forma, continua Klein (2004), muitas empresas estão se afastando completamente da produção. Em vez de fabricarem elas mesmas os produtos, em suas próprias fábricas, as exploram exatamente como fazem as corporações nos setores de recursos naturais. Fecham as fábricas existentes transferindo a produção para fábricas terceirizadas, principalmente no exterior. “E quando os velhos empregos voam para fora do país, algo mais está voando com eles: a idéia obsoleta de que um fabricante é responsável por sua própria força de trabalho” (KLEIN, 2004, p. 221)⁶⁰.

Klein (2004) indica que embora se apresentem as manchetes como no passado, muitos fechamentos de fábricas são anunciados na América do Norte e na Europa a cada ano. Os padrões de migração de emprego do setor têm sido do mesmo modo drásticos em todo o planeta.

Embora o fechamento de fábricas em si mal tenha declinado desde os dias mais sombrios da recessão do final dos anos 80 e início dos anos 90, houve uma mudança acentuada nos motivos dados para essas "reorganizações". Demissões em massa eram antes apresentadas como uma necessidade infeliz, ligadas ao mau desempenho da empresa. Hoje elas são simplesmente mudanças sensatas na estratégia da empresa, uma "reorientação estratégica" [...]. Vans. Cada vez mais, essas demissões são anunciadas em conjunção com promessas de aumento na receita através de gastos com publicidade, com os executivos jurando passar a se concentrar nas necessidades de suas marcas em vez de dar atenção às necessidades de seus trabalhadores (KLEIN, 2004, p. 223).

Segundo Klein (2004) para algumas dessas empresas, um fechamento de fábrica ainda é uma decisão de transferir suas instalações para um local mais barato. Mas para outras, essas demissões são somente a manifestação mais visível de uma mudança muito mais fundamental: “uma mudança menos relacionada com onde produzir do que com como produzir. Ao contrário de instalações de produção que saltam de um lugar para outro, essas fábricas jamais se rematerializarão” (KLEIN, 2004, P. 225).

⁶⁰ O portavoz da Disney, Ken Green, deu uma indicação da profundidade dessa mudança quando se mostrou publicamente frustrado com o fato de sua empresa estar sendo criticada pelas condições desesperadoras em uma fábrica haitiana que produz roupas Disney. "Não empregamos ninguém no Haiti", disse ele, referindo-se ao fato de que a fábrica é de propriedade de outra empresa (KLEIN, 2004, p. 222).

A nova imagem que se manifesta – segundo a autora – da produção é sua metamorfose em pedidos a serem cumpridos por uma empresa terceira, contratada, que pode por sua vez repassar esses pedidos a outras dez subcontratadas. Essa mudança chega a uma profundidade tão aguda, que segundo a autora, houve uma época em que corporações de bens de consumo exibiam suas logomarcas nas fachadas das fábricas e hoje, muitas das multinacionais atuais sustentam que a localização de suas operações de produção é praticamente um segredo comercial a ser guardado a todo custo (KLEIN, 2004).

Cada vez mais, as multinacionais de marca - Levi's, Nike, Champion, Wal-Mart, Reebok, The Gap, IBM e a General Motors - insistem que são apenas como qualquer um de nós: caçadores de pechinchas em busca do melhor negócio no shopping global. Elas são consumidores muito exigentes, com instruções específicas relacionadas com projeto sob encomenda, matéria-prima, prazos de entrega e, mais importante, a necessidade dos preços mais baixos possíveis. Mas o que não interessa a eles é a onerosa logística de como esses preços caem tanto; construir fábricas, comprar maquinaria e orçar a mão-de-obra têm sido operações rebatidas diretamente para a quadra de terceiros (KLEIN, 2004, p. 226).

As perspectivas apresentadas nesse item se complementam no sentido de analisar a organização corporativa do capital na atualidade. Se a centralização e concentração de capitais formaram gigantes em acumulação, também construíram gigantes no exercício do poder econômico sob trabalhadores despossuídos em seus territórios nativos, assim como sob nações subdesenvolvidas inteiras e consequentemente sob sua força de trabalho. Essa última, que nesse ínterim, experimentou a contradição entre a promessa de desenvolvimento e a degradação da sua vida pelas precárias condições de trabalho. Veremos essa relação mais detidamente, ainda que brevemente, no item que segue.

1.2 CAPITAL TRANSNACIONAL FORA DE CASA: CONSEQUÊNCIAS PARA O TRABALHO

A reflexão de Costa (2008) anunciou que a mundialização da produção é liderada pelas companhias transnacionais, que funcionam como destacamentos avançados do imperialismo no interior de cada um dos países em que possuem filiais. As empresas não apenas buscam a valorização do seu capital, mas também influenciam a política econômica destas nações. Cita o autor que:

Estas corporações, com suas redes de filiais espalhadas pelo mundo, têm a possibilidade, especialmente na periferia, de se aproveitar das melhores disponibilidades de cada país, em termos de matérias-primas, mão-de-obra barata, concessões fiscais e creditícias e podem ainda articular a produção em escala global, rompendo assim os estreitos limites da produção nacional e eventual escassez de matérias-primas ou mão-de-obra (COSTA, 2008, p. 114).

Em outras palavras, afirma o autor, as transacionais transformaram o mundo numa imensa reserva de matérias-primas e mão-de-obra à sua disposição. Adquiririam flexibilidade para reprodução ampliada do capital a partir de bases internacionais, por vezes segmentando as peças, de acordo com o menor custo de produção, e montando o produto final nos países centrais, por vezes fabricando o produto inteiro e vendendo-o nos próprios países onde é fabricado, ou simplesmente podendo desenhar o produto num país, fazer o protótipo em outro e produzir em massa onde haja mão-de-obra mais barata e posteriormente vender a mercadoria no mercado mundial (COSTA, 2008).

Apresentamos esse movimento nas palavras de Naomi Klein (2004) como um marcado processo de desindustrialização das marcas. A autora indicou ainda que a transferência das indústrias dos países centrais, pode se caracterizar tanto como uma mudança para baixar os custos produtivos, mantendo fábricas ligadas as corporações originais em outros ambientes produtivos – leiam-se países subdesenvolvidos. Quanto se caracteriza como a eliminação das fábricas e a transferência de sua produção para plantas terceirizadas com a conseqüente desresponsabilização total das corporações centrais em relação a força de trabalho.

Também é oportuno lembrar que todo esse processo profundamente complexo e articulado, envolve também a reestruturação no interior das produções. Aqui temos –

conforme discutido anteriormente – a convivência dos padrões produtivos taylorista e taylorista. Ainda é importante lembrar que o padrão de acumulação flexível, não mais calcado na produção em massa de seu antecedente histórico, não deixa de realizar punções de mais-valia do âmbito industrial para sua valorização na esfera fictícia. Nessa articulação, o trabalho tão amplamente decretado como falecido, como vimos vem manifestando sua existência, vivo, mas degradado, especialmente se considerada a força de trabalho feminina.

A viagem da produção do capital aos mais distintos cantos do globo, reflete no âmbito do trabalho de forma marcante. Retomemos por alguns instantes as descrições de Naomi Klein (2004) acerca da desindustrialização das marcas em um espaço, e industrialização terceirizada em outro. Segundo Klein (2004) a transformação lenta, mas decisiva, nas prioridades empresariais deixou os produtores não-virtuais de dias atrás – os trabalhadores de fábrica e os artesãos – em uma situação bastante precária.

Os gastos excessivos em marketing, fusões e extensões de marca na década de 1990 foram acompanhados de uma resistência nunca vista ao investimento em instalações de produção e mão-de-obra. Empresas que tradicionalmente ficavam satisfeitas com uma margem de 100 por cento entre o custo de fabricação e o preço no varejo têm atravessado o globo em busca de fábricas que possam fazer seus produtos a preços tão baixos que a margem fique mais próxima de 400 por cento. E como observa um relatório das Nações Unidas de 1997, mesmo em países onde os salários já eram baixos, os custos de mão-de-obra estão sendo responsáveis por uma fatia cada vez menor dos orçamentos corporativos (KLEIN, 2004, p. 221).

Nesse âmbito é que situa a autora a constituição das zonas de processamento e exportação localizadas nos países de terceiro mundo como estratégia de subordinação da produção terceirizada aos padrões de pesquisa, produto final, e especialmente preço de produção, exigidos pelas corporações transnacionais. Indica-nos a autora:

Apesar do fulgor conceitual da estratégia "marcas, não produtos", a produção tinha uma desagradável forma de jamais ser inteiramente transcendida: alguém tinha de fazer o trabalho sujo, os produtos que as marcas globais impregnariam de significado. E é aí que entram as zonas de livre comércio. Na Indonésia, na China, no México, no Vietnã, nas Filipinas e em outros lugares, as zonas de processamento de exportação [...] estão surgindo como importantes produtoras de roupas, brinquedos, calçados, eletrônicos, maquinaria e [...] carros (KLEIN, 2004, p. 226).

Segundo a autora, quando o processo de fabricação real passa a ser tão desvalorizado, o impacto para as pessoas que fazem o trabalho de produção leva-as a serem tratadas como lixo, com extrema competência à descartabilidade (KLEIN, 2004). Essa percepção é apresentada pela autora sob outros exemplos, mas especialmente na pesquisa da mesma em Cavite⁶¹, uma zona de produção e exportação em que o puro trabalho se realiza em ritmos intensos. Abaixo transcrevemos uma imagem descrita pela autora em visita ao espaço produtivo.

A fabricação está concentrada e isolada dentro da zona de exportação com se fosse lixo tóxico: pura produção a preços terrivelmente baixos. Cavite, como demais zonas que competem com ela, se apresenta como um Clube de Desconto no atacado para as multinacionais à espreita de pechinchas - agarradas a um grande carrinho de compras. Dentro, é óbvio que a fila de fábricas, cada uma com seu próprio portão e seu próprio segurança, foi cuidadosamente planejada para comprimir o máximo de produção em sua faixa de terreno. Oficinas sem janelas, de plástico barato e tapumes de alumínio, apertam-se ao lado de outras, com menos de meio metro de distância entre elas. Quadros de cartões de ponto torram ao sol, garantindo que o máximo de trabalho seja extraído de cada trabalhador, o número máximo de horas de trabalho seja arrancado a cada dia. As ruas na zona de exportação são soturnamente vazias, e as portas abertas - o sistema de ventilação da maioria das fábricas - revelam filas de jovens mulheres curvadas em silêncio sobre máquinas barulhentas (KLEIN, 2004, p. 228).

A imagem descrita pela autora nos revela importantes conexões. A busca das empresas centralmente focada nos baixos custos produtivos, que significam rasteiros salários e nos incentivos fiscais são destaques fundamentais dessa narrativa. O apelo à força de trabalho feminina também aparece e no decorrer de suas descrições essa questão permanece.

No capítulo anterior tratamos desse assunto e indicamos as condições de intensidade e jornada de trabalho nas zonas de produção, e aqui cabe encerrar com a situação psicológica posta nesses locais e enfatizar por meio das palavras de Klein (2004) a articulação dos países subdesenvolvidos para concessão de benefícios aos

⁶¹ Zona de Processamento de Exportação de Cavite, localizada cerca de 150 quilômetros ao sul de Manila, na cidade de Rosário. É a maior zona de livre comércio das Filipinas, uma área industrial murada de 276 hectares, abrigando 207 fábricas que produzem bens estritamente para o mercado de exportação. Os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas montam os produtos acabados do mundo das marcas: tênis de corrida Nike, pijamas Gap, monitores de computador IBM, jeans Old Navy e outros (KLEIN, 2004).

investidores estrangeiros. Segundo a autora, o medo habita essas zonas econômicas em múltiplas dimensões. “Os governos temem perder as fábricas estrangeiras; as fábricas temem perder seus compradores de marcas; e os trabalhadores temem perder seus instáveis empregos” (KLEIN, 2004, p. 230).

O ar em que são construídas as zonas de processamento de exportações é a promessa da industrialização. A teoria que sustenta as ZPEs é que elas atrairão investidores estrangeiros que, se tudo correr bem, decidirão permanecer no país, e as linhas de montagem segregadas das zonas se transformarão em desenvolvimento permanente: transferência de tecnologia e indústrias nacionais. Para seduzir as andorinhas para sua armadilha, os governos de países pobres oferecem isenção de impostos, regulamentações frouxas e os serviços de um exército disposto e capaz de esmagar qualquer inquietação da mão-de-obra. Para adoçar ainda mais o pote, eles leiloam seu próprio povo, caindo uns sobre os outros para oferecer o salário mínimo mais baixo, permitindo que os trabalhadores recebam menos do que o custo real de vida (KLEIN, 2004, p. 230).

Essa ilustração da marco-organização capitalista atual, conforme a compreensão que estamos apresentando, é histórica, e portanto está em movimento. Advém de um movimento intenso da economia mundial, que é a base material da sociedade, assentada na exploração do trabalho assalariado.

Esse contexto histórico-social aparece para o trabalho na forma de desemprego crônico⁶², precarização do trabalho, perda de direitos fundamentais e outras mazelas que são fruto da sociabilidade capitalista em crise.

Apresentamos anteriormente o cerne das chamadas reformas neoliberais no estado de forma geral, por assim dizer, quais sejam a desregulamentação, a privatização, liberalização da economia e outros aspectos.

Em Lima Filho (2004) podemos observar uma perspectiva fundamental para nossa forma de olhar nessa pesquisa, a qual apresenta que, na fase do capitalismo atual, o trabalho se encontra em situação amplamente desfavorável em relação ao capital.

O quadro construído pelo autor aponta a desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, a reestruturação produtiva imprimindo desemprego e asseverando a alienação no trabalho, a queda no movimento sindical de resistência de massa.

⁶² Exército industrial de reserva (MARX, 2003, GERMER, 2008). Desemprego crônico (MÉSZÁROS, 2009). Desemprego estrutural (ANTUNES, 2005).

Assim como o agravamento da deficiência das políticas públicas de caráter social a partir de uma concepção de estado mínimo, atingidas especialmente a partir dos anos oitenta, onde os países subdesenvolvidos aderiram a programas de ajuste estrutural impostos pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que em outras palavras, caracterizavam-se como ajustes macroeconômicos para pagamento de dívidas externas, transformando-se em última instância em políticas recessivas, como arrocho salarial e baixa no gasto com políticas públicas de atendimento, onde o trabalho seria campo social mais fortemente atingido.

Nesse sentido, Lima Filho (2004) aponta alguns movimentos no âmbito do trabalho, que buscam a contestação da hegemonia do capital, assim como nos traz novamente uma perspectiva fundamental, qual seja, da importância da resistência ao capital globalizado ocorrer de forma igualmente globalizada.

Poderíamos aqui resgatar da pesquisa de Naomi Klein (2004) e outras referências, alguma ilustração acerca dos movimentos antiglobalização espalhados pelo mundo, refletindo criticamente sobre suas propostas. Entretanto, optamos por trazer a guisa de ilustração, uma iniciativa mais aproximada à realidade brasileira e ainda mais próxima de nosso objeto de estudo.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil criou em parceria com a *Federatie Nederlandse Vakbeweging* (FNV), central sindical holandesa, em novembro de 2001 o Projeto de Ação Frente às Multinacionais.

Segundo o site da central brasileira⁶³ as prioridades básicas do projeto são incentivar a organização dos trabalhadores das empresas transnacionais e promover uma luta unificada por melhores condições de trabalho.

De acordo com o mesmo instrumento de divulgação da central, os números das empresas multinacionais impressionam. “São quase 80 mil atuando em todas as regiões do mundo, responsáveis por milhares de empregos e bilhões em faturamento”. Entretanto o que realmente impressiona é a forma com que algumas dessas empresas agem no Brasil, desrespeitando leis trabalhistas e ignorando convenções internacionais e outras questões. Desse contexto surge o projeto, tentando “combater o descaso com que essas companhias tratam seus funcionários e, ao mesmo, unir os sindicatos que representam os trabalhadores de uma mesma multinacional” (CUT, 2008).

63 Disponível em: <http://www.cut.org.br/content/view/10961/170>. Acesso em 14/10/2008.

Esse projeto procura engajar trabalhadores, trabalhadoras e lideranças sindicais com base estabelecida em corporações transnacionais como Ambev, Basf, Bayer, Carrefour, Coca-Cola, Gerdau, HSBC, Nestlé, Novartis, Parmalat, Philips, Renner, Santander, Unilever, Vale do Rio Doce, Wal-Mart e outras.

Parece-nos uma ação encaminhada por trilhos certos, uma vez que consegue reunir num mesmo ambiente trabalhadores e trabalhadoras empregados nas diversas empresas e nos diversos ramos produtivos, contribuindo para a troca de experiências de resistência, assim como para a unificação de pautas, que podem vir a fortalecer cada vez mais a luta desses trabalhadores.

Quando destacarmos o caso Wal-Mart veremos também no caso específico da empresa, algumas manifestações de resistência que partem do território norteamericano onde a relação com a organização dos trabalhadores é ainda mais complicada.

2 MOVIMENTO DE MUNDIALIZAÇÃO DOS HIPERMERCADOS

No contexto e devir histórico que temos apontado durante o texto, visualizamos no Brasil a chegada do grande capital internacional. A perspectiva revelada anteriormente de que essas corporações buscam nos países periféricos as melhores disponibilidades em termos de matérias-primas, mão-de-obra barata e desorganizada, concessões fiscais e creditícias, fez-se igualmente presente em nosso território, facilitadas por governos obedientes aos interesses do capital mundializado.

“A instalação de empresas estrangeiras no Brasil é um dos elementos que melhor traduzem a inserção do país no processo de globalização em curso” (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 27). Assim é realizada a identificação do movimento de empresas internacionais rumo ao país pelo Relatório Executivo da Observação Wal-Mart Brasil Ltda de junho do ano 2000⁶⁴. Esse relatório, cujo conteúdo trabalharemos mais detidamente adiante, indicou também que assim como vários outros setores da economia, o segmento supermercadista do comércio varejista foi e vem sendo palco de uma forte onda de investimentos por parte de empresas estrangeiras.

Esse movimento pode ser observado contundentemente a partir de 1975 com a instalação no Brasil de uma loja da rede hipermercadista francesa *Carrefour* na cidade de São Paulo. No ano seguinte a rede inaugurou na cidade do Rio de Janeiro sua segunda loja e a partir de então, seu crescimento foi exponencial. Em 1998, a rede compra cerca de 85 lojas da Rede Champion Supermercados e nos anos seguintes passa a ampliar sua gama de atuação inaugurando outros tipos de estabelecimentos com a marca *Carrefour* como postos de gasolina, drogarias, agências de turismo, financeiras, além de lançar produtos de consumo de marca própria da empresa. Em 2009 a empresa adquiriu mais 10 lojas da Rede Gimenes no interior de São Paulo para o formato bairro e atualmente conta com mais de 170 lojas distribuídas pelo território nacional⁶⁵.

A bandeira⁶⁶ também é principal no chamado Grupo *Carrefour*, que engloba outros dois formatos e amplia seus números para 500 lojas e 70.000 “colaboradores”. Nesse grupo estão contempladas as bandeiras do Grupo Dia e Atacadão, na quais a

64 Executado pelo Observatório Social. Retornaremos a ele muito brevemente.

65 http://www.carrefour.com.br/static/grupocarrefour_270#trajetoria-carrefour. Acesso em 30/05/2010.

66 Bandeira é a forma como o setor se refere à logomarca, à identidade de cada loja.

corporação trabalha nos ramos de vendas de alimentação e produtos perecíveis com preços baixos⁶⁷ e no ramo dos atacados⁶⁸.

Outro exemplo no mesmo setor nos é ainda mais caro. Trata-se da empresa estadunidense Wal-Mart. Segundo o site⁶⁹ da empresa, ela foi fundada por Sam Walton em 1962, no estado do Arkansas, Estados Unidos e hoje em dia suas lojas e clubes de compra estão em 15 países, empregando mais de 2 milhões de pessoas e atendendo mais de 176 milhões de clientes por semana.

No Brasil, a empresa chegou em 1995, atualmente estando presente em 18 estados, além do Distrito Federal, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul em 353 unidades de atacado e varejo. Em acordo com o site, seu faturamento chegou a R\$ 15 bilhões em 2007 ocupando a terceira posição no ranking da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)⁷⁰.

O processo de centralização de capital realizado por essa empresa, fica bem ilustrado na linha do tempo divulgada pela mesma, quando no ano de 2005, adquirem as 140 unidades da Rede Sonae Distribuição Brasil – que já se configurava na época como uma rede de outras centralizações – que abarcam as bandeiras Mercadorama, Nacional, BIG e Maxxi Atacado.

Ambas as empresas apresentam contundente processo de concentração e centralização de capitais, conforme descrevemos anteriormente segundo a acepção marxiana, além de encontrarem-se dentre as maiores corporações transnacionais do mundo.

No ranking das maiores corporações do mundo, divulgado em 2009 pela revista estadunidense Fortune o Wal-Mart encontra-se na terceira posição, enquanto a francesa ocupa o vigésimo quinto degrau. As duas empresas estão na frente de gigantes mundiais como a Petrobras, a PDVSA, a Samsung, o Citigroup, o Santander, a Siemens, a Hewlett-Packard e outras⁷¹.

67 <http://www.diacorporate.com/diawebapp/web>. Acesso em 30/05/2010.

68 <http://www.atacado.com.br/atacado>. Acesso em 30/05/2010.

69 <http://www.walmartbrasil.com.br/institucional/nomundo.aspx>. Acesso em 30/05/2010.

70 Fact Sheet Wal-Mart Brasil, julho de 2009.

71 http://money.cnn.com/magazines/fortune/global500/2009/full_list. Acesso em 06/10/2009.

Num ranking do corrente ano⁷², entre as maiores corporações estadunidenses, a Revista *Fortune* divulgou novamente a Wal-Mart no topo das empresas. Reproduzimos o elenco das trinta maiores, onde podemos visualizar a magnitude atual da empresa.

Tabela 4
40 maiores empresas estadunidenses. Receita e lucros em milhões de dólares

	Companhia	Receita	Lucros
1	Wal-Mart Stores	408,214.0	14,335.0
2	Exxon Mobil	284,650.0	19,280.0
3	Chevron	163,527.0	10,483.0
4	General Electric	156,779.0	11,025.0
5	Bank America	150,450.0	6,276.0
6	ConocoPhillips	139,515.0	4,858.0
7	AT&T	123,018.0	12,535.0
8	Ford Motor	118,308.0	2,717.0
9	J.P. Morgan Chase	115,632.0	11,728.0
10	Hewlett-Packard	114,552.0	7,660.0
11	BerkshireHathaway	112,493.0	8,055.0
12	Citigroup	108,785.0	-1,606.0
13	VerizonCommunications	107,808.0	3,651.0
14	McKesson	106,632.0	823.0
15	General Motors	104,589.0	N.A.
16	AmericanInternational	103,189.0	-10,949
17	Cardinal Health	99,612.9	1,151.6
18	CVS Caremark	98,729.0	3,696.0
19	Wells Fargo	98,636.0	12,275.0
20	Inter. Business Machines	95,758.0	13,425.0
21	UnitedHealth Group	87,138.0	3,822.0
22	Procter & Gamble	79,697.0	13,436.0
23	Kroger	76,733.2	70.0
24	AmerisourceBergen	71,789.0	503.4
25	Costco Wholesale	71,422.0	1,086.0
26	Valero Energy	70,035.0	-1,982.0
27	Archer Daniels Midland	69,207.0	1,707.0
28	Boeing	68,281.0	1,312.0
29	Home Depot	66,176.0	2,661.0
30	Target	65,357.0	2,488.0

Fonte: Revista Fortune Online, 2010.

Dada a magnitude dessas corporações e considerando as proporções da empresa Wal-Mart é que tomamos essa última para nosso estudo mais aprofundado. A empresa é

72 http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune500/2010/full_list. Acesso em 30/05/2010.

o que chamamos de “caso emblemático”, pois sintetiza material e simbolicamente o momento histórico atual em que atravessa a sociabilidade do capital. É uma empresa de gigantescas dimensões fruto dos processos de concentração e centralização de capitais, oriunda da maior potência econômica mundial, instalada em diversos países periféricos especialmente na América Latina⁷³, onde estão representadas as contradições fundamentais da organização social capitalista, quais sejam: a enorme acumulação de riqueza num pólo e miséria em outro, o avassalador avanço tecnológico e a precariedade do trabalho aviltado, assim como a contradição fundamental entre o campo detentor de meios de produção de riquezas e o campo despossuído. Nesse sentido é que nos pontos seguintes tratamos de nos debruçar sobre as especificidades dessa corporação, e algumas consequências de sua organização para o campo do trabalho.

Naomi Klein (2004) analisa criticamente o crescimento das redes supermercadistas e outras empresas baseadas em marcas colossais. Segundo a autora, esse surto de crescimento foi causado por três principais tendências do setor, todas favorecendo drasticamente grandes cadeias com grandes reservas.

A primeira foi a guerra dos preços, em que as maiores megacadeias sistematicamente derrubavam todos os seus concorrentes; a segunda foi a prática de atacar a concorrência abrindo as lojas em "grupos". A terceira tendência, a ser explorada no próximo capítulo, foi a chegada da suntuosa superloja principal, que parece um excelente bem imobiliário e age como publicidade tridimensional para sua marca (KLEIN, 2004, p. 156).

Segundo a autora, esse processo fica mais evidente quando as cadeias se expandem para o estágio global. Quando os varejistas saem de seu país de origem, a estratégia analisada pela autora é de que para manter os preços baixos, as cadeias como a Wal-Mart devem se valer de um importante trunfo: serem compradoras de volume. Relata Klein (2004) que nessa organização, para que se tenha o poder de mercado de cobrar preços mais baixos que os de seus concorrentes, essas corporações não podem instalar nos países uma loja de cada vez. Em vez disso, tornou-se uma tática mais

73 Suas lojas estão no Brasil, Chile, Honduras, México e outros países latinoamericanos.

comum de expansão comprar uma cadeia existente e simplesmente transferir suas lojas⁷⁴.

Para as empresas nacionais, continua Klein (2004), que buscam evitar se tornar presa de gigantes globais, tornou-se uma estratégia cada vez mais popular iniciar fusões preventivas entre duas – ou mais – grandes marcas nacionais. Em nome de uma resistência mercadológica à entrada das multinacionais, essas empresas locais se consolidam, demitindo e imitando fórmulas de varejo americanas.

Não é de surpreender que em geral acabem se transformando em cópias das marcas globais cuja entrada tentam impedir. Foi o que aconteceu no Canadá, quando o medo da Wal-Mart levou a mais antiga cadeia de departamentos, a Hudson's Bay Company, a comprar a Kmart Canada, misturá-la com a Zellers, demitir seis mil funcionários e abrir diversas linhas de enormes lojas de descontos: uma para moveis, outra para mesa e banho e uma terceira para roupas com desconto (KLEIN, 2004, p. 163).

A perspectiva de análise de Klein (2004) apresenta-nos o alto potencial das grandes corporações em influenciar a gestão administrativa em ramos como, por exemplo, o hipermercadista. Essa noção nos é importante, pois o processo de chegada e instalação dessas empresas no Brasil, como narramos anteriormente e continuaremos a demonstrar no decorrer do estudo, se aproxima muito da descrição apresentada pela autora.

2.1 O EMBLEMÁTICO CASO DA EMPRESA WAL-MART

Além de dados oficiais da empresa, contidos em seu material divulgado na internet e de referenciais bibliográficos, utilizar-nos-emos para o presente item dos

⁷⁴ Como é o caso do Wal-Mart no Brasil. Ou ainda, conforme cita Klein (2004) a Wal-Mart comprou 120 lojas da Woolco no Canadá e em 1994 adquiriu a cadeia de hipermercados Werkauf GmbH na Alemanha em 1997. Da mesma forma, quando foi para o Reino Unido em 1998, a Starbucks adquiriu a já existente Seattle Coffe Company e readaptou suas 82 lojas, transformando-as em franquias Starbucks.

dados apresentados no Relatório Executivo de Observação realizado pelo Observatório Social⁷⁵ na empresa WAL-MART BRASIL e divulgado no ano 2000.

Muito embora o relatório tenha sido realizado há dez anos, apresenta um momento de crescimento da empresa que a época, havia seis anos em que estava instalada no Brasil. Os dados que apresentamos acima apontam para a mesma tendência, assim como – veremos adiante – alguns levantamentos constatados pelos dados do relatório se confirmam durante nossa pesquisa.

Segundo o relatório, a Wal-Mart Stores Inc. destaca-se no panorama empresarial internacional por ser uma das maiores empresas do mundo e líder no setor do comércio varejista. Em 1999, a empresa faturou US\$ 138 bilhões em todo o mundo e empregou 910.000 trabalhadores⁷⁶.

No Brasil, segundo Fact Sheet Wal-Mart Brasil (2009)⁷⁷ seu faturamento em 2008 foi de R\$ 17 bilhões, 13% de acréscimo em relação ao ano anterior. Nesse ano, a

⁷⁵ O Observatório Social é uma organização de sindicatos e entidades interessadas nos estudos do trabalho e da sociedade contemporânea que tem como missão analisar, observar e difundir a aplicação de normas e convenções sociais, ambientais e trabalhistas por parte de empresas, organizações e governos na conjuntura nacional e internacional. Também objetiva observar e difundir a situação social no Brasil, especialmente do Trabalho Infantil e Forçado, das discriminações de Gênero e Raça e da situação do Meio Ambiente (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 02). A construção do Observatório Social é uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Escola Sul, em cooperação com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e Rede Inter-Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Essa organização tem realizado e divulgado pesquisas e relatórios diversos, contribuindo tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a intervenção sindical, na medida em que apresenta dados da realidade do trabalho, pautando-se no diálogo entre particularidades e universalidades da sociedade capitalista. Da realização deste trabalho participaram entidades sindicais filiadas a diferentes centrais, a saber, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região (CUT), o Sindicato dos Empregados do Comércio de Bauru (USI) e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo (Força Sindical). Também houve a participação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT), da CUT, apoiando o aprofundamento da questão da discriminação de gênero. A pesquisa contou com o apoio financeiro do Centro de Solidariedade da American Federation of Labour – Congress of Industrial Organization (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 04).

⁷⁶ Apesar do seu gigantismo, a Wal-Mart é uma empresa jovem, fundada em 1962, se expandiu aceleradamente na década de 70 com a abertura de lojas em cidades norte-americanas com menos de 25 mil habitantes. Começou operando lojas de varejo de descontos - Wal-Mart Stores (Discount Stores) – passando a atuar com clube de compras - SAM's Club - e com os Supercenters na década de 80. Em 1990, a Wal-Mart adquiriu a McLane's Company, que se encarrega da distribuição de mercadorias nos Estados Unidos (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

⁷⁷ No site da empresa até 2009 podíamos acessar o *Fact Sheet Wal-Mart Brasil* no qual eram divulgados dados da empresa como: presença nos estados, atuais bandeiras da rede, faturamento anual, investimento anual, expansão da rede, geração de empregos, total de unidades e outras informações relevantes à comunidade em geral. Nesse ano já não se pode encontrar o boletim.

empresa investiu no país R\$ 1,2 bilhão e calculou para o ano de 2009 a cifra de R\$ 1,6 bilhão, a maior desde que a empresa chegou ao país.

Sua expansão brasileira é ímpar no ramo. Atua no Brasil através da sua subsidiária Wal-Mart do Brasil Ltda, criada em junho de 1994. Inicialmente a empresa era uma *joint venture* com as Lojas Americanas, mas a sociedade foi desfeita em 1997 e o controle passou a ser integralmente da própria Wal-Mart Inc. As primeiras unidades da empresa foram postas em funcionamento em 1995. Quatro anos mais tarde, a Wal-Mart já era a sexta maior empresa supermercadista do país, com faturamento de R\$ 956 milhões e cerca de 6.150 empregados (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

Dado significativo ao nosso estudo, é que das 353 unidades Wal-Mart no país, 144 delas estão na região sul⁷⁸ do Brasil, o que também justifica a importância de estudos voltados a essa empresa e sua organização nessa região do país. No sul, a empresa adquiriu em 2005, 140 unidades da Rede Sonae Distribuição Brasil – essa, na época, já se configurava como uma rede de outras centralizações – que abarcava as bandeiras Mercadorama, Nacional, BIG e Maxxi Atacado.

Em 2008, 42 lojas foram inauguradas, sendo 8 conversões – 34 novas lojas. Em 2009 foram 90 lojas, sendo mais de 30 unidades na região Nordeste: 9 já inauguradas e 5 conversões. No ano de 2010 a empresa anunciou a abertura de cerca de 100 novas lojas, o que – segundo a mesma – significará 10 mil postos de trabalho criados.

As bandeiras englobadas pela corporação são Wal-Mart (42), Todo Dia (47), Sams Club (22), Bompreço (63), Hiper Bompreço (32), BIG (32), Nacional (69), Mercadorama (23) e Maxxi Atacado (23). A rede também conta com 176 unidades com as bandeiras de comércio de fármacos como Farmácia Bompreço, Farmácia Todo Dia, Drogaria Wal-Mart, Drogaria Nacional, Drogaria BIG e Drogaria Maxxi⁷⁹.

A estratégia da empresa é caracterizada pelos baixos custos operacionais, alto envolvimento dos empregados, baixos preços, grande poder de barganha com fornecedores e presença no território norteamericano, principalmente em pequenas e médias cidades (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

⁷⁸ Nordeste: 143. Sudeste e centroeste: 66. Sul 144, sendo 40 no Paraná, 9 em Santa Catarina e 95 no Rio Grande do Sul.

⁷⁹ O Wal-Mart atua no Brasil com uma estratégia multiformato. São nove bandeiras, entre hipermercados, supermercados, atacado, loja de vizinhança, marcas de produtos próprios e drogarias.

As vendas totais da empresa cresceram continuamente nos anos 90 e em taxas que chegaram a superar os 28% ao ano no início da década. Nos últimos anos, o crescimento das vendas vem sendo puxado pelas unidades instaladas no mercado norte-americano, responsáveis por mais de 90% do faturamento da empresa. Contudo, a taxa de crescimento do faturamento é mais elevada fora dos EUA (56% em 1999, contra 12% naquele país). Isso mostra a importância, para a empresa, da expansão internacional que iniciou em 1991 com a abertura de lojas no México (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 29).

Em seu crescimento mundializado, a Wal-Mart tem procurado controlar seus investimentos isoladamente, sendo que apenas na China e na Coreia do Sul a empresa formou *joint venture* com outros investidores. Em alguns casos a empresa implantou sua própria rede, como são os casos de Argentina e Brasil, mas em geral realiza aquisições de empresas nos países em que se instala, tendo comprado a rede mexicana Cifra, em setembro de 1997, as alemãs Wertkauf (com 21 unidades) e Spar Handels (74 lojas) em 1998 e o grupo britânico Asda (229 lojas) em 1999 (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

2.2 TRABALHADORAS E TRABALHADORES EM GERAL DA EMPRESA WAL MART: CONDIÇÕES E RESISTÊNCIAS

Neste ponto analisaremos algumas implicações para o trabalho em geral na empresa Wal-Mart traçando um quadro de condições laborais na empresa, segundo os casos analisados pelo Relatório Executivo (2000).

Por meio desse relatório, citado anteriormente, apresentaremos os dados coletados pelo mesmo acerca de basicamente quatro⁸⁰ convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que versam sobre a liberdade sindical, o respeito aos acordos coletivos, a saúde no trabalho e a questão de gênero, temas importantes em nossa discussão⁸¹.

O objetivo principal da observação apresentada pelo relatório é a verificação do cumprimento pela empresa, no Brasil, dos direitos fundamentais no trabalho estabelecidos

⁸⁰ Destacaremos quatro das seis convenções analisadas pois são mais próximas de nosso objeto.

⁸¹ Comentaremos também alguns instrumentos de denúncia do campo do trabalho oriundos do território natural da empresa, assim como algumas estratégias de resistência nas esferas local e global.

pelas Convenções da OIT, assim como de questões ambientais. O Observatório Social adota um quadro teórico-metodológico que articula o conteúdo das Convenções da OIT e as centralidades de cada uma delas, conforme abaixo.

Quadro 1
Convenções da OIT – temas e centralidade

Convenções	Centralidade
Liberdade Sindical (C.87 e C.135)	Verificar a liberdade de organização dos trabalhadores sem interferência dos empregadores
Negociação Coletiva (C.98 e C. 151)	Assegurar o direito de todos os trabalhadores à negociação coletiva sem interferência
Trabalho Forçado (C. 29 e C. 105)	Identificar trabalho exercido por meio de coação ou castigo
Trabalho Infantil (C 138)	Assegurar a efetiva abolição do trabalho infantil
Discriminação de Gênero e Raça (C. 100 C. 111)	Estabelecer a igualdade de oportunidade entre sexo, origens raciais, religião e opinião política, ascendência.
Meio Ambiente (C. 148, C. 155, C. 170, C. 174)	Verificar a adequação do meio ambiente interno e externo, à saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores e da vizinhança

Fonte: Relatório Executivo da Observação Wal-Mart Brasil (2000).

A pesquisa estabelecida pelo observatório centrou-se em três Supercenters do Wal-Mart em São Paulo⁸² escolhidos em função do interesse sindical e da localização na região metropolitana (São Paulo e Osasco) e no interior do Estado (Bauru).

A pesquisa de campo se deu por meio de uma atividade grupal chamada de Oficina Sindical que contou com 23 entrevistas com trabalhadores e 10 sindicalistas⁸³. A metodologia deu ênfase ao levantamento de dados qualitativos. O objetivo era levantar os problemas reais ou potenciais existentes, mais do que comprovar estatisticamente a frequência com que esses problemas ocorrem (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

A estrutura do relatório vale ser ressaltada, pois trabalha com três linhas centrais que encadeiam a apresentação do mesmo: parte-se da expressão dos resultados da

⁸² Osasco, Bauru e no bairro Pacaembú, em São Paulo.

⁸³ Os trabalhadores entrevistados foram contatados por lideranças sindicais, com a orientação de se ter um grupo heterogêneo em termos de setores de trabalho, atributos pessoais relativos ao sexo e raça, e preferencialmente empregados do Wal-Mart no momento da entrevista.

observação, passando ao parecer da pesquisa, que por sua vez gera para cada item uma série de recomendações à corporação.

Antes de apresentar os resultados da observação propriamente ditos em diálogo com as categorias de análise, o relato aponta importante questão. Cita que a Wal-Mart Inc. adota um Código de Conduta que deve ser obedecido por seus fornecedores como condição para que seus produtos sejam comercializados nas lojas da rede.

O Código desdobra-se nos seguintes tópicos: cumprimento da legislação nacional, emprego, ambiente de trabalho, respeito ao meio-ambiente, compromisso em adquirir produtos norte-americanos (“buy-american”), inspeção e certificação, direito de inspeção, confidencialidade e política sobre brindes e gratificações (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 11).

Durante a realização da pesquisa pelo Observatório Social, não foi possível conhecer a aplicabilidade desse Código no país. Tanto trabalhadores quanto sindicalistas desconheciam a sua existência e aplicação, o que no mínimo indica a pouca divulgação interna à empresa dessa prática de responsabilidade social no período pesquisado. Também é citada pelo documento a exigência de que os funcionários da empresa obedeçam a um Código de Ética interno, que estipularia obrigações relativas ao comportamento pessoal e profissional no local de trabalho.

2.2.1 Resultados do Relatório

Em relação aos resultados da observação, o relato inicia apresentando a questão da liberdade sindical. A centralidade da convenção OIT 87 observada pela pesquisa versa sobre a existência de liberdade de organização dos trabalhadores⁸⁴.

⁸⁴ Sobre a liberdade sindical a Convenção n.87 Relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, 1948, da OIT, tem por finalidade garantir a independência das organizações de trabalhadores e empregadores, bem como proteger os direitos sindicais. Logo no seu artigo 2º, a Convenção 87 dispõe que: Os trabalhadores e empregadores, sem distinção de qualquer espécie, têm o direito, sem autorização prévia, de constituir organizações de sua escolha, assim como o de se filiar a estas organizações, à condição única de se conformarem com os estatutos destas últimas. O Brasil não ratificou essa Convenção e o direito sindical no país decorre de dispositivos constitucionais e legais, que limitam a plena liberdade de organização e sindicalização. A Convenção n.98 Relativa à Aplicação dos Princípios

Nesse sentido, as entrevistas com dirigentes sindicais apresentaram que as questões mais críticas no tocante aos direitos de organização sindical eram o não-reconhecimento dos sindicatos para a negociação, assim como a pressão sobre os trabalhadores para que não contribuíssem financeiramente com os sindicatos, a dificuldade de acesso aos locais de trabalho e a falta de condições para a informação dos trabalhadores.

Os dirigentes sindicais apontaram para o fato de a empresa não reconhecer o processo de negociação coletiva, descumprindo por vezes as convenções coletivas de trabalho em vários aspectos, notadamente a regulamentação do horário de trabalho aos domingos e feriados.

Sobre a liberdade de filiação as entidades dos trabalhadores, a maioria dos entrevistados afirmou que não se sentia pressionada para que não se associassem às mesmas. Por outro lado, alguns entrevistados disseram ter havido sim, pressão da empresa contrária à sindicalização, mas isso não impedia efetivamente que parte destes fosse sindicalizada.

Em relação à contribuição financeira aos sindicatos, essas entidades relataram o recebimento de cartas de oposição às contribuições assistencial e confederativa, todas com o mesmo texto, autenticadas no mesmo cartório e várias nas mesmas datas. Essa uniformidade das cartas e a informação de que existe um modelo afixado no quadro de avisos das lojas levantou suspeita de que a empresa promova essa atitude dos trabalhadores. Os funcionários e funcionárias confirmaram a divulgação em murais da empresa do modelo de correspondência acompanhado de instruções, no entanto relataram não ter havido pressão da gerência da empresa para que apresentassem tais cartas, bem como julgaram não ter havido pressão sobre outros colegas de trabalho.

As dificuldades em acessar aos locais de trabalho e a falta de meios para a disseminação de informações sindicais entre os trabalhadores foram destacadas pelas lideranças e confirmadas pelos trabalhadores. Apresentou-se como única condição criada pela empresa para que os sindicatos possam divulgar seus informativos entre os

do Direito de Organização e de Negociação Coletiva, 1949, também protege a atividade sindical de discriminação em relação ao emprego. Os indicadores do grau de cumprimento dos direitos previstos nessas Convenções são: a existência de organização dos trabalhadores no local de trabalho; a liberdade do trabalhador de optar por ser ou não sindicalizado; a livre atuação de delegados sindicais; o acesso do dirigente sindical ao local de trabalho; a liberdade de difusão de informação e de comunicação; a liberdade de recolhimento e repasse das contribuições financeiras em favor do sindicato (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 22).

trabalhadores, a permissão de que o material impresso seja deixado na área de acesso dos trabalhadores aos *supercenters*.

Importante princípio das Convenções da OIT relativo à liberdade sindical, que pode ter sido desrespeitado pela Wal-Mart, é o do direito a realização de greves. Em uma paralisação realizada pelos trabalhadores do *supercenter* de Osasco, segundo os dirigentes sindicais, houve a interferência da polícia para reprimir e interferir no prosseguimento do movimento e promoção de demissões em função da participação no mesmo⁸⁵.

Assim, a conduta do Wal-Mart em relação aos direitos sindicais, com base nessas unidades pesquisadas, apresenta problemas, aparecendo em relevo: a) a dificuldade do acesso dos dirigentes sindicais ao local de trabalho, b) falta de condições propícias para a comunicação e informação dos trabalhadores, c) provável indução a não-contribuição financeira em favor do sindicato. As falhas na conduta da empresa, todavia, são favorecidas pela pouca expressão que tem a ação sindical no local de trabalho, visto pelo baixo grau de sindicalização e a pouca participação dos trabalhadores em atividades sindicais (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 13).

Em relação aos processos de negociação coletiva, a centralidade da convenção OIT 98 observada na pesquisa é de assegurar o direito de todos os trabalhadores à negociação coletiva sem interferência⁸⁶.

A conduta estabelecida pela empresa no Brasil, tomando por base o histórico das unidades estudadas, parece ser de desrespeito ao processo de negociação coletiva, na medida em que descumpre cláusulas estabelecidas nas convenções coletivas de trabalho.

Segundo os dirigentes do sindicato de Bauru, o Wal-Mart descumpriu a convenção coletiva em relação à abertura aos domingos, promovendo a mesma atitude pelos outros estabelecimentos comerciais. Em Osasco, o

85 Uma questão que dificulta muito a averiguação dessas informações acerca das demissões é a falta de informações mais precisas agravada pela alta rotatividade de pessoal que caracteriza o setor do comércio varejista.

86 Sobre a questão das negociações coletivas, a Convenção n° 98, além de proteger os trabalhadores de atos atentatórios à liberdade sindical, preconiza o fomento e a promoção da negociação coletiva de trabalho. Dentre as condições estabelecidas pela OIT, considera-se central nessa Convenção e na Recomendação 143: o direito de negociação coletiva, e o direito às informações para a negociação coletiva. Estes princípios não podem ser isolados da efetiva liberdade sindical, que garante aos trabalhadores e suas organizações condições para o desenvolvimento do conjunto da ação sindical. A verificação do grau de cumprimento desses princípios se daria pelos seguintes quesitos: A aceitação ou recusa de negociação coletiva; O fornecimento de informações necessárias para a negociação coletiva. Os dois documentos da empresa, o Código de Conduta e o Código de Ética, não tratam da questão, ressalvadas as menções ao cumprimento da legislação nacional e dos direitos humanos (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 23).

descumprimento de quatro cláusulas da convenção coletiva levou os trabalhadores a se manifestarem paralisando as atividades do Supercenter por várias horas. Em São Paulo, os dirigentes sindicais apontam o descumprimento da legislação quanto ao funcionamento nos feriados. As dificuldades encontradas para a negociação da mudança do horário de funcionamento exemplificam a atitude da empresa (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 13).

A intensa mobilização dos trabalhadores de Osasco teve como causa principal o descumprimento de várias cláusulas da Convenção Coletiva entre as quais os itens que regulavam o trabalho aos domingos: não respeitava a limitação do funcionamento nos dias que antecediam algumas datas comemorativas, não pagava os adicionais previstos, não concedia vale-transporte, o abono e a folga remunerada. Esse movimento resultou na abertura de negociações com a empresa e num acordo específico para os pontos mencionados.

Em São Paulo, por exemplo, o funcionamento do comércio aos domingos tinha sido regulamentado pela legislação municipal antes da instalação das lojas da Wal-Mart. Mesmo assim, a empresa é criticada por desobedecer à proibição da abertura aos feriados. Além disso, na avaliação dos sindicalistas, a política da empresa é de distanciamento do sindicato e de aversão à negociação coletiva.

O levantamento mostra que a empresa desrespeitou por vezes a negociação coletiva à revelia dos interesses dos trabalhadores, por meio do descumprimento das convenções de trabalho e da recusa em estabelecer um processo de negociação sobre a mudança no horário de funcionamento, implantando unilateralmente o trabalho aos domingos e feriados. Parece verdade que a atuação decidida dos trabalhadores e do sindicato se mostrou capaz de mudar, parcialmente que seja, essa atitude. Entretanto no momento da pesquisa, ficou perceptível que para se chegar ao pleno cumprimento do disposto nos documentos internacionais havia muito que ser feito pelo lado patronal.

Sobre a questão da discriminação de gênero e raça, a centralidade citada pelo relatório observou sobre as convenções 100 e 111 da OIT, a existência da igualdade de oportunidade entre sexo, origens raciais, religião, opinião política e ascendência⁸⁷.

⁸⁷ Duas convenções da OIT são centrais para a definição dos direitos à igualdade e não discriminação de qualquer tipo, a saber, a Convenção nº 100, sobre a Igualdade de Remuneração, de 1951, e a Convenção nº 111, sobre a Discriminação (emprego e profissão), 1958. A Convenção n.º 100 dispõe sobre a igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina por um trabalho de igual valor, determinando que os países-membros promovam ou garantam meios compatíveis e métodos que assegurem tal igualdade. Os indicadores pelos quais se pode verificar a aplicação dessa Convenção seriam: a existência de desigualdade salarial entre a mão-de-obra masculina e a feminina em condições iguais de trabalho; a existência de desigualdade funcional entre a mão-de-obra masculina e a feminina em condições iguais de trabalho; a existência de desigualdade na ocupação de cargos

Embora a averiguação da existência ou não de desigualdade salarial para trabalhos de igual valor entre homens e mulheres tenha encontrado limites pela falta de dados internos à empresa, o Observatório Social buscou explorar esse assunto e levantar problemas potenciais analisando informações relativas ao setor supermercadista e dados disponíveis nos sindicatos. Isso se deu com base nos dados que citaremos abaixo, verificando importantes questões sobre o setor, notadamente as porcentagens de rotatividade nesse campo de trabalho.

Com base nos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), produzidos pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), em dezembro de 1999 os supermercados e hipermercados dos três municípios estudados empregavam cerca de 50.000 trabalhadores, dos quais 94% no município de São Paulo. Tomando o período 97-99, a trajetória é de redução do contingente empregado, apesar do significativo aumento do emprego em Osasco. Uma característica comum ao comércio dos três municípios é a alta rotatividade de pessoal que atingiu 50% em São Paulo, 76% em Bauru e 97% em Osasco, em termos anuais (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 15).

Ainda sobre os dados do CAGED, constata-se a desigualdade salarial entre homens e mulheres no setor supermercadista. Comparando o salário médio de admitidos e desligados no período analisado – janeiro de 1998 a dezembro de 1999 – averigua-se que os salários das mulheres equivalem a cerca de 70% dos salários dos homens nos municípios de São Paulo e Osasco, e ficam próximos de 90% no caso de Bauru.

de chefia; a desigualdade nas oportunidades de aperfeiçoamento profissional; a existência de critérios discriminatórios para o preenchimento de vagas; a ausência de serviços sociais, tais como creche. A Convenção n.º 111 define a discriminação em relação ao emprego e trabalho como sendo toda a distinção, exclusão ou preferência fundamentada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão. Os indicadores que podem ser adotados para a avaliação do cumprimento desses direitos, são: A existência ou não de programas ou políticas que promovam a igualdade; A existência ou não de cláusulas antidiscriminatórias nos acordos coletivos, convenções ou outros instrumentos de regulamentação do trabalho; A discriminação salarial decorrente de sua raça, cor, sexo, religião, opinião política ou origem social; Contratação de pessoal e ascensão profissional em função sua raça, cor, sexo, religião, opinião política ou origem social. No Código de Conduta, a Wal-Mart afirma rejeitar práticas discriminatórias, tanto internamente à empresa quanto pelos seus fornecedores (ao menos para os fornecedores da rede norte-americana), na contratação ou em qualquer outra condição de trabalho, com base na raça, cor, origem nacional, gênero, religião, deficiência física ou fatores similares. No Código de Ética a Wal-Mart estipula que gerentes e funcionários devem dispensar tratamento respeitoso e digno a seus colegas. O Wal-Mart promete um “local de trabalho livre de qualquer repressão”. O Código de Ética também trata do Assédio e da Conduta Imprópria, que não serão tolerados pela Empresa. Considera como assédio a linguagem, os atos e a conduta no local de trabalho que gere intimidação ou, de outra maneira um ambiente ofensivo. Tais fatos devem ser comunicados aos superiores. Junto a isso, o Código apresenta a “Política de Portas Abertas para Comunicações do Wal-Mart”, que estimularia os empregados a levarem seus problemas aos superiores sem o risco de represálias e em caráter confidencial (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 23).

Mais uma forte evidência da acentuada desigualdade salarial nesse segmento do mercado de trabalho é que, em média, os salários dos homens no momento da admissão são superiores ao das mulheres no momento de seu desligamento.

As informações contidas na RAIS retrataram a existência de diferencial salarial entre homens e mulheres empregados no segmento de super e hipermercados de Osasco. A remuneração média mensal das mulheres correspondeu a 66% da remuneração de homens no período.

As trabalhadoras têm remuneração inferior à dos seus colegas do sexo masculino, mesmo tendo grau de escolaridade mais elevado. Um exemplo é o que ocorre nas maiores redes de super e hipermercados de Osasco, com mais de 250 empregados, onde 66% das mulheres empregadas tinham completado o 2º grau, contra 25% no caso dos homens. Entretanto, as remunerações médias mensais destes grupos eram, respectivamente, de 3,85 SM e 9,72 SM, ou seja, as mulheres recebiam cerca de 40% do que era pago aos homens com mesma escolaridade (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 16).

O exame dessas fontes indica que existe uma situação de desigualdade salarial entre homens e mulheres no setor e região de atuação do Wal-Mart. No caso específico da empresa, os dados são ainda mais escassos, principalmente pela falta de informações confirmadas pela mesma. Na ausência de informações completas a respeito do perfil salarial por gênero na empresa, o relatório apresentou alguns indicativos da situação existente.

Em 82 homologações de rescisões de contratos de trabalho com a empresa Wal-Mart, feitas no Sindicato dos Comerciários de Bauru entre março de 1999 e janeiro de 2000, constata-se uma diferença significativa entre a remuneração dos homens e das mulheres. Duas mulheres e nenhum homem tinham remuneração inferior a R\$ 200,00 no momento da sua demissão. Na faixa de remuneração entre R\$ 200,00 a R\$ 250,00 encontram-se 55% das mulheres demitidas e 4,8% dos homens. A maioria dos homens (55%) tinham salários situados na faixa de valores entre R\$ 350,00 e R\$ 500,00. Excluindo de ambos os grupos os salários de valor maior que R\$ 1.000,00, temos as seguintes médias: as mulheres recebiam R\$ 262,70 e, os homens, R\$ 348,63 mensais. Ou seja, as mulheres recebiam salários equivalentes, em média, a 75% dos salários dos homens (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 16).

Quanto à distribuição por setor de trabalho, os depoimentos de trabalhadores e trabalhadoras dos *supercenters* mostravam que o emprego de mulheres é bastante desigual entre os diversos departamentos. Por exemplo, o trabalho feminino praticamente inexistia em departamentos como os de recebimento de mercadorias, açougue, peixaria e mercearia. A área dos *supercenters* onde se encontrava um grande

contingente de mulheres é na “Frente de Caixas”, com percentuais de 80-90% do pessoal. Tomando por base a opinião dos trabalhadores entrevistados, várias mulheres ocupavam cargos de gerente de departamento e de setor, mas elas eram em franca minoria diante dos homens. Nos escalões mais altos de direção de loja, a presença feminina não foi identificada pelos entrevistados⁸⁸.

Quanto aos critérios usados na seleção e contratação de funcionários, todos os entrevistados descartaram a preferência por homens ou mulheres. Porém, reiteraram que tais critérios estão relacionados aos requisitos para cada posto de trabalho. Ou seja, afirma o relatório, para os setores onde identificam a necessidade de maior esforço físico a empresa contrata preferencialmente homens e, onde essa exigência não existe, empregaria mais mulheres. No entanto, devendo-se relativizar essa questão, pois a empresa que utiliza vários equipamentos que substituem em larga escala o uso da força física direta (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

Quanto ao tratamento às mulheres gestantes, de modo geral, o relato apresentou que estas recebem condições especiais de trabalho, sendo transferidas para postos de trabalho mais adequados. Alguns depoimentos contradizem essa afirmação, quando disseram que o tratamento dispensado por gerentes desconsidera o estado especial das trabalhadoras grávidas⁸⁹.

Outro detalhe que os entrevistados não identificaram discriminação contra as mulheres foi em relação às oportunidades de treinamento oferecidas pela empresa. Em fato existe uma unanimidade quanto à escassez de oportunidades para que todos os empregados participem de cursos ou treinamentos, inclusive relacionados à segurança no trabalho.

Sobre as questões de meio ambiente, saúde e segurança no trabalho, o relatório procurou observar em relação às convenções 148, 155, 170, e 174 da OIT a adequação

88 Um dos trabalhadores fez uma lista de gerentes por área e departamento onde aparecem 17 homens e 10 mulheres ocupando cargos de Gerente de Departamento e 4 homens e 1 mulher no cargo de Gerente de Área. Ressalvando que não se dispõe de dados precisos sobre esse aspecto, se poderia dizer que há uma deficiência na promoção da igualdade na ocupação dos cargos de hierarquia mais alta (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 16).

89 Foram citados postos não adaptados para as gestantes, ritmos e horários de trabalho extenuantes, dificuldade para o acesso aos sanitários. Uma das mulheres entrevistadas teve uma gravidez interrompida enquanto estava empregada no Wal-Mart. Ela reclama ter sido maltratada pela gerência, que teria exigido dela que trabalhasse além do recomendável e de ter sido pressionada para que interrompesse uma licença médica e reassumisse seu posto de trabalho (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 18).

do meio ambiente interno e externo, à saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores e da vizinhança⁹⁰.

As doenças apontadas pelo relatório foram as lesões por esforço repetitivo (LER)⁹¹, problemas ósseo-musculares e doenças respiratórias (sinusites, principalmente). As áreas consideradas mais críticas em matéria de saúde ocupacional foram os açougues, pelos efeitos do trabalho em baixas temperatura, e a frente de caixa, pela alta incidência de LER.

Os problemas relacionados à saúde ocupacional parecem ter relação com a falta de preparo aos funcionários em matéria de segurança no trabalho. A pesquisa mostrou a inexistência de treinamento ou atividade de instrução que anteceda o exercício da atividade laboral. O problema parece estar bastante relacionado, também, à alta rotatividade de mão-de-obra que caracteriza o setor.

⁹⁰ Várias Convenções da OIT e outros documentos internacionais tratam dos aspectos ambientais, da saúde e da segurança no trabalho. As principais Convenções da OIT que regulamentam esses temas são as seguintes. 1) 148, sobre o Meio Ambiente de Trabalho (contaminação do ar, ruído e vibrações): esta Convenção, ratificada pelo Brasil em janeiro de 1982, trata da proteção dos trabalhadores contra os perigos ocupacionais no ambiente de trabalho devido à poluição do ar, ruído e vibração. Entre outros dispositivos, prevê a consulta às organizações representativas dos empregadores e empregados, a associação entre representantes de empregados e empregadores na elaboração, aplicação e acompanhamento nas inspeções das medidas preventivas de proteção contra os perigos ocupacionais. O Relato define como a centralidade dessa convenção os seguintes direitos: proteção dos trabalhadores contra os perigos ocupacionais no ambiente de trabalho, participação dos trabalhadores na elaboração, aplicação e supervisão das medidas preventivas e de proteção. 2) 155, sobre a Saúde e Segurança Ocupacional: esta Convenção pretende garantir a segurança e a saúde ocupacional dos trabalhadores e um ambiente de trabalho sem riscos de acidentes e de danos à saúde. Este objetivo deve ser alcançado através da formulação, implementação, revisão periódica e da consulta aos representantes dos empregadores e dos trabalhadores, de uma política nacional de saúde, segurança ocupacional e ambiente de trabalho. O Brasil ratificou a Convenção 155 em abril de 1992. No centro das preocupações da C155 está, assegurar a prevenção dos trabalhadores em relação à sua saúde e segurança ocupacional e o ambiente de trabalho, assim como garantir a representação dos trabalhadores nas questões que envolvem saúde e segurança ocupacional e ambiente de trabalho. 3) 161, sobre Serviços de Saúde no Trabalho. Essa busca assegurar o fornecimento preventivo de serviços de saúde e segurança no trabalho, incluindo, entre outros, a assessoria ao empregador, aos trabalhadores e seus representantes na empresa, com o objetivo de definir os requisitos necessários para estabelecer e conservar um meio ambiente de trabalho seguro e saudável. O Brasil também ratificou esta Convenção, em maio de 1990. A Convenção tem como sua centralidade assegurar um meio ambiente de trabalho seguro e saudável favorecendo a saúde física e mental dos trabalhadores, e a participação dos trabalhadores na formulação de medidas que garantam a sua saúde física e mental. Os fornecedores do Wal-Mart – ao menos das lojas norte-americanas – deveriam prover aos seus trabalhadores condições seguras e saudáveis, serviços médicos adequados, medidas de combate e de segurança contra incêndio, postos de trabalho bem iluminados e confortáveis, banheiros limpos e, onde for necessário, habitações adequadas. O treinamento em matéria de segurança também aparece como condição do Código de Conduta. Já o Código de Ética diz que “a política da empresa é de conduzir seus negócios de maneira socialmente responsável e ética, no sentido de proteger o ambiente, a saúde e a segurança”, e exige dos seus empregados que cumpram a legislação pertinente (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000, p. 26).

⁹¹ Também chamadas de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho – DORT.

A observação relatou que as lojas dispõem de ambulatórios e uma equipe de médicos e enfermeiros. A avaliação desse serviço médico-ambulatorial dividiu as opiniões. Alguns entrevistados se disseram satisfeitos com o atendimento, outros o criticaram duramente. As queixas vinham na direção de que médicos e enfermeiros prescreviam medicamentos visando à eliminação rápida dos sintomas de modo a que os trabalhadores pudessem voltar imediatamente ao trabalho.

Vários entrevistados indicaram alta incidência de LER. A esse respeito, apontaram que nem sempre o trabalhador lesionado foi transferido de função, mesmo quando houve recomendação médica para tanto.

Ao encerrar a realização da pesquisa, o Observatório Social apresenta suas recomendações visando a superação dos problemas encontrados na corporação em termos dos direitos fundamentais do trabalho estabelecidos nas categorias teórico-metodológicas apresentadas como marcos da investigação. Segundo o relatório, as recomendações são dirigidas aos atores sociais de relevância para a situação estudada, em especial à empresa e entidades sindicais de trabalhadores. Dentre as recomendações estão alguns destaques que exemplificaremos a seguir.

Sobre a questão da liberdade sindical, indicou-se a implantação da organização sindical nos locais de trabalho, sua articulação com os sindicatos e possíveis ações intersindicais, assim como a liberação para o livre acesso dos dirigentes sindicais aos *supercenters* para o exercício de suas atividades, inclusive para distribuição de informativos e comunicações aos trabalhadores (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

A respeito das negociações coletivas, indicou-se o estímulo a um canal regular de negociação entre empresa e sindicatos. Também foi ressaltada a necessidade de cumprimento rigoroso das convenções e acordos coletivos pela empresa, valorizando a via negocial para a solução de conflitos de interesse (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

Em relação às questões de gênero e trabalho o relato indicou a realização de uma política ativa de promoção da igualdade na ocupação dos postos de trabalho sem distinção de sexo e que faça parte das diretrizes de recursos humanos da empresa. No mesmo sentido, que se garanta à trabalhadora gestante uma gravidez saudável através de condições físicas e organizacionais de trabalho adequadas à sua condição especial.

Sobre o ambiente de trabalho, a saúde e a segurança ocupacional, indicou-se a extensão do treinamento em matéria de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais,

manuseio e operação de produtos e equipamentos perigosos a todos os trabalhadores da empresa, assim como dar prioridade no orçamento à implementação de medidas de prevenção e correção de situações de risco. Também apontou para necessidade da revisão da qualidade do atendimento dispensado pelo serviço médico-ambulatorial e melhoria das condições de acesso ao plano de saúde (RELATÓRIO EXECUTIVO, 2000).

Perceberemos ao analisar o trabalho das operadoras de *checkout* que muitas das situações visualizadas na pesquisa que vimos apresentando permanecem ocorrendo. Os dados dessa pesquisa se fizeram importantes em nosso momento reflexivo, pois puderam traçar um quadro que nos serviu de ponto de partida ao observar o trabalho nessa empresa num âmbito mais geral – não especificado a alguma função no interior da corporação ou dos *supercenters*⁹².

2.2.2. Resistência no campo do trabalho

Aos dados do relatório descrito, somam-se denúncias e acusações de movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras contra a empresa mundializada. Dentre essas, pesam as denúncias e processos por discriminação sexual, racial, mão-de-obra ilegal, irresponsabilidade social, entre outras, que por vezes se colocam em uma contrapartida à própria propaganda empresarial ou mesmo seus supostos códigos de conduta e ética profissional.

Um exemplo foi o Jornal do Consumidor (2007) editado pela CONTRACS/CUT. Com o objetivo de divulgar o ponto de vista do mundo do trabalho sobre responsabilidade social empresarial, em sua edição especial sobre a multinacional Wal-Mart, aponta alguns graves problemas da rede como os citados acima e seu

⁹² Nossa pesquisa apresentará uma visão focada nas trabalhadoras que operam *checkouts* em lojas de super ou hipermercados do Wal-Mart, ou seja, uma grande corporação mundializada que explora o mercado latinoamericano. Entre os dados que apresentaremos, um tanto mais especificamente em relação à função que estudamos, ressaltaremos algumas permanências nas práticas empresariais desse setor, conforme as apresentadas por esse relatório, assim como indicaremos novas questões.

impacto na sociedade⁹³. O informativo também divulga a recusa de algumas cidades estadunidenses em receber lojas da empresa, como *Inglewood* e *New York*.

Outro exemplo é o relato das ações da Marcha Mundial das Mulheres (2008)⁹⁴, nos atos do Dia Mundial da Alimentação, por Soberania Alimentar onde o movimento apontava a empresa como uma das maiores e mais lucrativas transnacionais do mercado varejista do mundo, acusada de desrespeito aos direitos trabalhistas, discriminação contra mulheres e negros e proibição de sindicalização dos seus funcionários.

Dois exemplos editados em terras estadunidenses também podem ser verificados. O primeiro é o documentário realizado por Robert Greenwald chamado *Wal-Mart: The High Cost of Low Price* (2005). Dentre as denúncias estão as questões do respeito à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, ao direito à sindicalização e a não discriminação das mesmas.

O segundo e mais denso está representado pelo site walmartwatch.com⁹⁵. O chamado Observatório do Wal-Mart é uma organização autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa que desde 2005 instituiu uma campanha nacional de denúncia

⁹³ São citados pelo informativo sindical: A concorrência desleal do grupo Wal-Mart destrói pequenos negócios nas cidades onde o supermercado se instala e causa o desemprego de milhares de trabalhadores; O Wal-Mart não compra produtos dos comerciantes, produtores e distribuidores do local ou região onde se instala, porque só grandes empresas conseguem praticar os preços “irreais” exigidos pelo grupo; Na maioria das vezes, só os produtos chineses – fabricados por trabalhadores com salários miseráveis e com uma jornada diária de mais de 12 horas, incluindo crianças – conseguem atender às duras imposições do Wal-Mart a seus fornecedores. A rede comercializa 15 bilhões de dólares de produtos chineses por ano, deixando de comprar todo esse volume de empresas locais; O Wal-Mart paga salários miseráveis a seus funcionários – seja nos EUA ou em qualquer parte do mundo –, não paga horas-extras e dificulta o acesso a plano de saúde, o que já faz pesquisadores relacionarem o Wal-Mart à expansão da pobreza.

⁹⁴ <http://www.sof.org.br/marcha/?pagina=inicio&idNoticia=281>. Acesso em 20/10/2008.

⁹⁵ <http://walmartwatch.com>. Site WALLMARTWACH o observador do Wall Mart. Fighting for Wall-Mart Workers. Employee Free Choice Act. Site americano que tem por função divulgar e propagandear as reivindicações dos trabalhadores da empresa nos EUA e CANADA. O teor é em linhas gerais, a partir de um discurso patriótico, cobrar uma postura ética da empresa frente aos seus funcionários, visto que a mesma é uma das maiores empresas do país e para que seja motivo de orgulho aos americanos deve promover mudanças em sua organização. No site encontramos documentos, dossiês que de forma geral denunciam irregularidades, ilegalidades e imoralidades da empresa nos seguintes temas: a) discriminação sexual, racial, em relação à portadores de deficiência física, b) plano de saúde não é para todos os funcionários – lembramos que a situação de saúde da população dos EUA é calamitosa, vide documentário *Sicko* de Michael Moore, c) relações trabalhistas, d) proibição à sindicalização, e) outros (meio ambiente, influencia política, impactos na comunidade local, cultura corporativa, e correntes de suprimentos). Publicam em formato online dossiês, reportagens, panfletos, coluna “the lies wall-mart tells” entre outras. Também tem a campanha com a petição on-line para assinar a concordância com o “Aperto de mãos com SAM”, Sam Walton, proprietário majoritário da empresa. Essa versa sob os seguintes pontos: 1) Proteger a dignidade humana, 2) Assegurar cobertura de atendimento médico acessível e de qualidade, 3) Usar o poder do mercado para que os provedores melhorem condições de trabalho e salários, 4) Permitir e adotar a autosuficiência, 5) Comprar primeiro o produzido localmente, 6) Conservar a limpeza, 7) Ser digno da confiança pública. Tradução própria. Acesso em 31/07/2009.

dos impactos da empresa nas famílias e comunidades locais, solicitando alterações e reformas nas políticas de uma das maiores empresas do país.

Atualmente, o carro chefe da iniciativa é a aprovação do *Employee Free Choice Act (EFCA)* que visa aprovar uma lei que garanta a possibilidade de formação de um sindicato e a filiação dos funcionários segundo sua vontade. Atualmente são diversas as barreiras para que isso ocorra na empresa, implicando em coerção dos funcionários e demissão de lideranças.

Esse coletivo também reivindica: que a empresa pague corretamente as horas trabalhadas por seus funcionários, que a empresa ofereça plano de saúde adequado ao total de seus funcionários, que os salários baixos se alterem, pois fazem a vida de 1.4 milhão de trabalhadores ser extremamente difícil e além de denunciar o modelo ambiental da empresa como extremamente prejudicial ao planeta.

CAPÍTULO 4

MUNDIALIZAÇÃO DOS HIPERMERCADOS E AS TRABALHADORAS DE CHECKOUT. O CAMPO DE PESQUISA COM A PALAVRA

O presente capítulo analisa o campo de pesquisa propriamente dito. Nele entregamos aos sujeitos o protagonismo da retórica para que possamos refletir acerca de toda materialidade que constitui o discurso dos oradores e com eles compormos um todo mais elaborado, na intenção da compressão da realidade estudada.

Apresentamos detalhadamente os passos de realização da pesquisa em campo. Iniciamos nas condições de realização da mesma, passamos pela apresentação dos sujeitos pesquisados e por fim demonstramos as implicações para uma realidade do trabalho, notadamente das operadoras de *checkout* num contexto de mundialização do capital, no qual a classe trabalhadora, especialmente sua parcela feminina, encontra-se em alto grau de desvantagem em relação ao capital.

1 AS OPERADORAS DE CHECKOUT EM HIPERMERCADOS. O CASO DE UMA TRANSNACIONAL ESTADUNIDENSE NO BRASIL

Optamos pelo estudo das operadoras de *checkout* em um hipermercado de característica multinacional por termos encerrada nessa categoria profissional e *locus* de intervenção uma série de determinações contidas na sociedade capitalista hodierna.

Selecionamos para o estudo, debruçarmo-nos sobre uma empresa transnacional estadunidense instalada no Brasil. O fato de buscarmos uma empresa de ampla magnitude e poderio internacional também não é aleatório. Trata-se de encontrar nesse perfil corporativo uma referência mundial de organização empresarial e gestão de recursos humanos. Sua trajetória de sucesso expansionista e ampliação de lucratividade é uma vitrine para o mundo corporativo capitalista. Nesse sentido, na gestão de grandes corporações – com adaptações e flexibilizações locais – vamos encontrar as tendências que inevitavelmente impõem-se para todo um ramo produtivo. Por isso, não de forma generalizante, faz-se fundamental compreender os movimentos dessa tendência e especialmente seus impactos para o trabalho.

A organização da empresa estudada em nossa pesquisa vem ao encontro dessa perspectiva, na qual selecionamos para aprofundamento uma corporação estadunidense, das maiores no país de origem, com destaque no âmbito global e grande expressividade no Brasil.

1.1 APRESENTANDO A PESQUISA: CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

Partindo contexto citado anteriormente, buscamos contato com a empresa estadunidense em sua versão brasileira por meio do site geral da empresa na internet. A empresa mantinha até 2009 na página, uma entrada chamada Portal do Estudante, atualmente há um link “estudantes” com informações institucionais. No antigo portal não obtivemos sucesso no contato com a empresa, pois os formulários para preenchimento online não estavam funcionando corretamente.

Uma segunda forma de contato possibilitou ainda via site da empresa, o contato com assessoria de imprensa da rede que foi contatada pelo caminho eletrônico, com uma

solicitação de elaboração de pesquisa acadêmica de interesse público, devidamente apresentada na mensagem.

Contato por correio eletrônico realizado com a assessora de imprensa para assuntos corporativos da rede no Paraná e Santa Catarina, respondeu imediatamente. Solicitou envio dos “questionamentos para este email para que possa dar andamento à solicitação”. Enviamos resposta logo em seguida tendo a mesma sido recebida⁹⁶ pela destinatária no mesmo dia.

Com quase um mês de intervalo, a assessora retorna mensagem eletrônica e solicita telefone para contato imediato. O mesmo foi novamente enviado – pois constava na apresentação da pesquisa – e a assessora assim o fez. Não obteve sucesso na ligação, que foi retornada momentos depois.

No contato telefônico realizado com a funcionária, a mesma alegou “não ser possível a autorização para realização da pesquisa na empresa”. Solicitamos então essa informação via email, para apresentação ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia (PPGTE). A assessora se mostrou solícita e comprometeu-se em contatar os responsáveis pela negativa, pedindo envio via email de tal resposta e justificativa. Aguardamos esse retorno por tempo igual ao da primeira resposta, não obtendo nenhum.

Esse fato nos apresentou logo de início um dado importante acerca da empresa que nos interessaria pesquisar. A recusa em receber nossa pesquisa pareceu-nos vir de encontro à mensagem veiculada pela corporação de busca da ética, transparência e responsabilidade social. Ao não permitir que nossa pesquisa fosse realizada no interior de sua rede, a corporação fica aberta ao questionamento de seu próprio discurso mercadológico. Uma empresa que se utiliza de ampla camada da força de trabalho do povo brasileiro, não poderia prescindir de estar disponível às pesquisas realizadas pelas universidades públicas desse país.

Dessa forma, tornou-se inviável realizarmos observações sistemáticas acerca da organização das lojas e do trabalho das operadoras de *checkout*, assim como o acesso à gerência e trabalhadoras para as entrevistas semi-estruturadas.

Nesse caso, optamos por manter as demais ferramentas de pesquisa construídas na elaboração do projeto de pesquisa, com algumas adaptações de percurso. Se nossa

⁹⁶ Mensagem enviada em 29/06/2009 com confirmação de recebimento e leitura.

pretensão inicial era além de realizar observações constantes em algumas lojas escolhidas, realizar entrevistas com gerências imediatas, fiscais de caixa e as próprias operadoras, além de entrevistar os dirigentes sindicais relacionados a essa ocupação. Depois do fechamento das portas da empresa à nossa pesquisa, preferimos então adaptar as observações e manter foco nas entrevistas com as direções do movimento sindical.

Quanto às entrevistas com as lideranças sindicais, caracterizamo-las como centrais em nosso processo de pesquisa desde o princípio. Pois nesses sujeitos, estariam representados grandes contingentes dessa categoria profissional e estes, por função e definição, posicionar-se-iam num espaço de legitimidade para falar sobre o trabalho das operadoras, assim como num espaço de defesa dos direitos fundamentais das mesmas. Essa perspectiva se confirmou ao alcançarmos êxito na obtenção de importantes informações com esses sujeitos.

Em relação às observações sistemáticas, optamos por uma adaptação no seu modo de fazer. Visto que nossa entrada nas lojas e *supercenters* da empresa estavam inviabilizadas enquanto pesquisadores, buscamos realizar entradas como consumidores potenciais e nessa configuração, pudemos realizar observações ordenadas de forma alternativa.

Não possuíamos a calma nem tampouco os instrumentos de registro que teríamos caso estivéssemos em uma observação convencional, mas por meio de lentas caminhadas na frente de caixa e entradas nas diferentes extensões de filas, pudemos registrar em gravações de voz realizadas via celular, alguns pontos cruciais acerca das atividades das operadoras e organização do trabalho na loja. Tais gravações, transcritas posteriormente, serviram-nos de fundamento para compreensão de algumas questões que se fizeram presentes no decorrer da pesquisa. Voltaremos à descrição das observações adiante.

Quanto às entrevistas com as trabalhadoras na operação de *checkout*, essas se fizeram impossíveis por toda uma sorte de razões. Da mesma maneira que procuramos meios alternativos para realização das observações, pensamos novos modos de termos entrevistas com as trabalhadoras. Diante da impossibilidade de acesso, via empresa, sabíamos que nesse ponto enfrentaríamos dificuldades. Durante as observações, então, buscamos analisar formas de acesso as mesmas de forma mais rápida no momento da passagem pelo *checkout* ou de nesse momento solicitar os contatos da mesma para num posterior realizarmos entrevistas. As duas tentativas se fizeram impossíveis. O controle

do trabalho das operadoras é constante e efetivado a todo o momento pelas fiscais. Compreendendo esse contexto e os riscos que uma abordagem durante o registro de saída de compras causaria especialmente em relação ao próprio trabalho da operadora, optamos em não realizá-la.

Dessa forma, decidimos caminhar com as ferramentas que tínhamos construído até então. Confiando nelas a possibilidade de aprofundamento das reflexões, assim como de acesso a informações de considerável riqueza qualitativa.

1.2 AS OBSERVAÇÕES

1.2.1 As lojas

Apresentamos anteriormente os processos de concentração e centralização de capitais das empresas multinacionais no Brasil. Sobre a empresa estudada, na região em que estamos localizados, o sul do Brasil, notadamente Curitiba e região metropolitana, as bandeiras principais da empresa são MERCADO1⁹⁷, MERCADO2⁹⁸, MERCADO3⁹⁹

⁹⁷ Do site da empresa: O MERCADO1 tem uma história de 94 anos marcada por qualidade, variedade e conveniência aliadas à economia. Seleccionamos diariamente para os nossos clientes os melhores produtos e os preços mais baixos. As lojas são especialmente focadas nas seções de perecíveis – hortifruti, padaria, açougue e peixaria –, além de uma linha com mais de 720 produtos de marcas exclusivas, que proporciona aos consumidores uma excelente relação entre custo e benefício. Com formato supermercadista estamos presentes no Paraná, com áreas de vendas de 900 e 2.500 metros quadrados e variedade de até 14.000 itens. Para o conforto e a comodidade dos clientes, oferecemos uma loja 24 horas e serviço de vendas online em Curitiba. Acesso em 11/06/2010. São mais de dezoito lojas identificadas em Curitiba por nossa pesquisa.

⁹⁸ Do site da empresa: Nossa proposta, nos hipermercados MERCADO2, é oferecer tudo de que os clientes precisam num único lugar, com preços mais baixos. Cada loja tem diversas seções, entre elas eletroeletrônicos, alimentos, perecíveis, têxteis, utilidades domésticas, brinquedos, papelaria, CDs e DVDs, pets, produtos para limpeza e jardinagem – uma ampla variedade de mais de 65 mil itens. A primeira loja MERCADO2 foi inaugurada em Porto Alegre/RS, em 1990. Estamos presentes em vários estados do Brasil, estreitando o relacionamento com os consumidores por meio da política de preços baixos, de melhorias contínuas e prestação de serviços adicionais nas lojas – restaurante MERCADO2 Sabor, posto de gasolina e Foto Center, entre outros. É por oferecer variedade, bom atendimento, qualidade e os menores preços que o MERCADO2 é referência na região Sul, onde é a marca mais lembrada em pesquisas junto aos consumidores. Mais que um bom resultado, o reconhecimento da comunidade é um compromisso renovado diariamente, para garantir a satisfação e estar cada vez mais presente na vida das pessoas. Acesso em 11/06/2010. São seis lojas dessa bandeira em Curitiba identificadas em nossa pesquisa.

⁹⁹ Do site da empresa: Nossa razão de ser é vender tudo por menos, todos os dias, para você e sua família viverem melhor. Para garantir o menor preço de verdade, pesquisamos diariamente o custo de mais de 3

e MERCADOCLUB¹⁰⁰. Esse último é o clube de compras da rede instalado em Curitiba, mas que trabalha na perspectiva do atacado e varejo e por isso não participou do recorte varejista que realizamos para nosso estudo.

Procuramos selecionar para observação, lojas de todas as bandeiras da empresa contidas em Curitiba e nesse sentido, foram observadas duas lojas da bandeira MERCADO1, a mais expressiva na cidade, uma loja da bandeira MERCADO2 e uma loja da bandeira principal, MERCADO3.

Nas lojas, nossa entrada se deu na posição de consumidor, conforme descrito anteriormente, registrando nossas impressões por meio da função de gravação de voz de nosso aparelho de telefonia celular e dessa forma não despertamos atenção da segurança das lojas, tampouco das fiscais de caixa. Duas questões importantes, pois por um lado os registros nas lojas, como filmagens e fotografias são proibidos, e por outro, a percepção pelas fiscais poderia gerar algum desconforto para as operadoras, que por sua vez, poderiam sofrer alguma punição ou constrangimento. Também não realizamos nenhuma intervenção ou qualquer ordem de ação intencional que pudesse retirar o ambiente observado de seu estado corriqueiro, cotidiano.

mil itens. Precisa ir ao banco? Quer uma farmácia confiável? Tem fotos digitais para revelar? No MERCADO3 dá para fazer tudo isso e muito mais em um só lugar. Com toda segurança, temos inúmeros serviços à disposição. As lojas MERCADO3, localizadas no Sudeste e no Centro-Oeste do país, têm tamanho médio de 7.500 metros quadrados e, nas gôndolas, de 45.000 a 65.000 itens, incluindo um grande número de importados e produtos exclusivos. MERCADO3: preço sempre menor, vida sempre melhor. Acesso em 11/06/2010. São quatro lojas identificadas por nossa pesquisa só em Curitiba.

¹⁰⁰ Do site da empresa: O MERCADOCLUB não é um atacadista ou varejista como outro qualquer. É um clube de compras. Presentes no Brasil desde 1995, recebemos consumidores e comerciantes. Nosso principal compromisso é proporcionar mais economia para as famílias e oferecer oportunidade de boas compras para os empreendedores. A rede possui sortimento de mais de 6.000 itens entre marcas líderes, tradicionais e exclusivas. Aprimoramos continuamente o mix de produtos de acordo com as necessidades de nossos sócios. Para conhecê-los, realizamos pesquisas que envolvem desde entrevistas nas lojas até visitas a estabelecimentos comerciais. Os sócios do MERCADOCLUB encontram lá os mais variados produtos, de artigos para o dia-a-dia a exclusivos e importados, com destaque para a área de vinhos, eletroeletrônicos e artigos para casa, com muitas novidades e preços especiais. E para famílias que prezam a economia, oferecemos produtos em embalagens diferenciadas, garantindo significativas reduções de custo. Economia que compensa a anuidade cobrada dos nossos sócios. Comerciantes e pequenos empresários de estabelecimentos diversos, como restaurantes, bares, hotéis, padarias, bufês, escritórios, escolas, mercados e lojas de conveniência, entre outros, podem aproveitar a linha food service e produtos para revenda. Além disso, contam com serviços de tele vendas – para cotações e reservas de mercadorias pelo telefone –, cursos e eventos gratuitos ministrados por profissionais especializados e consultores de vinhos que auxiliam na combinação do menu. Acesso em 11/06/2010. São cerca de suas lojas registradas em Curitiba.

1.2.2 O roteiro das observações

Nossa expectativa nas lojas foi observar alguns pontos centrais, na medida do possibilitado nessas condições de realização: 1) a divisão sexual do trabalho, por setores ou outra ordem, 2) a circulação (ou o movimento, quantidade de clientes na loja ou nos caixas) nas lojas no horário da observação, e 3) o trabalho das operadoras de caixa sob a perspectiva de verificar a intensidade do trabalho, o relacionamento com a tecnologia, a relação autonomia e controle do trabalho, as relações entre elas e os clientes, assim como as questões referentes à adequação do trabalho e do desenho do *checkout* em conformidade com o Anexo I da Norma Regulamentadora número 17 (NR17).

Em relação à divisão sexual do trabalho, procuramos observar na organização operacional das lojas a presença aparente de divisão de funções laborais para homens e mulheres.

Consideramos a circulação nas lojas um ponto significativo a ser investigado. A localização e dimensão dos *supercenters* influenciam diretamente no movimento de pessoas, assim como o período – vésperas de feriado, proximidade aos dias de pagamento da classe trabalhadora assalariada em geral – e o horário. O reflexo dessas variáveis tem impacto importante no trabalho das operadoras de caixa, pois experimentarão as variadas densidades de movimento nas lojas, intensificando ou não, seu ritmo de trabalho.

O olhar sobre trabalho das operadoras de *checkout* foi ponto fundamental nas observações. Observamos o que fazem, como fazem, em que condição, em que ritmo e intensidade trabalham, em que ordem de ações, quantas atividades realizam entre outras situações. Verificar nesse contexto o relacionamento das mesmas com o aparato tecnológico incorporado no *checkout*, a relação de não-autonomia e não-controle do seu próprio trabalho, igualmente as relações entre elas e os clientes, também foram questões aparentes nas investigações. Também observamos como questão central a adequação do trabalho e do desenho dos *checkouts* à conformidade com o Anexo I da Norma Regulamentadora número 17 (NR17) do ano de 2007.

1.2.2.1 Norma regulamentadora da ergonomia no trabalho das operadoras

A respeito dessa norma, cabe nesse momento uma pequena pausa para relatar o processo de constituição da mesma e logo em seguida anunciaremos que pontos dessa regulamentação consideramos ser passíveis de observação em nossa pesquisa.

A Norma Regulamentadora N°17 versa sobre a ergonomia no local de trabalho. A partir da percepção por parte dos sindicalistas que as condições das operadoras não correspondiam ao disposto na norma, passou-se à discussão de um anexo que pudesse contemplar a especificidade dessa atividade laboral. Surgindo então o Anexo I da NR17.

Esse ponto de observação é preocupação de nossa pesquisa devido ao alto risco de lesões e doenças relacionadas ao trabalho das operadoras de caixa apontado pelas pesquisas em saúde do trabalho. Consultamos algumas dessas investigações e as mesmas apontavam para a condição de os *checkouts* serem ergonomicamente mal dimensionados. Assim como indicaram que essas operadoras trabalham com cargas extenuantes de atividade em finais de semana e vésperas de feriado, são impossibilitadas de sentar-se, entre outros fatores que não levaram a outro resultado que não a lesão corporal e a alta rotatividade das funcionárias.

Estudos do final dos anos 90 (DINIZ e FERREIRA JUNIOR, 1998; STÔPA, DABDAB e MELO, 1997) realizados nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro, apontavam para a inserção de novas tecnologias de automatização no setor supermercadista com vistas a investir na qualidade de atendimento aos clientes. Tais pesquisas apresentam um quadro descritivo a partir do enfoque na saúde das trabalhadoras, detectando condições prejudiciais às mesmas, prevalecendo sintomas músculo-esqueléticos provenientes de posturas e movimentos laborais exigidos pelo desenho técnico dos *checkouts*. Diniz e Ferreira Junior (1998) alegam como fatores contribuintes para tal prevalência:

- 1) planos de trabalho elevados,
- 2) *checkouts* não dimensionados para a leitura óptica,
- 3) necessidade de movimentos amplos para alcance de mercadorias,
- 4) necessidade de trabalho estático para sustentação de peso,
- 5) incapacidade de alternar as posturas em pé e sentada,

- 6) posturas desequilibradas com rotação lateral do tronco,
- 7) ausência de pausas programadas,
- 8) densidade de trabalho irregular com picos de sobrecarga
- 9) ausência de alternância de tarefas.

A pesquisa dos autores já apontava para o predomínio da população feminina e jovem e para o alto grau de rotatividade na função. Segundo os mesmos, isso vem a reforçar a conclusão de que se trata de uma tarefa com fortes exigências de precisão, rapidez e repetitividade, que talvez seja incapaz de ser exercida por longo período ou por população mais idosa.

O Anexo I da NR17, que regulamenta questões ergonômicas e psicossociais do trabalho das operadoras de *checkout*, é oriundo de uma Comissão Tripartite Paritária e Permanente (CTPP), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a quem compete participar no processo de revisão ou elaboração de regulamentações na área de segurança e saúde no trabalho e de normas gerais relacionadas às condições de trabalho.

O anexo inclui importantes questões acerca dessa atividade, como por exemplo, especificações em relação ao mobiliário do *checkout*, em relação ao equipamento e as ferramentas, ao ambiente físico e ao conjunto do posto de trabalho, à manipulação de mercadorias, ao ensacamento das mesmas, às pausas durante a jornada, ao rodízio entre as operadoras, à proibição de avaliações de desempenho com base em número de mercadorias por operadora, entre outras.

Todas as indicações do Anexo detêm prazos acordados para serem cumpridos. Uns maiores, outros nem tanto e outros esgotados. Dos pontos contidos no Anexo, selecionamos os que pensamos serem passíveis de observação em nossa investigação nas lojas. Entre eles estão:

- 1) Do mobiliário do checkout e suas dimensões. Pontos centrais de observação: a) cadeira com assento e encosto para apoio lombar, ajustáveis à estatura da trabalhadora e à natureza da tarefa; b) apoio para os pés, independente da cadeira; c) disponibilidade de sistema de comunicação com pessoal de apoio e supervisão.

- 2) Do equipamento e ferramentas utilizadas. Pontos centrais de observação: a) proteção contra acidentes de natureza mecânica ou elétrica nos checkouts; b) condições adequadas de funcionamento.
- 3) Do ambiente físico e ao conjunto do posto. Pontos centrais de observação: a) manutenção de condições de iluminação, ruído, conforto térmico, bem como a proteção contra outros fatores de risco químico e físico; b) proteção contra correntes de ar, vento ou grandes variações climáticas
- 4) Da manipulação de mercadorias. A indicação da norma é que o manuseio dos produtos não acarrete o uso de força muscular excessiva por parte das operadoras. E para isso, indica a adoção de um ou mais itens a critério das empresas. Nesse sentido os pontos centrais de observação foram: a) tamanho e volume das embalagens de mercadorias [que seriam negociadas com os fornecedores]; b) uso de equipamentos e instrumentos de tecnologia adequada; c) formas alternativas de apresentação do código de barras da mercadoria ao leitor ótico, d) disponibilidade de pessoal auxiliar, quando necessário; e) outras que ajudem a reduzir a sobrecarga na manipulação de mercadorias. A norma indica que se adotem mecanismos auxiliares sempre que, em função do grande volume ou excesso de peso das mercadorias, houver limitação para a execução manual das tarefas por parte das operadoras de *checkout*. Também aponta para adoção de medidas para evitar que a atividade de ensacamento de mercadorias se incorpore ao ciclo de trabalho ordinário e habitual das operadores. Nesse âmbito, nossos pontos de observação foram: a) manutenção de, no mínimo, um ensacador a cada três checkouts em funcionamento; b) existência de condições que facilitem o ensacamento pelo cliente; c) outras medidas que se destinem ao mesmo fim. Ainda nesse ponto, a norma apresenta a necessidade de existência de pessoal auxiliar para o atendimento no checkout, de pessoas idosas, gestantes, portadoras de deficiências.
- 5) Da organização do trabalho. A norma regula que a disposição física e o número de checkouts em atividade (abertos) e de operadores devem ser compatíveis com o fluxo de clientes, de modo a adequar o ritmo de trabalho às características psicofisiológicas de cada operador, por meio da adoção de pelo menos um dos seguintes itens, a critério da empresa: a) pessoas para apoio ou substituição, quando necessário; b) filas únicas por grupos de checkouts; c) caixas especiais;

- d) pausas durante a jornada de trabalho; e) rodízio entre os operadores de checkouts com características diferentes. Também ficam garantidas saídas do posto de trabalho, mediante comunicação, a qualquer momento da jornada, para que os operadores atendam às suas necessidades fisiológicas, ressalvado o intervalo para refeição previsto na Consolidação das Leis do Trabalho. Ficou igualmente vedada a promoção de avaliação do desempenho com base no número de mercadorias ou compras por operador. Nesse sentido, buscamos observar centralmente as questões acima.
- 6) Dos aspectos psicossociais do trabalho. A norma indica que haja identificação visível, com nome e/ou sobrenome e veda a obrigatoriedade do uso, permanente ou temporário de fantasias. Observamos então, a ocorrência desses pontos.
 - 7) Da informação e formação dos trabalhadores. A norma indica que todas as trabalhadoras envolvidas com o trabalho de operação de checkout devem receber treinamento, cujo objetivo é aumentar o conhecimento da relação entre o seu trabalho e a promoção à saúde. Esse treinamento deve conter noções sobre prevenção e os fatores de risco para a saúde, decorrentes da modalidade de trabalho de operador de *checkout*. Nesse caso, observamos a ocorrência de alguma forma de treinamento durante as visitas ao campo.

No contexto das condições em que foram realizadas as observações, percebemos que algumas situações em relação ao trabalho das operadoras de *checkout* em geral são facilmente notadas, outras menos, e certamente uma coleção delas não foram percebidas em nossas passagens pelas lojas. Muito embora possamos ter percebido e registrado circunstâncias suficientemente interessantes para nossa pesquisa, não podemos deixar de reconhecer que a possibilidade de uma observação sistemática nas lojas da empresa, trar-nos-ia uma riqueza maior de detalhes acerca do cotidiano de trabalho das operadoras. Passaremos em seguida ao relato de nossas observações segundo as categorias observadas: 1) a divisão sexual do trabalho; 2) a circulação e 3) o trabalho das operadoras de caixa.

1.3 RESULTADOS DAS OBSERVAÇÕES

1.3.1 A divisão sexual do trabalho

Há uma impressão muito presente de uma certa feminização dos *supercenters* especialmente pelo fato de que na maioria deles a entrada é composta por densa fileira de caixas registradoras, que por sua vez, são operadas por mulheres. Observamos de fato, que elas compõem a força de trabalho das lojas, mas em localidades específicas.

Conforme indicamos anteriormente, analisamos a distribuição de atividades laborais nas lojas segundo sexo. Em uma caminhada geral pelos *supercenters* pudemos visualizar um quadro de imensa maioria de população feminina trabalhando nos seguintes setores: caixas registradoras e de estacionamentos, fiscalização de caixas, atendentes de padaria e limpeza.

Exceto pela última função, nossa observação registrou em todas as outras o emprego da força de trabalho masculina, mas em minoria. Esse tipo de força de trabalho foi mais facilmente visualizado nas seguintes funções: vendas de eletros, açougue, interior das padarias e confeitarias e reposição de mercadorias. Exceto pelo açougue e reposição de mercadorias, nas demais também registramos a presença feminina.

Numa observação numérica superficial, poderíamos afirmar que o atendimento das lojas visitadas é majoritariamente feminino, reservando-se aos homens uma funcionalidade marcadamente tradicional ao reduto masculino.

Como no caso das observações, aos homens cabe a função do trato mais direto com as tecnologias nas vendas de eletros de diversas ordens – de computadores e acessórios ao maquinário da linha branca, passando pelo áudio e vídeo – o que caracterizaria um domínio masculino dos artefatos tecnológicos no espaço público, tendência apontada por Hirata (2002) em que as mulheres seriam destinadas ao trato com tecnologias e trabalhos mais simplificados.

O caso dos açougues nos parece uma situação semelhante, pelo domínio de um maquinário específico para o corte das carnes, assim como suas ferramentas a exemplo das facas e afiadores, a necessidade do uso da força física para determinadas atividades, além do próprio reduto tipicamente masculino envolvido no conhecimento dos tipos de

carne e da insensibilidade para o manuseio do sangue dos animais mortos na esfera pública.

Essas funções por sua vez estão ligadas a um tipo de qualificação específico para as atividades, com contornos tipicamente masculinos. Em relação às atividades femininas, essas estão distribuídas nos setores onde prevalecem qualificações menos prestigiosas ou mesmo aquelas adquiridas no âmbito da educação feminina, tipicamente voltada ao contexto privado, do lar, do cuidado, da docilidade, da submissão.

São casos especiais em nossas observações, as funções de limpeza e operação de *checkout*. Em relação à primeira, nas ocasiões em que observamos seu trabalho nos *supercenters* não pudemos registrar nenhuma participação masculina, muito embora imaginemos sua presença nessa atividade.

Em relação aos *checkouts* registramos a participação masculina na operação dos caixas, entretanto, eles são esmagadora minoria entre a população feminina nessa função. Vejamos na elaboração do quadro abaixo, dentre as lojas observadas, os dados de distribuição de operadores de *checkouts* segundo sexo.

Tabela 5
Distribuição dos *checkouts* segundo sexo e loja observada

BANDEIRA	CAIXAS PREFERENCIAIS	CAIXAS RÁPIDOS	CAIXAS NORMAIS	TOTAL DE CAIXAS	TOTAL HOMENS	TOTAL MULHERES
MERCADO1	02	08	10	20	02	16
MERCADO1	02	12	08	22	03	19
MERCADO2	02	14	15	31	02	24
MERCADO3	02	09	15	26	01	20

Fonte: elaboração própria.

O quadro bem relata a presença majoritariamente feminina no momento das observações. As lojas foram observadas em horários distintos. Porém, em todas elas notamos alguns caixas vazios, especialmente aqueles destinados às compras maiores, acima de vinte itens. Percebemos que a troca das operadoras, a exemplo de um fim de turno, não se realiza em blocos ou grupos de trabalhadoras. Entre os caixas rápidos, percebemos durante as visitas somente o fechamento de alguns caixas para conferência e troca de turno de funcionária.

Entre os homens trabalhadores nessas lojas operando caixas percebemos a presença de um perfil em destaque, um senhor aparentando idade superior aos cinquenta anos. Essa última ocorrência esta no interior de um *supercenter* da empresa que recentemente recebeu ampla reforma. Nessa reforma, os *checkouts* foram adequados as normas de ergonomia, recebendo cadeiras e demais equipamentos o que nos sugeriu um ambiente mais adequado ao posicionamento corporal de trabalhadores em idades mais avançadas que o perfil jovem comumente observado.

Nesse sentido, foram pouquíssimos os casos em que registramos idades visivelmente maiores que quarenta anos entre as mulheres operadoras de *checkout*. A grande maioria delas aparenta entre vinte e trinta anos, além de apresentarem perfis corporais diversos em relação a peso e estatura. Tais referências partem de suposições realizadas a partir dos estudos sobre a ergonomia dos *checkouts* que, conforme indicamos por meio dos estudos citados anteriormente, seria restritiva ao perfil da trabalhadora jovem e adicionamos, de composição corporal longilínea.

Tais perfis podem ser considerados adequados para a função numa composição claramente excludente que pode estar velada na organização do trabalho das operadoras. Não descartamos a possibilidade de haver uma suposta expulsão de outros perfis da frente de caixa, quando em contato com o cotidiano da função, que segundo sua forma de realização nos aparenta ser estafante. Por outro lado, a permanência desses pode indicar casos de necessidade da reprodução da vida maior que os infortúnios da fadiga.

1.3.2 A circulação nas lojas

Ao observarmos as lojas envolvidas em nossa pesquisa, percebemos que a circulação – movimentação de clientes – nas mesmas não apenas se altera nos períodos do dia, semana ou mês, como também em acordo com a comunidade local atendida por cada supermercado, ou seja, sua localização na cidade. Os efeitos da intensidade da circulação de clientes nas lojas são imediatamente sentidos na frente de caixa e por isso refletem diretamente no trabalho das operadoras de *checkout*.

As duas lojas do MERCADO1 observadas, além de possuírem foco nos setores de perecíveis – como visto na indicação do site da empresa, são caracterizadas por lojas de compras menores e mais rápidas.

A primeira loja, situada no centro da cidade é também unidade vinte e quatro horas dessa bandeira. Sua localidade em meio a pontos de muita circulação de pedestres apresenta influência no movimento alto e constante durante a observação. A loja possui um estacionamento pequeno e embora sempre lotado, percebe-se o acesso não motorizado da maioria de seus clientes.

A segunda, situada num bairro comercial muito próximo do centro da cidade de Curitiba foi recentemente reformada e parece ter ampliado seu foco de trabalho, inserindo inclusive uma nova seção de eletros. Possui estacionamento ampliado e outros comércios anexos no mesmo prédio do *supercenter* como restaurante, farmácia, salão de beleza, estúdio de revelação fotográfica e outros. Todos não pertencentes a bandeiras da empresa. A tradição da loja se faz presente na circulação de clientela idosa. O movimento durante as observações sempre se apresentou maior nos caixas rápidos e preferenciais, contando constantemente com caixas vazios no setor de compras maiores. Em relação aos caixas rápidos, o movimento se apresentou bem significativo, com filas extensas mesmo em horários de relativo movimento.

Em relação à loja do MERCADO2. Situada na região norte da cidade de Curitiba, num bairro de característica predominantemente residencial, também possui comércios variados em anexo como casas lotéricas, lavanderias, bancas de jornal, lanchonetes, lojas de moda e outros, além de amplo estacionamento ao ar livre. A loja por muitos anos foi um dos únicos hipermercados da região, trabalhando com eletros, acessórios automotivos, e outros produtos característicos desse perfil de loja, entretanto, uma característica marcante, por ser um mercado localizado num bairro residencial, é o atendimento às compras rápidas como as realizadas nas padarias, frios, bebidas e alimentos perecíveis. Isso pode ficar ilustrado pela quantidade de caixas rápido presentes na loja, ou ainda pelo registro durante as observações de um movimento intenso neles, com filas bastante extensas enquanto na região de compras maiores, visualizávamos até mesmo caixas inoperantes. Nos dias de semana, seu movimento é de intensidade média, aumentando nos horários corriqueiros como os finais de expediente. Aos finais de semana a circulação aparenta ser ainda mais intensa, talvez pela referência que a loja se tornou à comunidade local.

A loja do MERCADO3 se localiza num bairro também ao norte de Curitiba, todavia mais próxima do centro e dos bairros comerciais que circundam essa região da cidade. O *supercenter* é o mais novo de todos os observados pela pesquisa e também o

maior. Possui comércio em anexo e no seu entorno. Assim como estacionamento coberto no subsolo da loja. Durante as visitas, seu movimento não apresentou grande intensidade, exceto pelos finais de semana, quando em uma ocasião visualizamos intensidade de circulação geral na loja, em diversos setores e especialmente nos caixas, nos quais registramos filas extensas nas variações para compras rápidas e amplas.

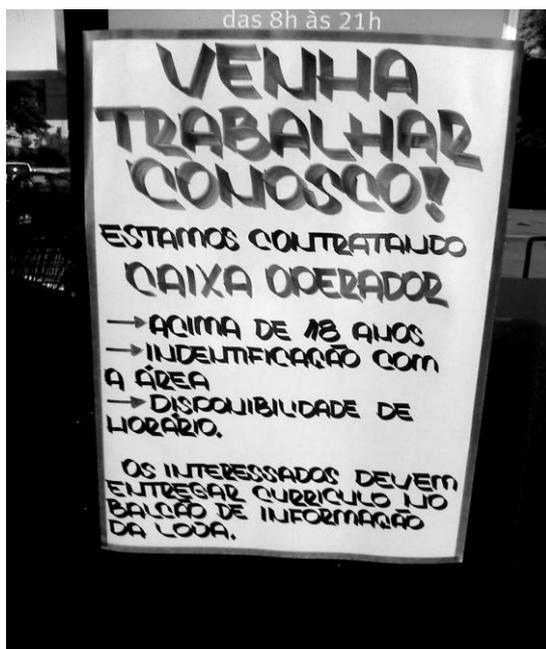
As observações nas lojas da empresa demonstraram que além de cada bandeira possuir um foco de mercado diferenciado, seu movimento e circulação de clientes se distinguem em acordo com o bairro de localização e perfil da comunidade. Nas lojas centrais a constância de circulação é maior, assim como nos caixas rápido de todas as lojas, implicando alta intensidade de trabalho às operadoras envolvidas nessas localidades.

1.3.3 O trabalho das operadoras de caixa

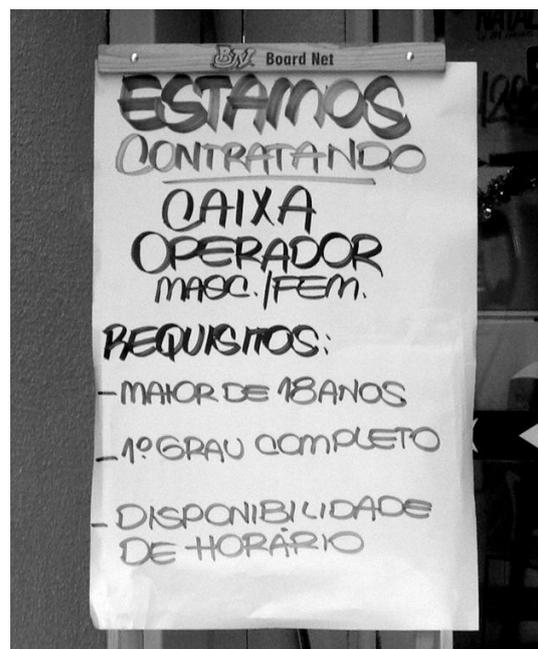
Conforme vimos anteriormente, temos um perfil geral das operadoras de caixa. São mulheres e jovens em sua maioria. Também pudemos verificar durante as observações muitos chamamentos para vagas de emprego na operação dos *checkouts*.

De antemão, a permanência da seleção das trabalhadoras para essa função nos indica algo além da expansão do setor, que é a alta rotatividade dessas funcionárias, questão que voltaremos mais adiante, quando discutiremos a partir das entrevistas com os sindicalistas e os dados gerais do emprego no setor.

Nos mesmos anúncios, realizados em locais fixos, cartazes extraordinários e até mesmo faixas expostas no exterior das lojas, registramos outras importantes informações sobre o alvo das contratações. Observemos na imagem abaixo alguns pontos solicitados pelos chamados à função.



Fotografia 1 – Cartaz de seleção
Fonte: arquivo pessoal



Fotografia 2 – Cartaz de seleção
Fonte: arquivo pessoal

Dentre os requisitos necessários à função, podemos apontar algumas questões. Primeiramente a preferência por mulheres na contratação para a função não é anunciada explicitamente em nenhum dos instrumentos de informação, sequer utilizam a forma “operadora de caixa”, preferindo sempre referir-se à função no masculino. A menção ao masculino e feminino nos anúncios também foi observada, conforme pudemos visualizar na imagem, podendo indicar nessa alusão tanto a ampla necessidade de recrutamento de força de trabalho para essa função, como uma prática de contratação em transformação.

Também encontramos anunciadas nos impressos, a idade para função – maiores de dezoito anos – e a escolaridade formal – ensino fundamental completo, recorrentemente aludido como primeiro grau completo.

A disponibilidade de horários foi registrada em nossas observações em todos os chamamentos para emprego na função. Podemos avaliar que a solicitação pela citada disponibilidade se relaciona a duas questões importantes: o trabalho aos domingos e feriados, assim como a necessidade de exercer a função em horário noturno, e, em alguns casos durante a madrugada, como a situação da loja vinte e quatro horas. Outra informação implícita no dizer da disponibilidade é em relação aos afazeres do âmbito

privado. Uma trabalhadora com responsabilidades nesse contexto, a exemplo dos cuidados com um filho, ou com um familiar acamado, ou outra questão, poderá ler nas entrelinhas dessa informação que terá dificuldades no exercício da função ou uma maior sobrecarga no seu trabalho doméstico.

De certa forma podemos afirmar que a disposição de um horário flexível de trabalho, interfere na seleção de um tipo de trabalhadora, que nesse caso não poderá possuir atividades fixas no seu ambiente fora do trabalho – como, por exemplo, os estudos, as responsabilidades com os filhos – indicando que para o trabalho nessa ocupação, a operadora deverá permitir subsumir de forma real sua vida ao capital corporativo, nos termos em que afirma Tumolo (2003).

Caso mais curioso evidenciado em um dos cartazes extraordinários encontrados pela pesquisa é uma característica solicitada pela gerencia à função de operação de caixa. Essa característica é aludida como “identificação com a área”. Pudemos entender pouco sobre essa característica, porém arriscamos traduzir o discurso empresarial numa referência a identificação com a área comercial, ou do trato com pessoas, ou mesmo com a área das empresas de super e hipermercados, buscando mencionar no caso alguma possibilidade de carreira nesse perfil de empresa.

Não encontramos nos cartazes nenhuma alusão à alta intensidade do trabalho dessas operadoras. Talvez porque, como afirmamos anteriormente, essa ainda pode variar de mercado para mercado, ou a depender do horário, dia do mês, ou semana. Em fato, há intensificações na circulação das lojas que impactam no ritmo dos caixas, mas não temos nessa questão única causa de intensificação do labor das operadoras.

Percebemos durante as passagens por essas trabalhadoras, o exercício de mais funções que as especificamente correlatas a função de verificação, registro e cobrança da saída de mercadorias. Para além desta, registramos toda uma sorte de outras que podemos citar: 1) pesagem de produtos alimentícios de diversos pesos e medidas, 2) registro de mercadorias não encontradas pelo cliente, 3) venda de recargas para celular pré-pago, 4) registro de compras no clube de prêmios¹⁰¹ da empresa, 5) oferecimento para inscrição no clube de prêmios da empresa, 6) ensacamento das diversas amplitudes de compras dos clientes, 7) desativação dos dispositivos de segurança de algumas mercadorias, 8) anotação de mercadorias ou produtos ausentes.

¹⁰¹ Trata-se de uma promoção de acúmulo de pontos em acordo com os valores gastos nas lojas. Estes pontos podem ser trocados por produtos em um momento posterior.

Todas essas questões estão relacionadas por seu turno, com a relação com o cliente. É evidente que existe uma política dentro das empresas do setor de bom atendimento ao cliente. E nesse sentido, a velocidade no atendimento exigida pelos mesmos foi fato perceptível em todas as filas observadas na pesquisa.

Conclui-se então, que parte dessa política de trato com o cliente esta ligada à exigência de velocidade no atendimento dos mesmos. Isso traz implicações à intensificação do trabalho das operadoras de caixa, que não apenas registram as compras das pessoas, mas também vendem produtos, anotam ausências de mercadorias, embalam compras e outras tarefas.

Também percebemos em um caixa de uma das lojas um colante fixado na borda interna do *checkout* versando sobre a forma de abordagem ao cliente em quatro passos para um bom atendimento: cumprimento ao cliente, passagem das compras e seleção da forma de pagamento, auxílio ao ensacamento das compras e para finalizar, um super sorriso. Curioso perceber que embora o colante indicasse que a operadora auxiliasse ao cliente, as observações concluíram que nas lojas e momentos observados, o protagonismo dessa ação partiu sempre da funcionária que em algumas vezes foi ajudada pelo cliente. No caso dos caixas rápidos, a função é exclusiva das operadoras.

Na imagem abaixo, podemos observar o painel de um *checkout* de uma das lojas observadas. Será possível identificar alguns itens facilmente, outros nem tanto. Para tanto, identificaremos as partes. De forma geral é um *checkout* de modelo novo. Possui a vantagem de obrigar a funcionária a trabalhar de frente para o teclado e para o cliente, operando seu terminal em postura estática, muito embora tenhamos observado no trabalho com essas máquinas a realização de flexões laterais de coluna constantes para alcançar as mercadorias e posteriormente ensacá-las.

É também o caso de um painel alterado para a multifuncionalidade da operadora, processo que veio se encadeando com o desenvolvimento tecnológico, retirando empregados encarregados de algumas tarefas que por sua vez recaíram sobre as caixas.



Fotografia 3 – Paineis de *checkout*.
Fonte: arquivo pessoal.

Possui teclas simples em letras de tamanho regular que permitem a operação rápida das funções. Abaixo e à frente, o sensor infravermelho para detecção e leitura dos códigos de barras das mercadorias. Na superfície inferior, uma plataforma para pesagem de frutas, verduras e outros. E logo à esquerda, vê-se uma parte de um retângulo cinza que é o sensor para sistema de segurança das mercadorias. Também é possível visualizar os botões para comunicação com a fiscal de caixa ou patinadores auxiliares.

À direita na imagem também é possível visualizar um pequeno espelho convexo, fixado na borda externa do *checkout* ao lado, que serve a questões de segurança, função também exercida pela operadora. Essas e outras atividades das operadoras são exercidas de maneira bastante simplificada e funcional, não requerem aparentemente um conhecimento aprofundado no trato com as tecnologias. As tarefas são pré-estabelecidas numa gama fechada de possibilidades, essas são selecionadas e confirmadas por meio do teclado, que via *software* soma, registra e realiza as operações para o caso de troco em dinheiro. O *checkout* de maneira geral é constituído de aparatos tecnológicos que

não apenas garantem o acúmulo de funções para a operadora, como incorporam o trabalho cognitivo, caracterizando a função como extremamente simplificada e eminentemente manual.

Algumas funções são vedadas às operadoras como, por exemplo, o cancelamento de produtos no interior da compra – para o caso de desistência ou mesmo registro em duplicidade, ou concessão de desconto – para o caso de cobertura de ofertas da concorrência, assim com o cancelamento total da compra. Essas, por uma questão de visível controle estrito do trabalho e consequente retirada da autonomia das operadoras, são realizadas pela fiscalização de caixa.

Em relação ao desenho dos *checkouts* verificamos que nas lojas observadas, a maioria não está em conformidade com o disposto na nova regulamentação ergonômica¹⁰² para o trabalho das operadoras.

As lojas que mais se aproximam da normatização são a segunda loja do MERCADO1 e a MERCADO3. Essa última, por ser mais nova, possui um desenho um tanto mais próximo do indicado na normatização. Já a primeira, sofreu reforma recente, portanto teve de se adequar à quase totalidade das indicações normativas.

Nessas lojas observamos duas questões de destaque, que por sua vez encontram-se na normativa ergonômica. A primeira delas é a questão do assento no local de trabalho. Em especial a referida loja do MERCADO1 destina cadeiras – com apoio lombar, assento estofado, assim como apoio livre para os pés – em todos os *checkouts*, o que garante à operadora o trabalho de frente para o cliente, podendo ser realizado o tempo inteiro na posição sentada. Não conseguimos notar uma indicação da gerência em relação a uma regra de como atender – sentada ou em pé – mas de fato, as operadoras parecem à vontade para exercer as duas posturas. Dessa loja é que destacamos a existência de um operador de caixa homem de idade aparente superior aos cinquenta anos, apontando a ligação de uma possível permanência do mesmo às novas condições postas no mobiliário adequado à normatização ergonômica.

Da loja do MERCADO3, destacamos o sistema de ensacamento das compras no caixa rápido. Por meio de ganchos as sacolas são presas e abertas pelas funcionárias, que ao registrarem as compras imediatamente às despejam nas sacolas. Ao completar o espaço da primeira sacola, giram a estrutura de ganchos aproveitando a segunda – das

¹⁰² Referimo-nos ao Anexo I da Norma Regulamentadora Número 17 (NR17).

três – face, para completar mais uma sacola e assim sucessivamente. A posição em que se localiza essa estrutura é também relativamente mais baixa que a altura da superfície do *checkout* o que contribui para preservação da estrutura muscular da operadora, que realiza menos movimentos de elevação dos braços e ombros.

Em relação aos assentos, encontramos um desacordo importante na região de nossa pesquisa. A NR17 se refere ao assunto nos seguintes termos: posto de trabalho, sobre o assento no local de trabalho é necessário manter uma cadeira de com assento e encosto para apoio lombar, com estofamento de densidade adequada, ajustáveis à estatura do trabalhador e à natureza da tarefa, assim como colocar apoio para os pés, independente da cadeira. Essa indicação deveria estar implantada desde 2008. Por outro lado, as Convenções Coletivas de Trabalho estudadas e válidas para os anos de 2009 e o presente, conferem o seguinte texto: sobre os assentos no local de trabalho, o empregador, havendo condições técnicas, autorizará a utilização de assentos apropriados para o uso dos empregados, nos momentos de pausa no atendimento ao público.

A dubiedade de informações pode nesse contexto prestar um desserviço às trabalhadoras que são acometidas de doenças laborais diversas devido a um ritmo e postura de trabalho extenuantes e inadequados.

Nesse caso verificamos nas demais lojas observadas, as trabalhadoras exercendo suas funções em pé sem, sequer a existência de cadeiras, para que no momento de pausa, pudessem sentar para um descanso.

Em uma das lojas do MERCADO1, por exemplo, dos vinte *checkouts* encontrados no momento de nossa observação não foram encontradas cadeiras para sentar, tampouco apoio para os pés. As únicas duas cadeiras visualizadas estavam sendo usadas para bloquear os dois caixas vazios.

Os caixas rápidos, além disso, possuem espaço extremamente reduzido para a operadora, o que reduz suas possibilidades de movimento durante a jornada. É característica marcante nesses caixas a inexistência de esteiras rolantes, o que obriga as trabalhadoras a movimentos mais amplos, num espaço mais restrito, por vezes levantando peso em posturas inadequadas. Também é recorrente a estrutura inadequada para ensacamento das compras, que nesse caixa é função exclusiva das operadoras, tornando o trabalho das funcionárias visivelmente mais exaustivo.

Outra questão preocupante que é ressaltada pela normatização (NR17) é a garantia de possibilidade de saídas do posto de trabalho, mediante comunicação, a qualquer momento da jornada, para que as operadoras atendam às suas necessidades fisiológicas. Durante nossa permanência nas lojas, não foi possível visualizar a ocorrência de qualquer saída das operadoras.

Quanto aos treinamentos para função, não observamos durante as visitas qualquer fornecimento de instruções às funcionárias, tampouco visualizamos alguma operadora identificada como realizando treinamento para função ou “em treinamento”. Da mesma forma, não registramos quaisquer informações acerca da prevenção à riscos ou para melhorias para a saúde no trabalho das operadoras – tratando-se do ambiente dos caixas.

Em relação ao número de caixas em funcionamento, adequados ao número de clientes, não pudemos realizar uma observação mais apurada, pois não tínhamos uma relação mais precisa de número de clientes *versus* número de caixas necessários. Nos momentos em que observamos lojas com alta circulação de clientes, pareceu-nos que os poucos caixas inoperantes, se abertos, fariam pouca diferença para o pólo do cliente. Entretanto para as operadoras, um tanto de pressão a menos, faria sim, significativa diferença.

As questões levantadas nesse ponto, segundo nossas observações nas lojas citadas durante a realização da pesquisa, apontam para o trabalho das operadoras de *checkout* enquanto uma atividade simplificada, manual, por vezes extenuante, estafante, sofredora de pressão psicológica, de posturas corporais inadequadas e nocivas à saúde das mesmas, assim como altamente intensificada em ritmos e processos multifuncionais.

1.4 AS ENTREVISTAS

1.4.1 As lideranças sindicais

Conforme anunciamos anteriormente, optamos por atribuir centralidade às entrevistas com as lideranças do movimento sindical que por sua vez, tenham por função a representatividade da categoria profissional estudada.

De maneira geral as trabalhadoras em operação de *checkout* estão representadas no interior de sindicatos de comerciários e por esse motivo procuramos em Curitiba e região metropolitana o Sindicato dos Comerciários de Curitiba e Região Metropolitana (SINDICOM)¹⁰³. Acessando o sítio na internet da entidade, encontramos diversas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) assinadas pelo sindicato, entre elas, algumas relacionadas à trabalhadores enquadrados no setor supermercadista. Realizamos breve análise da convenção e tão logo quanto possível fizemos contato telefônico com a entidade a fim de agendar entrevista com algum membro da direção que pudesse nos trazer informações sobre questões gerais relativas ao trabalho das operadoras de *checkout* nas empresas multinacionais instaladas na cidade. Fomos atendidos pela secretária da entidade que indicou que o setor dos supermercados não faz parte da categoria do SINDICOM, contradizendo aquilo que recém observáramos na página da entidade.

Partimos então para novas pesquisas pela internet que pudessem nos levar ao sindicato curitibano que representasse as trabalhadoras nos super e hipermercados. Conseguimos encontrar uma entidade chamada SIEMERC ou o Sindicato dos empregados no comércio varejista de gêneros alimentícios em mercados mini super hiper em Curitiba, região metropolitana e litoral¹⁰⁴. No ambiente virtual não encontramos nenhuma página da entidade, entretanto, por meio do site do SINDIMERCADOS – entidade patronal – pudemos acessar as convenções coletivas assinadas entre as partes, referentes à categoria.

103 No sistema de informações: <http://sis.dieese.org.br/detalhes.php?tipo=cnpj&cnpj=76586346000185>.

104 No sistema de informações: <http://sis.dieese.org.br/detalhes.php?tipo=cnpj&cnpj=73230633000160>.

Realizamos então, análise dos documentos mais recentes. Também pudemos fazer comparações entre as convenções do SINDICOM e SIEMERC, encontrando muitas similitudes entre as mesmas, especialmente referentes ao piso salarial e às questões de ergonomia no local de trabalho.

Com maior tranquilidade a partir desses dados, pudemos entrar em contato telefônico com a entidade. Duas pessoas se fizeram referência nesse sindicato, que foram o presidente e o secretário geral, aludido pela recepcionista da entidade como diretor. Houve alguma dificuldade em encontrar contato com ambos, entretanto, logo que isso se fez possível tivemos acesso facilitado e satisfatório à direção da entidade.

Fomos atendidos por um diretor da entidade que dedicou cerca de uma hora para nosso atendimento. Tão logo a conversa se iniciou, enquanto explicávamos questões introdutórias – origem da pesquisa, característica do programa de pós-graduação, o contexto da chamada globalização que envolvia nossa investigação, seus objetivos – o diretor relatou uma série de questões acerca do trabalho das operadoras de caixa. Essas não puderam ser gravadas, pois sequer tínhamos tocado no assunto entrevista.

Informamos ao sindicalista que nossa pesquisa na empresa estadunidense havia sido negada. O mesmo afirmou não estar surpreso, pois considera a empresa “muito fechada”. Afirmou também que a maioria das passagens na entidade para homologações contratuais serem mesmo de operadoras de caixa.

Apresentamos então o termo de “Consentimento Livre e Esclarecido” que foi lido, assinado e carimbado pelo mesmo. Os documentos foram devidamente arquivados pelas partes, inclusive pela própria entidade. Iniciamos então a realização da entrevista semi-estruturada.

Segundo o diretor a entidade foi fundada em 1993. O mesmo – também será referenciado no decorrer do texto como Sindicalista-A – encontra-se em atividade sindical há mais de nove anos e sempre exerceu a função de secretário geral e diretor administrativo dessa entidade. A base do sindicato conta com mais de 18.000¹⁰⁵ trabalhadores e trabalhadoras, sendo que destes, aproximadamente dois mil são filiados à entidade. É entidade filiada à União Geral dos Trabalhadores (UGT), que segundo o

¹⁰⁵ Sua abrangência atinge os seguintes municípios paranaenses: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Guaratuba, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul.

mesmo, é oriunda da antiga Social Democracia Sindical (SDS) e tem um perfil bem diferenciado de sindicalismo¹⁰⁶.

Desde a fundação do sindicato – afirma – foram pelo menos treze convenções coletivas assinadas no sindicato patronal nunca tendo realizado um reajuste salarial abaixo da inflação. Indica que houve a partir da categoria, por vezes, pedidos de aumentos reais, mas que durante as negociações chegaram a ouvir que um acréscimo salarial acima da inflação acarretaria em desemprego e a responsabilidade do sindicato seria grande nesse sentido.

Outra entidade fundamental em nossa pesquisa é a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da Central Única dos Trabalhadores (CONTRACS/CUT). Encontramos essa confederação por meio da própria Central Única dos Trabalhadores (CUT) que evidentemente, no contexto do trabalho no Brasil é expressão essencial e histórica na organização da classe trabalhadora no país¹⁰⁷. Dessa referência, partimos para pesquisa *online* das formas pelas quais essa entidade organiza os trabalhadores do comércio e serviços, buscando saber se existiam questões relacionadas às trabalhadoras em supermercados na pauta da entidade e o resultado coletado foi imediatamente a CONTRACS.

Em visita ao site da confederação pudemos colher informações e materiais específicos acerca das trabalhadoras em supermercados, especialmente relacionados às operadoras de *checkout*. É o caso, por exemplo, das discussões acerca da normatização

¹⁰⁶ O site da entidade indica sua origem e perspectiva: Organização sindical formada a partir da unificação das centrais sindicais Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS), Central Autônoma de Trabalhadores (CAT) e de um amplo grupo de sindicatos independentes. Fundada em julho de 2007, durante o Congresso Nacional de Trabalhadores que se realizou em São Paulo, capital. Constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador. A UGT defende a unidade no sindicalismo e o direito à livre associação e organização, visando a construção de um projeto social pacífico, justo e democrático, centrado no ser humano, capaz de oferecer respostas e propostas aos problemas nacionais. O *slogan* da entidade é “sindicalismo cidadão, ético e inovador”. Disponível em: <http://www.ugt.org.br>. Acesso em 16/06/2010.

¹⁰⁷ Indica-nos o estatuto da central: Fundada no Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora realizado em São Bernardo do Campo (SP) no dia 28 de agosto de 1983, a CUT é uma associação civil composta por organizações sindicais de trabalhadores, com sede e foro na cidade de São Paulo. Seus objetivos fundamentais: 1) A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são: o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo; e 2) A CUT tem como objetivo fundamental organizar, representar sindicalmente e dirigir, numa perspectiva classista, a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, na defesa dos seus interesses imediatos e históricos.

ergonômica na operação de caixas, que originaram o primeiro anexo da norma regulamentadora dezessete. No site da entidade acessamos a cartilha desenvolvida pela mesma, informando as trabalhadoras das alterações na legislação ergonômica, seus prazos e especificidades de forma bastante simples e ilustrativa. Também foi nessa ocasião que acessamos o Jornal do Consumidor, citado anteriormente, no qual encontramos uma série de denúncias acerca das ações da Wal-Mart Brasil.

Dessa primeira análise dos conteúdos da entidade, partimos para realização de contato com a direção da confederação. Quase imediatamente a presidenta – também será aludida no decorrer do texto como Sindicalista-B –, respondeu-nos, enviando de antemão um relato pessoal das negociações acerca da NR17. Mantivemos contato e ao solicitarmos a entrevista fomos prontamente atendidos.

A sindicalista nos concedeu entrevista nas dependências do Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis (SEC) por onde passava na ocasião. No mesmo momento, fomos apresentados ao presidente desta entidade, que aceitou participar de nossa pesquisa, concedendo-nos entrevista concomitante.

A confederação – explica a presidenta – nasce de um processo de debates iniciado em 1989 por um grupo de trabalhadores de comércio e serviços, contando com a participação de diversos sindicatos e entidades filiadas à CUT que procuravam discutir o atrelamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio (CNTT) à estrutura do Estado.

Dessa crítica no seio da central, em favor da liberdade de organização dos trabalhadores e autonomia sindical começaram as primeiras reuniões para um primeiro processo, do que depois veio a ser a confederação. Inicialmente intitulado Departamento Nacional dos Comerciários da CUT (DNC), passou-se ao acúmulo de debates, encontros e reuniões, até que em 1993, por ocasião do Segundo Congresso do departamento, foram incluídos definitivamente os trabalhadores dos serviços e fundada a CONTRACS/CUT. Desde então, afirma, a entidade tem trabalhado na perspectiva do enfrentamento em favor dos trabalhadores, assim como da liberdade e autonomia sindical.

A sindicalista é liderança do movimento desde 1997 quando iniciou suas atividades na região do Extremo Oeste de Santa Catarina. Sua entrada no sindicato dos comerciários da região a levou aos primeiros congressos da confederação nos anos dois

mil. Em 2004 assume a presidência da CONTRACS, além de continuar realizando atividades sindicais em outras instancias como a CUT/SC.

O presidente da entidade catarinense – também aludido durante o texto como Sindicalista-C – inicia suas atividades sindicais nos movimentos grevistas do final dos anos oitenta na região de Florianópolis (SC). Organiza junto a Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina (FESESC)¹⁰⁸ um movimento oposicionista ao Sindicato dos Comerciários da capital do estado e nos anos noventa, passa à direção da entidade. A base do sindicato, afirma o dirigente, é estimada em 22.000 trabalhadores e trabalhadoras, de onde se tem 3.000 associados à entidade, aproximadamente. A entidade é filiada a CONTRACS/CUT.

A estimativa em relação à CONTRACS, segundo a entrevistada é de que hoje no Brasil em relação somente aos comerciários, existem em torno de 6 milhões de trabalhadores. Destes, dos que possuem representação da confederação são aproximadamente 2 milhões entre comércio e serviços.

As entrevistas concomitantes com a presidenta da CONTRACS e o dirigente do SEC-Florianópolis foram realizadas durante um final de manhã e início de tarde. As guias de entrevista eram diferenciadas, mas o fato da realização das mesmas terem sido gravadas e da disponibilidade dos entrevistados, não acarretou nenhuma dificuldade no trabalho conjunto com dois sujeitos.

1.4.2 O roteiro das entrevistas

Segundo o referencial que vimos destacando em nossa pesquisa, elaboramos as temáticas e pontos centrais de nossas observações sistemáticas e entrevistas com as lideranças sindicais. Questões que pudessem rascunhar um quadro das implicações – consequências, impactos, mudanças, permanências – sobre o trabalho feminino, mais especificamente das operadoras de *checkout* no contexto da mundialização do capital. Desse quadro, à luz da teoria, teríamos sínteses mais elaboradas, permitindo uma

¹⁰⁸ Fundada em 20 de setembro de 1952, a Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina é composta hoje por 23 Sindicatos, que atuam em 227 municípios catarinenses. Participou ativamente da construção da CUT, Central à qual é filiada. No período pós-ditadura militar atuou na reconstrução do movimento sindical. A formação de lideranças e o fortalecimento da democracia brasileira estão entre as preocupações permanentes da FESESC. Disponível em: <http://fecesc.org.br>. Acesso em 16/06/2010.

compreensão mais aprofundada e crítica acerca do assunto. Nesse sentido, apresentamos adiante alguns dos temas que foram pauta de nossas entrevistas.

1.4.2.1 Dados do entrevistado e da entidade sindical

Esse ponto serviu de abertura das entrevistas. Buscou traçar um histórico da atividade sindical dos participantes, sua origem no movimento, assim como no mesmo sentido, a entidade a qual estão à frente. Reconhecer o campo político das entidades também se fez importante e pode ser alcançado por meio tanto das entrevistas, quanto de pesquisas nos documentos das entidades.

1.4.2.2 Sobre o trabalho das operadoras de *checkout*

São pontos centrais nessa questão: a divisão sexual do trabalho, o salário, a intensificação do trabalho, a rotatividade dessas funcionárias, a relação das operadoras com a tecnologia e a receptividade das operadoras acerca da NR17.

1.4.2.3 Sobre a questão sindical

Nesse bloco, as questões abordaram os descumprimentos das convenções e as denúncias recebidas dessa categoria. A relação do sindicato do trabalho com o patronal. O número de oposições ao recolhimento da Contribuição Assistencial Sindical e o incentivo das empresas ao enfraquecimento das entidades sindicais. As diferenças ao tratar do trabalho em empresas multinacionais. Sobre o acesso das lideranças às bases no interior das lojas e quais instrumentos a entidade utiliza para o contato com os trabalhadores. E por fim, questionamos à entrada das pautas específicas às questões da mulher trabalhadora na discussão do sindicato.

1.4.2.4 O contexto da mundialização do capital

De forma geral, essa questão esteve diluída no interior das demais, mas também separamos um bloco para tratar de um ponto específico que nos é central, qual seja, as mudanças para o trabalho na operação de *checkout* a partir da chegada das empresas multinacionais. Anteriormente abordávamos o trabalho dessas operadoras numa empresa específica, de característica multinacional, de fato, entretanto nesse ponto, questionamos num âmbito mais geral, visto que a história das lideranças compreende o período de instalação dessas empresas no país e por isso, são testemunhas desse processo.

Todos esses pontos temáticos, separados como meio de exposição se encontram imbricados um nos outros e numa realidade de contornos totalizantes. Relacionam-se como partes constituintes de um mundo do trabalho concreto, que por sua vez é campo material da superestrutura jurídica, política e ideológica da sociedade contemporânea.

1.5 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.

1.5.1 Divisão sexual do trabalho

O centro da discussão com os entrevistados acerca da divisão sexual do trabalho nas lojas da empresa discutida foi, além da distribuição das tarefas segundo o sexo, a questão das justificativas que sustentam tal distribuição.

O dirigente do SIEMERC aponta que no interior das lojas, as funções que são mais detidamente reservadas às mulheres são a operação de *checkout*, a panificação e a confeitaria. Ao ser indagado sobre quais as possíveis justificativas dessa ocorrência, afirma que “na verdade é o perfil da mulher em si que ela tem mais facilidade de fazer este tipo de trabalho” (SINDICALISTA-A).

O dirigente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis (SEC) indica que para o atendimento com o público, as empresas têm preferido a contratação do trabalho das mulheres. A dirigente da CONTRACS/CUT complementa afirmando que a contratação das mulheres para determinadas funções, especialmente a operação de caixas, vem segundo uma estratégia de possuir para a função alguém dotada de

tranquilidade. Afirma a sindicalista que dado o acúmulo de atividades a que são submetidas, a calma se faz necessária, tanto para suportar a multifuncionalidade em si, quanto para enfrentar o tratamento de clientes descontentes, que por vezes adquire tom de agressividade. São dois lados, primeiramente uma situação rude partindo do cliente pode ser amenizada quando o trato do mesmo tem de ser com uma mulher e por outro, o fato de que a mulher – por suas características – não responderia na maioria das vezes a um ataque de um cliente de forma igualmente agressiva.

Nesse mesmo sentido, poder-se-ia justificar a existência de homens executando essa função, segundo determinado perfil em acordo com nossas observações. Apontamos em destaque a presença de um operador de idade aparente superior aos cinquenta anos, caso em que a mesma estratégia poderia ser evocada, no sentido de coibir a agressividade dos clientes.

Desses argumentos, podemos refletir segundo nossas leituras e os dados coletados, que a divisão sexual do trabalho no interior das lojas da empresa pesquisada, assenta-se por um lado na suposta característica tipicamente feminina da docilidade. A aceitação pacífica tanto do acúmulo de funções, quanto no trato ao comportamento agressivo de clientes descontentes com algum ponto do atendimento do supermercado podem ser identificados na composição do perfil feminino adequado para execução da operação de caixa.

Por outro lado, a existência dessa aceitação e condição de docilidade, que pode ser característica procurada pelas empresas na contratação das mulheres para essa função é contradita com o relato da verificação sobre a pressão psicológica a que essas trabalhadoras são submetidas.

Nesse sentido, o sindicalista catarinense elaborou durante a entrevista uma metáfora para caracterizar as operadoras de *checkout* aludindo-as como os pára-raios dos hipermercados. Afirma-nos o entrevistado:

Então a operadora de caixa eu digo que é um pára-raios porque ela é o coração do supermercado. Porque ali ela, todo mundo vai passar ali, comprou, ou muitas vezes vai passar ali pra reclamar que não encontrou o que queria então ela tem que anotar o que faltou na loja. Ali o cara pode ter se incomodado no açougue ou na padaria, vai passar ali e vai reclamar, se tiver uma fila, vai estar pressionando a operadora. Então ali é central (SINDICALISTA-C).

A essa narrativa pode-se somar o relato do sindicalista curitibano, que afirmou ser a operação de caixas, uma função realizada sob muito constrangimento, muita pressão psicológica, assegurando inclusive um recente caso de aproximadamente oito operadoras de *checkout* em afastamento para tratamento de depressão.

Outro destaque marcante, realizado pelo entrevistado, foi que a entidade curitibana realiza cadastro das trabalhadoras demitidas. Esses compõem um banco de dados de busca por reinserção dessas operadoras no mercado de trabalho. Segundo a liderança, quando a entidade as contata para oferecer uma vaga para a função ou divulgar um recrutamento, o que se ouve mais comumente é “supermercado nunca mais”. Afirma o sindicalista, que o trabalho nessa função traumatiza as trabalhadoras e isso as faz negar qualquer possibilidade de volta.

Compreenderemos melhor a situação psicológica do trabalho das operadoras no decorrer do texto, especialmente quando tratarmos da intensificação do trabalho. Optamos por levantar essa questão nesse ponto no sentido de destacar a contradição existente entre a “docilidade feminina” e os efeitos desse papel na subjetividade das trabalhadoras.

1.5.2 A questão salarial

A questão salarial é ponto sempre central ao pensarmos o trabalho na atualidade. É um tema crítico no contexto capitalista que vivemos, no qual as condições de trabalho se fazem cada vez piores e a dimensão de desempregados parece estar dada em termos estruturais, além de outros fatores – como o desmantelamento da noção de Estado de Bem Estar Social e o enfraquecimento generalizado do sindicalismo de massa – que por sua configuração na estrutura social lançam os salários da classe trabalhadora em geral para níveis aquém de suas necessidades básicas.

Marx em *O Capital* pressupõe para seus estudos, que na relação capital *versus* trabalho, ou no processo produtivo, estaria situada uma troca de valores equivalentes. Ou seja, o capitalista pagaria pela força de trabalho exatamente o seu valor e nessa relação estariam garantidas as formas de extração de mais-valia. Entretanto, o salário é fetichizado como aquilo que é pago pelo trabalho, quando o que se vende ao capitalista

é a força de trabalho, que é a mercadoria, valorizada por sua vez em termos do tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção¹⁰⁹.

Por isso, no caso do trabalho feminino em operação de *checkout* mais que uma desqualificação da importância do trabalho da operadora em si, num outro pólo verificamos a desvalorização da qualificação exigida para essa função, que pode ser encerrada na exigência do ensino fundamental completo – e as observações e entrevistas mostram isso – ou seja, numa função sem muita complexidade, mas mais ainda, encerra-se nas características consideradas femininas, situado hierarquicamente abaixo na divisão sexual do trabalho.

Essas características, por vezes qualificadas no âmbito do trabalho doméstico, portanto no contexto privado feminino, são altamente desvalorizadas, ao ponto de não serem postas em questão numa negociação salarial.

Quer dizer, por um lado o capital se apropria da subjetividade feminina, de sua “docilidade comportamental”, para a obtenção de seus objetivos e por outro, contraditoriamente, não reconhece esses atributos subjetivos como qualificações passíveis de serem dimensionadas no âmbito da valoração da força de trabalho das

¹⁰⁹ A força de trabalho é entendida como o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valor-de-uso de qualquer espécie. Para o possuidor de dinheiro, o capitalista, encontrar a força de trabalho como mercadoria, no mercado, é necessário que o trabalhador seja livre para vender sua força de trabalho por um tempo determinado. Além disso, é preciso que o dono da força de trabalho não venda mercadorias que encarne seu trabalho, ou seja, é necessário que possua somente sua força de trabalho como mercadoria. Isso significa portanto, que para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender. Para ser mercadoria o produto não deve ser produzido para satisfazer imediatamente às necessidades do produtor. O aparecimento do produto sob a forma de mercadoria supõe uma divisão do trabalho tão desenvolvida na sociedade que, ao ocorrer esse aparecimento, já se terá concluído a dissociação entre valor-de-uso e valor-de-troca, dissociação que começa com a permuta direta. Esse estágio de desenvolvimento é comum a diversas formações econômico-sociais. Só aparecendo o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da História da humanidade. O que caracteriza a época capitalista, portanto, é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho. O valor de troca da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário à sua produção e, por conseqüência, à sua reprodução. Reduzindo-se, portanto, ao tempo necessário à produção dos meios de subsistência, ou seja, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. Mas não somente a reprodução do seu possuidor, mas também da sua família, isso quer dizer, dos substitutos dos trabalhadores, de modo que se perpetue no mercado possuidores de força de trabalho a ser vendida. Além disso outro elemento a se saber é que a força de trabalho só se paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra. O trabalhador adianta ao capitalista o valor-de-uso da força de trabalho, permite ao comprador consumi-la antes de pagá-la (MARX, 2003).

operadoras de *checkout*. Vejamos a situação salarial das operadoras de caixa na tabela comparativa abaixo.

Tabela 6
Evolução salarial comparada em reais

ANO	SIEMERC	SEC	NACIONAL	PARANÁ	DIEESE
2008	464,69	630,00	415,00	531,00	1.918,12
2009	512,00	690,00	465,00	610,12	1.972,64
2010	640,00	738,00	510,00	688,50	2.257,52

Fonte: elaboração própria.

A tabela apresenta uma comparação entre o piso salarial normativo dos dois sindicatos participantes de nossa pesquisa – indicados pela CCT, o salário mínimo nominal nacional e o regional paranaense¹¹⁰. Na última coluna estabelece relação com o salário mínimo necessário¹¹¹ calculado pelo DIEESE, segundo as necessidades familiares médias em acordo com o preceito constitucional que atribui o conceito ao salário mínimo: deve ser fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Dentre as diferenças notadas no quadro, destacamos os valores estabelecidos pela CCT do SIEMERC e indicado como salário mínimo necessário do DIEESE. A diferença de R\$ 1617, 52 entre elas já nos é indicativo de dificuldade financeira para uma suposta família que dependa do salário percebido por meio do trabalho na operação de *checkout*, que só pode ser concebido na atual conjuntura do país como inserido na

¹¹⁰ O Governo do Estado do Paraná estabelece uma referência salarial regional para categorias sem convenção coletiva de trabalho. Desde seu surgimento há alguns anos (2008), sempre esteve acima do salário mínimo nominal nacional.

¹¹¹ Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em 17/06/2010.

lógica do salário complementar. Modalidade esta corriqueiramente atribuída ao salário das mulheres.

Alegamos anteriormente, que o dirigente da entidade curitibana, afirmou em sua entrevista que todas suas convenções coletivas assinadas tiveram correção inflacionária garantida, o que indica a reposição da perda do poder de compra do salário de seus trabalhadores.

Ao ser questionado sobre a dimensão do salário dessas trabalhadoras no interior o sustento familiar – se pode garantir a sobrevivência das famílias ou se o mesmo está na lógica do salário complementar – indicou no sentido que vínhamos afirmando: “É uma complementação de renda da família, dificilmente a pessoa consegue sustentar uma família com isto. Não vejo nenhuma condição” (SINDICALISTA-A).

Sobre a mesma questão, a Sindicalista-B afirma que na realidade a média salarial da categoria comerciária não assegura qualidade de vida ou garantia de renda. Pode-se visualizar, a título de análise, um quadro geral do comércio na região sul, acerca da questão salarial demonstrado a partir dos dados estatísticos da RAIS.

Tabela 7
Remuneração média em dezembro, região sul, comércio varejista em reais

ANO	2005	2006	2007
REMUNERAÇÃO	683,18	741,66	793,75

Fonte: Anuário Estatístico RAIS. Elaboração própria.

A tabela apresenta média de salários totais referentes ao mês de dezembro na região sul do Brasil, dos trabalhadores enquadrados no setor do comércio varejista. Não apenas a citada qualidade de vida não pode ser assegurada com um nível de rendimentos como esses, mas também podemos afirmar a precarização das condições de vida da classe trabalhadora envolvida nesse setor, especialmente se tomado por referência o salário mínimo necessário, citado anteriormente.

Para o sindicalista de Florianópolis, por vezes a situação da operadora melhora um pouco por acrescentar em seu salário a chamada quebra de caixa, que em seu caso – além de ter um piso mais alto – realizam negociação com um valor fechado em cento e cinco reais. Diferentemente, por exemplo, do caso curitibano, onde o valor da quebra de

caixa é fechado em acréscimo de dez por cento do piso normativo¹¹². Esses valores, caso não haja uma efetiva quebra no caixa¹¹³, não seriam descontados das trabalhadoras, garantindo a elas um *plus* salarial que as ajudaria na manutenção dos custos de vida¹¹⁴.

Mesmo assim, podemos avaliar a partir desses dados, que o salário nessa função fica associado à condição de complementar, modalidade recorrentemente atribuída ao salário feminino, o que pode ser mais uma justificativa para o número de mulheres envolvidas nessa atividade profissional. Por outro lado, o quadro salarial geral do comércio também aponta para a precarização das condições de vida da classe trabalhadora enquadrada nesse âmbito. Em outras palavras, todo esse ramo, independente da associação ao sexo que o discurso empresarial possa realizar, encontra-se em níveis salariais baixos que podem ser vistos como complementares.

Outra questão candente que tematizamos durante as entrevistas foram as diferenças salariais entre homens e mulheres nos hipermercados multinacionais. Todos os entrevistados disseram não haver diferenciação, especialmente negativa, em relação ao salário das trabalhadoras na função de operação de *checkout* pois o mesmo é normatizado pelas convenções coletivas de trabalho.

A exemplo do Relatório Executivo (2002) do Observatório Social, apresentado no capítulo anterior, por não termos igualmente acesso aos dados da empresa ou à confirmação dos mesmos, precisamos recorrer a dados atuais acerca dos salários da função, para averiguar mais detidamente essa questão.

A tabela abaixo traça um comparativo entre os rendimentos masculinos e femininos no âmbito do comércio varejista. De forma geral, aponta para a diferenciação salarial entre os sexos, com valores mais altos para os homens do setor.

¹¹² Cita a convenção coletiva: Aos Empregados que exerçam a função de Operador de Caixa farão jus mensalmente a uma remuneração a título de Quebra de Caixa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do Salário Normativo da Categoria. Parágrafo Único: As empresas que não praticam o desconto das eventuais Quebras de Caixa ficam desobrigadas do cumprimento da presente Cláusula.

¹¹³ O sindicato de Florianópolis também indica que durante as negociações com as empresas na campanha salarial, o ponto da quebra de caixa é constantemente atacado no sentido de reverter os valores ou mesmo as porcentagens estipuladas no período anterior.

¹¹⁴ Outro auxílio concedido pelas empresas aos trabalhadores envolvidos com a CCT de Curitiba é o vale-transporte. Expressa a convenção: Os Empregadores concederão Vale Transporte aos Empregados que o utilizem, em valor mensal nunca inferior ao oficialmente cobrado pelas empresas transportadoras, multiplicado pelo número de 2 (dois) deslocamentos diários e pelo número de dias úteis no mês. Parágrafo Primeiro: O vale transporte será concedido também na hipótese de trabalho em outros dias. Parágrafo Segundo: Faculta-se o pagamento em dinheiro do vale transporte até o quinto dia útil de cada mês ou na folha de pagamento.

Tabela 8**Remuneração média dezembro, região sul, comércio varejista, por sexo em reais**

ANO	2005	2006	2007
TOTAL	683,18	741,66	793,75
MASCULINO	745,02	806,51	866,51
FEMININO	605,41	662,3	706,48

Fonte: Anuário Estatístico RAIS. Elaboração própria.

Muito embora ambas as médias salariais indicadas tenham registrado evolução positiva dos ordenados, a diferença entre homens e mulheres permaneceu. Nos anos apresentados os salários femininos representaram 81%, 82% e 81% por cento dos salários masculinos, respectivamente. Também permanecem em todos os anos indicados, abaixo do nível de remuneração total geral da região.

Em relação ao salário para a função de operação de caixa, segundo o Cadastro Brasileiro de Ocupações¹¹⁵, a partir de 2003 (CBO2002), podemos visualizar a seguinte tabela comparativa entre as entradas masculinas e femininas.

Tabela 9**Remuneração dezembro, região sul, comércio varejista, por sexo e ocupação**

ANO	2005	2006	2007
TOTAL	577,73	618,23	657,85
MASCULINO	722,42	770,18	822,35
FEMININO	540,55	581,23	618,13

Fonte: Anuário Estatístico RAIS. Elaboração própria.

¹¹⁵ Segundo a CBO, no grupo dos caixas e bilheteiros estão as operadoras de *checkout* em supermercados. A ocupação número 4211-25, operador de caixa: Atendente de pedágio, Caixa (supermercado), Caixa de bar, lanchonetes e restaurantes, Caixa de loja, Caixa no comércio, Caixa no serviço de alimentação, Fiscal de caixa. Descrição Sumária: Recebem valores de vendas de produtos e serviços; controlam numerários e valores; atendem o público em agência postal na recepção e entregam objetos postais; recebem contas e tributos e processam remessa e pagamento de numerários por meio postal; vendem bilhetes e ingressos em locais de diversão; processam a arrecadação de prestação de serviço nas estradas de rodagem; vendem bilhetes no transporte urbano e interurbano; fazem reserva e emissão de passagens aéreas e terrestres; prestam informações ao público, tais como itinerários, horários, preços, locais, duração de espetáculos, viagens, promoções e eventos etc. Preenchem formulários e relatórios administrativos. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br>. Acesso em 17/06/2010.

Novamente identificamos a persistência da diferenciação salarial entre homens e mulheres executores das mesmas funções. Embora a convenção coletiva nesse quesito seja cumprida nas lojas da empresa pesquisada, conforme afirmam os entrevistados, o âmbito geral da região indica o contrário.

Podemos então observar, que dentro de um mesmo ramo produtivo, de marcada precarização salarial, a diferenciação percebida pelas trabalhadoras pode vir a relegá-las a condições acentuadas de precariedade e alienação.

1.5.3 A intensificação do trabalho

Diversos dos temas que temos trabalhado se relacionam direta ou indiretamente às questões da intensificação do trabalho. Estamos compreendendo essa intensificação como aceleração dos ritmos de trabalho, como o incremento de ações nos processos laborais, assim como o exercício da função de forma constrangedora ou desgastante por qualquer circunstância.

Nesse sentido, já vínhamos destacando ao relatar as observações nas lojas da empresa, que a função de operação de *checkout* tem por característica a intensificação das atividades pelas três dimensões que citamos anteriormente.

Indicamos pelas observações que o nível de circulação de clientes nas lojas da rede são impactantes diretos no trabalho das operadoras, que sofrerá uma sorte de situações em decorrência do alto movimento. É evidente que nas grandes lojas a circulação de clientes é maior, pois contam com toda a estrutura econômica para garantir atendimento, produtos, preços, formas de pagamento, adequada as necessidades de suas vendas.

Entretanto, não nos esqueçamos da imagem do pára-raios estabelecida anteriormente. Algumas situações relatadas nas entrevistas indicam um alto grau de intensidade do trabalho das operadoras.

Vejamos a questão da jornada de trabalho. Ao perguntarmos aos entrevistados, qual seria o item de maior destaque das convenções coletivas de trabalho, que seriam mais contundentemente desrespeitados pelas empresas, a resposta foi imediata e unânime: a jornada de trabalho estabelecida. A jornada de quarenta e quatro horas,

divididas na escala com uma folga por semana, acaba se estendendo nas diversas ocasiões em que o movimento das lojas se agrava.

Trata-se de uma ampliação informal da jornada de trabalho que é recorrente, mas velada. As operadoras necessitam se adequar extrapolando seus limites de horários, em especial, nos momentos de fechamento das lojas, quando as grandes filas ainda permanecem no mercado. Conforme relata a liderança sindical curitibana:

Normalmente nos finais de semana, a operadora de caixa, a empresa através de seu frente de caixa, normalmente, chamados fiscais de caixa. "Não, fica mais um pouco que a fila tá grande, fica mais um pouco", a menina acaba extrapolando a jornada dela sem ganhar hora extra e já começa a trabalhar com má vontade (SINDICALISTA-A).

As questões de jornada de trabalho são os problemas relatados com maior frequência nas entidades de defesa das trabalhadoras. Nesses casos, a empresa quando realiza aumento informal do período trabalhado, por vezes não realiza pagamento de hora-extra referente ao mesmo, como observamos na narrativa do sindicalista curitibano. Acerca da ampliação da jornada de trabalho dessas operadoras, podemos verificar um incremento na extração da mais-valia absoluta, definida nesses termos por Marx (2003).

Essa situação se apresenta como grande problema do ponto de vista do direito do trabalho, além de que inviabiliza a recomposição adequada das trabalhadoras, que certamente retomam sua jornada posterior cada vez mais cansadas. É o que ilustra a fala do sindicalista catarinense:

A jornada hoje é medonha. A jornada acho que é a que mais pega. Se hoje nós tivéssemos só pra operador de caixa, nós tivéssemos jornada máxima, máxima, seis horas, proibido, mas proibido mesmo fazer meia hora extra. Proibido. Nós resolveríamos 50% dos problemas com operadores de caixa. Resolveríamos. Jornada de seis horas e proibido. Levar isso a ferro e fogo resolveria mesmo de fato os problemas dos operadores de caixa com referencia a jornada. Porque a jornada ela estressa e aí começa todo um acúmulo de problemas (SINDICALISTA-C).

O referido acúmulo de problemas pode ser bem compreendido se analisarmos os dados apresentados pelas entrevistas como interligados, desde as questões salariais, até a intensificação do trabalho e a relação dos sindicatos.

Relatamos na descrição das observações nas lojas da empresa, que encontramos indicações na necessidade de um bom atendimento aos clientes num colante afixado em um dos *checkouts*. A entrevista com a Sindicalista-B revelou situação interessante sobre a temática. Afirma a sindicalista que a empresa trabalha com o conceito de atendimento sorriso, no qual o funcionário tem de sorrir ao cliente a partir de três metros do mesmo.

Informa a liderança que existem dinâmicas internas nas quais os funcionários têm que cantar músicas pela manhã e outras situações. Afirma existir uma chamada regra do três – sorriso de três metros do cliente – assim como aponta que os trabalhadores da empresa vivem em situação de vigilância, sendo monitorados pelas câmeras de segurança para verificação do cumprimento das regras de conduta, atendimento sorridente e outras.

O sindicato de Curitiba, por meio de seu dirigente, afirmou sobre as questões de vigilância do trabalho das mesmas, que a situação de controle é exercida pelas fiscais de caixa, que ao visualizarem – por exemplo – a operadora atendendo algum familiar, comunica à gerência que realiza demissão imediata da mesma. Tal prática não está descrita nem divulgada em lugar algum, porém sabe-se ser recorrente, afirma o entrevistado.

O próprio controle do processo de registro das mercadorias não é todo de posse das operadoras. Questões como cancelamento de mercadorias ou concessão de desconto aos clientes – via cobertura de ofertas da concorrência – são vedadas às mesmas, que por vezes precisam acionar as fiscais de caixa para realizarem alterações na compra, fato que recorrentemente ocasiona demora no atendimento, tanto do cliente imediato quanto daqueles na fila de espera.

Ao perguntarmos sobre o assunto com o sindicalista de Florianópolis, questionamos quais as justificativas para o controle exacerbado sob as operadoras, se seria o caso de que pelas mãos delas, passa cotidianamente todo o retorno financeiro da empresa. A liderança teve acordo com o questionamento.

O entrevistado informou ainda que na empresa exista uma espécie de controle de abertura e fechamento da caixa registradora. Esse monitoramento pode indicar pelo

sistema de vídeo qual *checkout* esta aberto e assim, verificar os motivos da demora em retornar a posição inicial.

Também afirmou que as operadoras precisam ser demasiadamente objetivas: passar as compras, retornar o troco e sem maiores demoras, convocar o próximo cliente da fila. Muitos gerentes trabalham com a hipótese de que a trabalhadora pode vir a passar algum produto sem registrar e nesse sentido fica muito forte o controle sobre elas. Segundo a liderança:

Esse fiscal de caixa não tá só pegando ticket, pra deliberar ela pra ir ao banheiro, eles ficam acompanhando o desenvolvimento e inclusive monitorando. Dependendo da compra, eles mais ou menos alguém já fica de olho pra ver quantos itens registrou. O próprio orientador de consumo, conhece? Orientador de consumo? É aquele fiscal, a segurança que fica dentro da loja vendo se o cliente não bota nada dentro das calças, tudo. Ele é o cara que mais fiscaliza isso também e fica lá, se ele vê que ele conhece que o cara tá ali, então é funcionário também. Se ele vê que tem algum parente ou alguém muito amiguinho que vai passar com umas compras no caixa, lá ele já vai ficar ligado, já aciona alguém pra ficar ligado lá (SINDICALISTA-C).

Esses últimos relatos, não apenas indicam o quadro de um trabalho continuamente vigiado, mas também registra determinados constrangimentos que são impostos à função, como por exemplo, o fato de não poder atender familiares ou amigos, supondo-se que nesse caso as mesmas passariam as compras de forma errônea.

Nessa articulação, é possível visualizar os processos de subsunção do trabalho das operadoras de *checkout* que são controladas em ritmos e processos de trabalho por meio de diversas estratégias, tornando real a submissão de suas tarefas ao comando da corporação.

O próprio controle das necessidades fisiológicas, segundo as entrevistas, muitas vezes também não está nas mãos da operadora, que se encontra recorrentemente impossibilitada de pausar seu atendimento e utilizar algum banheiro.

Relatou o dirigente curitibano, nesse sentido, que houve um caso de duas funcionárias da empresa que denunciaram a impossibilidade de ir ao banheiro, ou apenas uma vez por dia. A empresa cogitou nessa ocasião a possibilidade de

agendamento de horário para tal ação. Nesse caso, afirmou o entrevistado, o sindicato encaminhou imediatamente um pedido de fiscalização na loja¹¹⁶.

O sindicalista catarinense, por sua vez, apontou complicações nesse sentido, pois muitas vezes os *supercenters* estão trabalhando com número mínimo de caixas, atrapalhando ainda mais uma possível saída. Por esse motivo, julga o entrevistado ser de extrema importância que a NR17 tenha regulamentado, registrado e ressaltado à questão da liberdade de saídas do posto de trabalho para o atendimento de necessidades fisiológicas, desde que informados as fiscais de caixa.

O acúmulo das funções exercidas pelas operadoras de caixa é fator central da intensificação do trabalho das mesmas. Afirmam os entrevistados que as múltiplas funções postas às operadoras também impactam no atendimento ao cliente, que por sua vez lhes confere maior pressão por parte da fiscalização. Dos pontos importantes nas funções recentemente acumuladas pelas operadoras, registramos nas entrevistas a questão do empacotamento das compras e a pesagem dos hortifruti que podem aparecer em tamanhos e pesos bem distintos. A venda dos cartões ou recargas telefônicas e dos clubes de compra também foi relatada. Assim como o registro de produtos que possam não ter sido encontrados pela clientela no interior da loja.

Um fator adicional que apareceu nessas entrevistas foi quando os sindicalistas afirmaram que em algumas lojas, as caixas passaram a receber pagamentos de contas como luz, água e telefone, exercendo função de praticamente caixa bancário, que trabalha sob outra convenção, muito diferente, em especial se nos referirmos a jornada de seis horas diárias que essa categoria normalmente realiza.

Durante as entrevistas, também questionamos sobre o assunto da adequação do desenho dos *checkouts* às funções exercidas pelas trabalhadoras. O desenho geral e os assessorios para assento e apoio dos pés estão relacionados diretamente com questões de saúde do trabalho, pois podem fornecer conforto ou desconfortos de diversas ordens às trabalhadoras, que somados a outros fatores intensificadores do trabalho, podem ser mote de afastamentos ou mesmo invalidez das funcionárias.

¹¹⁶ Essa situação não é novidade na América Latina. Em 2007 a Folha de São Paulo Online publicou matéria em que a Central Unitária de Trabalhadores do Chile denunciou que operadoras de caixa de uma rede de supermercados do país foram obrigadas a usar fraldas por não disporem de pausas para ir ao banheiro. Não é esse o caso das operadoras observadas em nosso trabalho, todavia não perdemos de vista o contexto de controle e submissão da fisiologia corporal ao trabalho nos moldes do capital. Matéria disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fohla/mundo/ult94u107000.shtml>.

Anteriormente, ao relatarmos nossas observações, havíamos empreendido uma discussão acerca dessa temática, na qual identificamos a indisponibilidade de cadeiras para assento no momento dos atendimentos, a necessidade de pesar alimentos do setor de perecíveis, assim como do empacotamento das compras.

Verificamos também que algumas lojas estão mais adequadas aos parâmetros norteados pela ergonomia do trabalho que outras, o que nos transparece que as adequações em relação ao desenho dos caixas, não se encontram *pari passu* com as modificações no trabalho – acúmulo de funções – das operadoras.

Diante de nossos entrevistados, a temática apareceu da seguinte maneira. Perguntamos ao sindicalista curitibano se havia uma preocupação da entidade em relação à configuração do caixa e se os empregadores se mostravam atentos ao conforto no trabalho das operadoras. Nesse caso, afirmou a liderança que:

As empresas estavam fazendo com que elas trabalhassem em pé. Em pé... e a questão da saúde estava afetando as empregadas, aí foram colocadas as cadeiras em todos os *checkout*, mas você nota ainda até hoje que é difícil. Mas a obrigatoriedade que ela tem (SINDICALISTA-A).

A fala do sindicalista contradita de certa forma o presente na própria convenção da entidade, que não afirma o assento como item obrigatório, conforme citamos anteriormente. A liderança apontou ainda, que recebem muitas ligações com reclamações e denúncias sobre a impossibilidade de sentar, assim como de desconfortos corporais e dores musculares. Essas são encaminhadas pela entidade, que exige fiscalização dos setores ministeriais de medicina do trabalho.

Questionamos também sobre as orientações para o cuidado com a saúde no trabalho ou da existência de programas de ginástica laboral, a fim de evitar lesões severas ou algo nesse sentido. Afirma o sindicalista curitibano que essa é uma questão que entrou por duas vezes em debate nas campanhas e reuniões de negociação do sindicato dos trabalhadores com o patronal, mas que, no entanto, nunca conseguiram emplacar êxito. “As empresas alegam que não tem condições de fazer isto. Parar o mercado na hora do movimento pro pessoal fazer exercício. Dizem que não há condições e foi retirado da pauta” (SINDICALISTA-A), pontua.

A presidenta da CONTRACS faz outra leitura do problema. Indica que o primeiro passo dado pela empresa para que a operadora de caixa não sente é produzir um equipamento de *checkout* de maneira que a pessoa sentada se sinta desconfortável.

Para a sindicalista, seria ideal que a trabalhadora pudesse alternar: em alguns momentos estar sentada e em outros em pé. Entretanto “se a cadeira estiver ali e você ficar em pé, ou fica você ou fica a cadeira. Não cabe. Não tem negociação” afirma.

O sindicalista catarinense aponta que existem equipamentos inadequados ao peso ou altura das operadoras. Eles trabalham com um padrão estabelecido, que quando é distante da realidade das trabalhadoras, traz problemas a elas. Sobre a questão, o entrevistado relata que

[...] Que quando ela vai abrir a caixa ela tem que sair de ladinho pra gaveta não dar nela. Ela tem que sair pra poder pegar o troco, pra poder fechar a gaveta e voltar pro seu posto. Isso interfere na postura ergonômica, no fato de passar aqui, por isso a DORT é muito forte nesses setores, porque tem muitos supermercados que ainda não tem a balança adequada e que não tem a esteira. E ela portanto tem que pegar uma melancia desse tamanho, de 13kg ou de 8, pegar aqui no braço, passar, muitas vezes a etiqueta não é boa, ou molhou, ou dobrou, e ele não consegue ler, ela acha que aquela melancia vai balançar pro outro lado. Então isso mexe com todos os processos do ombro que é a osteomuscular relacionada ao trabalho (SINDICALISTA-C).

Sobre a prevenção de doenças ocupacionais, o mesmo entrevistado relatou que algumas lojas trabalham com a ginástica laboral no momento anterior ou posterior à jornada de trabalho. Declara que as empresas não têm inserido esse trabalho compensatório durante o período de trabalho. Indica ainda, que no caso da ocorrência da ginástica preventiva, a corporação acaba por fazer questão de informar a sua prática de responsabilidade social empresarial, não reportando, no entanto, todas as minúcias do processo de trabalho das operadoras.

Ao questionarmos os motivos da seleção de mulheres para essa função, vimos emergir situações psicossociais a que essas trabalhadoras estão submetidas e a que interessam as qualidades consideradas femininas na exploração dessa função. Entretanto, podemos afirmar sem objeções que todo esse quadro de intensificação do trabalho das operadoras reflete num desgaste psicológico dessas funcionárias.

Vejamos um relato, indicado pelo diretor do sindicato dos comerciários da capital catarinense, no qual o mesmo relaciona duas funções – fiscal de caixa e um gerente de *supercenter* – de uma loja da empresa estudada.

Nós temos uma diretora nossa, de base, ela tá numa região aqui na ilha que é complicadíssima, muito movimento. Então se você acompanhar um dia dela de trabalho numa quinta ou sexta feira e conversar com ela durante esse dia tu vai te apavorar. Porque o processo de exploração, um gerente da mesma rede me falou o seguinte. Eu tenho uma tonelada pra [...] carregar com 100 funcionários aqui. Só que eu tenho banco de horas, eu tenho trabalho aos domingos, eu tenho trabalho no feriado e eu continuo com aqueles mesmos 100 funcionários pra uma tonelada. Eu sou obrigado a dar falta pra eles e isso e isso e isso. Eu chego em alguns momentos que eu fico com 60 e continua a mesma uma tonelada pra eu carregar. Eu não posso contratar mais, não me deixam. Não tem jeito [...]. A nossa diretora de base é o que chama em alguns momentos de chefe de caixa. Depende, ela diz que a loucura, o caixa fica pressionado pela fila. Eles não têm [operadora de] caixa suficiente pra abrir os caixas suficientes. Aí com poucos dá problema de troco, fiscal tem um pra uma grande quantidade de caixas, tipo pira. Ela entrou em depressão recentemente, tinha umas férias, tirou férias [...]. Saiu, ela queria se mandar. Vou largar tudo, vou voltar pro meu estado, dizia (SINDICALISTA-C).

A partir do relato, podemos verificar como se relacionam outros setores da organização dos *supercenters* com a perspectiva de macro organização da empresa, assim como o impacto psicológico da rotina de trabalho de uma funcionária. Não é o caso específico de uma operadora de checkout, mas de uma fiscal que trabalha de forma muito próxima das operadoras, que por sua vez estão também submetidas ao mesmo ritmo intenso de atividades e pressões psicológicas.

Nessa narrativa esta relatada a questão da redução de funcionários, perspectiva recorrente para aumento da lucratividade em tempos de crise, configurando-se, nesse caso com aumento da intensificação do trabalho dos funcionários restantes, assim como da transferência dos problemas dessa política corporativa aos mais diversos setores funcionais das lojas. É o registro de uma imagem que pode indicar como a gestão de uma situação no âmbito mundial da corporação – recomposição ou aumento das taxas de lucro – pode refletir, por exemplo, na operação de caixa com consequências por vezes nefastas às trabalhadoras, dada a situação desfavorável geral em que a classe trabalhadora se encontra no capitalismo contemporâneo (LIMA FILHO, 2002).

Destacamos anteriormente de uma das entrevistas, o relato do sindicalista curitibano, quando o mesmo afirmara que a função das operadoras de *checkout* é realizada sob constrangimento e pressão psicológica. A liderança assegura que num momento próximo a nossa entrevista, havia ocorrido um caso de aproximadamente oito operadoras de *checkout* em afastamento para tratamento por depressão.

Outro ponto marcante que havíamos destacado é a recusa dessas trabalhadoras ao retorno em outra oportunidade de trabalho na mesma empresa e função.

“Supermercado nunca mais”, afirmam as trabalhadoras ao sindicato. Segundo o sindicalista curitibano, o trabalho nessa função traumatiza as trabalhadoras e isso as faz negar qualquer possibilidade de volta.

Por meio desses dados, emerge uma situação de contradição existente entre a suposta docilidade feminina, requerida como característica tipicamente sexuada no momento da contratação hegemônica de mulheres para operação de caixas, e os efeitos desse papel na subjetividade dessas trabalhadoras.

Parece-nos que a utilização pelo capital, do conceito naturalizante de “docilidade feminina”, rompe-se na medida em que essas trabalhadoras não suportam toda a pressão rítmica no trabalho a que são expostas, afastando-se de suas atividades para buscar tratamentos psicológicos diversos¹¹⁷.

No mesmo sentido, pensamos a questão do esforço físico a que são submetidas as operadoras de *checkout*. Vimos dois pontos importantes anteriormente. Por um lado, descrevemos embasados na teoria marxista do desenvolvimento da força produtiva do trabalho no capitalismo, a evolução da maquinaria e utilização da força de trabalho suplementar a partir da eliminação do esforço físico da atividade laboral – Madelaine Guilbert (apud HIRATA, 2002) fala em diminuição da intensidade do esforço físico. Também nessa trilha, ao dialogarmos com o Relatório Executivo (2002) realizado pelo Observatório Social da CUT, percebemos que nos dados levantados pelo mesmo o campo do capital apresenta por vezes como justificativa para divisão sexual do trabalho, justamente o ponto do esforço físico como padrão de diferenciação para a força de trabalho nos determinados postos.

De certa forma, esse discurso também aparece em nossos entrevistados e por isso gostaríamos de colocar em choque com esses dados, outros apresentados em nossa pesquisa.

Durante as discussões sobre a questão da norma regulamentadora da ergonomia no trabalho das operadoras de *checkout*, na apresentação dos dados do Relatório

¹¹⁷ Durante nossa pesquisa não observamos em nenhum momento alguma situação de constrangimento por utilização de maquiagem temática ou indumentária fantasiosa pelas trabalhadoras. Entretanto, avaliamos que a realização desse tipo de prática pela gerência pode ocorrer em ocasiões especiais. Um dos avanços que o anexo I da NR17 traz, vem de encontro a isso, apontando que “É vedado obrigar o trabalhador ao uso, permanente ou temporário, de vestimentas ou propagandas ou maquiagem temática, que causem constrangimento ou firam sua dignidade pessoal”. O caso desse tipo de artigo chegar a compor uma norma geral para o trabalho de operação de caixa no campo dos “aspectos psicossociais do trabalho” é sintomático da realização de ações como essas no interior das lojas, submetendo ao ridículo, ao constrangimento e à pressão psicológica todo um grupo de trabalhadoras.

Executivo Wal-Mart, assim como em nossas observações sistemáticas e entrevistas no que tange ao mobiliário ou ao desenho dos caixas, ao manuseio das mercadorias e ao crescente acúmulo de papéis pela mesma funcionária, notamos que essas trabalhadoras estão submetidas a uma atividade corporal constante. As entrevistas apontaram na mesma direção dos dados do Relatório Executivo, qual seja, de uma alta incidência nessas trabalhadoras de doenças relacionadas ao esforço muscular repetitivo¹¹⁸.

A nosso ver, essas duas situações expõem contradições importantes. Mesmo que o discurso empresarial distribua as funções laborais segundo o sexo, valendo-se da questão do esforço físico e outras características atribuídas, no caso do direcionamento das mulheres para a operação de caixas, temos uma situação oposta. Essas trabalhadoras, embora não realizem atividade que requeira extremada força muscular, encontram-se sim em situação de esforço físico constante.

Nessa direção, a reivindicada “docilidade feminina”, possivelmente sirva apenas para a aceitação de más condições de trabalho por parte das operadoras. Os dados que levantamos indicam justamente que o esforço físico nessa função é tão solicitado, que as operadoras chegam a adoecer por realizá-lo repetidamente – em intensidades variadas e em duradouras repetições, lesionando-se inclusive de forma permanente em alguns casos.

Por outro lado, as condições de precariedade da vida da classe trabalhadora em geral na qual as operadoras se encontram inseridas, podem ser outro aspecto que explique a submissão das operadoras a essas relações de trabalho. No campo da necessidade, para essas trabalhadoras, possivelmente não exista uma gama de outras opções de inserção laboral.

1.5.4 A rotatividade

Um ponto fundamental na análise do trabalho das operadoras de *checkout* e suas muitas mediações é a questão da permanência no trabalho. Temos discutido algumas problemáticas que envolvem essa função, quais sejam, a divisão sexual do trabalho, a

¹¹⁸ Relata um dos entrevistados, que em meados de 2006 o SIEMERC participou na procuradoria do trabalho de audiências sobre a questão da LER/DORT. Afirma o sindicalista que ainda há muitos casos dessa lesão nas operadoras. Considera o entrevistado, ser “muito triste algumas situações de mulheres de vinte e cinco anos, por vezes aposentadas por invalidez ocasionada por LER”.

dimensão salarial, a intensificação do trabalho, que por sua vez é constituída de outra série de questões.

Desse contexto, poderíamos intuir uma dificuldade de permanência dessas trabalhadoras na função, visto que somam-se adversidades no exercício laboral. No pólo contraditório, teríamos uma classe trabalhadora amplamente desfavorecida e imenso exército industrial de reserva, o que poderia garantir tanto uma compelida permanência nessas condições quanto a possibilidade da rotatividade das trabalhadoras.

Nossas entrevistas apontaram mais veementemente para um quadro de alta rotatividade dessas funcionárias por variados motivos, que para a permanência destas no cargo.

O âmbito do comércio em geral, é caracterizado pela dirigente da CONTRACS como altamente rotativo. A sindicalista concorda com as palavras do dirigente catarinense do Sindicato dos Comerciários quando o mesmo aponta que em determinados momentos do ano o comércio passa por uma requisição maior de demanda de funcionários. Exemplifica com os contratos temporários, para suprir temporadas de veraneio, datas comemorativas e outras ocasiões que exigem do comércio atendimento mais intenso.

A dirigente afirma também que percebe o trabalho no setor comerciário como uma porta de entrada para o mundo do trabalho, na qual a área de vendas consegue absorver um grande contingente que por vezes não tem interesse em permanecer no mesmo setor durante sua carreira profissional.

Em pesquisa que realizada por meio do Aplicativo CAGED Estabelecimento¹¹⁹, pudemos visualizar um quadro dos últimos dois anos, no setor comerciário varejista do país (subsetor atividade econômica segundo IBGE, 26 categorias), de confirmada rotatividade. Também aparecem nos dados os contratos por tempo determinado, assim como a entrada no mundo do trabalho, por meio do primeiro emprego no comércio. Vejamos na tabela a seguir.

¹¹⁹ O Aplicativo CAGED Estabelecimento tem como objetivo disponibilizar aos usuários das bases do MTE as informações provenientes do CAGED, agregadas por estabelecimentos declarantes, permitindo o acompanhamento das movimentações mensais de admissão e/ou desligamento por meio de consultas pré-definidas.

Tabela 10
Demonstrativo por Período (01/2008-01/2010). Comercio Varejista. Brasil.

Admissões	
Primeiro Emprego	1.417.086
Reemprego	5.198.951
Início de Contrato por Prazo Determinado	24.270
Reintegração	5.239
Transferência de Entrada	0
Total de Admissões	6.645.546
Desligamentos	
Dispensados	0
Dispensados com Justa Causa	57.629
Dispensados sem Justa Causa	3.764.236
Espontâneos	1.449.837
Fim de Contrato por Prazo Determinado	55.441
Término de Contrato	757.648
Aposentados	3.536
Mortos	12.794
Transferência de Saída	0
Total de Desligamentos	6.101.121
Indicadores	
Estoque Recuperado Final do Período (31/01/2010)	6.163.600
Varição Emprego Absoluta de 01/01/2008 à 31/01/2010	544.425

Fonte: Adaptado de Aplicativo CAGED Estabelecimento.

No período selecionado como filtro em nossa pesquisa e apresentado na tabela acima, podemos visualizar algumas das informações também citadas por nossos entrevistados. Um exemplo é a questão da entrada para o mundo do trabalho no campo do comércio. Embora o número de reempregos seja maior, consideramos o número de pessoas empregadas em primeira oportunidade bastante significativo, alcançando quase um milhão e meio de registros.

Os contratos por tempo determinado também se expressam nos dados da consulta. Assim como nos chama atenção o número de desligamentos por aposentadoria, esse por sua vez é expressivamente pequeno, em comparação à quase totalidade dos outros dados. A sindicalista da CONTRACS na mesma fala em que reportava a situação da entrada de muitos jovens ao campo do trabalho faz menção à questão da aposentadoria: “É difícil um trabalhador comerciário se aposentar como tal”, afirma.

Ao compararmos nesse período o total de admissões e o total de desligamentos, poderemos perceber uma aproximação muito grande desses dois números. Embora a variação absoluta de emprego nesse setor seja positiva, a rotatividade da força de trabalho é marcante no setor conforme apontam os indicadores apresentados.

Um dado interessante nessa exposição são os desligamentos espontâneos, ou as demissões por iniciativa do funcionário, que podem indicar uma forma de insatisfação por parte dos mesmos em relação aos seus postos de trabalho. Isso aparece nas entrevistas ao relacionarmos a rotatividade das trabalhadoras em operação de caixa nos *supercenters* estudados.

Ao questionarmos nossos entrevistados em relação ao movimento de admissão e desligamentos das operadoras de *checkout* visualizamos de forma contundente nas falas dos participantes a questão da rotatividade. A liderança catarinense, por exemplo, afirma ser difícil entrarmos hoje numa loja, observarmos as funcionárias dos caixas, e ao voltar dali a seis meses encontrarmos as mesmas pessoas trabalhando.

Para a liderança curitibana a situação se repete. Afirma o sindicalista que atualmente nos supermercados, dificilmente uma trabalhadora dessas permanece mais de um ano. Investigamos com o dirigente, as justificativas percebidas pela entidade, no cumprimento dos desligamentos por parte do capital e do trabalho.

Eles vão buscar o que? Um trabalho que não tenha trabalho aos domingos, que tenha condições de ficar com a família [...] Estas homologações, a gente conversa aqui [...] e o pedido de demissão é justamente em virtude da questão do trabalho aos domingos. A dispensa por parte da empresa [é questão de] época. Época de vendas, então, após o natal e o ano novo isto aqui [o sindicato] fica lotado, vende depois dispensa (SINDICALISTA-A).

Para o sindicalista, conforme podemos observar em suas palavras, aparece como motivo importante nas demissões a questão do trabalho aos domingos. Essa liderança aponta também que o exercício da função de operação de caixas é traumatizante – conforme citamos anteriormente – para essas trabalhadoras por diversos motivos. Explica também, que após o pico de vendas em determinados períodos do ano, inicia-se o pico de demissões nas grandes lojas.

Vejam os dados da questão da rotatividade dos trabalhadores se apresenta na função de operação de *checkout* em acordo com os dados dos perfis dos municípios¹²⁰ – CAGED – que indicam as ocupações que mais admitiram e demitiram em Curitiba.

Tabela 11
Ocupações que mais admitiram em Curitiba (01/2008-01/2010) segundo classificação CBO

CBO	Adm.	Desl.	Saldo
521110 Vendedor de comércio varejista	41.188	39.853	1.335
421125 Operador de caixa	21.848	20.063	1.785
411005 Auxiliar de escritório, em geral	9.264	8.787	477
521125 Repositor de mercadorias	8.899	8.351	548
414105 Almoxarife	4.453	3.795	658
411010 Assistente administrativo	4.357	4.142	215
521135 Frentista	4.065	3.882	183
784205 Alimentador de linha de produção	2.748	2.296	452
784105 Embalador, a mão	2.605	2.012	593
422105 Recepcionista, em geral	2.256	1.918	338

Fonte: Adaptado de Perfil do Município – CAGED.

Tabela 12
Ocupações que mais desligaram em Curitiba (01/2008-01/2010) segundo classificação CBO

CBO	Adm.	Desl.	Saldo
521110 Vendedor de comércio varejista	41.188	39.853	1.335
421125 Operador de caixa	21.848	20.063	1.785
411005 Auxiliar de escritório, em geral	9.264	8.787	477
521125 Repositor de mercadorias	8.899	8.351	548
411010 Assistente administrativo	4.357	4.142	215
521135 Frentista	4.065	3.882	183
414105 Almoxarife	4.453	3.795	658
848510 Açougueiro	2.229	2.393	-164
784205 Alimentador de linha de produção	2.748	2.296	452
521130 Atendente de farmácia balconista	2.233	2.161	72

Fonte: Adaptado de Perfil do Município – CAGED.

Observa-se a partir das tabelas mencionadas acima que a função de operador de caixa se encontra em segundo lugar num ranqueamento adaptado de dez ocupações que mais admitem e desligam trabalhadores em acordo com o perfil municipal curitibano. Repete-se a situação de saldo positivo nas contratações, porém claramente marcada a rotatividade de trabalhadores.

A alta rotatividade também é indicada no fluxo de emprego obtido por meio dos dados do perfil de outros municípios como Florianópolis e São Paulo por exemplo. Na

¹²⁰ O Perfil do Município é um produto integrante do Programa de Disseminação de Estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) destinado às Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, às Prefeituras, aos Sindicatos e a outras instituições usuárias de informações em nível municipal.

capital catarinense, a ocupação se encontra na quinta posição em admissões e desligamentos. Enquanto na capital paulista, para as admissões, a ocupação é a décima primeira do *ranking* e para os desligamentos, ocupa o décimo segundo lugar.

Em todas essas capitais o saldo de contratações tem sido positivo, o que indica um crescimento do setor, com expansão das redes e aumento do número de trabalhadoras em geral, visto que as entrevistas indicam o trabalho nas lojas com número insuficiente de operadoras¹²¹. É um caso, em que há o acúmulo de funções facilitadas pelo desenvolvimento tecnológico – visualize-se o ensacamento de mercadorias, a pesagem dos perecíveis, a venda dos cartões fidelidade e outras que atualmente estão quase que sob total responsabilidade das trabalhadoras nos caixas – repercutindo no desemprego de outros funcionários não mais necessários, e no pólo contrário, um crescimento do setor, que mesmo com alta rotatividade das operadoras, consegue manter saldo positivo na criação de empregos.

Aqui estão presentes algumas tendências explicitadas por Marx (2003) imbricadas no processo produtivo ampliado. Temos um processo de reorganização da maquinaria tecnológica dos *checkouts* com a finalidade de acúmulo funcional sob a responsabilidade das operadoras, que também poderíamos aludir como uma forma de reestruturação produtiva, com vistas a explorar a polivalência e a flexibilidade interna e numérica (HIRATA, 2007) das mesmas¹²², refletindo no desemprego de outrem. Por outro lado, um crescimento da produção e das vendas, mediado pelo processo de centralização e acumulação de capitais, que vão imprimir um crescimento de postos de trabalho para o setor, notadamente para a função.

Nesse sentido, o incremento da maquinaria dos caixas, aumenta o desemprego de forma geral, imprimindo o crescimento do exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa (MARX, 2003), assim como o crescimento setorial, empurra como contra-tendência um aumento da oferta de vagas para função, que por sua vez apresentará uma alta rotatividade, conforme visto anteriormente.

A rotatividade é apresentada por Marx (2003) nos termos da superpopulação flutuante, constituinte da reserva de força de trabalho a disposição do capital,

¹²¹ O saldo positivo nesse caso poderia indicar um aumento do número de trabalhadoras em checkout por loja, todavia a tese que colocamos mais peso é a da expansão do setor, com baixo número de operadoras.

¹²² A flexibilidade interna, ou qualitativa, ou funcional, que se expressa na polivalência da trabalhadora no espaço produtivo. Também presente, a idéia da flexibilidade numérica ou quantitativa, conforme visualizamos, na variação do volume e duração do emprego, ou mesmo na duração do tempo de trabalho.

caracterizada pelo autor como a constante absorção e repulsa de trabalhadores do processo produtivo.

A esse movimento contraditório e constante do exército industrial de reserva, predominando-se a face de um desemprego crônico, podemos associar os efeitos sobre o salário do setor do comércio varejista e especialmente sobre a operação de *checkout*. A existência significativa de força de trabalho disponível às corporações amplia o desfavorecimento do trabalho em relação ao capital, impactando na questão salarial, tanto no sentido da obtenção de parcos rendimentos dessa ocupação profissional, quanto num engessamento das reivindicações sindicais no sentido de uma possível ampliação dos direitos dessas trabalhadoras.

Nesse momento podemos também afirmar a macro organização do capital, remontada em nossa pesquisa a partir de diversos autores, como um sistema capitalista em geral, que determina a organização da corporação estudada. O movimento que visualizamos nessa empresa é o da extração máxima de mais-valia de seus funcionários, lei fundamental desse modo de produção, assim como se pode observar a tendência à diminuição ou enxugamento da folha de funcionários, reduzindo seu número, gerando notável intensificação do trabalho. Essa por sua vez, estimula uma alta rotatividade dos trabalhadores, que se faz possível por meio de um agigantado exército industrial de reserva.

1.5.5 A relação das operadoras com a tecnologia

As relações da tecnologia com a sociedade vêm atravessando toda nossa reflexão. Na especificidade da função de operação de *checkout* existe um grupo de preocupações que procuramos analisar pelas observações sistemáticas e entrevistas. Estamos nos referindo ao processo de avanço tecnológico ou desenvolvimento das forças produtivas do trabalho no contexto da mundialização do capital.

Os acelerados processos produtivos demandam desenvolvimentos tecnológicos igualmente velozes, que conforme tendência que apontara Marx (2003), a industrialização de um setor produtivo engendra o mesmo processo nos demais, especialmente os mais próximos e importantes.

Nesse ínterim, toda a tecnologização acaba por perpassar a cadeia produtiva como um todo, na salvaguarda do desenvolvimento desigual e combinando atual, e temos então disponível para as operadoras de *checkout* o avanço técnico para a exploração do seu trabalho. E assim apontamos anteriormente, valendo-nos de nossas ferramentas de pesquisa, que o desenvolvimento tecnológico para as operadoras de *checkout* tiveram historicamente por função, em síntese, acumular funções de outras ocupações a serem exercidas pela mesma trabalhadora – ensacamento e pesagem das mercadorias – e retirada da autonomia e controle do seu próprio trabalho.

Outra relação importante das operadoras com o aparato tecnológico – também ressaltada anteriormente – é a questão do desenho ergonômico dos caixas, que conforme constatamos utiliza-se de padrões prejudiciais a saúde das trabalhadoras. Mesmo cientes da nova legislatura para a questão, ainda observamos alterações muito tímidas nas lojas observadas e entrevistadas, o que ainda nos faz afirmar os prejuízos a saúde das operadoras no presente¹²³.

Continuando a análise dessas questões, temos como objeto de reflexão a incorporação de conhecimentos técnicos e científicos no trabalho dessas operadoras. Nossas entrevistas revelaram que a dimensão mais complexa da ocupação foi se incorporando nas máquinas registradoras, que com o decorrer do tempo foram restringindo cada vez mais as tarefas, no sentido da simplificação das operações das funcionárias. Isso apareceu como forma de facilitar e aligeirar a adaptação das trabalhadoras.

Segundo a entidade curitibana, os *softwares* são desenvolvidos pelas empresas e tornam as tarefas simples, porém retiram algumas funções para realizar maior controle sobre o registro das mercadorias, no intuito da construção dos relatórios financeiros da empresa – como, por exemplo, os cancelamentos de mercadorias, que necessitam ser realizados pela gerência de loja ou chefia imediata.

A Sindicalista-B indica que a adaptação dessas trabalhadoras ocorre em pouco tempo. Entretanto, nossos entrevistados ao afirmarem a possibilidade de sugestão por parte das funcionárias – e o questionamento veio nesse sentido, buscando investigar um

¹²³ Poder-se-ia afirmar que a substituição da digitação por parte da operadora dos preços das mercadorias individuais pelo registro ótico do código de barras como um benefício à saúde das trabalhadoras. Em fato, concordaríamos. Mas não se pode prescindir de uma análise profunda, que constata tal modificação enquanto um processo de aceleração do atendimento e melhoria da qualidade do mesmo em relação ao cliente de forma imediata. Também não é demais lembrar que a introdução da leitura ótica do preço das mercadorias via código de barras não elidiu as doenças laborais dessas trabalhadoras.

possível protagonismo das trabalhadoras em relação aos rumos das tecnologias mais próximas de sua realidade – na busca por possíveis alterações ou melhorias nos artefatos que a cercam, também indicaram que dificilmente essas sugestões saem do plano discursivo. Para a sindicalista, os padrões de ação e tecnologia são seguidos fielmente, o que não permite muita discrepância por parte das lojas. Em relação a familiarização das trabalhadoras com suas funções, exemplifica a sindicalista afirmando que

[...] elas recebem um pacote pronto: você vai fazer isso! Alguém vai te ensinar a fazer isso aqui! Aqui funciona assim! Aí tem a tabelinha com os códigos do hortifruti que às vezes não estão cadastrados, ela tem que digitar o código, então ela tem uma. Elas normalmente se adaptam rapidamente a esse processo, elas pegam rápido o trabalho, não dá pra dizer que alguém, até porque se você ficar titubeando lá e não fazer, eles tiram (SINDICALISTA-B).

A ilustração trazida pela sindicalista simboliza bem a questão da velocidade de assimilação e que nesse caso, as tarefas precisam estar simplificadas. O sindicalista Curitibano indica que as operadoras passam por um treinamento específico para função. Afirma que em algumas salas têm as máquinas registradoras para que possa ser oferecido esse tipo de atividade. Já os demais, afirmam que esse treinamento, quando existe, fica ao encargo de alguma funcionária mais experiente ou fiscal de caixa.

Essas indicações apresentam o quadro de uma tarefa altamente restritiva, na qual o trabalho complexo, cognitivo, tecnocientífico está, sem dúvidas presente. Entretanto é manifestado e incorporado no próprio aparato tecnológico sob a forma de máquinas e programas que tornam a função simples e de treinamento aligeirado, em acordo com a necessidade da alta rotatividade.

É a ocasião da realização de uma imbricação entre o trabalho material e imaterial da qual falam Antunes e Braga (2009), onde a produção, a circulação e os serviços concretizam sua sintonia com a dinâmica da exploração lucrativa do trabalho.

1.5.6 A recepção da NR17

A Norma Regulamentadora em questão regulamenta questões relacionadas a ergonomia do trabalho. Conforme citamos anteriormente, as condições para as

atividades de operação de *checkout* não estavam contempladas na normatização de forma geral. Desse ponto, iniciou-se uma discussão tripartite a fim de instituir condições ergonômicas e psicossociais do trabalho específico das operadoras de caixa.

O anexo aprovado para essa normatização inclui importantes questões acerca dessa atividade, como por exemplo, especificações em relação ao mobiliário do *checkout*, em relação ao equipamento e as ferramentas, ao ambiente físico e ao conjunto do posto de trabalho, à manipulação de mercadorias, ao ensacamento das mesmas, às pausas durante a jornada, ao rodízio entre as operadoras, à proibição de avaliações de desempenho com base em número de mercadorias por operadora, entre outras.

A implementação da norma seria gradual, com algumas alterações imediatas e outras em prazo mais longo. Relatamos em nossas observações algumas adaptações das lojas observadas, assim como alguns limites ainda presentes a despeito da nova norma. Nesse momento trouxemos de nossas entrevistas, as respostas ao questionamento sobre a receptividade das trabalhadoras em relação a essa nova regulamentação e o trabalho dos sindicalistas em relação à mesma. Tínhamos também em mente a existência cartilha didática produzida pela CONTRACS/CUT, contendo informações às trabalhadoras das alterações na legislação ergonômica, seus prazos e especificidades de forma bastante simples e ilustrativa.

A entidade de Curitiba por meio de seu dirigente, não demonstrou familiaridade com a norma, mas informa que o setor de segurança e medicina do trabalho – refere-se ao setor na delegacia regional do trabalho – tem o pedido de observação contínua. Nesse caso, o entrevistado não pode informar acerca da receptividade das trabalhadoras.

Indagamos a dirigente da CONTRACS, que preferiu fazer referência ao que aludiu como problemas gerais. Segundo a sindicalista, ainda existe um problema de comunicação com as trabalhadoras, onde as empresas ao saberem da normatização não informam as funcionárias por um lado, e por outro, alguns sindicatos ainda falham na disseminação da nova legislação entre as operadoras. Reconhece, entretanto, que algumas entidades têm feito um trabalho de divulgação importante. Também aponta a dirigente, que o ministério do trabalho também tem uma parcela na existência dos problemas, pois segundo a mesma, ainda se falha nas fiscalizações.

O sindicato catarinense no momento das entrevistas afirmou que havia tentado realizar um trabalho com a cartilha, que indica não ser a simples distribuição da mesma. Perceberam que seria uma demanda muito grande para o momento, e resolveram

reavaliar quais as possibilidades e quais pontos centrais da cartilha cobrariam. Relata não ter respaldo para fiscalizarem as questões da norma, pois não a tem na convenção coletiva e encontram muita dificuldade de inserção de novos pontos na mesma. Também descreve dificuldades na fiscalização do ministério do trabalho.

Em nossa análise das convenções coletivas de trabalho não foram notadas menções textuais à norma regulamentadora da ergonomia e saúde no trabalho das operadoras. O que soa nas falas dos sindicalistas é que há uma dificuldade cruzada, entre a reivindicação sindical pela aplicação da norma e a fiscalização do ministério do trabalho. As entrevistas não deram conta de assegurar a recepção da norma pelas trabalhadoras, mas já apontaram algumas dificuldades desta para chegarem ao chão das lojas.

1.5.7. A questão sindical

A importância das entidades sindicais, assim como a legitimidade de seus coordenadores tem sido explicitada no decorrer de nosso texto. Nesse momento abordaremos a relação do movimento sindical com sua categoria representada e as dificuldades do trabalho de base nas multinacionais, em especial, na empresa estudada.

Retomamos ao campo da reminiscência, que anteriormente abordamos detidamente a temática sindical a partir do relatório executivo acerca de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As que vêm à tona mais fortemente no sentido de comparação são as que versam sobre a liberdade sindical, o respeito aos acordos coletivos.

Nossas entrevistas revelaram que o fazer sindicalismo no âmbito do comércio ou mesmo no ramo dos supermercados tem presente a questão da imensa heterogeneidade que compreende esses setores, característica marcante do desenvolvimento desigual e combinado capitalista.

Os trabalhadores e trabalhadoras representados nessa estrutura estão empregados em empresas das mais distintas estruturas, que englobam desde os micro e pequeno negócios às mega corporações internacionais que exploram o trabalho do mundo inteiro.

Essa questão fundamental revela de início uma imagem que vai sendo confirmada no decorrer as falas.

A riqueza de dados construídos junto a esses entrevistados revelou que as operadoras de *checkout* são – certamente – um grupo de trabalhadoras definitivamente visível, alvo de preocupações e conseqüentemente ações, de todas as entidades entrevistadas. Desde aquelas que representariam em nosso estudo um âmbito mais geral – central sindical, até aquelas que detêm uma proximidade maior dessas trabalhadoras – sindicatos da categoria.

Em relação ao fazer sindicalismo no setor comerciário, relata o diretor da entidade catarinense, que a mobilização dos trabalhadores nesse ramo esbarra em uma série de problemas. O primeiro narrado pelo entrevistado é a questão de uma identidade profissional. Para o dirigente, o trabalhador no comércio não se sente como um profissional desse ramo. Depois, há muito receio de sindicalização e grandes mobilizações, pois os trabalhadores parecem reconhecer a fragilidade de seus vínculos e por isso carregam muito medo de movimentar-se nesse sentido. Afirma o sindicalista que sente a categoria mais pendente a mobilização por jornada que por salário, mas mesmo assim há muita dificuldade. A sindicalista da CONTRACS apresenta então uma ilustração que complementa a visão sobre a dificuldade de mobilização com uma situação bem recorrente no ramo.

Então você tem estas diversas coisas, tanto como no local de trabalho que o comércio levanta que às vezes ele é um ambiente entre aspas, que é considerado "familiar", "aqui nós somos uma família, você não é meu empregado!", então, isto dá uma dificuldade tremenda na relação da organização, porque a pessoa tem medo de se sindicalizar, tem medo denunciar, porque "ah, eles são como uma família pra mim!". Uma família até onde interessa, a partir do momento que não interessa mais, esquecem a relação familiar, dão um chute no [...] e manda embora (SINDICALISTA-B).

No espaço nacional – continua a sindicalista – enfrenta-se um pouco das dificuldades de mobilização com a construção de redes de trabalhadores das empresas multinacionais, nas quais as entidades trocam experiências sobre as negociações, procuram unificar as pautas, assim como buscam construir a representatividade das redes.

Informa a dirigente, que desse trabalho, algumas comissões ao enfrentarem grandes dificuldades de negociação com as empresas supermercadistas – cita como exemplo as duas maiores que exploram o mercado brasileiro – que por vezes estão estagnando em gerências regionais, convocam as direções nacionais das empresas e assim conseguem melhores avanços.

Indica em contraponto, que há ainda grandes empresas do ramo comerciário – exemplifica com uma das maiores empresas do comércio de vestuário, atuantes no Brasil – que não reconhecem as redes de trabalhadores unificada, não aceitando negociações com as mesmas.

De certa forma, essa tem sido uma das táticas de mobilização e diálogo dos sindicatos diante das multinacionais. Além da questão das comissões internas para prevenção de acidentes – CIPAS – que segundo a sindicalista, as entidades filiadas à central que ela preside têm procurado potencializar esses espaços como lugares de mobilização dos trabalhadores.

Na empresa estudada, alguns entrevistados relatam certa restrição ao acesso dos sindicalistas aos trabalhadores e lojas. Exemplifica a dirigente da central sindical:

[...] Elas tendem a não permitir a entrada do sindicato pra dialogar com os trabalhadores. As outras têm problema? Tem, mas não é assim, não é uma coisa tão... Porque eles fiscalizam, eles têm câmara em tudo quanto é lugar, tem segurança com rádio pra passar. A estratégia deles já é deixar o grande mercado cercado com alambrado pra ter o controle de entrada e saída mesmo (SINDICALISTA-B).

E nessa perspectiva é que a entrada, trânsito e acesso dos dirigentes fica restringido ou quase impossibilitado, corroborando com os dados do relatório executivo apresentado anteriormente.

Outra questão indagada aos dirigentes teve relação com enfraquecimento financeiro das entidades. As contribuições assistenciais pagas aos sindicatos são questões recorrentes nesse ponto de discussão. Sua legalidade vem sendo assegurada pela consolidação das leis trabalhistas, todavia, entre os empregadores a contribuição se apresenta por vezes como alvo. A contribuição financeira, aludida em ocasiões como taxa de reversão salarial, fica em torno de cinco por cento nas convenções coletivas estudadas e é fonte de financiamento da luta das entidades sindicais. Alguns sindicatos

trabalham com a devolução da reversão aos trabalhadores sindicalizados, pois os mesmos já contribuem com a entidade – é o caso do sindicato catarinense.

As porcentagens das reversões são definidas nas assembleias dos sindicatos, nas quais também é garantido textualmente o direito ao funcionário de realizar oposição ao desconto – ou reversão – da contribuição e é nesse caso que muitas empresas realizam incentivo aos seus trabalhadores no sentido de registrarem junto a entidade a negação do pagamento dessa taxa.

O dirigente catarinense aponta que ocorrem anualmente muitas oposições à contribuição assistencial. Indica que algumas lojas disponibilizam automóveis para o transporte dos funcionários inclusive. Relata o entrevistado que na época em que as oposições aparecem, os dirigentes buscam fazer a retenção da contribuição por meio do esclarecimento dos funcionários. E a partir disso é que deixa ilustrado em uma de suas falas a dificuldade desse momento e a ação de incentivo das empresas.

E quando ele é esta a fim de ouvir, ele sai satisfeito. Ótimo, obrigado e tal. Agora quando ele vem preparado pela empresa, ou organização da empresa, aí ele já botou na cabeça dele, que ele tem que fazer aquilo porque ele teme pelo emprego dele lá que tem que garantir. São casos assim, que a empresa coloca no mural [...]. A empresa tem lá no mural colocado cartinha, "modelo tal pra quem não quer descontar" (SINDICALISTA-C).

Casos como esse indicado na narrativa do entrevistado revelam as práticas de incitação das empresas contra os sindicatos e até mesmo contra as convenções internacionais – como as apontadas pelo Relatório Executivo (2002). A sindicalista d CONTRACS aponta que as empresas vêm nisso uma forma de enfraquecer o sindicato e por isso encorajam essa situação.

Outra dificuldade apresentada pelos sindicalistas no âmbito da mobilização dos trabalhadores e fortalecimento dos sindicatos é a questão anteriormente em nossa pesquisa, o caso da alta rotatividade que caracteriza o comércio e especialmente o trabalho das operadoras de caixa. Dada essa troca rápida de funcionários, aparecem as dificuldades de contato com os trabalhadores, embaraçando as sindicalizações, as mobilizações, a informação ao funcionário e inclusive a construção da referência do trabalhador no seu próprio sindicato.

Já a entidade curitibana, relata que não há dificuldades na realização das atividades sindicais no ramo supermercadista e empresa estudada. Afirma que fazem um sindicalismo diferenciado, conseguindo inclusive realizar assembléias nas lojas. A narrativa do dirigente aponta melhor para esse contexto:

Não [refere-se a não terem dificuldades de realizar as atividades sindicais na empresa], não porque é o seguinte, a nossa central, nós somos filiados a UGT, é uma geral dos trabalhadores que é a nova central que vem da saída da antiga SDS, Social Democracia Sindical, né. Nossa postura não é aquela de chegar fazendo piquete em frente do mercado, não é isso. A postura é sempre de diálogo. Diálogo inclusive quando nós temos denúncias aqui dos empregados, nós costumamos chamar a empresa e fazer a gestão da nossa câmara de conciliação, né, tentar fazer com que os problemas sejam resolvidos aqui na nossa câmara de conciliação que nós temos, que não vá para a justiça, num primeiro momento. E aqueles que não tem jeito, a gente tem que mandar já pra agilizar as ações porque a empresa não quer saber e o empregado tem os direitos dele, tem que resguardar né? (SINDICALISTA-A).

A fala do sindicalista reforça de certa maneira que a superação de algumas dificuldades das ações sindicais nas lojas guardam relação com a forma de realizar as mesmas. Transparece na sua narração que não se utilizam dos piquetes como ferramenta de luta desses trabalhadores e atribui positividade nessa opção. Parece-nos também que a própria concepção de fazer sindicalismo é distinta entre as entidades curitibana por um lado, e a catarinense e central sindical, por outro. Um pólo atribuindo essas atividades ao campo da mobilização e dessa forma, relatando dificuldades, enquanto noutro pólo, as ações sindicais ficam mais focadas no âmbito da resolução de reclamações e denúncias ou na realização das assembléias no interior das lojas para deliberações locais.

O diretor da entidade curitibana aponta, dessa vez em convergência com as demais entidades, que a realização das ações sindicais nas corporações multinacionais é diferente. Afirma o sindicalista:

[...] é muito mais complicado [...] eles trazem aquela política. Muitas vezes você não consegue fazer a conciliação com eles, eles não comparecem em audiência de conciliação e temos conhecimento que eles inclusive têm uma reserva, só para pagamento de ações trabalhistas, eles fecham lá um valor de reserva, para quitações de ações trabalhistas. É aquele papo: Não tá contente, vai pra justiça (SINDICALISTA-A).

A fala do dirigente endossa que as dificuldades no trato com as corporações multinacionais se fazem presentes. Existe por vezes um descaso em relação à conciliação – ferramenta utilizada prioritariamente pela entidade – que quando ocorre usualmente a entidade encaminha os casos via ações trabalhistas. Essas por sua vez, estão previstas – como indica a narrativa – nos balanços empresariais. O sindicalista também se refere, ao ser indagado sobre a relação de sua entidade com o sindicato patronal, que embora não tenham relação totalmente positiva, têm fechado nesse sentido todas as convenções coletivas de trabalho.

Em relação ao financiamento da entidade, especialmente quando abordamos a questão das oposições à taxa de reversão salarial, o dirigente confirma o encorajamento dos funcionários por parte da empresa estudada, à negativa da contribuição. Exemplifica que no ano de dois mil e oito, tiveram quase três mil oposições registradas na entidade. E é enfático ao afirmar que, em sua opinião, a oposição da reversão salarial fortalece apenas aos patrões, dificultando as atividades sindicais no que concerne às finanças.

Podemos afirmar então, em acordo com nossas entrevistas, que as restrições à liberdade sindical são percebidas de formas diferenciadas pelos dirigentes sindicais questionados. Embora as convenções de ambos garantam mural para os informes sindicais nas lojas e *supercenters* vimos que o acesso em algumas ocasiões é limitado. Ambas as entidades elaboram material impresso de comunicação com a categoria e não relatam nenhuma dificuldade de distribuição. Nesse caso a prática anti-sindical mais grave percebida nas entrevistas se relaciona ao estímulo dos funcionários à oposição a reversão salarial.

A questão do desrespeito aos acordos coletivos, comentamos anteriormente, é mais intensamente presenciada no ponto da jornada de trabalho. Indicamos em outra oportunidade que essa última é caso marcante de desacordo, pois informalmente e em muitas ocasiões é ultrapassada sem pagamento de extras.

Indagamos aos dirigentes sindicais enfim, sobre as reivindicações ou reclamações próprias e específicas das mulheres trabalhadoras. Os dois pontos mais significativos mencionados foram a questão da gravidez e as saídas dos posto de trabalho para o acompanhamento dos filhos a consultas médicas ou tratamentos equivalentes. Sobre a primeira, os sindicatos orientam que as operadoras realizem solicitação médica para afastamento de atividades laborais que requerem esforço físico. No segundo caso, embora não seja função exclusiva da mulher trabalhadora, essa tarefa

apresenta como uma responsabilidade quase que totalmente feminina, sendo uma dificuldade ainda não superada no setor das operadoras.

1.5.8. As mudanças a partir da chegada das multinacionais

Nesse ponto, apreendemos um contexto de alterações no ramo supermercadista a partir da chegada das corporações multinacionais. Esse ramo passou por algumas metamorfoses desde esse acontecimento.

Todos os entrevistados estão envolvidos com o setor há muitos anos, assistindo, portanto, a chegada e instalação das grandes empresas transnacionais no país. Viram também os processos de centralização dos capitais menores, promovidos pelas grandes empresas do ramo supermercadista.

Quando perguntados sobre a percepção de grandes mudanças com a vinda dessas corporações, relatou-se uma série de questões, tendo destaque a gestão do trabalho e a organização do funcionamento das lojas, esclarecendo que a cultura de funcionamento das grandes empresas fixou um novo modo de ação dos supermercados no Brasil.

Em relação ao funcionamento das lojas, as transnacionais trouxeram dois pontos fundamentais: os horários expandidos de funcionamento e o expediente aos domingos. Para a entidade curitibana, a gestão européia trouxe como experiência o trabalho aos domingos. Segundo seu dirigente, o domingo se caracteriza como o dia de melhores vendas naquele continente e esse experimento foi implantado em Curitiba tão logo as empresas multinacionais se instalaram. O entrevistado narrou uma tentativa de resistência de alguns concorrentes nacionais, mas sem sucesso, rapidamente a organização do funcionamento das lojas de quase todos os supermercados se aproximou, confirmando a afirmação de que os maiores e mais potencializados capitais exercem influência sobre os demais no interior da chamada concorrência intercapitalista.

Logo depois, afirma o sindicalista, veio a proposta de atendimento vinte e quatro horas, que só pode trabalhar, inicialmente, via liminar judicial, oferecendo lojas abertas ininterruptamente.

Essa nova perspectiva trouxe impactos diretos sobre o trabalho das operadoras que se intensificou. Tomou-se para o trabalho horas e dias até então inéditos em seus cotidianos. Com essa ampliação formal, somou-se uma ampliação informal, recorrente, mas velada, onde as mesmas têm de se adequar extrapolando suas jornadas, em especial, nos momentos de fechamento das lojas, quando as grandes filas ainda permanecem no mercado e conforme havíamos citado anteriormente, intensificam-se os processos de extração de mais-valia absoluta.

A entidade catarinense relata esse processo a partir da chegada da empresa estadunidense à capital do estado. Segundo o mesmo, reuniram-se oito grandes empresas do ramo supermercadista para discutir o trabalho aos domingos. A citada empresa que na ocasião pressionava pela abertura das lojas nesse dia, foi derrotada por sete votos a um. Nessa ocasião, decidiu realizar abertura de suas portas aos domingos sozinha, a revelia da decisão do grupo de empresários. Em pouco tempo, relata o sindicalista, todos os supermercados obrigaram-se igualmente a promover sua abertura para continuarem na concorrência de vendas.

As entrevistas também revelaram duas estratégias utilizadas pela empresa estudada no momento de sua chegada as cidades. A primeira é que, segundo as lideranças, uma prática comum – e possível apenas para uma empresa com suas consideráveis dimensões – é trabalhar com taxas de retorno mais baixas por algum período, na busca pela eliminação de possíveis concorrentes, que não suportariam cobrir os preços e fatalmente quebrariam ou mesmo enfraqueceriam muito.

Outra questão é a chamada “enxoval” para os fornecedores, na qual a corporação acorda com essa categoria de empresas que para o fornecimento dos produtos para as lojas da mesma, será necessário praticarem os preços indicados. Dessa forma para manutenção do vínculo comercial a precarização e intensificação do trabalho é repassada para outros ramos, de forma que esses possam manter preços baixos para o fornecimento as grandes lojas da corporação.

Sobre o trabalho propriamente dito, além de notarmos um acentuado peso nos processos de compra e venda de mercadorias em detrimento da condição humana do trabalho, pudemos observar nas entrevistas que as ações para o acúmulo de funções sob as operadoras de caixa se iniciam também com o aparecimento e emergência das multinacionais no território brasileiro. Afirma o sindicalista curitibano que é oriunda desse contexto a eliminação do funcionário empacotador nos caixas e sua função foi

assumida pela operadora, que conta – com sorte – com algum equipamento tecnológico para o auxílio nessa tarefa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Mais perto da essência.
O sentido respira. Mas nem sempre o ar
mais puro se tem”*

Nação Zumbi

O presente estudo pesquisou o trabalho das operadoras de *checkout* em uma corporação multinacional. Valeu-se de tal objeto por considerar que no trabalho dessas operadoras estão sintetizadas múltiplas determinantes que permitiram realizar o movimento metodológico que transita entre o particular o universal na busca pela compreensão radical dos fenômenos e da realidade social contemporânea.

Nossa problemática questionou que implicações o contexto da mundialização do capital pode imprimir nessa forma de trabalho. Para responder a isso, lançamos mão do materialismo histórico e dialético enquanto método de análise, assim como de distintas ferramentas de pesquisa, por meio das quais, pudemos entrecruzar dados que nos levasse as abstrações necessárias.

Embora os caminhos dessa pesquisa tenham apresentado percalços significativos e nossas ferramentas metodológicas tenham de ter sido flexibilizadas, os dados coletados foram objeto de rica reflexão que nos permitiu, por sua vez, concluir provisoriamente acerca da temática estudada.

Demonstramos então, e concluímos que tanto o trabalho de forma geral, quanto o trabalho das operadoras de *checkout* sofrem implicações, alterações, transformações e metamorfoses em acordo com o andar do desenvolvimento social capitalista.

Em relação à mundialização do capital, vimos ser essa a face atual do sistema capitalista. Mesmo que no campo teórico se aponte para uma nova sociabilidade sob a insígnia da globalização e do fim do trabalho, nossa análise emplacou em contraponto, que vivemos a mesma organização social, fundada na exploração do trabalho, na extração de mais-valia e mais recentemente no reino do capital financeiro, sem a demonstração de uma ruptura essencial com o fundamento primordial da sociedade capitalista.

Junto a essa reflexão, discutimos o desenvolvimento das forças produtivas, apontando as recentes transformações no mundo do trabalho, que implicam na tendência ao alto grau de incremento tecnológico combinado com a exploração do trabalho em desenvolvimentos pretéritos, negando as teorias que indicam o fim do trabalho como fonte de valor.

Nesse contexto analisamos importante tendência no atual mundo do trabalho, que versa sobre o aumento exponencial das taxas de desemprego, precarização do trabalho, perdas progressivas de direitos sociais vinculados ao bem estar social, arrefecimento das lutas sociais de massa, e outras questões que instituem um quadro de correlação de forças amplamente desfavorável à classe trabalhadora em relação ao capital.

Esse íterim, a pesquisa permitiu um olhar específico sobre o trabalho feminino, por vezes invisível aos estudos sobre as classes sociais, indicando uma situação paradoxal de emergência dessa força de trabalho. Nela, uma tendência importante é a que aponta para o crescimento do trabalho feminino, porém, contraditoriamente indica essa participação em postos muito precarizados, com maior intensidade e piores condições salariais em relação à parcela masculina.

Destacamos também a macro forma organizacional capitalista em tempos de mundialização do capital. Aqui a tendência principal a ser apontada é a do movimento da economia no sentido da acumulação e centralização de capitais, da formação de monopólios de grandes corporações, assim como o alto capital monetário e a circulação de capital financeiro seriam características marcantes.

Na mesma trilha, o globo passa a ser considerado uma única fonte de exploração para o capital internacional, que além de jogar pesado na valorização de capitais na forma fictícia, alimenta-se constantemente de punções de mais-valia solapadas do chão de fábrica mundializado. Nesse caso, o mundo passa a acompanhar o movimento de robustas corporações dos países centrais, na direção dos países periféricos na busca por mão-de-obra barata e abundante, bem como pela procura de matérias primas, facilidades fiscais e de créditos, além da precarização do trabalho o que tenderia a baixar significativamente os preços das mercadorias.

No âmbito dos supermercados esse movimento também pode ser acompanhado no Brasil desde os anos setenta quando as corporações do ramo começaram a chegar ao país. Analisamos mais detidamente o caso emblemático de uma empresa estadunidense

instalada no Brasil nos anos noventa. Em crescimento exponencial, essa empresa atualmente esta presente em diversos estados brasileiros, faturando no país mais de dez bilhões de reais por ano. O processo de centralização de capital realizado por essa empresa fica bem ilustrado quando nos anos dois mil, adquire mais de uma centena de unidades de uma rede de supermercados que já se configurava na época como uma rede de outras centralizações.

Sobre essa empresa, analisamos um relatório executivo produzido pelo Observatório Social (CUT) e pudemos compreender alguns impactos da mesma em relação aos seus trabalhadores de forma geral. O relatório apontou para alguns descumprimentos dessa empresa a convenções internacionais estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho, como por exemplo, o descumprimento de acordos coletivos e a realização de práticas anti-sindicais.

Desse relatório e de breve análise do trabalho no âmbito do comércio em geral, partimos para nossa pesquisa de campo, na qual realizamos observações sistemáticas em diferentes lojas da corporação estadunidense na cidade de Curitiba, assim como realizamos entrevistas com importantes lideranças sindicais do âmbito nacional e local.

A partir de nosso campo de pesquisa, analisamos as diversas implicações para o trabalho das operadoras de *checkout* no contexto da mundialização do capital. As citadas implicações trataram de questões como: as transformações no trabalho a partir da entrada das multinacionais do ramo supermercadista no Brasil, as alterações tecnológicas, a divisão sexual do trabalho, a intensidade dos processos de trabalho, o controle do trabalho, a situação salarial, a organização sindical e outros temas.

Concluimos que os processos de reordenamento do capital em busca da recomposição dos lucros por meio da exploração do trabalho em países subdesenvolvidos lançou o ramo dos supermercados nessa dinâmica, trazendo as maiores empresas do mundo ao Brasil. A chegada dessas corporações provocou alterações drásticas, tanto para as empresas locais, quanto para os trabalhadores, notadamente para as operadoras de caixas. Tanto a retirada dos trabalhadores empacotadores, quanto vinda de tecnologias para o mobiliário do *checkout* que posteriormente retiraram o operador de balança nos horti-fruti impactaram diretamente no trabalho dessas operadoras e são consequências desse movimento do capital. Por outro lado, essas empresas também forçaram a adaptação de todo o ramo no país ao novo padrão de atendimento, especialmente aos domingos, alterando o trabalho de seus

funcionários, tomando da vida desses trabalhadores e trabalhadoras, horas e dias que anteriormente seriam dedicados aos afazeres do mundo de fora do trabalho.

Na empresa estudada, de uma forma mais geral, o trabalho das operadoras de *checkout* nesse amplo contexto, caracteriza-se por ser um trabalho bastante precarizado. Não pela situação do vínculo empregatício dessas trabalhadoras, que bem ou mal existe dentro da legislação trabalhista corrente no Brasil. Mas sim, pela condição de precarização constituída em múltiplas dimensões.

É uma ocupação marcadamente mal remunerada, que não pode possuir outra configuração que não a de um assalariamento complementar. A atividade é realizada sob constante vigilância, sem o controle total das tarefas a serem executadas, na qual as tecnologias incorporam o trabalho cognitivo, simplificando e desqualificando significativamente o trabalho das operadoras.

No trabalho das operadoras de *checkout* também é destaque fundamental a situação de intensificação. Essa é favorecida pelos momentos de alta circulação nas lojas – especialmente em finais de semana e vésperas de feriados – articulados a política de redução de funcionários e a política de bom e rápido atendimento ao cliente, que imprimem ritmos, velocidades e ininterrupções superiores inclusive ao âmbito da fisiologia humana.

Outro aspecto essencial para intensificação do trabalho das operadoras é o acúmulo de funções centralizadas na mesma trabalhadora – questão diretamente facilitada pela utilização das novas tecnologias – que não realiza apenas a tarefa de registro e conferência da saída das mercadorias das lojas, mas sim soma um conjunto de atividades que exploram ao máximo a polivalência dessas trabalhadoras.

A ergonomia nos postos de trabalho observados por vezes não se encontra adequada às novas normatizações nacionais, o que contribui tanto para o aviltamento e a lesão corporal, afastando muitas trabalhadoras, quanto para o acréscimo da intensificação do trabalho, que é realizado em condições posturais inadequadas.

A jornada laboral é outro ponto que contribui para a intensificação do trabalho das operadoras. Essa é bastante extensa, além de que por vezes é prolongada sem pagamento extra e ainda toma das trabalhadoras a maioria dos domingos do mês, consolidando processos de extração de mais-valia absoluta.

A divisão sexual do trabalho é proeminente. Majoritariamente encontramos mulheres trabalhando nos caixas, em sua maioria, jovens. As justificativas desse

atrelamento vem no sentido da exploração das supostas características supostamente tipicamente femininas, notadamente a docilidade e a paciência, o que engendraria um melhor atendimento ao cliente, assim como evitaria uma exaltação – por exemplo violenta – diante de algum problema com a clientela. Dessa situação surgiu a alusão a essas trabalhadoras como os pára-raios dos hipermercados, pois são o ponto final de tudo que ali se passa, onde vão ser descarregados os problemas encontrados no interior da loja, a pressa cotidiana, a violência e outras questões, caracterizando a operação de caixas como uma função realizada sob muito constrangimento, muita pressão psicológica, chegando a haver casos de trabalhadoras que se afastam para tratamento contra depressão.

Nossa pesquisa demonstrou que as condições de trabalho nessa função, por vezes traumatizam as operadoras. “Supermercado nunca mais”, afirmam as trabalhadoras aos sindicatos.

Por meio desses dados, emerge uma situação de contradição existente entre a suposta docilidade feminina, requerida como característica tipicamente sexuada no momento da contratação hegemônica de mulheres para operação de caixas, e os efeitos desse papel na subjetividade dessas trabalhadoras.

Parece-nos que a utilização pelo capital, do conceito naturalizante de docilidade feminina, rompe-se na medida em que essas trabalhadoras não suportam toda a pressão rítmica no trabalho a que são expostas, afastando-se de suas atividades para buscar tratamentos psicológicos diversos.

No mesmo sentido, pensamos a questão do esforço físico a que as operadoras de checkout são submetidas. Vimos dois pontos importantes durante o texto. Por um lado, descrevemos a evolução da maquinaria e utilização da força de trabalho suplementar a partir da eliminação do uso da força física das atividades fabris. Também nesse sentido, percebemos que o campo do capital apresenta como justificativa para divisão sexual do trabalho, justamente o ponto do esforço físico como padrão de diferenciação para a força de trabalho nos determinados postos.

A nosso ver a situação expõe contradições importantes. Mesmo que o discurso empresarial distribua as funções laborais segundo o sexo, valendo-se da questão do esforço físico e outras características atribuídas, no caso do direcionamento das mulheres para a operação de caixas, temos uma situação oposta. As operadoras de

caixa, embora não realizem atividade que requeira extremada força muscular, encontram-se sim em situação de esforço físico constante.

Nessa direção, a reivindicada docilidade feminina, possivelmente sirva apenas para a aceitação de más condições de trabalho por parte das operadoras. Os dados que levantamos indicam justamente que o esforço físico nessa função é tão solicitado, que as operadoras chegam a adoecer por realizá-lo repetidamente – em intensidades variadas e em duradouras repetições, lesionando-se inclusive de forma permanente em alguns casos.

As condições de intensificação e precarização a que são submetidas essas trabalhadoras engendra uma marcante rotatividade nos postos de trabalho. Sobre essa temática, observou-se que essa função se encontra em segundo lugar num ranqueamento adaptado de dez ocupações que mais admitem e desligam trabalhadores em acordo com o perfil municipal curitibano.

Nas capitais consultadas o saldo de contratações tem sido positivo, o que indica um crescimento do setor, com expansão das redes e aumento do número de trabalhadoras em geral. Conforme afirmamos, nessa ocupação encerra-se um acúmulo de funções facilitadas pelo desenvolvimento tecnológico repercutindo no desemprego de outros funcionários não mais necessários, e no pólo contrário, um crescimento do setor, que mesmo com alta rotatividade das operadoras, consegue manter saldo positivo na criação de empregos.

A esse movimento contraditório e constante do exército industrial de reserva podemos articular a predominância do desemprego crônico, a que podemos associar efeitos sobre o salário do setor do comércio varejista e especialmente sobre a operação de *checkout*. A existência significativa de força de trabalho disponível às corporações amplia o desfavorecimento do trabalho em relação ao capital, impactando na questão salarial, tanto no sentido da obtenção de parcos rendimentos dessa ocupação profissional, quanto num engessamento das reivindicações sindicais no sentido de uma possível ampliação dos direitos dessas trabalhadoras.

Sobre a questão sindical, a rotatividade, a heterogeneidade do setor e uma dificuldade maior de acesso das lideranças nas multinacionais são pontos que dificultam a mobilização sindical. A empresa estudada apresenta um processo de atitudes anti-sindicais, especialmente em relação ao incentivo a oposição à taxa de reversão salarial, causando o enfraquecimento financeiro das entidades. Assim como há o

descumprimento das decisões coletivas registradas nas convenções especialmente em relação à jornada de trabalho.

Em conclusão, essas trabalhadoras estão inseridas de forma complexa nas relações mundializadas do capitalismo, sofrendo implicações diretas e mediatas em seu trabalho e vida, a partir dos movimentos da macro organização do sociometabolismo do capital.

Situações como a ausência de controle no trabalho por meio de tecnologias que restringem e desqualificam as ações das trabalhadoras, a tomada de momentos anteriormente não destinados ao trabalho pela ampliação da jornada das operadoras, o que certamente impacta nas atividades pessoais fora dele, inclusive no que concerne a reposição das energias dispensadas no processo de trabalho, assim como a perspectiva generalizada de desfavorecimento da classe trabalhadora na contemporaneidade, indicam não apenas a subsunção real do trabalho dessas operadoras ao capital, como a subsunção real de suas vidas ao capital.

Se o processo de entrada dessas trabalhadoras no mundo do trabalho, por meio da operação de *checkout* tem sido uma importante contribuição para sua emancipação parcial, no presente momento, a contradição posta pela precarização dessa função, parece impor uma importante contra-tendência nesse processo. Além de que essa mesma conjuntura de precarização aponta – conforme perspectiva apresentada anteriormente – para uma severa condição de alienação dessas trabalhadoras.

Todavia é forçoso reconhecer que esse processo de emancipação parcial não é apenas corrente, como também o notável acirramento da luta de classes nesse setor, que parece se manifestar mais candentemente a essa ocupação, pode vir a contribuir para o movimento da consciência de classe dessas trabalhadoras, e no momento em que se insiram nessa luta, em conjunto com as demais trabalhadoras e trabalhadores, as possibilidades para a emancipação humana podem ser potencializadas na luta do trabalho contra o capital.

Algumas considerações pontuais no sentido propositivo também nos parecem passíveis de realização. Um dos problemas centrais apresentados no exercício da ocupação de operação de *checkout* se refere à jornada de trabalho e ao trabalho aos domingos. Nesse aspecto a luta das entidades sindicais pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários se apresenta enquanto uma bandeira de imediato interesse a essas trabalhadoras. A luta contra o trabalho aos domingos no comércio é

também outra questão a ser considerada e parece-nos muito mais profícuo que essa pauta esteja articulada a primeira, num campo geral de luta da classe trabalhadora.

Pontualmente, exercer pressão sobre o empresariado, assim como sobre o ministério do trabalho, em relação ao cumprimento imediato da normatização regulamentadora da ergonomia no trabalho das operadoras de caixa se faz urgente. Levar ao conhecimento das trabalhadoras o conteúdo da normatização como, por exemplo, por meio das cartilhas elaboradas pela CONTRACS nos parece um método de informação e esclarecimento dessas trabalhadoras fundamental.

Mesmo considerando todas as dificuldades que o movimento sindical enfrenta nos embates com o patronato das corporações, pensamos ser no interior dessas entidades, e por meio delas, que seria possível uma luta pela ampliação dos direitos dessas trabalhadoras. Seja pelas iniciativas de resistência globalizada como a experiência da CUT, seja pela luta sindical tradicional na porta das lojas, conversando com as trabalhadoras, realizando paralisações, greves e manifestações, o espaço sindical se apresenta como uma possibilidade, a nosso ver, de maior poder político a essas trabalhadoras. Por isso, a luta das entidades e das próprias trabalhadoras, deve rechaçar as práticas anti-sindicais de incentivo ao enfraquecimento financeiro das uniões de trabalhadores. Mas isso apenas partirá das trabalhadoras, no momento em que se reconhecerem nas entidades, no momento em que as entidades de fizerem visíveis e na luta, representem os interesses de sua classe.

Ainda por fim, salientamos que as conclusões a que chegamos com nossa pesquisa não esgotam de maneira alguma as investigações acerca do trabalho das operadoras de *checkout*. Esse texto sistematizou um passo importante nessas reflexões, entretanto, algumas novas possibilidades de pesquisa com vistas ao aprofundamento dos estudos sobre esse objeto podem ser sugeridas.

A busca por entrevistas com as parcelas trabalhadoras nessa função, assim como de suas gerências imediatas, poderiam avançar em uma sorte de questões que não tivemos condições de realizar, como a constituição dos sentidos do trabalho para essas trabalhadoras, ou em outra situação, refletir sobre os processos de conscientização de classe das mesmas. Investigar por meio dessas ou pela utilização dos documentos rescisórios ou ainda pelos processos e denúncias impetradas no ministério e delegacias regionais do trabalho, poder-nos-ia trazer novos elementos para compreensão do trabalho das operadoras, especialmente no que concernem as mazelas dessa ocupação,

que de nosso estudo, podemos constituir como hipótese, que essas estão ligadas a intensificação e precarização do trabalho e da vida dessas trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Maria da Graça; FRANCO, Tânia. **A Perda da Razão Social do Trabalho: Precarização e Terceirização**. 01. ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007. v. 01. 235 p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo, Boitempo, 2009.

AUGUSTO PINTO, Geraldo. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. 3ª Edição. Jorge Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Avesso**. O modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro, ed. Da UFRJ/Revan, 1994.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DIEESE. **Perfil dos trabalhadores no comércio**. 2002, disponível em <http://www.contracs.org.br>. Acesso em 01/12/2008.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalhas das idéias nas sociedades de classe**. 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), 2008.

GATES, Moira. A Critique of the sex/gender distinction. In: J. Allen e P. Patton, eds., **Beyond Marxism?** Leichardt, N.S.W.: Intervention Publications, 1985. p. 143-60.

GERMER, Claus. **O proletariado 'invisível': a centralidade da classe trabalhadora e a transição para o socialismo**. In: A centralidade da classe trabalhadora e a revolução socialista, Curitiba, 2008. (mimeo).

GERMER, C. M. . A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: Corazza, Gentil. (Org.). **Métodos da ciência econômica**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, v. 1, p. 61-92.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helana. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu (17/18) 2001/2002: pp. 139-156.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: Gênero, Tecnologia e Trabalho: **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho** – Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho. Rio de Janeiro: 1998, ano 4, nº 7, 1998.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A Classe operária tem dois sexos. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994.

IASI, Mauro Luís. Classes sociais e a reestruturação produtiva do capital. In: **140 anos d'O Capital: Reestruturação Produtiva e Relações Sociais**. FEA/PUCSP, agosto de 2007 (mimeo).

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IASI, Mauro Luís. Trabalho doméstico e valor. IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Dictionnaire critique du féminisme. Tradução: Miriam Nobre, 2003.

KERGOAT, Danièle. A propósito de las relaciones sociales de sexo. In: HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. La división sexual del trabajo: permanencia y cambio. Asociación Trabajo y Sociedad, Argentina, 1997.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes, Meyer e Waldow (org). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

KERGOAT, Danièle. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: Hirata, H. (org). Divisão capitalista do trabalho. Vernáculo de sociologia, USP, 1989.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, A. et al. (Org.). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Dimensões e limites da globalização**. Petrópolis. Vozes, 2004.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social. São Paulo: Cortez, 1985.

LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. São Paulo: Cortez, 1997.

LUKÁCS, György. O que é o marxismo ortodoxo? In: **História e Consciência de Classe**. Publicações Escorpião. Lisboa: 1974.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. O método da economia política. In: **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural. Os Pensadores, 1996.

MARX, Karl. **Capítulo VI (Inédito) do Capital**. 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Feuerbach: a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. Martin Claret, São Paulo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo, Boitempo, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho** – entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado** – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v.20 n.2, p.71-99. Porto Alegre: 1995 (edição revisada).

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBE, G. ; PERROT, M. **Histórias das mulheres no Ocidente**. Porto, Edições afrontamento, vol. IV, (1994).

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

TORRES, Maria Adriana da S. A divisão sexual do trabalho: a inserção da mulher no mundo do trabalho. In: **I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero**, UFG, 2006.

TRISTÃO, Ellen Lucy; LUPATINI, Márcio; LARA, Ricardo. O processo de mundialização do capital e sua forma "adequada" de conhecimento. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. Especial, p. 65-91, mai., 2009.

TRISTÃO, Ellen Lucy. **A atividade dos serviços na valorização do capital: um estudo sobre a natureza do trabalho docente no Ensino Superior Capitalista.** Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. 2007.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho: categoria sociológica chave? A necessária continuidade da discussão. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 15, n. 15, p. 85-93, 1998.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.

VIANA, Nildo. Método dialético e a questão da mulher. In: VIANA, Nildo (org.). **A Questão da Mulher.** Opressão, Trabalho e Violência. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2006a.

VIANA, Nildo. Gênero e ideologia. In: VIANA, Nildo (org.). **A Questão da Mulher.** Opressão, Trabalho e Violência. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2006b.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)